

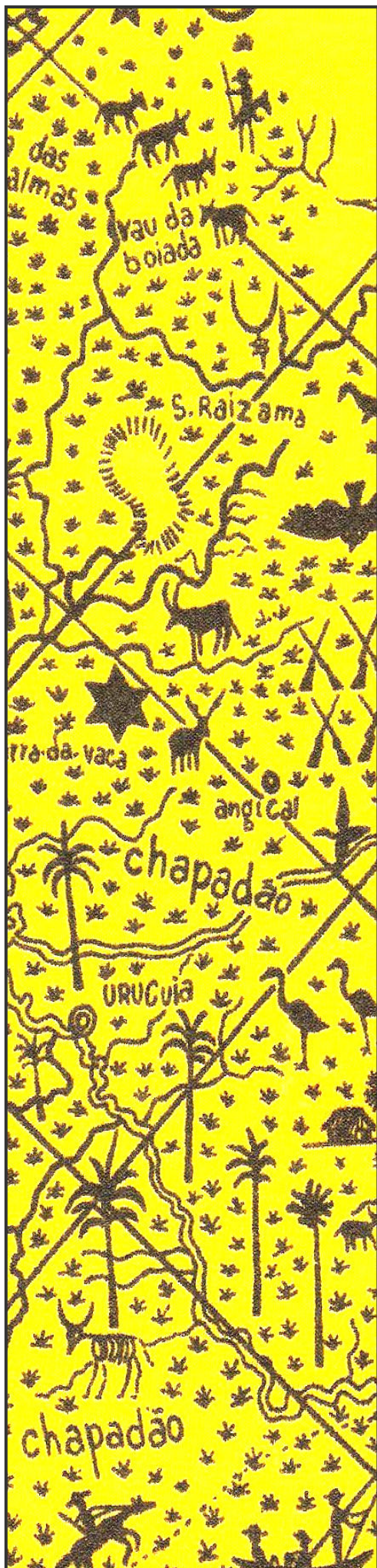
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DO
TERRITÓRIO

AS TRAMAS DA
DES(RE)TERRITORIALIZAÇÃO
CAMPONESA:

a reinvenção do território veredeiro no entorno do
Parque Nacional Grande Sertão-Veredas, Norte de
Minas Gerais

GERALDO INÁCIO MARTINS

Uberlândia/MG
2011



GERALDO INÁCIO MARTINS

AS TRAMAS DA DES(RE)TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA:
a reinvenção do território veredeiro no entorno do Parque Nacional Grande
Sertão-Veredas, Norte de Minas Gerais

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. João Cleps Junior.

Uberlândia/MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M386t Martins, Geraldo Inácio, 1983-
As tramas da des(re)territorialização camponesa [manuscrito]: a
reinvenção do território veredeiro no entorno do Parque Nacional Grande
Sertão-Veredas, Norte de Minas Gerais / Geraldo Inácio Martins. - 2011.
298 f.: il.

Orientador: João Cleps Junior.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1. Geografia ambiental – São Francisco (MG) - Teses. 2. Parque
Nacional Grande Sertão: Veredas (São Francisco, MG) - Teses. 3.
Assentamentos rurais – São Francisco (MG) – Teses. I. Cleps Junior, João.
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Geografia. III. Título.

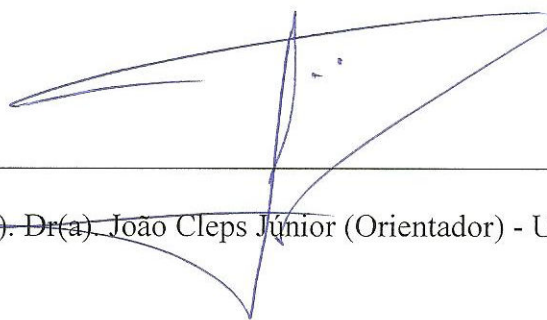
CDU: 911.9:504 (815.1)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia

GERALDO INÁCIO MARTINS


AS TRAMAS DA DES(RE)TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA: a reinvenção do território
veredeiro no entorno do Parque Nacional Grande Sertão-Veredas, Norte de Minas Gerais



Prof(a). Dr(a). João Cleps Júnior (Orientador) - UFU



Prof(a) Dr(a). Marcelo Rodrigues Mendonça - UFG



Prof(a). Dr(a). Marcelo Cervo Chelotti - UFU

Data: 31 / 03 de 2011

Resultado: Aprovado com Louvor

*Aos vereadores do Projeto de Assentamento
São Francisco.*



Agradecimentos...

Aos meus familiares por me apoiarem mesmo a distância. A meus pais, a eterna gratidão e amor. Aos meus irmãos pela compreensão incondicional sempre e por estarem comigo, de longe ou de perto.

Ao João Cleps, meu orientador, sempre, pela confiança, por me orientar, por permitir que encontrasse os próprios caminhos. E por nos momentos de insegurança, a palavra de conforto e incentivo.

Aos veredeiros, que me acolheram por tanto tempo, dispensaram comigo o seu tempo e conhecimentos.

Aos meus amigos, de perto e de longe, uns moraram comigo, outros moram em mim, no tempo e espaço, uns passaram, outros ficaram um pouco mais, outros ainda presentes, todos, sempre inspirando, de modos diferentes, o meu percurso: Josemir, Maristela, Joy, Rodrigo, Mara, Andreza, Lucimeire, Luana, Meiry, Leonardo, Melissa, Carmen, Vanda, Alê, Gal, Chelotti e Francisco.

A Natália, em especial, pela ajuda com as entrevistas e na preparação do material de campo. A ela, sempre, de modos diferentes, a minha gratidão e o meu reconhecimento. Muito do que fiz, posso dizer que fizemos, sem a sua ajuda nada teria sido o que é.

Em especial, Ricardo, Marocas e Angela pelo companheirismo de sempre, amizade, e que de muitas formas conviveram comigo nesta pesquisa.

As pessoas, aqueles que são como anjos da guarda que protegem e guiam, orientadore(a)s da vida: Andrea Narciso, Luciene Rodrigues e Brandão.

Aos queridos amigos do LAGEA, lugar e pessoas que me acolheram vindo do Norte de Minas, e tornaram Uberlândia a minha casa.

Ao Fabão (ou Fábio) pelas aulas de espanhol e pelas conversas sobre filosofia, línguas, história e geografia.

Aos Marcelos, Mendonça e Chelotti, pela leitura atenciosa do meu relatório de qualificação.

Ao Raphael Medina pela ajuda com o material de pesquisa. Sem sua ajuda, muito do que fiz neste percurso não seria possível.

Aos professores do Programa de Pós- Graduação Vera, Vânia, Rosselvelt que contribuíram muito nesta caminhada.

As meninas da secretaria Dilza e Cynara pelo carinho e tempo dispensado comigo.

Ao Henrique (Gigante) e Josimar que contribuíram de forma ímpar na elaboração dos mapas e desenhos da dissertação.

A CAPES, pela bolsa que tornou tudo isso possível.

Obrigado, **ao UNIVERSO** por permitir que eu exista e por me proporcionar estas pessoas e estas experiências.



O novo, de qualquer maneira, é o mal, pois é aquele que quer conquistar, derrubar as fronteiras, abater as antigas piedades, só o velho é bom.

Nietzsche



RESUMO

A elaboração desta pesquisa parte da perspectiva de compreender o encontro entre as políticas de modernização da agricultura e de conservação ambiental sobre o território dos camponeses veredeiros, na região Norte de Minas Gerais, especificamente, o Projeto de Assentamento Dirigido a Serra das Araras e o Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Buscamos essencialmente analisar em que termos este encontro conduziu a des-reterritorialização, as implicações sobre o território e suas representações e a metamorfoses da relação homem-natureza. Como referência empírica, o *'lôcus'* de investigação é o Projeto de Assentamento São Francisco, localizado no município de Formoso, Minas Gerais. Originalmente, este assentamento foi criado para receber os moradores expropriados de seus territórios pelas políticas públicas. Para esta análise a pesquisa de campo, as fontes orais e os documentos históricos foram fundamentais, tanto no que se refere ao movimento da teoria, como para a compreensão das mudanças e rupturas vividas por estes veredeiros. O que ficou claro é que os processos de desterritorialização ao longo do tempo se sucederam. Primeiro, temos a desterritorialização pelo avanço da agricultura capitalista e pelo enclausuramento da Unidade de Conservação. Assim, o Projeto de Assentamento São Francisco torna-se a possibilidade para a reconstrução de territórios, mas há processos mediante que dificultam ação humana, tornando a desterritorialização prolongada e/ou criando uma reterritorialização precária. Atualmente, no PA São Francisco, quando nem mesmo o primeiro território está garantido, o território abrigo, se reinventar é a única forma de com-viver com as desterritorializações prolongadas e/ou com as reterritorializações precárias.

Palavras chaves: PADSA. Parque Nacional Grande Sertão: Veredas. PA São Francisco. Território. Des(re)territorialização. Veredeiro.



ABSTRACT

The development of this research is to understand the perspective of the encounter between the policies of modernization of agriculture and environmental conservation on the territory of peasants in the north of the state of Minas Gerais. Specifically, it stands for the Settlement Project Aimed at Serra das Araras and the National Brazilian Park Grande Sertão Veredas. We seek to analyze essentially the terms in which this meeting led to deterritorialization or reterritorializations, the implications on the territory and its representations and transformations of man-nature relationship. As an empirical reference, the 'locus' of the research is the Settlement Project São Francisco, located in the town of Formoso, in the state of Minas Gerais. Originally, this settlement was created to receive the residents expropriated of their lands by public policies. For this analysis it was crucial a field research, some oral sources and historical documents. These methodologies were important regarding both to the movement of theory, and for understanding the changes and ruptures experienced by those peasants. This thesis makes clear that the processes of deterritorialization were ensued over time. Before those processes this research demonstrates the deterritorialization by the advance of capitalist agriculture and the enclosure of the conservation area. Following, it explains about the Settlement Project São Francisco as a possibility for the reconstruction of territories. In this case there are processes by which becomes difficult the human action, making the deterritorialization prolonged and causing a precarious reterritorialization. Currently, PA São Francisco (Settlement Project São Francisco), a land where it is not even guaranteed as a first territory, reinvent itself as the only way to deal with prolonged deterritorializations and precarious reterritorializations.

Keywords: PADSA (Settlement Project Aimed at Serra das Araras). Nacional Park of Grande Sertão:Veredas. PA San Francisco. Territory. Desterritorialization. Reterritorializations Peasants.



LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -	Perfil (esquemático) transversal do complexo Gerais	88
FIGURA 2 -	Veredas característica de do domínio de Cerrados.	90
FIGURA 3 -	Instituições atuantes no PA São Francisco entre os anos de 2002 a 2010.	261

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 -	O caminho. A cerca. As árvores: nos Gerais, o assentamento e a casa - PA São Francisco.	46
FOTO 2 -	A cerca. A terra em descoberto. Aos veredeiros, os lotes – As Fronteiras do assentamento	47
FOTO 3 -	Os “Gerais correm em volta” - Áreas de Preservação Permanente, PA São Francisco	48
FOTO 4 -	A casa veredeira: fazenda Geral mato Grande, Chapada Gaúcha	93
FOTO 5 -	Os Gerais: Parque Nacional Grande Sertão Veredas- Chapada Gaúcha.	94
FOTO 6 -	Área em Veredas em descanso: Fazenda Geral Pau Preto- Chapada Gaúcha	115
FOTO 7 -	Vereda apropriada pela agricultura: Fazenda Geral Mato Grande- Chapada Gaúcha	116
FOTO 8 -	Vista área da antiga Vila dos Gaúchos, atualmente sede do município de Chapada Gaúcha	156
FOTO 9 -	Abertura das primeiras fazendas do PDSA em 1979	157
FOTO 10 -	Máquinas. Roupas. O homem. A mulher. As crianças. A expressão do migrantes gaúchos no meio do sertão Norte Mineiro	158
FOTO 11 -	Exposição de maquinário agrícola nas ruas da cidade de Chapada Gaúcha	159
FOTO 12 -	Área preparada para o cultivo de soja no município de Chapada Gaúcha	165

FOTO 13 -	Vista área de uma fazenda produtora de soja	165
FOTO 14 -	O lá... A casa veredeira- Fazenda Geral Rio Preto	221
FOTO 15 -	O cá... O rancho veredeiro- PA São Francisco	221
FOTO 16 -	O cá... A casa do assentado - PA São Francisco	222
FOTO 17 -	O antes... O santo. A foto de família. O filtro. O banco. A sala veredeira – Fazenda Geral Rio Preto	230
FOTO 18 -	O depois... A televisão. O sofá. A sala do assentado veredeiro- PA São Francisco	230
FOTO 19 -	O solo. As árvores. A espera pelas sementes: o tombamento da vida - PA São Francisco.	237
FOTO 20 -	A porteira. A cerca. A escola. O lugar em que fazia a educação- PA São Francisco	258

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 -	Representação do espaço no Entorno do PARNA GSV	20
MAPA 2 -	Localização do Projeto de Assentamento São Francisco, Formoso- MG	25
MAPA 3 -	Vereda Mato Grande- Parque Nacional Grande Sertão: Veredas.	87
MAPA 4 -	Área de abrangência do Parque Nacional Grande Sertão: Veredas	173
MAPA 5-	A Trajetória veredeira: das veredas ao PA São Francisco	193

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	Categorias de representações territoriais no PA São Francisco	92
QUADRO 2 -	Processos e ações de regularização fundiária e criação do PA São Francisco	213
QUADRO 3 -	Dívidas contraídas pelos assentados do PA São Francisco	226
QUADRO 4 -	A dieta alimentar, o que se comia e o que se come, “o antes e o depois”.	238

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARSV - Associação Rural Sertão Veredas

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

COOPI - Cooperativa Pioneira

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FUNATURA - Fundação Pró- Natureza

GPs - Guardas- Parques

IBAMA-Instituto Brasileiro de Meio ambiente e dos Recursos Renováveis

IBDF - Instituto brasileiro de Desenvolvimento Florestal

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Nacional

PA- Projeto de Assentamento

PARNA GSV - Parque Nacional Grande Sertão Veredas

PCI - Programas de Crédito Integrado

PDASF - Plano de Desenvolvimento do Assentamento São Francisco

PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados

POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

RIOTERCO - Comercial Rio Grandense de Terras e Colonização

RURALMINAS - Fundação Rural Mineira

SEMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente

SNUC - Sistema Nacional de Unidade de Conservação

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UNB -Universidade de Brasília

UFV -Universidade Federal de Viçosa

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
1	VIVER UM TEMPO, PENSAR UM ESPAÇO: as geografias do trabalho de pesquisa	24
	INTRODUÇÃO	24
1.1	Percursos - a construção do problema – do pensar a pesquisa	24
1.1.1	Questões e perguntas: aproximação das rupturas tempo espaciais do território veredeiro	33
1.2	O Lugar da pesquisa: o Projeto de Assentamento São Francisco, Formoso- MG	37
1.2.1	O assentamento: Território e trabalho	37
1.2.2	Os gerais: natureza e sociedade	38
1.3	Imersões a campo, o estar em campo, à pesquisa que se pensa e a pesquisa que se faz	48
1.4	A pesquisa de campo e a pesquisa em campo	56
1.4.1	Pensar a pesquisa: “o esqueleto”	56
1.4.2	Viver a pesquisa: “a carne, o sangue e o espírito”	61
2	“O AMANHÃ VIVE É DO QUE SE TECE HOJE”: lógicas veredeiras de apropriação do território gerais	70
	INTRODUÇÃO	71
2.1	O território sertão, o ajustamento das práticas sociais	72
2.1.1	O sertão dos Gerais	82
2.2	A natureza que se faz sujeito, o sujeito que se faz natureza	95
2.2.1	Uma primeira apresentação: sobre lugares, pessoas, veredas e veredeiros	97
2.3	O trabalho na vereda: a agricultura e modo de vidas	108
2.4	Tempos e territórios veredeiros	118
3	AS TRAMAS DA DESTERRITORIALIZAÇÃO: as rupturas espaço-temporais do território veredeiro	128
	INTRODUÇÃO	129
3.1	A natureza da desterritorialização	130
3.2	Modernização e a expansão do capital na agricultura nos cerrados norte mineiros	141

3.3	Tempos de encontro: veredeiros e migrantes sulistas	149
3.4	A imposição de políticas ambientais	166
3.4.1	Os gerais sem homens: Parque Nacional Grande Sertão Veredas	171
3.5	Tempos de rupturas: a desterritorialização veredeira	182
4	DE VEREDEIRO A ASSENTADO: a reterritorialização no Projeto de Assentamento São Francisco, Formoso-MG	191
	INTRODUÇÃO	192
4.1	“Adeus Mato Grande, até logo Minas Gerais, Por aqui não volto mais”	195
4.2	Projeto de Assentamento São Francisco, necessidade ou imposição?	207
4.3	No meio caminho, um Projeto de Assentamento: os processos de reterritorialização...	215
4.4	Temporalidades em tensão: identidade e reterritorialização camponesa	232
4.5	Da reterritorialização a uma territorialização precária: a natureza da reinvenção territorial	247
4.5.1	De veredeiro a assentado...	257
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	270
	REFERÊNCIAS	278



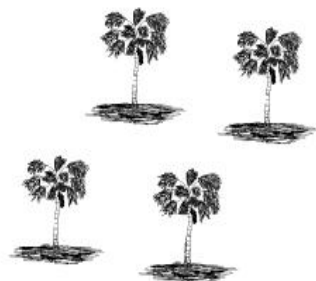
De onde venho...

A pesquisa que se faz tem haver com aquilo que se vive e aquilo que se é. Esta pesquisa fala de homens e mulheres que tem histórias em comum com as minhas. Embora, separados geograficamente, os veredeiros no Norte de Minas, eu, vindo do Vale do Jequitinhonha, o que nos liga intimamente é o fato de serem camponeses, assim como meus pais.

A terra, o trabalho na terra, o laborar do cotidiano sempre esteve presente em minha vida. Quando de casa sai para estudar na cidade, Itamarandiba, porque na “roça”, não havia mais possibilidades, a sensação era que estava me afastando do que era, um camponês. Agora, posso dizer que tempos depois, que os “estudos” - para usar as palavras dos meus pais - possibilitaram o reencontro comigo mesmo.

Paradoxal, não! Digo isso, para falar que a geografia teve uma incumbência maior em mim, aquela de unir o que sou hoje e o que fui ontem, geógrafo e camponês, ou um camponês geógrafo? O que escrevo é parte do que aprendi a observar e viver junto aos meus pais, e também parte do que aprendi/senti/convivi tempos depois com os veredeiros. Neste caso, as páginas que se seguem tem um tom intimista, fala de um mundo muito meu, o camponês. Mas que também é um mundo do outro, o veredeiro, mas que no final é muito perto do que fui.

Tenho pontos outros em comum com os veredeiros, também estou em desterritorializações. Nascido no Vale, terra onde se agricultura mais do que se cria, vim ainda “meio” menino para outro Vale, a beira do rio São Francisco, onde se cria mais do que se planta, fazer da geografia, a geografia da minha vida. Da beira do velho Chico abri novas veredas, elas me conduziram a Uberlândia, para o mestrado. Mestrado que me conduziu novamente ao Norte, a pesquisa com os veredeiros. Migrante em busca das minhas geografias mais íntimas.



Aqui começa um novo caminho para onde estou indo...



INTRODUÇÃO

Podemos começar esta pesquisa com um jogo de palavras. E todas elas nos dizem que estamos no mesmo lugar. Por exemplo, poderíamos dizer que estamos no sertão; ou se preferirmos, que estamos nos Gerais; podemos ainda dizer que estamos nos Cerrados do Norte de Minas; e ainda, no vale que as águas do rio São Francisco banham. São nomes amplos, mas ao mesmo tempo tão singulares. Podemos dizer que quem habita estes territórios são os sertanejos, os geralistas. Ou, se quisermos reduzir a escala do olhar, podemos dizer que entre estes tantos nomes existem outros, por exemplo, os veredeiros. Há uma polissemia de nomes para significar o mesmo lugar: o Norte das Minas Gerais e suas gentes.

Sertão, Gerais, geralistas, veredeiros. Isto não é apenas um jogo de palavras. Ou, talvez o seja, somente para quem ainda não conheça o Norte de Minas. Por entre Veredas, rios grandes e pequenos, situam os Gerais. Os Gerais que para muitos é sinônimo de Cerrados. Nome que historicamente vem significando estas terras de Chapadas onde se cria o gado a solta, um território de uso coletivo. Toda a parte que se estende da margem direita do rio São Francisco, é Gerais. A característica principal deste território são as extensas Chapadas, os Tabuleiros e, por entre elas, formando vales, as Veredas e os “Resfriados”¹.

Os Gerais não é um domínio morfoclimático, não é um espaço cartograficamente demarcado². E como nos ensina João Guimarães Rosa “os Gerais desentendem de tempo”³ Então, o que são os Gerais?

Os Gerais é um amálgama cultural e histórico e também circunstâncias ambientais. Se isolarmos qualquer uma destas características, ele deixa de ser o que é. Vejamos, se tomarmos as circunstâncias ambientais, se atribuí o nome de Gerais a um conjunto de paisagens que compõem o cerrado: Chapadas, Encostas e Veredas. Mas, isso não revela a sutileza que este ambiente tem nas vidas de seus habitantes. De outro modo, se tentarmos localizá-lo em um mapa, veremos que ele se encontra em uma área de transição entre o Cerrado e a Caatinga e a Mata Seca. Logo, espécies destes ambientes também o compõem, ou seja, ele está nos entremeios, e se faz pelo “encontro” de climas, solos e vegetação e também de culturas.

Isso, porém, não é suficiente para explicar o que é os Gerais. As coisas ficam mais claras quando tomamos também o sentido histórico e cultural do termo. Nos Gerais, a principal atividade econômica, historicamente, é a criação de gado. Isso acontece pela natureza de seus

¹ “As encostas que descem das chapadas para as Veredas são em geral muito úmidas, pedregosas (de pedrinhas pequenas no molhado chão claro), porejando aguinhas: chamam-se *resfriados*. O resfriado tem só uma grande rasteira, é nítida a mudança de aspecto da chapada para o resfriado e do resfriado para a Vereda”, (ROSA, 2003, p. 41). Resfriado é um termo típico para caracterizar os solos que envolvem a Vereda. Segundo um dos entrevistados recebe este nome porque é a parte mais fria dos Gerais.

² Na introdução optamos por colocar as referências do autor em nota de rodapé.

³ ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: Veredas. Editora Nova Aguilar, 1994. p.148.

solos por não serem muito apropriados para agricultura. Ao contrário, devido às gramíneas naturais e as salinas, mais apropriados para a criação de gado. Ocupado de forma extensiva e aproveitando os recursos naturais, o gado avança e com ele os grupos humanos vão se territorializado.

Do seu modo, estes grupos humanos foram aproveitando as condições naturais para forjar seus territórios. Neste caso, as Veredas, os leitos dos rios e os fundos de vale se tornam fulcro privilegiado de territorialização devido à presença de água e pelo fato de nestes espaços terem terras mais adequadas à agricultura. Com isso, vai se estabelecendo um uso duplo: os leitos de água se tornam área de controle “privado”, de onde nascem às fazendas e também os núcleos camponeses. Os Gerais se tornam terras de uso comum, geral. Terras que eram de todos são, portanto, Gerais.

Isto revela um jogo de solidariedades forjadas no tempo-espaço que permite a territorialização humana e a formação de um campesinato. No caso, o que estamos dizendo não é que não havia a posse formal e burocrática da terra, isso havia. O fazendeiro podia ser dono das terras, mas não era dono de seus recursos, o que facilitou a formação de uma complexa rede de solidariedade de uso comum dos ambientes. Além disso, estes homens que territorializam os Gerais desenvolvem estratégias que combinam a agricultura no fundo dos vales, a criação de gado a solta nos Gerais e o extrativismo.

Este modelo de uso dos recursos naturais ganha legitimidade com uma segunda rede de relações, aquela que vincula os camponeses às fazendas de gado e seus proprietários. De um lado, há construção de relações verticalizadas e hierarquizadas do ponto de vista econômico e político. De outro, porém, havia outras relações orgânicas de solidariedade como o sistema de compadrio e vizinhança tendo como elemento determinante a troca de favores. Em ambos os casos, estas relações são instrumentos de dominação que são forjadas por intermédio de uma rede simbólica de poder.

Com isso, os Gerais são ocupados e territorializado por dois modelos complementares. A fazenda, criadora de gado e proprietária de terras, os núcleos camponeses com posseiros, vaqueiros e/ou agregados interligados a estas fazendas. A rigor, dois sistemas articulados no tempo e no espaço com implicações na organização social, cultural e econômica dos territórios que são forjados. Cada grupo articulando formas próprias para a reprodução da vida e na construção do “todo econômico” com o trabalho familiar.

Na sociabilização da natureza, na atribuição de significados, é que historicamente os Gerais vão se fazendo. E se fazem, fazendo seus, os homens que o habita. São eles, portanto, “geralistas”, ou seja, homens que habitam em condições ambientais específicas e com relações espaciais determinadas, os Gerais. Por isso, ele é uma formação ambiental, mas histórica e

culturalmente significativa e territorializado. De seu modo, uma cultura, um território que conjuga lógicas sociais e ambientais.

Até aqui estamos nos referindo a um espaço macro, os Gerais como um todo. Mas, é preciso dizer que ele é múltiplo e possui outras escalaridades. Os Gerais se dividem em outros tantos espaços de acordo com cada grupo social. Isso acontece devido às próprias experiências históricas e ambientais. Adentro dos Gerais, por entre as suas chapadas, grupos sociais vão se apropriando de partes específicas, como, por exemplo, as Veredas. Por isso, são conhecidos de formas diferentes, quem vive das/e nas Veredas deixa de ser conhecido como “geralista” e passa a ser denominado como “veredeiro” ou gentes das veredas.

“Nesse travessão aí de chapada era tudo sem dono, só em beira de Vereda encontrava morador”⁴. O morador da beira da Vereda é o veredeiro. O veredeiro tem um modo de vida peculiar, sua casa, suas áreas de cultivos sempre estão ligados à Vereda. Dela se retira além dos alimentos cultivados, a palha do buriti, a seda e troncos. O veredeiro é “úmido” ele quer o frescor das Veredas e de suas terras. “O povoamento vai beirando onde tem água, onde tem Vereda. Todo povoamento é na beira d’ água”⁵.

Os veredeiros se fazem historicamente ligados aos Gerais e aos processos históricos de sua ocupação. No entanto, eles representam um modo de vida específico porque criaram estratégias culturais para territorializar e sociabilizar as determinações do ambiente. Nas Veredas, terra que é, ao mesmo tempo, espaço de cultivo e do extrativismo, forjam a gênese de uma territorialidade que é complementada pelo uso comum dos Gerais para a coleta de frutos, ervas e madeira e também na criação de gado.

O que chama a atenção nos veredeiros é que historicamente eles apropriam de terras devolutas e/ou de fazendas em decadência devido ao isolamento econômico que passou o Norte de Minas a partir do século XVIII com a estagnação da criação de gado. Neste sentido, eles se situam no território intersticial da economia dominante, graças ao baixo interesse da economia capitalista por estas terras e seus recursos naturais.

O que legitima o território veredeiro é o trabalho. O trabalho como elemento sociabilizador e significativo da natureza é que integra o homem às Veredas e cria o material histórico que conforma suas identidades. Neste espaço intersticial, a propriedade da terra, no sentido capitalista do termo, não existia, o que dava sustentação a posse da terra era o trabalho empreendido. Neste caso, cria-se uma lógica social que a única coisa que é privada, ou melhor, dizendo, familiar, é o resultado do trabalho. As terras e os recursos naturais sempre

⁴ CORREIA, Antônio Inácio. **Depoimento**. UFMG: Belo Horizonte, 2010. p. 46.

⁵ Ibid. p. 62.

pertenceram a todos. E isso constitui uma parte essencial do que podemos chamar de complexo veredeiro, ou seja, terra comum e o uso familiar de Veredas e encostas.

O que é preciso dizer, é que as forças dos elementos históricos podem mudar as estruturas de um grupo e de seus territórios. E é esta a nossa preocupação nesta pesquisa, as rupturas que se engendraram sobre o território veredeiro a partir das políticas públicas impostas pelo Estado a partir da década de 1970. As políticas que estamos referindo é a criação do PADSA - Programa de Assentamento Dirigido a Serra das Araras em 1976 e a criação do PARNA GSV - Parque Nacional Grande Sertão Veredas em 1989.

O PADSA é parte de uma estratégia do governo do Estado de Minas Gerais para controlar as terras devolutas. E se faz isso por meio da propriedade privada da terra. O que estamos dizendo com isso é que o Estado, por meio da RURALMINAS, começa a privatizar as terras de uso comum, os Gerais. Para os municípios de Januária, São Francisco, Formoso e Arinos criam-se um programa de ocupação específico, o Assentamento Dirigido Serra das Araras.

O objetivo principal deste programa foi diminuir os “vazios” econômicos e demográficos. Para isso, oferecem-se créditos, infraestrutura e acesso as terras para um grupo de sujeitos peculiares, os migrantes sulistas. Neste caso, a privatização e a intervenção do Estado tem um duplo aspecto. De um lado, territorializa uma nova camada de sujeitos com racionalidades e sistemas produtivos diferentes dos veredeiros. De outro, faz isso sobre as terras de uso comum.

Isso representa uma ruptura no território veredeiro, sobretudo, porque o uso da terra que se fundamentava no arcabouço de leis consuetudinárias e rara às vezes em quem havia a propriedade formal e burocrática da terra. E, também na medida em que o novo grupo social, os gaúchos, construía suas redes territoriais sobre os Gerais, o acesso aos recursos naturais tornam-se escasso, sobretudo, devido ao intenso desmatamento para a implementação dos monocultivos de soja.

Abrem-se estradas, funda-se “a vila dos gaúchos” e o território gaúcho se reinventa sobre o território veredeiro. Estes têm as condições de reprodução comprometidas e, a propriedade da terra, que historicamente era a exceção à regra, torna-se a regra da exceção. Além das questões ambientais e econômicas, tem-se o confronto identitário e econômico. Tem-se a “modernidade” gaúcha, em contraponto ao “atraso” veredeiro. O “progresso” dos Gerais, razão econômica do Programa de Assentamento, contrapondo a “incapacidade” de modernizar os sistemas produtivos veredeiros. Os Gerais tornam-se assim por dizer, palco de conflitos ambientais, culturais e econômicos. E os veredeiros se tornam antagônicos aos seus próprios territórios.

Com isso, numa primeira aproximação, podemos afirmar que à medida que os gaúchos foram se territorializando, o inverso acontecia com veredeiros, que entram em um processo de

rupturas, de desterritorialização. O complexo veredeiro se torna incompleto pela privatização dos Gerais, pelo esgotamento das Veredas e pelo avanço da fronteira da soja. O veredeiro fica no entremeio do território gaúcho, da soja e da produção capitalista do espaço. Um Gerais sem mistério, sem fundamentação histórica se revela, e um tempo-espaço novo, dos gaúchos, se forja.

E, como diria João Guimarães Rosa, com isso “tempos foram, os costumes demudaram. Quase que, de legítimo leal, pouco sobra, nem não sobra mais nada (...). E até o gado no grameal vai mingando menos bravo, mais educado”⁶. A expressão do território veredeiro é colocada em um segundo plano. Os gaúchos consolidam uma nova organização social, política e econômica, novas relações de poder e novas relações com a natureza, muito mais funcional e técnica.

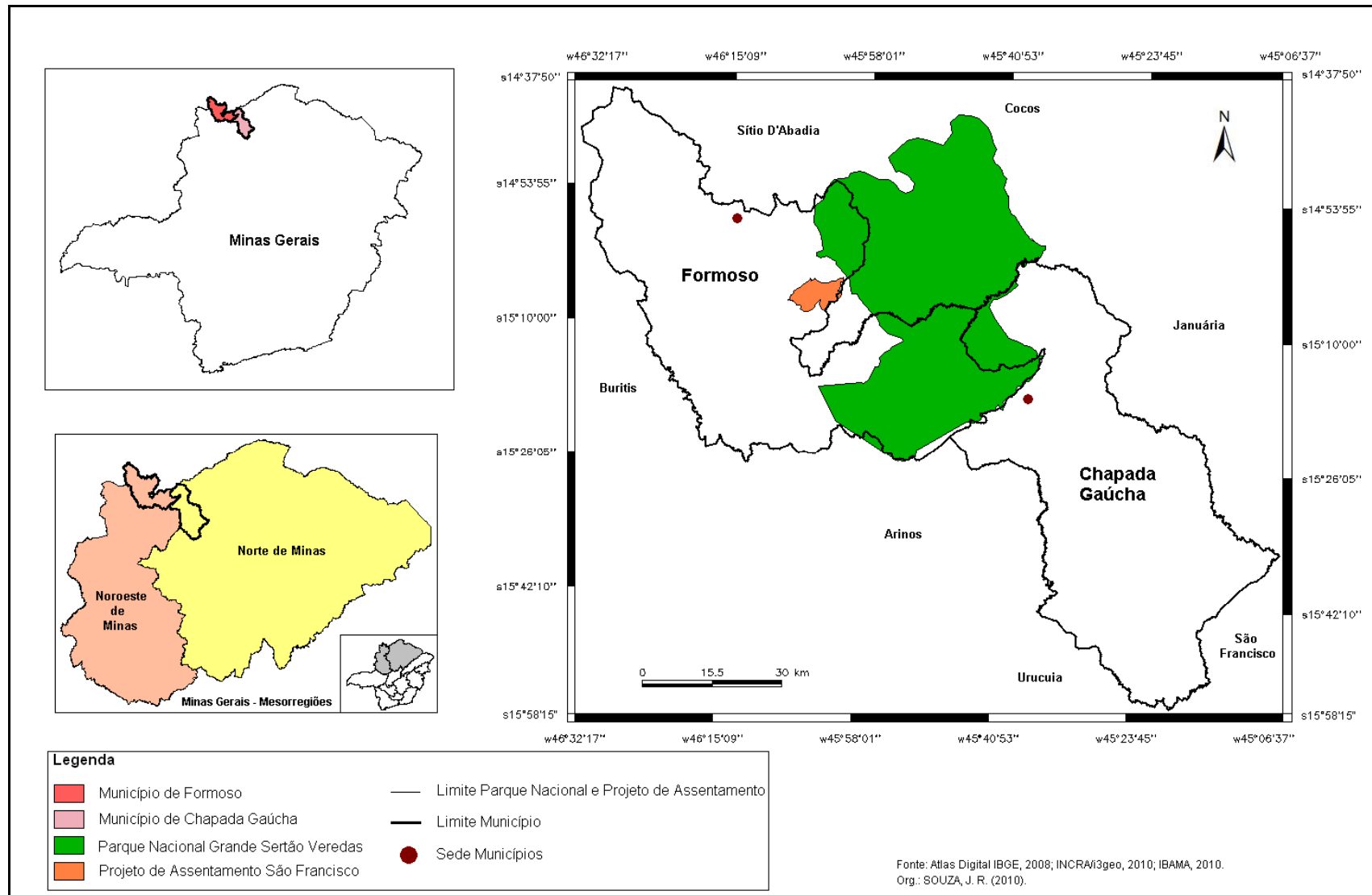
Isso tem um segundo desdobramento, e talvez mais desterritorializador, é que a fronteira agrícola se faz em concomitância com outro movimento, uma fronteira “preservacionista” baseada no “onguismo” e na “natureza intocada”. Devido ao fato da intensa degradação do “ambiente” Gerais, este entra no foco deste movimento. A partir de 1986, por intermédio da FUNATURA - Fundação Pró-Natureza, estudos sobre as condições ecológicas desta região começam a ser realizados no intuito de criar uma Unidade de Conservação.

Finalmente, em 1989, depois da concretização dos estudos e de um jogo político de ONGs, em 12 de abril de 1989, o presidente José Sarney assina o decreto que cria o PARNA GSV. A justificativa para isso é conter a expansão da soja e do carvoejamento que estavam degradando os Cerrados do Norte de Minas. As Unidades de Conservação representam um tipo específico de território, controlado instrumentalmente pelo Estado.

As contradições ganham novas nuances, os conflitos ganham novas escalas. Isso acontece, em um primeiro momento, pela modalidade de unidade escolhida, a de “preservação integral” e de uso “indireto” que não permite a presença humana. E, em um segundo, porque o PARNA GSV impõe sobre o território veredeiro, com limitações de uso. Com isso, em curto prazo, os veredeiros seriam “expulsos” de seus territórios via regularização fundiária ou a realocação territorial no Projeto de Assentamento São Francisco (conforme o mapa 1).

O preservacionismo engendrado por intermédio da Unidade de Conservação centraliza o controle do território e rompe com a legitimidade histórica dos veredeiros. E com isso, ignora todo o processo histórico de relação com a natureza dos Gerais na formação dos territórios. Os veredeiros “encurralados” são proibidos de realizar suas atividades habituais como o cultivo da terra. Outras, como a queima dos Gerais para a solta do gado, é criminalizada.

⁶ ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: Veredas. Editora Nova Aguilar, 1994. p. 29.



Mapa 1: Área do Entorno do Parque Nacional Grande Sertão: Veredas.
Fonte: Atlas Digital IBGE, 2008; IBAMA, 2010.

Os veredeiros que estavam sofrendo um intenso processo de desterritorialização com a expansão dos monocultivos de soja e com a privatização das terras de uso em comum, com a criação do PARNA GSV a desterritorialização é atomizada. Com graus de intensidade diversos, este processo se consolida em 2002, com a retirada em definitivo dos veredeiros para o Projeto de Assentamento São Francisco, no município de Formoso-MG. Rompem-se a história e o território para forjar outros, no processo de “reterritorialização” em um assentamento.

Embora, criação do PARNA GSV tenha acontecido em 1989, à ideia de criar um assentamento para receber os veredeiros afetados pela Unidade de Conservação só ocorreu em 1998. Durante todo este período os veredeiros ficaram encurralados e tiveram as suas condições de vida fragilizadas pela preservação da natureza. Nesse sentido, as Fazendas São Francisco e Gento, no município de Formoso, foram desapropriados originalmente para dar lugar a um Projeto de Assentamento. E, finalmente em 2002 é feita em definitivo a transferência dos veredeiros para o PA São Francisco.

Se formos situar a nossa pesquisa em uma escala temporal, podemos dizer que ela se divide em quatro períodos. Um primeiro, que se caracteriza pelo modo de vida veredeiro de uso das Veredas e dos Gerais como terras “comuns” até a segunda metade da década de 1970. Um segundo, que se situa entre a criação do PADSA e o PARNA GSV, entre 1976 e 1989, período em que o território e o modo de vida veredeiro sofrem intensas rupturas, ou seja, período em que se situa a gênese da desterritorialização. Um terceiro, que situa entre 1989 e 2002, com a criação da Unidade de Conservação e a retirada em definitivo dos veredeiros para o PA São Francisco, quando a desterritorialização ganha relevo, levando a perda do território. E, por último, a partir de 2002, o quarto período que interpretamos como o da reterritorialização veredeira no PA São Francisco.

Com isso, podemos dizer que todo o esforço empreendido nesta pesquisa procura compreender o movimento de destruição e de reconstrução de territórios, ou seja, os movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização entre as populações veredeiras atingidas pelo PADSA e pelo PARNA GSV. Fazemos isso a partir de um olhar analítico sobre o território na busca de encontrar os processos que o formaram, mas, ao mesmo tempo, os processos que os tornam fluidos e desterritorializante.

Devemos fazer um esclarecimento. A nossa pesquisa não é espacialmente determinada. O que queremos dizer é que a nossa análise parte do processo de territorialização dos Gerais e a criação do território veredeiro. Tal grupo se situava historicamente em um espaço: no encontro entre os municípios de Formoso, São Francisco, Arinos e Januária. Com a criação do PADSA, a vila dos gaúchos que em 1994 se emancipa e se torna o município de Chapada Gaúcha. Ou seja, historicamente, o território veredeiro se situa em territórios diferentes, nas fronteiras administrativas.

Isso acontece também quando são expropriados de seus territórios pelo PARNA GSV e quando são realocados no PA São Francisco, situado em outro município, o de Formoso. Neste caso, não é apenas uma mudança administrativa, mas uma mudança espacial. O que queremos dizer com isso é que nossa análise acompanha a mobilidade veredeira pelos diferentes territórios em que vão sendo inseridos de forma contingencial.

Neste caso, temos, portanto, municípios que surgem junto com a fugacidade da soja, como é o caso da antiga sede do PADSA, atualmente o município de Chapada Gaúcha. E há outros, como o de Formoso, que tem um longo processo histórico em sua formação. Neste caso, como estamos preocupados mais com um grupo social - os veredeiros - que perderam seus territórios com o avanço da agricultura capitalista e da frente preservacionista, não nos preocupamos com as fronteiras administrativas. Por isso, nos referimos sempre à região no entorno do PARNA GSV.

Estruturalmente, na divisão deste trabalho, o primeiro capítulo é onde traçamos a nossa problemática, objetivos, justificativa, metodologia e também fazemos a caracterização do PA São Francisco. No segundo capítulo, trazemos um regaste histórico, tendo como questão central o modo de vida e o território veredeiro. No terceiro capítulo analisamos as rupturas que são engendradas sobre o território veredeiro. No último, são discutidas as estratégias, os limites e os embates forjados pelos veredeiros na reterritorialização PA São Francisco.

O que podemos dizer, por fim, que historicamente as gentes das veredas ou veredeiros reinventaram sucessivamente os seus territórios de vida. As políticas públicas ampliariam esta escala, criou constrangimentos e ressignificações. Atualmente, no PA São Francisco, quando nem mesmo o primeiro território está garantido, o território abrigo, se reinventar é a única forma de com-viver com as desterritorializações prolongadas e/ou com as reterritorializações precárias.





CAPÍTULO I

*VIVER UM TEMPO, PENSAR UM ESPAÇO:
as geografias do trabalho de pesquisa*



IPHAN

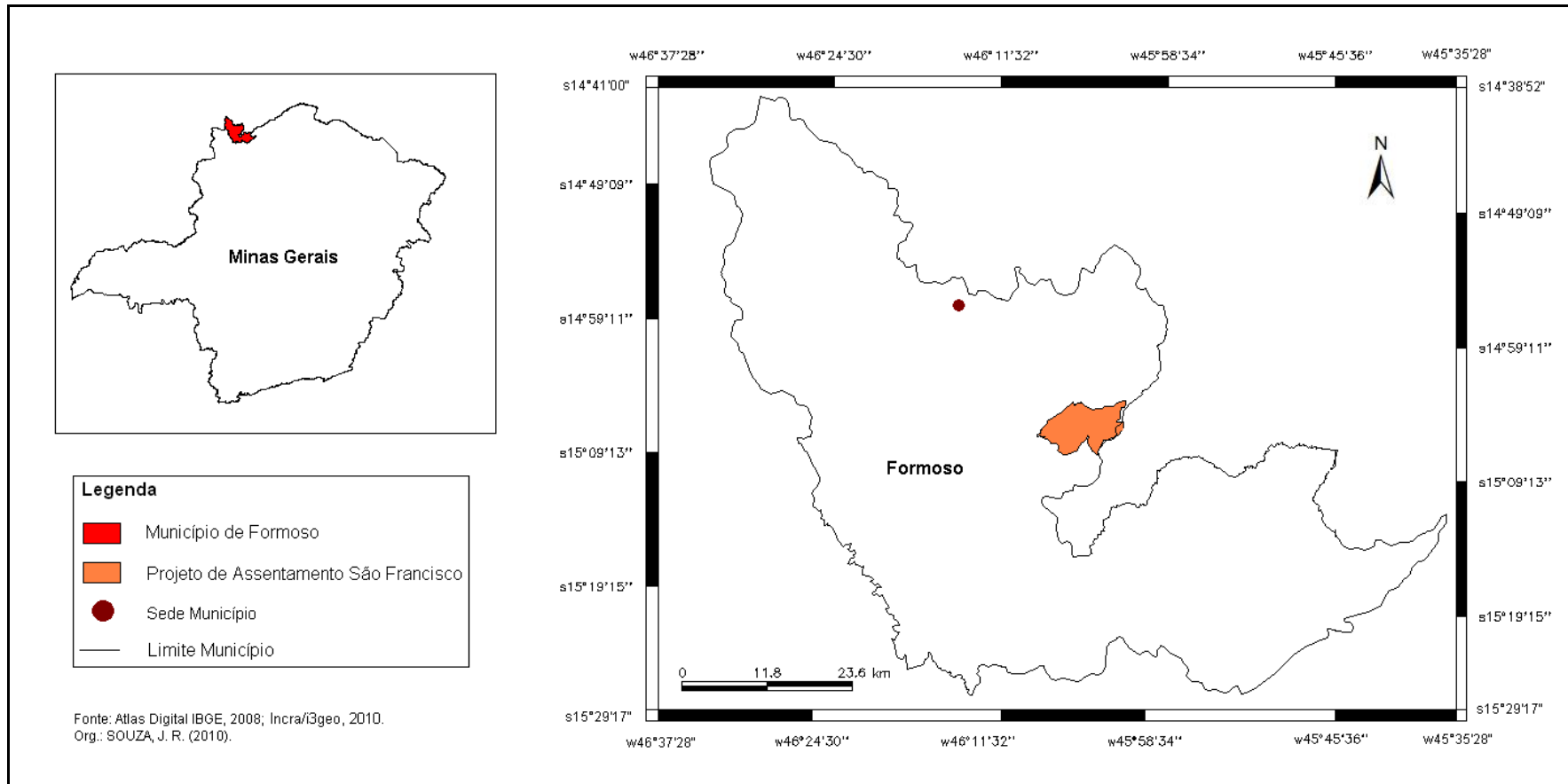
Há uma pesquisa que se escreve, há outra que se inscreve. Há uma pesquisa que se escreve como resultado... Há uma que se escreve dentro da gente. Uma deixa folhas escritas, lidas ou não estão às vistas, outra começa a viver dentro da gente. Uma termina, a outra nunca acaba... É força latente que brota como uma nascente de água na Vereda. E lá vive, vive para alimentar a vida que a rodeia. E há uma pesquisa que se pensa fazer e, outra, aquela que realmente se faz.

A pesquisa é antes de tudo o momento de encontro e desencontros... Encontro com possibilidades e impossibilidades. É o momento de ver a composição das gramáticas sociais. Os conflitos, os embates e a natureza das ações humanas no espaço. É preciso dizer que a pesquisa é também uma dupla pesquisa, aquela que faz com um sujeito e aquela que o sujeito faz com você. Processo duplo de autoconhecimento. São sobre estes encontros, estas pesquisas, estes momentos que acontece quando se emerge em campo em buscas por respostas de questões que nos afligem, sobre as imaginações geográficas, imaginações teóricas e empíricas que escrevemos este capítulo.

Em outras palavras, este capítulo tem como objetivo demonstrar os procedimentos, as técnicas, as aflições acontecidas durante a pesquisa de campo. Além, de colocar sobre o plano de análise as problemáticas com qual envolvemos, os sujeitos em/da pesquisa, o objeto e o lugar de análise. Esse capítulo é a base, dele nasceram todos os escritos desta pesquisa, é, portanto, a força pulsante, a fonte de erros e acertos.

1.1 Percursos - a construção do problema – do pensar a pesquisa

Quando começamos a pensar esta pesquisa tinha um dado “imediato”, o PA São Francisco. Um assentamento criado essencialmente para receber os ex-moradores do PARNA GSV (Mapa 2). Tinha também “informações” da região do Grande Sertão Veredas com intensos focos de conflitos. Duas questões que isoladas não dizem muito sobre o lugar. O assentamento é um dado, um espaço social, uma construção geográfica para atender a demanda por terras. Os conflitos, a região Norte Mineira como um todo, vem historicamente vivendo múltiplos. Isso é o que tinha em mãos de imediato. As formas sociais não mostram o definitivo, nem mesmo os processos que as construíram. É preciso, pois, buscar nas entrelinhas, a explicação do processo.



Mapa 2: Localização do PA São Francisco, Formoso- MG.
Fonte: Atlas digital IBGE, 2008.

O imediato, “as sensações primeiras” que temos das coisas, dos objetos, dos espaços, contudo, guardam questões outras que podem ser desveladas. A pertinência dessa afirmativa é pautada na leitura de Henri Lefebvre que sugere a necessidade de ver o que não está revelado nas coisas postas no imediato. Segundo ao autor, o “imediato é apenas uma constatação (...) da existência de algo”. O conhecimento não deve conter com o imediato, deve ir mais além, “na convicção de que, por detrás do imediato, há uma coisa que, ao mesmo tempo, se dissimula e se expressa” (LEFEBVRE, 1983, p. 216).

Pode se chamar de “imediato” todo conhecimento que não é obtido através de um processo, um caminho que passa através do meio, etapas intermediárias (...) todo conhecimento imediato tem nome de “intuição” (LEFEBVRE, 1983, p. 105).

E ainda:

O imediato, num certo sentido, é o concreto já que nos liga a ele; e, num outro sentido, é abstrato, já que as sensações nos dão apenas a superfície do mundo exterior, sua primeira relação conosco, seu lado voltado naturalmente para nós (LEFEBVRE, 1983, p. 223).

Tais comentários são para dizer que “para compreender a essência do espaço é preciso dirigir o olhar as suas origens, discutindo a natureza da informação” (HISSA, 2003, p. 185). Aqui está a questão chave. Olhar as formas sociais como construções históricas. E que trazem em suas malhas e tramas, embates, aberturas e fechamentos, movimento e pausa. G. Brornheim adverte que a “tradição e rupturas se espalham reciprocamente, e a dialética dos dois tempos [aquele que estamos vivendo e aquele já concebido] esclarece as quantas andamos nessa grande esquina que é a história do tempo” (BRORNHEIM, 1987, p. 29). E foi com este sentido que começamos a refletir sobre as questões que levou a criação de PA São Francisco para receber ex-moradores do PARNA GSV. E sobre a natureza dos conflitos.

Trata-se, como quer Cássio E. Hissa, “de descobrir o que não está à vista” (HISSA, 2003, p. 185). A questão é cotejar a realidade. Com este desejo, mergulhamos então em uma busca constante de dados, busca também por leituras que nos permitisse ler as coisas do imediato com a profundidade geográfica necessária. Na busca de horizontes teóricos, um texto de Henri Lefebvre foi peculiar. O texto traz uma discussão voltada para a sociologia rural, e uma proposta de método de pesquisa. O autor propõe pensar a realidade em termos de complexidade vertical e horizontal ou método “regressivo- progressivo” nas palavras de José Souza Martins (MARTINS, 1996). Em palavras outras, a proposta do autor é pensar como o tempo passado intervém reciprocamente nas construções humanas do presente.

Segundo José de Souza Martins esta dupla de complexidade, como um procedimento metodológico, tem a possibilidade de identificar e recuperar as “temporalidades desencontradas e coexistentes”. Assim, temos que “a complexidade horizontal da vida social pode ser reconhecida na descrição visível” (MARTINS, 1996, p. 20). Nesta, “as formações e estrutura agrárias de uma mesma época histórica – em particular nas determinadas pelos metaconjuntos sociais e políticos atuais – se manifestam com diferenças essenciais, que chegam até o antagonismo” (LEFEBVRE, 1971, p. 63). A complexidade horizontal é, portanto, o “conjunto das condições” atuais onde a vida se desenvolve.

Ao contrário, a complexidade vertical é o tempo histórico, aquele concebido. Nas palavras de Henri Lefebvre, “o mundo rural atual oferece a observação e a análise, a coexistência de formações de épocas e datas diferentes” (LEFEBVRE, 1988, p. 64). Isso quer dizer que habitam o mesmo espaço temporalidades desiguais. A complexidade está nas formas manifestas do tempo, concebido e apropriado em datas desiguais. Nas palavras de José de Souza Martins, cabe ao pesquisador precisá-las. Isso porque “cada relação social tem sua idade e sua data, cada elemento da cultura material e espiritual tem a sua data.” E o que de início revelava apenas a simultaneidade, o próprio tempo presente é, com isso “descoberto como remanescente de época específica” (MARTINS, 1996, p.21).

Em seus escritos, José de Souza Martins afirma que este método tem implicações diretas para integrar a sociologia à história (MARTINS, 1996). Mais do que isso, acreditamos que a visão e interpretação dos tempos históricos contido nas complexidades horizontal e vertical podem integrar duas categorias mestras do conhecimento geográfico, tempo-espaço. O que tem de mais importante é, sobretudo, a possibilidade de analisar com as ações, os projetos e as dinâmicas pretéritas tem implicações diretas sobre o cotidiano que se desenvolve no presente. E se, de um lado, há necessidade de contextualização histórica dos processos; de outro, existe a necessidade de espacialização destes movimentos. Uma questão ainda é importante, conforme Henri Lefebvre:

A que denominamos horizontal; e a que denominamos vertical, e que poderíamos chamar de históricas – se entrecruzam, se entrecortam, atuam uma sobre a outra. Assim, num emaranhado que só uma boa metodologia pode esclarecer. É preciso, simultaneamente, determinar os objetos e objetivos relevantes para a sociologia rural e definir sua relação com as ciências e disciplinas auxiliares: geografia humana, economia política, ecologia, estatística, etc. (LEFEBVRE, 1971, p. 63).

Não é o território um produto final, mas um devir de implicações que são feitas cotidianamente. Dizendo com outros termos, no presente, os espaços sociais têm uma existência que é historicamente elaborada. Essas anotações nos conduzem, portanto, a necessidade de fazer as conexões possíveis com fatos que implicam e transformam as percepções de tempo-espaço,

portanto, da vida elaborada socialmente. As mudanças, as rupturas, ocorrem de uma forma ou de outra, no cotidiano, no lugar onde todos os embates ganham mais força. Outra questão a pensar é sobre o caráter não linear do tempo. Há rupturas, quebras de lógicas, novas questões se impõem. Objetos geográficos novos surgem de processos espaciais conflituosos. E mais uma vez, Lefebvre em outra passagem tem uma importante contribuição: “os estudos necessitam de um quadro geral, uma concepção de processo de conjunto (analisemos de novo que é imprescindível sempre considerar a interação entre as estruturas, a influências das estruturas recentes sobre as estruturas antigas e subordinas ou integradas as primeiras)” (LEFEBVRE, 1971, p.72).

É para dar o sentido de movimento nas pesquisas que o autor propõe “um método muito simples”, segundo ele, a partir do qual as complexidades, vertical e horizontal, são complementadas por meio da utilização das “técnicas auxiliares e que inclui vários momentos”. O que acreditamos ser uma proposta para se pensar o tempo e o espaço como tempo-espaço.

- a) Descritivo, observação, contudo, baseada em uma experiência teórica geral. Em primeiro lugar: a observação sobre o terreno. A utilização prudente das técnicas de pesquisa (entrevistas, questionários e estatísticas).
- b) Analítico-regressivo. Análise da realidade escrita. Esforço de para datá-la exatamente (para não se contentar com uma relação de “arcaísmos” não datados, sem comparação entre si).
- c) Histórico - genético. Estudos das modificações ocorridas na estrutura em questão, uma vez datada, pelo desenvolvimento anterior (interno e externo) e por sua subordinação a estrutura do conjunto. O esforço de uma classificação genética das formações e estruturas, no quadro do processo em conjunto. Esforço, portanto, para retomar ao atual anteriormente descrito para recontar o presente, porém, elucidado: explicado (LEFEBVRE, 1971, p.71).

As anotações de Lefebvre podem ser definidas como uma tentativa de remontar o movimento do tempo e, portanto, como estamos pensando o movimento do espaço. Isso não quer dizer, porém, uma determinação do tempo histórico ou do tempo presente. É mais uma operacionalização do pensamento no intuito de desvelar o imediato. Cabe ressaltar a contribuição de Ana Cristina Arantes Nasser e Marlene Fumagalli ao refletir sobre o pensamento de Lefebvre. Segundo as autoras, “as diferenças emergem como resultado entre o opaco e luminoso, entre o passado e o atual. As diferenças são o possível” (NASSER, FUMAGALLI, 1996, p. 36). Além do mais, este imediato revelado está implícito em vários tempos da vida. Ele é ocultado nos afetos, na natureza e no território. Observar e compreender isto e, sobretudo, demonstrar analiticamente estas modificações e as rupturas desse imediato, é o método de Lefebvre.

A rigor, José de Souza Martins esclarece que este método consiste em um primeiro momento na descrição do que está a vista. Neste, o “pesquisador procede mais como etnógrafo”. É, portanto, o momento da complexidade horizontal, complementada com a

descrição do “terreno” e com as técnicas de observação. Feito isso, entramos no plano da complexidade vertical e das técnicas “analítico-regressiva”. O que se revelava como um fato do presente ao ser lido historicamente, revela a sua elaboração histórica. E, por último, “o pesquisador deve procurar reencontrar com o presente” porque é com o movimento “regressivo-progressivo [que] é possível perceber as contradições sociais históricas” (MARTINS, 1996, p. 22). Esforço de explicar o presente no intuito de ver suas contradições.

Essa dupla complexidade não é exterior ao homem e a cada ser humano. Falas, gestos, entonações, modos de relacionamento, desencontro entre o falado, o percebido e o feito, tudo enfim tem que ser concretamente vivido, ainda que no limiar do percebido. São os desencontros que dão sentido a práxis, fazendo-a repetitiva, mimética e inovadora, no mesmo ato, no mesmo movimento. (...) Não há reprodução de relações sociais se uma certa produção de relações, não há repetição sem uma certa inovação. No interior de cada sociedade e no interior de cada uma agita-se a efervescência dessa coexistência de modos, mundos, relações, concepções, que não são contemporâneos (MARTINS, 1996, p. 22-23).

É claro que existem limites nos pressupostos da formulação lefebvriana. Toda pesquisa tem um tempo e uma concepção teórica determinada, o fato é que, como o movimento da sociedade e a fluidez de suas ações, os conceitos tem que ser mais operacionais do que as “estruturas” de Lefebvre. E, como os debates atuais têm demonstrado, o espaço como categoria e como conceito é um campo privilegiado para isso. Caso semelhante acontece com o conceito de território, sobretudo com as novas compreensões teóricas da geografia a partir da segunda metade do século XX. Não consideramos nem o espaço e nem o território como sinônimo de estruturas, se isso fosse um fato estaríamos apenas substituindo um termo um pelo outro. Isso não conduz a um rigor teórico e conseqüentemente, as análises empíricas estariam comprometidas. Claro, o espaço e o território são também estruturas, todavia, é preciso pensar além delas e as implicações delas.

Estamos também mais para entendermos a contribuição do autor em termos de concepção metodológica de que um método. A afirmação precedente é para dizer que concordamos com outro autor, Cássio Eduardo Hissa, na concepção de método. Para ele, método é “concepções amplas de interpretação do mundo” é mais uma postura filosófica e política que orienta cientistas e a ciência na produção do conhecimento. Do mesmo modo, que uma concepção metodológica, ou “métodos de pesquisa” é um conjunto de procedimentos, técnicas que apoiam na construção do conhecimento (HISSA, 2006, 159).

As anotações anteriores nos conduzem a um segundo ponto. Consideramos que o autor tem uma contribuição importante na pesquisa. Isso, porém, não quer dizer que sua proposta de “método” seja aplicada aqui. Não é isso definitivamente! E mais, tomamos as contribuições do autor para elaborar à problemática e não a metodologia ou método de pesquisa, embora tenha a

consciência de que a problemática é quem define a metodologia da pesquisa. O autor é uma referência fundamental, mas cada metodologia e, também, cada corpo teórico tem uma aplicabilidade na pesquisa para a qual foi criado. Se isso não for considerado, fatos da realidade espacial podem ser deixados em um segundo plano. Por isso é que não tomamos a proposta do autor como modelo, mesmo porque as imaginações geográficas são outras, as experiências de vida também. A pesquisa é um recorte subjetivo e particular! De um “eu”. Um eu que seleciona o que interessa. Por conseguinte, ela é uma leitura do mundo feita a partir das minhas concepções filosóficas, culturais e psicológicas.

O fato de apropriarmos dos pressupostos do autor, não quer dizer que com isso vamos verificar os “resíduos” de um passado remoto, mas o seu devir no presente. É “preciso juntar os fragmentos, dar sentido o residual, descobrir o que ele contém como possibilidade não realizada” (MARTINS, 1996, p. 22). Nem queremos, tão pouco, criar dicotomias como o moderno e o arcaico, passado e presente, apenas interpretar fluxo do tempo pretérito atuando sobre o tempo presente. Perceber os movimentos contínuos entre espaços-tempos. É importante perceber que “o tempo tem fluxo contínuo”, embora não linear. O presente e o passado podem ser vivenciados no mesmo instante, porque vivemos temporalidades diferenciadas, embora “o tempo seja uno”. O presente para um sujeito pode ser passado para outro (SAQUET, 2007, p.170). O fato é que cada sociedade apropria e produz seus territórios em espaços-tempos descontínuos, que se materializa, se reproduzem como um conjunto desigual. Cada território é por assim dizer um “híbrido”, “híbridos de natureza e cultura” como afirma Bruno Latour (LATOURE, p. 16, 1994).

O essencial na proposta de Lefebvre, é que as complexidades se entrecruzam, sobrepondo-se há completude entre ambas, numa justaposição paradoxal, há preservação do movimento contínuo do tempo, que é processual. É nesse sentido, que a complexidade horizontal como mecanismo de observação e análise do presente, serve para compreender como os grupos humanos usam o território no tempo atual. Do mesmo modo que o passado se revela neste presente trazendo a nosso olhar as tramas e os dramas espaciais, mostram as contradições mais finas, os embates e as rupturas de um tempo-espaço.

Pensar por estes termos requer uma referência histórica. Assim, como Milton Santos, acreditamos que “a forma como combinam sistemas técnicos de diferentes idades vai ter uma consequência sobre as formas de vida possíveis” (SANTOS 2004, p. 42). E mais, e para além dos sistemas técnicos, a maneira como a cultura é concebida, a relação com a natureza, como as solidariedades entre as pessoas é posta, revela, os “hiatos do tempo” ou os “tempos densos”. Densos “porque representam momentos de grande intensidade, de importantes transformações que extrapolam o cotidiano” (VASCONCELOS, 2009, p.147). Sincronia e diacronia são

movimentos interligados. E pensar a sincronia do presente, (se houver uma!) com elementos diacrônicos requer uma geografia histórica.

Não olvidemos também que “a sociedade no seu devir histórico não é a-geográfica. A expressão, por certo, causa certo estranhamento, embora seja natural dizer-se que o espaço que vivemos está impregnado de história” como sugere Carlos Walter Porto Gonçalves. Há uma correlação muito fina entre o espaço e o tempo e, portanto, entre o conhecimento que se propõe geográfico e o histórico. O espaço tem uma geograficidade, mas ela é um projeto histórico, um devir de uma historicidade. Concordamos com o autor que “se a história se faz geografia é porque, de alguma forma, a geografia é uma necessidade histórica (...) uma condição de sua existência que, como tal, exerce uma coação (...), ou seja, como algo que co-age, que age com, é co-agente (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 229).

Até, aqui, fizemos um percurso teórico. Ele foi feito no intuito de traçar alguns pontos necessários para mostrar como estruturamos a pesquisa. Estes pontos são:

- É preciso pensar o espaço diacronicamente. O imediato espacial é um devir historicamente produzido. O imediato é apenas uma insinuação que exige uma leitura teoricamente informada para compreendê-lo. O espaço é com base em Milton Santos “uma acumulação desigual de tempos”. Diria acumulação contraditória.
- No tempo histórico não há uma linearidade, mas um intenso processo de rupturas. Rupturas que “colocam a sociedade diante de uma nova realidade ou de uma nova ordem” espacial (VASCONCELOS, 2009, p.147). E cada vez que isso acontece um imediato novo é criado. Uma nova forma de conceber e apropriar o tempo-espaço é definida socialmente. Com isso, para compreender as tramas sociais e espaciais que desenrolam no presente é preciso, portanto, definir estas rupturas tempos-espaciais.
- Os fatos e as dinâmicas que aparentemente são isolados têm desdobramentos e implicações na vida social de cada lugar, de cada território individual. Com isso estamos a afirmar que é preciso pensar o mundo como um movimento articulado econômico, cultural e socialmente. O que não significa que a articulação defina o ritmo e a intensidade dos processos locais. Cada contexto tem sua própria dinâmica, seu próprio devir.
- O geográfico é evidentemente histórico. E o contrário também é verdadeiro. Há com isso continuidades e descontinuidades das práticas sociais evidenciado neste processo. Daí a necessidade de se considerar os fatos contemporâneos, suas especificidades, os sujeitos e as dinâmicas postas em jogo.
- As relações entre tempo-espaço não podem ser representadas como casualidades. O espaço contém tempo materializado, mas um tempo que tem dinâmica e que renova o seu conteúdo conforme os sujeitos/agentes mudam suas relações de apropriação, simbólica ou funcional, com a natureza e a cultura.
- Para pensar uma problemática de pesquisa com as questões dos itens anteriores é necessário estabelecer periodizações. Tendo como foco as continuidades e as rupturas dos eventos históricos. Examinar as rupturas e retirar delas os dados que nos oriente na interpretação dos fatos. E finalmente, precisar os agentes e sujeitos envolvidos; os desdobramentos das rupturas numa nova configuração territorial e social. Isso permite desvelar os fatos ocultos que estavam postos no imediato.

1.1.2 Questões e perguntas: aproximação das rupturas tempo espaciais do território Veredeiro

É com estas indicações iniciais que pensamos o problema e construímos um objeto de pesquisa no Projeto de Assentamento São Francisco. O assentamento se pensado diacronicamente é uma determinação de rupturas constantes que estes assentados viveram. Vejamos, pois, a própria condição de assentados revela uma peculiaridade. Os assentamentos são ou deviam ser criados para atender as demandas de terra para pessoas que não tivessem acesso a ela. Às vezes os assentamentos são criados devido ao engajamento de grupos em movimentos sociais que lutam pelo pedaço de chão. No Assentamento São Francisco este não é o caso. As pessoas que habitam hoje o assentamento não participavam de movimentos sociais e muito menos eram sem terras. Eram posseiros, em alguns casos, proprietários, em outros, mas todos camponeses de produção excedentes. Tinham uma dinâmica produtiva e social ligada a uma terra-território. Como então podem ser assentados de projeto de Reforma Agrária? Que fatos os transformaram em sem terras?

Estas perguntas iniciais levaram-nos a pensar o assentamento de forma regressiva. Imaginemos uma linha do tempo não evolutiva, mas ao contrário, que tem como base o presente e a partir dele procura reconstruir e desconstruir os processos históricos que levaram a sua criação. Operacionalizamos as indagações a partir deste movimento, com este trabalho foi possível identificar os pontos de rupturas no território veredeiro.

Para elaboração e sistematização destas rupturas, a incursão histórica na vida destes homens e mulheres do PA São Francisco foi essencial. Feito isso, foi possível perceber três grandes momentos de rupturas e dois períodos de “períodos densos⁷”. As rupturas situam no plano de instalação de políticas públicas que se materializam em forma de projeto de assentamento como é o caso do PADSA. E também em Unidade de Conservação o PARNA GSV. Os períodos densos são aqueles situados entre as rupturas: da chegada dos migrantes sulistas a criação do PARNA GSV, e a realocação no PA São Francisco. Estas duas novas elaborações geográficas que são impostas e materializadas são responsáveis às pela ruptura entre veredeiro e “território-Vereda”. Em 2002, com a criação do PA São Francisco, homens e mulheres deixam suas casas, lares uma vida cotidiana baseada na lógica do trabalho e entram numa errância desterritorializada e vão viver em um assentamento de Reforma Agrária.

⁷ Esses períodos, embora possam ser de curta duração, propomos que sejam chamados de “períodos densos”, porque representam momentos de grande instabilidade social para os veredeiros e de importantes transformações que extrapolam o cotidiano.

Nesse sentido, a afirmação de João Batista Almeida Costa de que “as comunidades dos verezeiros do Mato Grande e Rio Preto não mais existem”, (COSTA *et. al.*, 2005, p. 1) ganham sustentação. Tendo em vista, que a Unidade de Conservação implantada não permite a presença de seres humanos, ou seja, é unidade de preservação integral. Com a efetiva territorialização do PARNA GSV não é mais possível habitar as Veredas, capões e chapadas, mesmo que nestes lugares estejam arraigadas as territorialidades dessa gente.

No intuito de compreender este processo, percebemos outros fatores importantes para configuração desta realidade imediata. É que a Unidade de Conservação remete apenas umas das rupturas que estes verezeiros foram submetidos. Isso porque nessa região foi implantado também um importante Projeto de Assentamento dirigido, o PADSA.

O PADSA foi projeto gestado pelo governo do Estado de Minas Gerais em 1976 por meio da Fundação Rural Mineira - RURALMINAS e visava diminuir os “vazios demográficos” da região. Esquece-se, porém, que aqueles territórios eram historicamente habitados e que as terras destinadas aos produtores capitalistas vindos da região sul tinham uma função específica no equilíbrio das territorialidades da Veredeiras que se baseava no uso comum das chapadas e no cultivo das Veredas.

Os produtores capitalistas apropriaram das chapadas, devido às formas do relevo que facilitavam à mecanização. E impõem limites e fronteiras aos territórios da gente das Veredas. Não há mais terras de “soltas” para a criação de gado. O que era de uso comum se torna propriedade privada. Mas, o que explica essa apropriação são as imposições das políticas do Estado que visavam à legitimação da propriedade da terra. E revela o princípio Norteador de tais políticas, que é legitimar a uma nova camada de sujeitos sociais sobre as populações que historicamente estavam ali territorializadas.

Este fator é preponderante para entender as demais rupturas a que esta população camponesa é submetida. Os novos territorializados habitam/pensam/trabalham o território com base na racionalidade capitalista. Onde a maior produção e a produtividade são os princípios básicos. Novos objetos técnicos são implantados como abertura e asfaltamento de estradas como a BR-020, sistemas de condução de energia elétrica e de comunicação são implantados, além do baixo valor de custo das terras que facilitava ainda mais a expansão da agricultura. Isso significa também um novo uso da natureza, impondo uma sobre-exploração dos recursos naturais. A rigor, o que há de fato é uma ruptura de uma relação histórica de uso da natureza que as populações verezeiras haviam construído. A natureza não pertence mais ao modo de vida, ao contrário, se torna o palco de reprodução do capital. Além de colocar no mesmo plano, identidades e culturas contrastivas e temporalidades em tensão.

Isso impõem o sobre-uso e a degradação dos recursos naturais e coloca em risco alguns mosaicos importantes da fauna e flora da região. O que cria a necessidade de uma nova política

do Estado, agora para conter o processo de degradação dos recursos naturais. É neste sentido que o PARNA GSV é planejado. O que acontece é que o território do parque é sobreposto ao território veredeiro⁸. E como é uma unidade de proteção integral, os sujeitos que são “afetados”⁹ por ela são, em maioria, posseiros, a expropriação ganha nuances. O resultado disso é a expulsão veredeira de seus territórios, casas, lavouras e as terras são tomadas para que a “conservação da natureza” se efetive.

Se a implantação do PADSA impõe um limite ao território do veredeiro porque apropria de parte dele, o parque expropria, remaneja e realoca estes camponeses para o PA São Francisco. Sem as terras das Veredas onde a vida se estabelecia e pelas imposições da Unidade de Conservação, os camponeses afetados partem na busca de novos territórios para se estabelecerem¹⁰. Alguns mudam para as periferias das cidades mais próximas, outros mudam para terras de parentes. Mas, a grande maioria, 63% de acordo com os dados da FUNATURA são reassentados pelo INCRA.

Vejamos bem! Existe uma conflitualidade entre o território veredeiro e o território da produção capitalista, entre veredeiros e o PARNA GSV. Uma disputa por territórios. Um confronto de lógicas distintas de apropriação do ambiente. Como a implantação do PADSA por um lado, e o PARNA GSV, por outro, impõem-se a construção e a desconstrução de territórios. Em outras palavras, os veredeiros sofrem rupturas em suas lógicas sociais e são desterritorializados. O fato é que a desterritorialização não acontece sem o movimento complementar, a reterritorialização, neste caso, isso acontece no PA São Francisco.

Dito isso, é preciso considerar o fio condutor desta pesquisa. A criação do PADSA que valoriza o território da propriedade, cuja lógica é a capitalização da terra, interfere, de uma forma ou de outra, sobre as lógicas de apropriação do espaço, e, portanto, de constituição de territórios pelas populações veredeiras. Da mesma forma que, com a implantação do PARNA GSV ocorre o “encurralamento” e uma sobreposição de outra lógica territorial que limita e desarticula o território veredeiro para criar o “território-parque”. Há conflitos por territórios, pelo uso e apropriação de territórios, cujos desdobramentos devem ser esclarecidos, este é o cenário que propomos a interpretar.

O fio condutor, portanto, é desvelar como estas diferentes concepções de território em conflito, em primeiro momento, engendra a desterritorialização veredeira e os desdobramentos

⁸ O PARNA GSV não foi criado no vazio. De acordo com os dados coletados pela FUNATURA, habitavam naquele território “90 Famílias (390 pessoas - 215 homens e 175 mulheres)” (FUNATURA, 2003, p.144). O mesmo relatório recorda-nos que destas noventa famílias trinta e oito eram posseiras e outras vinte e sete eram de proprietários.

⁹ Atingidas são aquelas pessoas que se situam no interior/ou entorno de um território demarcado para efetivar qualquer tipo de unidade de conservação

¹⁰ É bom lembrar que o reassentamento das populações atingidas por unidade de conservação está garantido no Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

disso numa reterritorialização no PA São Francisco. E mais, como estas rupturas sobre as identidades e representações territoriais e, sobretudo, nas relações com o ambiente coloca em “destaque” a própria concepção camponesa de território e seu pertinência como modo de vida. E, se considerarmos isso, em que medida estes veredeiros se tornam assentados e as consequências disso sobre o processo de reterritorialização.

Com base nesta operacionalização de raciocínio, a primeira questão a indagar é: quem é este sujeito veredeiro? Quais fatores possibilitaram a apropriação simbólica e funcional dos ambientes das Veredas? Quais são as suas técnicas do fazer/agir/habitar e pensar sobre a natureza? De que modo o PADS e o PARNA GSV afetam as dinâmicas sociais? Como de fato opera a desterritorialização destes sujeitos? Há a desconstrução de uma territorialidade e a construção de outra? O que isso expressa? A desterritorialização é complementada pela reterritorialização no PA São Francisco? Com isso, cabe indagar quem se reterritorializa neste processo: O veredeiro? Ou, o produtor rural do INCRA? O que de fato altera com a mudança para o assentamento? O camponês veredeiro é fruto das condições históricas de exploração da terra, do imbricamento entre homem/natureza. Como isso, se manifesta no assentamento? E, como estes elementos se constituem em bases para explicar a reterritorialização?

Ao revelar o que propomos com esta pesquisa, devemos dizer também que estas questões condutoras se transformam em objetivos. Neste caso, o que queremos é compreender como se concretiza o encontro entre os veredeiros como as políticas do Estado afirmadas em termos de Projeto de Assentamento e de Unidade de Conservação. E, em que termos este encontro conduziu a des-reterritorialização destes veredeiros. E como o movimento do “território-Vereda” para o “território-assentamento” engendra implicações e metamorfoses nas representações territoriais veredeiras. Além de demonstrar quais são os sentidos dados à reterritorialização no PA São Francisco, sujeitos envolvidos, poderes e apropriação das dinâmicas sociais.

A escolha do assentamento São Francisco se deu por algumas questões: 1) a principal é que das 90 famílias atingidas pelo PARNA GSV, 70 delas aí estão reassentadas. 2) Entendemos que o assentamento é uma condição e uma imposição. É uma condição para continuar na terra. E é uma imposição porque ele não foi pensado pelas pessoas que nele habitam, mas por órgão governamental, o INCRA. Isso equivale dizer que o assentamento não foi planejado os veredeiros que tem uma lógica da natureza e uma ética do ambiente, mas para produtores rurais. 3) Acreditamos ainda, que o Projeto de Assentamento não remete padrões culturais de socialização da natureza, de relações sociais e de manejo concreto do meio, comum aos veredeiros. Isso acontece, sobretudo, porque o assentamento não levou em conta as formas de percepção/significação e manejo do meio ambiente.

Muda-se o ambiente de vida, o palco das relações concretas com a natureza, das Veredas de terras férteis, ricas em água que é tomada pelo parque, para as chapadas do assentamento, onde a água é escassa, o solo é arenoso e infértil. Além do mais, é preciso considerar que: 4) o assentamento está situado num entremeio, de um lado, ele ainda é afetado pelo parque porque esta dentro de uma Zona de Amortecimento. E isso cria limites às práticas cotidianas dos assentados e, sobretudo, no processo de reterritorialização. De outro, 5) ele está situado entre as regiões, Norte e Noroeste de Minas Gerais e próximo as cidades de Chapada Gaúcha e Formoso.

Tudo isso tem implicações sobre os modos de vida, cabe, portanto, precisar quais são.

1.2 O Lugar da pesquisa: o Projeto de Assentamento São Francisco, Formoso- MG

Neste item fazemos uma descrição, no intuito de fazer uma primeira aproximação do PA São Francisco. É uma aproximação porque descrevemos as primeiras impressões que tivemos do lugar quando chegamos para a realização da pesquisa de campo. E diz mais do nosso estranhamento com o lugar e de como as pessoas criavam estratégias para habitar aquelas cercanias dos Gerais.

1.2.1 O Assentamento: Território e trabalho

O PA São Francisco está entre os municípios de Chapada Gaúcha e de Formoso, 35 e 40 km, respectivamente. Por um lado, limita-se com o PARNA GSV, parte do seu território ainda é Zona de Amortecimento¹¹. Por outro lado, limita-se com duas grandes fazendas destinadas à criação de gado. E, como nos disse um dos entrevistados, “*saímos das larguezas*” que eram as cercanias onde vivíamos, “*para vivermos presos*”¹². Está expressão não é força de linguagem. E até o próprio João Guimarães Rosa, que descreveu o sertão como o lugar onde os pastos carecem de fechos. Eram larguezas. E revelou que o homem que o habita sertão carece desta liberdade que somente essas terras dos Gerais podem oferecer, se ouvisse a “gente” que aqui vive a falar a todo o momento dos limites das propriedades, onde começa e acaba “*o meu lote*”, e visse como o território está dividido, diria que “*neste sertão tudo se faz por fechos*”.

¹¹ No SNUC no artigo XVIII, fica estabelecido Zona de Amortecimento como “o entorno de uma Unidade de Conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” (BRASIL, SNUC, 2002).

¹² Depoimento do primeiro veredeiro entrevistado.

O falar destes limites territoriais, porém, não é para reafirmar a sua existência, ao contrário, se fala deles porque retiram a senso de liberdade. E, como ouvimos algumas vezes, hoje, somos, de fato, “loteados” ao fazer referência ao tempo de encurralamento no PARNA GSV. A todo momento os assentados recorrem a estas expressões para demonstrar a mudanças das suas condições de vida, e a palavra “*loteado*” é uma delas. Encaram este termo não sentido de dividir o terreno em lotes, mas em outro sentido, o fechamento sobre os seus próprios territórios. Ser “loteado” significa ter fechos dividindo homens e territórios.

Os fechos são quem divide os “lotes” entre assentados. Dividiria, assim, as solidariedades territoriais? Dividem mais, divide os lotes, as áreas de reserva, a unidade de conservação e a própria prática territorial veredeira. Divide as terras que são do assentamento das que são das fazendas vizinhas. Isso é estranho. O Plano de Desenvolvimento do Assentamento São Francisco e a própria FUNATURA, sustentam o discurso que o assentamento deve -e/ou devia- “parecer” o máximo possível com as condições em que viviam nas terras tomadas pelo parque. Se isso fosse uma verdade, as cercas não existiriam. Porque lá, elas não existiam. Afinal de contas, ali é o Gerais. E os Gerais são sem tamanho, sem cercas. Nesse sentido, as práticas territoriais e o senso de territorialidade mudam através da nova organização social, de veredeiros para assentados. Essa nova forma de pensar e viver os espaços, demarcando-os material e idealmente, modifica também o sentido histórico do território veredeiro.

Se antes o trabalho é quem legitimava o uso do território, o território no sentido muito amplo que envolve, ao mesmo tempo, uma carga simbólica e funcional. Território que é “abrigo” e “casa de morada” para usar uma célebre passagem de Gaston Bachelard (BACHELARD, 1988). No PA São Francisco, à primeira vista, o que legitima o território, nestes novos tempos, são as várias cercas.

Essa divisão não é somente em termos de lotes, ela se faz de forma orgânica em todo o assentamento. Isso se revela também no acesso a terra de trabalho e aos próprios recursos naturais que são distribuídos de forma desigual entre os assentados. Divisão que surgiu na gênese do Projeto de Assentamento e tende a se ampliar.

1.2.2 Os Gerais: natureza e sociedade

O PA São Francisco foi criado a partir de duas fazendas antigas, do tempo auge da criação de gado nas cercanias do sertão. Ambas tinham como base produtiva a criação de gado. E segundo o relatório da FUNATURA, estas fazendas foram escolhidas por ter características ecológicas semelhantes com os antigos territórios veredeiros. As duas fazendas no total têm

quase seis mil hectares, divididos entre as 90 famílias atingidas pelo PARNA GSV (FUNATURA, 2005).

É preciso lembrar, pois, que o que dá nome as fazendas, e isso têm algo em comum com os antigos territórios veredeiros, são os cursos d' água. Com isso, temos os topônimos, córrego São Francisco, fazenda São Francisco, córrego Gentil, fazenda Gentil. Rio tem nome de gente, gente se reconhece por elementos da natureza, o veredeiro, por exemplo, é um destes intrincamento entre natureza e cultura na formação de identidades e lugares. A vida de um e de outro existem tempo-espacialmente interligados. Mas, se os nomes das fazendas não demudaram, mudou a forma como se apropriam de suas terras. As lógicas já não são as mesmas, afinal de contas, quem habita um assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA é um agricultor familiar conforme descreve o Plano de Desenvolvimento do Assentamento São Francisco-PDASF, e não os posseiros, vaqueiros e agregados tão comuns nas fazendas de gado.

A ligação simbólica entre nomes de gente com nomes de coisas da natureza não tem o mesmo significado para todos aqueles que habitam estes campos Gerais. As condições ambientais em que se encontram as terras que o assentamento ocupa é exemplo disso. As fazendas, ou melhor, os fazendeiros, usam a terra de modo diferente, *“para ganhar dinheiro”* por isso, *“está tudo acabado”*¹³ foi o que nos respondeu um dos entrevistados, quando indagado sobre a degradação ambiental das fazendas onde o assentamento está situado. O que coloca em pauta a criação de um território camponês devido ao intenso processo de assoreamento das Veredas e da fertilidade do solo.

A parte que pertencia à fazenda São Francisco, e que hoje os assentados chamam simplesmente de “São Francisco”, ainda existe Veredas vivas. A beira do córrego Tabocas é cultivável. E uma parte considerável da vegetação ainda não foi derrubada. Na verdade, todas as terras desta fazenda se dividem em dois grandes blocos: o baixo, que pode ser à beira do córrego Tabocas e ou de alguma Vereda, e a parte alta, onde geralmente se situam as estradas e parte das reservas legais que o assentamento possui.

Na parte alta, as terras que não estão no interior da reserva legal não são cultivadas. Isso porque os solos são pedregosos, fato que dificulta o cultivo, sobretudo, devido a ausência de disponibilidades técnica para o manejo destas áreas. Em alguns casos, a vegetação foi substituída pelo capim Braquiária, mas pelas condições de fertilidade do solo não se desenvolve. Em outras, há uma pastagem natural, onde o gado é solto. De um modo geral, estas terras ficam

¹³ Depoimento do primeiro veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

pouco aproveitadas economicamente. E quando perguntamos por que não se plantava nesta área, a resposta foi que em “*pedra não dá fruto*” (...).¹⁴

A parte baixa, porém, é onde se desenvolvem os cultivos de gêneros alimentícios e a pastagem para o gado. Se observarmos bem, sobretudo, a extensão dos lotes que na fazenda São Francisco é de vinte e cinco hectares. O labor com a terra está comprometido. Isso porque as partes dos lotes que é banhada pelo córrego e/ou por uma Vereda devem, legalmente, ser conservados como Áreas de Preservação Permanente, ou seja, parte considerável do território fica “intocado” devido às imposições ambientais. E com isso, cria-se a primeira limitação ao cultivo, sobretudo, porque estas são as terras mais adequadas aos cultivos de gêneros alimentícios. O segundo vem das condições do solo, as partes mais altas, as chapadas, não são adequadas para a agricultura por falta de umidade e pela baixa fertilidade. Tem-se com isso que somente o “meio” do lote está disponível para o cultivo. E talvez isso justifique o porquê se cultiva tão pouco. Em alguns lotes há apenas o quintal com alguns pés de mandioca, bananeiras e algumas cabeças de gado.

Na verdade, o complexo Gerais - formado pelas Veredas, encostas e chapadas descrito magistralmente por Guimarães Rosa- se insinua nesta parte do PA São Francisco. Insinua-se devido algumas semelhanças, há, mesmo que degradadas, algumas Veredas, resfriados e também um parte considerável de chapadas. Mas, quando se aproxima estas condições das que tinham estes veredeiros, estas semelhanças se desfazem, sobretudo, porque a legislação ambiental, -materializada em Áreas de Preservação Permanente- APP- privou o uso de elementos essenciais na vida do veredeiro.

As áreas que antes tinham um papel fundamental na vida destes sujeitos, mudam de significado. Isso vale tanto para as Veredas quanto para as chapadas. As primeiras eram terras de cultivo, mas nas condições atuais, não são, por que devem ser preservadas. Nas chapadas existem limitações relevantes para o seu cultivo, às condições físicas do solo e o aparato técnico produtivo são os principais e, sobretudo, porque estas não são cultivadas em seus antigos territórios. Historicamente, os veredeiros as usavam como terra “comum”, onde se soltava o gado, não havendo nenhuma forma de manejo para a agricultura. No caso, não há conhecimentos e nem técnicas elaboradas para ditar as regras da apropriação deste ambiente. No PA, porém, para a maioria dos casos, são as únicas áreas onde a agricultura pode ser praticada devido à escassez de terra de cultura, o que por si, é contraditório.

Em alguns casos, tudo é muito contrastante. Nos lotes que fazem fronteira com as Veredas, e isso é peculiar, as casas tendem a estar bem próxima a elas. O veredeiro tem necessidade de água, de estar perto de água, inúmeras vezes ouvimos isso de formas diversas.

¹⁴ Relatos do dia 27 de março, primeiro dia de campo.

Ele é “úmido”, como afirma Inês Zatz (ZATZ, 2005, s/p). Devemos concordar com ela, em partes, porque a memória do veredeiro é úmida. Ela vive de águas que se foram. A vivência que se tem hoje, nem tanto. Na verdade construir os lares próximos a uma nascente de água é querer estar próximo a ela. Mesmo com as limitações legais, querem estar próximo, porém, não há a possibilidade. As condições ambientais do assentamento impõem restrições aos seus assentados que vão desde ao acesso à terra de trabalho ao acesso água para o cultivo, criação de animais e até mesmo para o consumo humano.

Neste, caso a procura por estar perto de uma fonte d’água é garantir o “mínimo” necessário para efetivar uma territorialidade camponesa que tem a necessidade do cultivo da terra para sua existência. E, quando observamos, que no assentamento, as pessoas buscam estar próximas, não é uma proximidade concreta. Em termos de distância a ser percorrida, a distância entre a casa e a Vereda é pequena. No que se refere às relações que se estabelecem com ela, porém, as distâncias são enormes. Não há coisas humanas nestas Veredas do assentamento, somente coisas da natureza. Se nas cercanias dos territórios pretéritos, não podia fazer esta separação entre coisa humana e coisa da natureza, aqui se pode. E as formas da paisagem demonstram isso, demonstra esta fronteira entre homem e natureza. O seco dos cultivos que se contrasta com o verde das Veredas. E se ultrapassar esta fronteira, “*é multado*”, e pode “*perder o lote*”¹⁵.

Gaston Bachelard no livro “água e os sonhos” têm uma passagem singular, sobre a relação do ser humano com as águas. E quando observamos os veredeiros assentados a falar insistentemente de água, água de Vereda, notamos algumas semelhanças. Cada um em seu tempo-espaço fala de água, do prazer de estar perto dela e porque isso não acontece no assentamento. No caso de Bachelard, ele quer andar ao lado dos riachos, acompanhar o seu fluir, água que leva vida para alhures como no próprio fluir da vida (BACHELARD, 1998). No caso, dos veredeiros, eles se lembram das práticas territoriais que eram forjadas por meio dela. Não podemos fazer uma diferença entre Bachelard e veredeiros, o sentido que ambos têm sobre a água é o mesmo. O que muda é que para o veredeiro, a água de Vereda revela sua identidade e para o assentado, uma necessidade.

No assentamento São Francisco a falta de água é, ou de abundância de água, tendo em vista que em muitas casas a água encanada já esta presente, é o que faz a diferença. Muitos cultivos, como a do arroz, por exemplo, precisam de umidade que as terras de chapada não oferecem. A isso pode ser acrescido outros manejos concretos do ambiente, como por exemplo, o cultivo de hortas, que só existem nos lotes que se banhados pelo córrego Tabocas. A fusão entre o presente, o passado e o futuro não repousam mais sobre as “águas” das Veredas

¹⁵ Depoimento do primeiro veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

incrustadas nas cercanias dos Gerais, nestes Gerais do assentamento mira-se no passado em busca de imagem de um presente. Mira-se em água para romper com sua falta.

“Tempo de mudanças são estes”¹⁶, foi à resposta que nos deram quando indagados sobre qual seria a melhor expressão para caracterizar o que estão vivendo desde a chegada dos migrantes sulistas. Mudança talvez seja a palavra que mais é usada entre esta gente. Ouvimos este verbo ser conjugado algumas vezes. E todas elas se referiam ao partir e ao perder. O partir das terras em se que viveu e habitou por longos períodos de tempo. Este partir, quer dizer também, que tudo o que “lá”, nos Gerais, nas Veredas, foi construído perde-se com o partir para o PA São Francisco. Nada é como em outros tempos, *“tempos de antes da chegada do parque”¹⁷*.

Até este ponto retratamos apenas uma parte do assentamento, aquela que se refere à antiga fazenda São Francisco. Cabe agora ampliar e trazer a outra parte, a fazenda Gentil. Os sujeitos, as condições sociais e econômicas são muito semelhantes, o que difere são as condições ambientais.

A situação que se desenrola entre as famílias que foram assentadas na antiga fazenda São Francisco é semelhante e, ao mesmo tempo, contrastante em relação as que foram assentadas na fazenda Gentil. Se em uma há Veredas, áreas de cerrado preservadas¹⁸. Na fazenda Gentil, isso é bem mais raro. Isso porque o uso que os donos precedentes deram a estas terras foi mais intenso. E quando o assentamento foi criado toda a vegetação estava degradada pela criação de gado. As Veredas são, em sua maioria, assoreadas. O solo é uma extensa camada de areia coberta por um capim rasteiro *“que nem gado come”¹⁹*. O que dificulta aos assentados criar de condições sociais e econômicas para a reprodução da vida camponesa.

E foi por esta especificidade - física e ecológica - que os lotes foram divididos com tamanhos diferentes, entre sessenta e oitenta hectares na fazenda Gentil e com 25 hectares na fazenda São Francisco. E, como disseram a João Batista de Almeida Costa²⁰, na realização do laudo antropológico, aqui “se é fazendeiro e não se tem terra” (COSTA, 2005, p. 15). O que intrigante é que os “sem terra” são aqueles que têm as terras mais férteis, as da Fazenda São Francisco. Mas, devido às implicações das reservas ambientais, não há possibilidade do cultivo, o que resta é tão somente as partes altas impróprias a cultivo. O que está em jogo não é a quantidade de terra que se possui, mas a sua utilidade na agricultura e na pecuária, no caso, a reprodução camponesa. É “sem terra” mesmo tendo-a, seria, também, ainda, desterritorializados mesmo já estando em um território?

¹⁶ Depoimento do sétimo veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

¹⁷ Depoimento do primeiro veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

¹⁸ Anotações do caderno de campo no dia 31 de março, quinto dia de trabalho em campo.

¹⁹ Depoimento do primeiro veredeiro entrevistado PA São Francisco, Formoso, 2010.

²⁰ Um texto produzido pela FUNATURA (COSTA, 2005). Este texto já traz uma reflexão crítica sobre as reais condições em que os veredeiros vivem no assentamento São Francisco.

Esta diferença tem os seus efeitos. E o primeiro deles é que nesta parte do assentamento quase não se cultiva. Se antes o gado era o elemento complementar aos cultivos, nestes tempos de assentados, ele ocupa o lugar central. E para a maioria, é única atividade produtiva. Isso tem dois efeitos. O primeiro é que o gado provoca ainda mais a degradação das condições de reprodução do solo. O segundo, é que isso resulta que a cada ano o número de animais tem que ser reduzido, ou se faz isso “*ou tem prejuízo*”²¹ com a morte dos animais com a falta de alimentação.

A divisão dos lotes com quantidade maior de hectares não resolve o problema. Sobretudo, porque a pecuária como atividade complementar a agricultura e realizada extensivamente nas chapadas, as Veredas e as encostas eram destinadas a agricultura. Como tudo são chapadas no PA São Francisco, o próprio conhecimento de manejo do ambiente se torna insuficiente perante as novas condições ambientais. Sem condições ecológicas apropriadas para agricultura, a única atividade produtiva que se pode estabelecer é a criação de gado. E até isso está em risco pelo processo de erosão dos solos e diminuição das pastagens. Se na parte que pertence à fazenda São Francisco há algumas Veredas e o córrego Tabocas que fornecem água durante todo o ano. Na fazenda Gentil, os córregos que a cortam, o São Francisco e o Gentil, são intermitentes. E as Veredas ainda existentes secam no período de estiagem, de abril a novembro. Isto é um segundo elemento que dificulta tanto a agricultura como a própria atividade pecuarista.

Desta forma, as condições naturais das fazendas é que estimulou a forma de organização do território. De uma forma muito sutil, o intrincamento com a natureza prevaleceu, mas de forma contraditória.

O que isso nos revela é que à medida que o PA São Francisco vai se concretizando a divisão interna ao grupo tende ao aumentar. De um lado, sem a terra apropriada para o cultivo e até mesmo para a criação de gado a tendência é a precarização das condições da reprodução camponesa. E, ao mesmo tempo, um pequeno grupo, assentados nas mesmas condições são privilegiados por ter acesso água e terra de cultivo. Cria-se com isso, os possuidores de terra e os “sem terra” dentro de um mesmo território. De outro lado, a lógica veredeira estabelecida historicamente não encontra elementos suficientes, sejam ecológicas, sociais e/ou econômicas para se afirmar enquanto tal. O que é estranho na construção do PA é que estas condições não parecem ter sido observadas. Ao contrário disso, como demonstra o relato apropriado PDASF:

O problema inicial foi que a maior parte das famílias queria ocupar as áreas de Veredas, de forma que ‘a densidade populacional’ seria bem maior na área correspondente a fazenda São Francisco. Diante do problema, as famílias e a

²¹ Depoimento do quinto veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

equipe do PDA estabeleceram um diálogo construtivo em torno das alternativas da área: *tem que esparramá mais*. As famílias propuseram que a fazenda Gentil fosse parcelada em lotes maiores porque *senão ninguém vai querer ir para lá* (PDASF, 2002, p. 7 [grifos no original]).

Dizer que o assentamento é uma forma de organização do território diversa e até mesmo oposta das que tinham os veredeiros é redundante. Eles estão inseridos numa nova camada de relações sociais e territoriais. Muitas destas relações são mediadas por instituições, novas e velhas, e o modo de vida no assentamento tem que ser readequado a estas novas imposições. Começamos pela própria Associação Rural Sertão Veredas - ARSV, exigência do INCRA, ela tem o papel de intermediar e de aproximar os assentados. E, às vezes, este caráter é revelado, como por exemplo, no caso da água nas residências. Se atualmente, há água encanada na maioria das casas é graças à associação e as mediações que ela estabelece com outras instituições²². Portanto, além da terra e de condições para cultivá-la, tem-se a necessidade de novas estratégias políticas e sociais. O que talvez os coloquem em relação direta com novas relações de poder. E, portanto, novos padrões de organização territorial.

Outras instituições com caráter diferente também atuam no PA São Francisco. E a principal delas e com um efeito muito direto é a FUNATURA. Ela atua, sobretudo, na contratação de mão-de-obra como “apagadores de fogo” para combater possíveis incêndios na PARNA GSV. E também, os “guardas parques” (como veremos no capítulo IV) que tem um papel emblemático na organização social do assentamento.

A FUNATURA atua de vários modos como na construção da nova sede do assentamento, na construção do viveiro comunitário e até mesmo no projeto que levou água encanada a uma parte dos assentados. Porém, ela é agente mediador destes assentados e também dos interesses do Estado. E, não podemos perder de vista que ela foi a principal idealizadora da criação do PARNA GSV e, portanto, esteve todo o tempo nos conflitos ocorridos. E ainda, no âmbito das relações com instituições, a Prefeitura Municipal de Formoso é que tem uma atuação mais direta. Ela faz o transporte escolar, cuida das estradas e também ofereceu o tanque de resfriamento de leite para o assentamento. Descrever as coisas desta forma simplifica a verdadeira atuação destas instituições. O caráter simbólico e econômico que elas estabelecem, quer dizer, o poder simbólico e econômico que estas instituições possuem, é o que precisa ser detalhado, sobretudo, como isso tem interferência direta no processo de reterritorialização.

Como o próprio PDASF sustenta, as fazendas São Francisco e Gentil foram escolhidas pelas características ecológicas semelhantes com os antigos territórios veredeiros. Isso é questionável tanto do ponto de vista das condições ambientais, o estado de conservação da

²² Anotações do caderno de campo do dia 07 de abril de 2010.

vegetação e das Veredas, quanto do ponto de vista da organização social, de uma ocupação mais dispersa pelo território a uma proximidade relativa.

Outro ponto a ser questionado, sobretudo, quando se observa a origem destas famílias, em sua maioria, historicamente, estavam em maior proximidade com as cidades de Januária e/ou São Francisco e, mais recentemente, com a cidade de Chapada Gaúcha. Com a criação do assentamento e com a efetiva remoção destas pessoas, há um distanciamento das demais relações pretéritas. Isso porque não há meios de transportes que interliga o assentamento aos antigos territórios, ou seja, não houve apenas uma mudança espacial, mas uma ruptura das relações com os territórios. E, se a ideia foi a de criar um PA com características próximas ao território veredeiro, isso não ocorreu.

E, quando afirmamos que o assentamento é uma comunidade diversa aos padrões de organização social dos veredeiros, fazemos isso com base na observação de como se organizam os seus territórios. De Veredas ao assentamento há longo processo de readequação do modo de vida e da relação com a natureza. E, se a reterritorialização não é o retorno as “velhas” territorialidades, quais são as territorialidades que se fundam no PA São Francisco? Neste caso, o próprio PDASF já apresenta as mudanças que podem ocorrer neste processo de readequação territorial.

As famílias do assentamento São Francisco encontram-se em uma nova fase de suas vidas, que envolve o estabelecimento de um novo processo produtivo e novas relações sociais, apesar de constituírem mesmo grupo social que está sendo reassentado. É recomeço de quase tudo e, principalmente, no que se refere às relações com agentes externos como o INCRA, Universidades, Prefeitura, FUNATURA, IBAMA, EMBRAPA, dentre outros.

Nesse recomeço de vida, possivelmente, devem procurar nos valores tracionais a segurança para realizar a travessia de um modo de vida a outro. Acreditamos que, por mais que manter os valores culturais tradicionais, o modo de vida deste grupo passara por mudanças importantes, seja por meio da adoção de novas técnicas de produção agrícola e pecuária, seja por meio de uma nova organização social, a Associação Rural Sertão Veredas.

Além disso, para a maioria dessas famílias, essa mudança terá significado mais profundo pelo fato de passarem da condição de posseiros para a condição de “donos” ou proprietários. Na condição de posseiros não poderiam realizar o ideal camponês, possuir em abundância a terra para garantir a sustentabilidade para as gerações futuras. Na condição de donos, a terra pode adquirir dimensão de patrimônio das famílias (...) (PDASF, 2002, p. 42).

Com esta primeira aproximação do PA São Francisco, lugar criado para a reterritorialização veredeira, o que pretendemos é deixar alguns pontos para serem refletidos durante este trabalho: a) quais as mudanças estruturais e sociais que acontecem com o modo de vida veredeiro em um Projeto de Assentamento? b) Em que condições, realmente, acontecem um processo de reterritorialização?

“*Tem uma partizinhas que se cultiva, outras não. Terras daqui não dá nem para criar as galinhas. Agente precisa é de largueza para viver*”²³. Resta-nos pensar em que condições o acesso a terra é suficiente para se produzir o *ideal camponês*, o ideal veredeiro. E, se na mesma medida, impor um modelo de organização territorial ao camponês veredeiro, como um Projeto de Assentamento, por exemplo, não continua a ser um processo de desterritorialização. E, e como diria João Guimarães Rosa, “os tempos mudavam, no devagar depressa dos tempos”, para estes veredeiros e veredeiras (ROSA, 2001, p.83).

Para finalizar este item, e ao mesmo tempo abrir os caminhos para as análises que se seguem, as fotos 1, 2 e 3 demonstram o território do veredeiro que está sendo construído no PA São Francisco.



Foto1: O caminho. A cerca. As árvores: nos Gerais, o assentamento e a casa - PA São Francisco.
Autor: MARTINS, G. I. Mar/. 2010.

Na foto 1 temos as primeiras impressões da natureza do assentamento. No caminho, as areias quartzosas demonstram a natureza do solo. O capim, as árvores distantes demonstram que este ambiente é os Gerais, como preferem os veredeiros. A casa isolada e sem cultivos demonstra a realidade do território. A complementar o enquadramento da foto, temos a cerca, cerca que separa tão somente o homem da natureza porque outras coisas não há. Casa nos Gerais, cercas, falta de cultivos assim se faz o PA São Francisco.

²³ Depoimento do segundo veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.



Foto 2: A cerca. A terra em descoberto. Aos veredeiros, os lotes – As Fronteiras do assentamento.

Autor: Martins, G. I. Abr./2010.

Ao fundo da foto 2, temos novamente as expressões dos Gerais, à medida que se aproxima, porém, estas expressões se desfazem. Isto porque as cercas postas na terra em descoberto demonstra a natureza das relações. Elas indicam a propriedade individual, o que é contrastante aos Gerais, que sempre representou a largueza. Os Gerais tão distantes de si mesmos e dos homens, em oposição às cercas, tão próximas que parecem querer entrar nas solidariedades humanas.

O que podemos dizer, então, é que são tempos outros, e que a apropriação individual dos recursos naturais são suas expressões. A terra, as águas, os homens que dele se apropriam, enfim, são os mesmos e são outros. As duas fotos (1 e 2) se complementam, nelas está expresso a singular trama de apropriação do tempo-espço. Que maneira particular de expressar a territorialidade, a paisagem tem as expressões da ação humana rasurada e grafada em sua própria constituição, é a memória do território. A casa, a cerca, as areias e o solo pedregoso se complementam, compõem o território, a paisagem, o veredeiro assentando e o PA São Francisco.



Foto 3: Os “Gerais correm em volta” - Áreas de Preservação Permanente, PA São Francisco.

Autor: MARTINS, G. I. Abr./2010.

E, por fim, na foto 3, a natureza que se quer ainda “intocada”, as Áreas de Preservação Permanente apropriam dos poucos espaços que podem desenvolver alguma espécie de cultivo. Temos agora, as tramas do novo território que os veredeiros estão constituindo: cercas, lotes e APP numa dialética constante. O que as três fotos tem em comum, são que todas foram feitas no mesmo lote da Fazenda São Francisco. Tudo isso está fechado em apenas 40 hectares que se expande da mesma forma para os demais lotes, em alguns casos, de forma muito mais aguçada.

1.3 Imersões a campo, o estar em campo, à pesquisa que se pensa e a pesquisa que se faz

Pensar as trilhas metodológicas da pesquisa é o que propomos neste item. De saída, aceitamos a sugestão de Amélia Regina Batista Nogueira, a de não mais pensar os sujeitos como meros informantes de dados que são necessários para orquestrar as experiências de pesquisa. Mas, pensá-los de outra maneira, aquela em que os sujeitos sejam também “reconhecidos como autores, pois a experiência vivida por eles será a fonte de interpretação de nossas reflexões” (NOGUEIRA, 2004, 210).

Concordamos também com o que Carlos Rodrigues Brandão denomina de *com* e *na* pesquisa. A pesquisa que fazemos é também a pesquisa da qual participamos. É preciso co-viver, sentir a pesquisa. A pesquisa de campo é o momento de encontro, encontro com outras gentes que tem suas próprias concepções de mundo. Neste caso, as nossas pesquisas encontram com pessoas que tem “teias e são tramas de sentidos, sentimentos e saberes por meio dos quais pessoas como nós (...) vivem e pensam a história que criam” (BRANDÃO, 2003, p. 311).

Neste encontro com gramáticas espaciais outras, temos a oportunidade de com-viver e perceber “os gestos, as impressões, as aparências que vão construindo as redes de significados das ações nas representações dos homens e das mulheres que, então, vão delimitando os territórios em espaços que se criam e se identificam em lugares e que vão se constituindo” (DE PAULA, 2010, p. 35). Eis o porquê que mais uma vez apropriamos dos escritos de Carlos Rodrigues Brandão, para dizer que “toda ciência do humano deve servir ao humano”, (BRANDÃO, 2003, p. 22).

Nesse sentido, fazemos/pensamos nossas pesquisas como/e a partir destes “homens humanos”, de suas representações de mundo. Por isso, temos de que com eles com-viver e com eles aprender a aprender sobre esta nossa condição humana no mundo. De outro modo, como humanos, não agimos e nem pensamos o mundo de forma separada, o material e o imaterial, concreto e o abstrato. A pesquisa “com o nós e com o eles” deve procurar integrar estes “campos” se pretende compreender a dinâmica de apropriação simbólica e funcionalmente dos espaços na elaboração das práticas territoriais.

As anotações anteriores nos conduzem a seguinte afirmação: a metodologia do trabalho deve ser/e compreender o “homem humano” e suas práticas sociais, que são também culturais, políticas e econômicas. Todos os conflitos, todos os dramas estão aí permeados. Revelam-se numa textura fina. Além disso, os fatos que propomos a pensar já estão desdobrados, são tempos pretéritos. E são tempos difíceis e dolorosos que rasuram a memória das pessoas. A pesquisa é sobre lugares que não mais existem, sobre lugares de onde se viveu uma vida. E agora, os forjadores destes lugares, estão impedidos de neles existirem. Não mais os pertence. Homem, o ator daquela geografia, daquele espaço geográfico, não pode com ele com-viver.

Ao começar a pensar o trabalho com estas pessoas e a construção metodológica do pesquisa duas preocupações foram centrais. A primeira refere-se à centralidade das pesquisas em relação ao pesquisador, bem como, a responsabilidade que este deve assumir perante aos sujeitos da pesquisa. A segunda preocupação diz respeito a alteridade em relação aos sujeitos que envolvemos nas nossas pesquisas. Falamos de um “outro”. O outro que, portanto, tem um olhar sobre o mundo e sobre nós. De que maneira agir na pesquisa de campo para não torná-la uma invasão deste outro?

A verdade é que ninguém gosta de ser objeto de análise; nem mesmo a ciência nem mesmo os cientistas. Nem todos estão dispostos a arcar com o peso de suas próprias verdades (...). Analisar os motivos mais íntimos de uma pesquisa implica em deixar se examinar, deslocar o campo de coerência do objeto incluir-se nele (BAITIZ, 2006, p. 31)

As pesquisas em ciências das humanidades se processam, como argumenta Carlos Rodrigues Brandão, pelo eixo “um possui todas as perguntas e outro, todas as respostas”

(BRANDÃO, 1999, p. 10). Esta questão é angustiante, como fazer uma pesquisa de campo que não tenha um “eucentro”, mas, um trabalho que tenha como eixo Norteador um processo conjunto de conhecimento. Sujeitos e, ao mesmo tempo, autores da pesquisa, autor, que é ao mesmo tempo, sujeito dela. Implicações que são necessárias para que a complexidade das práticas humanas possam ser evidenciadas.

Embora, estas implicações entre sujeitos da pesquisa sejam importantes, ainda não resolve a questão do “eucentrismo”. Mesmo que falem sobre “si”, que a pesquisa fale “deles”, sobre suas vidas, é um processo onde as perguntas são feitas pelo “eu” pesquisador. A questão dos roteiros de pesquisa revela isso. Geralmente contemplam apenas as questões que o pesquisador quer saber. Carlos Rodrigues Brandão ao citar Lévi Strauss revela uma angústia semelhante:

Foi dito muitas vezes que a sociedade ocidental era a única a ter produzido etnógrafos (...). Se o ocidente produziu etnógrafos, é porque um remorso muito poderoso deveria atormentá-lo, dirigindo-o a confrontar sua imagem com a de sociedade diferente, na esperança de que elas refletirão idênticas taras ou ajudarão a explicar como é que as suas se desenvolveram no seu seio (BRANDÃO, 1999, p. 11).

A citação anterior critica em específico os antropólogos, mas pode ser ampliada. A questão do outro, dos homens e mulheres que envolvemos em nossos trabalhos, eles são as razões - ou pelo menos deveriam ser - os meios e os sujeitos da pesquisa. Embora, às vezes esqueçemo-nos disso, usamos suas falas, impressões e rostos somente para justificar as nossas pesquisas diante da comunidade acadêmica. Tem-se aí contido, nas texturas mais finas, este desejo de saber quem é o outro, e porque o outro não tem ações como as nossas, ou em alguns casos, porque tem ações muito parecidas com a nossa. Esquece-se, porém, que este outro é um homem como “nós”.

Na Geografia, sobretudo, as pesquisas de campo têm uma carga simbólica muito importante. É necessário colocar em análise “a responsabilidade do pesquisador face aos homens e mulheres que ele estuda cujo território analisa” (LACOSTE, 2006, p. 77). Yves Lacoste tece uma crítica importante para se pensar o teor dos trabalhos de campo e para quem as nossas pesquisas servem. Tendo em vista que as pesquisas não dizem somente a respeito de “pesquisadores, mas a um conjunto de cidadãos”. As pesquisas, mesmas aquelas “completamente desinteressadas pode ter importantes consequências para a população estudada” (LACOSTE, 2006, p. 77).

Não há caminho fácil para se pensar ou resolver as problemáticas que Yves Lacoste põe em questão. Mas, concordamos com Carlos Rodrigues Brandão, sobre a necessidade de comprometimento “pessoal entre o pesquisador e aquilo, ou aquele, que ele investiga” (BRANDÃO, 1999, p. 8). É somente com os laços de envolvimento e comprometimento

fortalecidos, do pesquisador e da pesquisa, que de fato pode-se conhecer com profundidade as pessoas e as coisas que estamos pesquisando. E o comprometimento quer dizer também que antes de qualquer coisa o homem humano é quem prevalece sobre as demais questões.

Roberto da Matta tem uma análise peculiar, segundo ele, “o homem (...) é único animal que fala de sua fala, que pensa o seu pensamento, que responde a sua própria resposta, que reflete seu próprio reflexo e que é capaz de diferenciar mesmo quando está se adaptando a causa e estímulos comuns” (DA MATTA, 1981, p. 34). Considerar isso, é considerar que este existe como quer João Guimarães Rosa, um “homem humano” em todas as suas dimensões.

Além do destacado, outras questões estiveram em nossas preocupações antes a imersão em campo, sobretudo, aquelas que se referem às sensibilidades que fazem cada sujeito social. Os desejos e expectativas em relação à pesquisa e o pesquisador. Pensar isso, é pensar também na questão do sujeito e objeto na pesquisa. Como diria Henri Lefebvre ao refletir sobre o conhecimento, diz que o homem é “sujeito-objeto: ele pensa, é sujeito, mas sua consciência não se separa de uma existência objetiva, seu organismo, sua atividade vital e prática. Ele age, enquanto tal e é objeto para outros sujeitos agentes” (LEFEBVRE, 1983, p. 71). Então, como abarcar tudo isso?

Outras questões vieram dos textos lidos na disciplina de “Teoria e Método em Geografia Humana”. Nela o professor Rosselvelt José dos Santos reflete sobre a teoria no conhecimento geográfico, sobre o trabalho de campo, suas implicações e seu papel na compreensão e explicação de fatos. Tendo como ponto de análise um escrito do próprio professor, a primeira questão a se concluir é que toda pesquisa, e por mais que enseje compreender a realidade, é sempre uma leitura parcial dos fatos (SANTOS, 1999). E ainda, a pesquisa de campo trabalha com homens concretos, homens que vivem e interpretam os espaços e que estão imbricados na vida cotidiana. Com isso, temos que toda pesquisa que assume como eixo central analisar este homem, ou melhor, o conhecimento que este homem tem de fatos concretos que mediam sua vida, é uma pesquisa interpretativa, interpreta o que o “outro” interpreta. Quer dizer, é leitura de uma leitura, uma reflexão da reflexão.

Isso porque, os sujeitos da pesquisa são ao mesmo tempo “sujeitos e objetos da realidade, agem e reagem”. Eles “exploram, ocupam, transformam e se transformam lenta ou rapidamente” (SANTOS, 1999, p. 116). Por isso, eles detêm o conhecimento dos fatos. Ou seja, como quer o autor, temos que considerar os grupos junto dos quais realizamos as pesquisas, como sujeitos e objetos do processo histórico é a primeira questão para se compreender a complexidade da vida social. Afinal, o “real” continua a se mover, as rupturas são nuançadas, há coexistências de relações e o desaparecimento de outras naquilo que chamamos de espaço-tempo. E quem detém o conhecimento desses processos, são somente aqueles que os vivem em todas as suas dimensões.

Outro ponto importante é pensar o papel do pesquisador e da pesquisa. Este “homem humano”, com emoções, afetos, pré-conceitos e inseguranças. O que de fato é o campo, a pesquisa de campo. Roberto da Matta argumenta que na Antropologia, o ir ao campo é um rito de passagem. E como rito de passagem, sugere mudanças. Nesse sentido, o autor caracteriza a pesquisa de campo:

Como uma vivência longa e profunda com outros modos de vida, com outros valores e com outros sistemas de relações sociais, tudo isso em condições específicas. Frequentemente o etnólogo [creio que qualquer sujeito que se envolva em pesquisa de campo passa por este processo] realiza sua experiência em solidão existencial e longe de sua cultura de origem, tendo, portanto, de se ajustar-se, na sua observação participante, não somente a novos valores e ideologias, mas a todos os aspectos políticos que tais mudanças demandam (DA MATTA, 1981, p. 143).

Todo trabalho de campo, como demonstra Malinowski, tem como objetivo enriquecer a visão de mundo do pesquisador. E de compreender a partir do outro como a nossa própria realidade se estrutura. “Ao captar a visão essencial dos outros com reverência e verdadeira compreensão (...) estamos construindo para alargar nossa própria visão” (MALINOWSKI, 1980, p. 374). Mas esta visão do autor trata o sujeito da pesquisa como “outro”. Aquele que é diferente de nós cultural, política e socialmente.

Talvez a antropologia do tempo de Malinowski tenha se preocupado com este “outro” o “selvagem” que vive no além mar. Em nosso tempo, porém, e Roberto da Matta trata isso de forma bem objetiva, o outro é o “nosso vizinho”, mora no mesmo bairro, partilhamos com eles os mesmos elementos socioculturais. Se a pesquisa de campo é a busca do que é essencial na vida do “outro”, como então perceber isso se outro é um “nós”. É nesse sentido que a contribuição de Roberto da Matta é fundamental. Segundo ele, o pesquisador que quer emergir nesta realidade, ao mesmo tempo, movediça e muito similar as coisas que vivemos no cotidiano, onde o processo de estranhamento não ganha todas as suas nuances, deve “é aprender a realizar uma dupla tarefa (...): transformar o exótico em familiar e/ou (b) e o familiar em exótico” (DA MATTA, 1981, p. 157).

O autor ao escrever para os antropólogos vai dizer que este primeiro momento - a transformação do exótico em familiar - é um trabalho dos primeiros antropólogos. O segundo momento - familiar em exótico - é um trabalho que deve ser exercido, (aí acreditamos que não só os antropólogos, mas todas as ciências que investem em trabalho de campo) no momento presente, quando os nossos olhares estão voltados para outros de nós. Nesse sentido, o pesquisador que está comprometido em entender a realidade por meio do trabalho de campo deve fazer algo semelhante, a um “auto-exorcismo”, tendo em vista que pretendemos pesquisar as nossas próprias práticas espaciais e não de outras sociedades. Com efeito, “o problema é,

então tirar a capa de membro de classe e de um grupo social específico para poder (...) estranhar alguma regra social familiar e assim descobrir (ou recolocar (...)) os porquês) o exótico no que está petrificado dentro de nós pela reificação e pelos mecanismos de legitimação” (DA MATTA, 1981, p. 158).

Rito de passagem, tornar o familiar exótico, procurar os imponderáveis da vida, são múltiplos os sinônimos de “trabalho de campo”. Como rito de passagem, empregamos o sentido literal da palavra, o trabalho de campo significa uma mudança. Mudança no que se refere ao posicionamento diante do corpo teórico. Uma passagem de Malinowski deve ser complementada, aquele que afirma que “o pesquisador de campo baseia-se inteiramente na inspiração proporcionada pela teoria” (MALINOWSKI, 1980, p. 46). O que podemos observar com autores apontados em linhas precedentes e com nossas próprias vivências em/no campo, é que há uma completude entre o olhar teórico e empírico, um questiona e demonstra os limites da interpretação do outro. Na verdade acontece um duplo processo - isso de um ponto de vista muito pessoal - um posicionamento teórico diante da pesquisa de campo e o questionamento que o empírico permite fazer da teoria. Este último, talvez seja o mais interessante, porque oferece a possibilidade de movimentar a teoria, de perceber os seus limites, desnudar o conteúdo que se esconde por detrás dos conceitos.

Estas ideias de um corpo teórico construído e problematizado antes mesmo do trabalho de campo é questionada. Mas, como demonstra Cássio Eduardo Hissa, nenhum olhar é inocente. E todo olhar é orientado teoricamente (HISSA, 2006). Isso, por um lado, cria-se uma dificuldade. Aquela surgida quando o corpo teórico reifica o movimento que o real possibilita. E, se isso acontece, não há como fugir do destino e fazer aquilo que Roberto Da Matta sugere para pesquisa de campo, o “auto-exorcismo”, neste caso, o das teorias.

É claro que isso é um processo difícil. E todas as análises que fazemos sobre o outro é sempre a partir de nossas concepções de mundo. Assim sendo, as pesquisas é, em sua maioria, uma interpretação limitada. Devemos citar uma passagem de Malinowski para justificar esta ideia. Segundo ele - ao se referir aos etnógrafos - “o autor é, o seu próprio cronista (...) suas fontes são, sem dúvida, facilmente acessíveis, mas também evasivas e complexas”. Ler e interpretar por meio da observação direta estas fontes é o objetivo do trabalho de campo. Mas ao dizer isso, não estamos a afirmar que existam histórias perfeitamente acabadas e demarcadas espaço-temporalmente. Na verdade, tudo é muito fluido e “não se encontra incorporadas em documentos escritos, materiais, no comportamento e na memória dos homens vivos” (MALINOWSKI, 1980, p. 46).

É nesse sentido, que concordamos com Da Matta ao dizer que o trabalho de campo é cheio de dúvidas e problemas existenciais. Essa talvez seja a melhor expressão para se definir a pesquisa de campo. É momento de crises existenciais múltiplas - isso é uma fala bem pessoal -

crise que nasce ao ver o corpo teórico a se desmanchar, as técnicas de pesquisa sendo insuficientes. Mas, elas têm o papel de transformar as perspectivas na pesquisa. É preciso, pois, ter para cada situação uma gama complexa de sensibilidades para apropriar da parte positiva que emerge deste processo angustiante. Isso no intuito de captar nos detalhes, o movimento de um todo complexo. Isso que dizer que além do corpo teórico, é preciso olhos e ouvidos atentos, sensibilidades afloradas. Se isso não acontecer os fatos que se desenrolam a frente dos olhos e que pode criar um fio condutor de análise se perde.

É neste sentido que para Malinowski a realização de uma pesquisa deve ter três momentos essenciais: a) os resultados da observação direta; b) declaração e interpretação dos sujeitos da pesquisa; b) as inferências do autor devem ser baseadas no “bom senso”.

É a partir deste contexto que surge a proposta do “esqueleto, carne, sangue e espírito da pesquisa”. Segundo Malinowski, o esqueleto é o momento de levantamentos de dados censitários, no caso em que há possibilidade de documentos históricos. “Com auxílio desses documentos e desse estudo da realidade poder-se-á apresentar um claro arcabouço da cultura” (MALINOWSKI, 1980, p. 52). O esqueleto da pesquisa é assim, por dizer, o levantamento de todas as evidências concretas produzidas pelo grupo e/ou a partir do grupo. No caso, o autor cita como exemplo os quadros semióticos, os esquemas e os mapas.

Mas, somente o esqueleto não nos possibilita entender como se processa a vida cotidiana dos sujeitos da pesquisa. E, como lembra o autor, temos pesquisa como excelentes esqueletos, mas que não nos permite compreender o fluir da vida humana, os eventos cotidianos. É, nesse sentido, que há a necessidade da carne e do sangue da pesquisa. “há uma série de fenômenos de grande importância que não podem ser registrados através de perguntas, ou documentos quantitativos, mas devem ser observados. Dominemo-los de *imponderáveis da vida real*” (MALINOWSKI, 1980, p. 55).

No caso, os imponderáveis da vida real são as práticas espaciais concretas. Isso porque, como nos lembra o autor, as encontramos na rotina diária do trabalho, nas refeições, no cuidado com corpo, nas conversas e no fluir da vida. Diríamos que estes imponderáveis da vida real incluem também uma relação mais direta com a natureza no processo de socialização. Isso porque é no processo de sociabilização da natureza que uma teia de significados são produzidos. Significados dão sentido ao acontecer humano. Em muitos casos, a natureza assume o papel preponderante nas relações sociais. E a forma como ela é significada, percebida, apropriada é que conjuga as territorialidades humanas. E, como conclui o autor, “se recordamos que esses imponderáveis, porém importantíssimos, fatos da vida real constituem parte do verdadeiro tecido da vida social, que neles se emaranham os inumeráveis fios que mantem unidos a família, o clã, a comunidade” (...) (MALINOWSKI, 1980, p. 55).

É neste sentido que a pesquisa deve ser composta por uma última dimensão: o espírito. Ou dizendo de outra forma, como as pessoas, sentem e representam a vida.

Além do esboço claro da constituição tribal e dos itens culturais cristalizados, que constituem o esqueleto, além dos dados da vida diária e do comportamento ordinário, que são por assim dizer, sua carne e seu sangue, resta ainda a ser registrado o espírito - os pontos de vista e opiniões e expressões dos nativos. Pois, cada ato da vida tribal, há inicialmente, a rotina prescrita pelo costume e tradição, em seguida a maneira na qual é praticada e, finalmente, há o comentário a seu respeito (...) (MALINOWSKI, 1980, p. 58).

Temos, porém, que dizer que “os nativos”- nos termos de Malinowski - são outros nossos e que, às vezes, como lembra-nos Roberto da Matta, há uma similitude entre as nossas representações de mundo com a dos sujeitos com os quais fazemos as pesquisas. Com isso, estamos a dizer que a proposta metodológica de Malinowski, como aporte de pesquisa de campo, não é a aplicar ou reproduzir o seu método. Coisa inadequada em si mesmo, porque além de não responder nossas indagações, as técnicas de pesquisa de Malinowski referem-se a um tempo-espaço e a um grupo específico.

Cabe salientar que a proposta do autor é intrigante e rica e oferece uma base fundamental para se pensar a pesquisa em todas as suas dimensões. Com isso, temos que a pesquisa se faz em três tempos. Um momento em que o pesquisador observa a vida cotidiana no intuito de compreender como se processa. Um segundo momento de participação, a “participação observante”, da convivência, cujo caderno de campo é instrumento fundamental. O pesquisador, neste caso, é o principal instrumento de pesquisa, por meio das relações e vínculos que estabelece com os sujeitos da pesquisa. E, por último, o momento da interrogação, das perguntas, das entrevistas mais concretas sobre os fatos pesquisados.

Temos assim, três espécies de fontes de pesquisa: as colhidas pela observação, as colhidas na participação e as das entrevistas. As duas primeiras são leituras do pesquisador e a última a leitura dos sujeitos da pesquisa fazem a respeito do que se investiga. Com relação a esta última fonte, ela se revela nas ideias, nos sentimentos que sujeitos atribuem ao mundo social e seus processos e como falam e representam isso. O sentimento e o sentir sobre a vida. Sentimentos que são moldados na relação direta com os espaços, relação mediada e condicionada pelas tramas da cultura. É isto que entendo por espírito da pesquisa, ou como nos ensina Malinowski, com as interrogações temos “uma lista de narrativas características, expressões típicas, (...) um corpus *inscriptionum*, como documento da mentalidade nativa”. (MALINOWSKI, 1980, p. 58).

Nesse sentido, podemos dizer que a pesquisa de campo é, como sugere Da Matta, uma forma de assumir o lado humano da pesquisa. Por isso, “é preciso sentir a marginalidade” que o pesquisador assume na pesquisa de campo por ser um sujeito que, mesmo envolvido em múltiplas relações, está envolto na “solidão”. Dizer isso, “é admitir (...) que o homem não se

enxerga sozinho. E que ele precisa do outro como espelho e seu guia” (DA MATTA, 1981, p. 173). Se este é o sentido do trabalho de campo, a partir do outro enxergar o homem que há em você, temos então que, para ver o “homem humano” que há no outro é preciso, antes, que este habite e crie uma casa de morada dentro de você. É preciso que ele faça “dentro” da gente o seu lar. Somente desta forma, teremos a sensibilidade para ver o outro.

1.4 A pesquisa de campo e a pesquisa em campo

A reflexão teórica feita tem o intuito de demonstrar quais os caminhos teóricos percorridos antes de se chegar ao trabalho prático da pesquisa. Nesse sentido, reflexões foram essenciais. E destas linhas por diante demonstramos como agimos e fizemos a pesquisa.

A partir da metodologia de Malinowski e das particularidades e experiências as quais vivenciamos, dividimos a metodologia do trabalho em dois momentos: 1) pensar a pesquisa; 2) viver a pesquisa. Com isso queremos fazer o que Malinowski nos ensina: “o esqueleto, a carne, o sangue e o espírito da pesquisa”, isto é, uma pesquisa investida de várias técnicas metodológicas no intuito de construir uma triangulação das fontes.

1.4.1 Pensar a pesquisa: “o esqueleto”

O tempo de pensar a pesquisa é aquele que emergimos em leituras. Na procura de autores que nos oriente no percurso a ser tomado. Aquele da busca de um corpo teórico. É também o tempo de construir o “esqueleto” de sustentação para dar consistência aos processos seguintes. Além das leituras teóricas, é também o momento de fazer um levantamento de outras fontes históricas e geográficas sobre a realidade pesquisada.

A própria constituição do texto indica as leituras que fizemos. Por isso, cabe dizer, sobre os documentos e relatórios históricos com os quais trabalhamos. São textos, em sua maioria de técnicos elaborados pela FUNATURA, INCRA e IBAMA. Ao recorrer a estes textos, a intenção foi a de entender como se sucedeu a criação do PADSA e do PARNA GSV. A expectativa era que a partir destes documentos um primeiro panorama fosse traçado. Tratamos tais documentos como “fontes” e partir deles que começamos a entender o caráter das políticas públicas forjadas para a região no intuito de modernizar as bases produtivas da agricultura. E, mais tarde, com a criação do PARNA GSV, com as políticas de conservação da natureza. Além disso, começou-se a desnudar quem eram e como viviam os veredeiros antes da implementação de tais políticas.

Os documentos consultados foram: a) PDASF, elaborado por pesquisadores da Universidade de Brasília; b) o Levantamento Socioeconômico das Comunidades e o Plano de Manejo do PARNA GSV, elaborado pela FUNATURA; C) o Inventário das Manifestações Cultural, elaborado junto aos vereadores pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional - IPHAN; d) O relatório técnico científico elaborado pelos pesquisadores João Batista Costa e Paulo Bertran; e) o Relatório de Situação do PADSA elaborado pela RURALMINAS; f) o Acervo Fotográfico e o Documento Histórico - “Construindo Nossa História Três Décadas de Pioneirismo Gaúcho no Município de Chapada Gaúcha - MG”- produzido pela Prefeitura Municipal.

Estes documentos foram essenciais, sobretudo, no que tange ao processo histórico. Cabe ressaltar que cada documento expressa a leitura do grupo que o produziu. E, muitas vezes, se contradizem. E, de uma forma ou de outra, buscam legitimar e justificar os pontos de vistas destacados.

Com referência ao PADSA, a leitura do documento elaborado pela prefeitura municipal de Chapada Gaúcha no intuito de retratar o “pioneirismo” dos migrantes sulistas na região foi fundamental, sobretudo, porque este programa teve um caráter muito particular e contingencial. Nem a RURALMINAS, instituição responsável pela sua criação, tem a documentação sobre o número de migrantes exatos, tamanho das propriedades e os cultivos implantados na região. E, muito menos, as condições em que tal assentamento de colonização foi criado. Nesse sentido, o documento traz relatos dos primeiros migrantes e um rico acervo fotográfico. É a partir do cruzamento dos dados, entrevistas e fotos consultadas nestes documentos, juntamente com os relatos orais que coletamos em campo, escrevemos o capítulo III, sobre o encontro entre os sulistas e as populações veredeiras, o embate e os desdobramentos deste encontro. Ele mostra que para além das questões econômicas, há ainda um confronto sutil entre ideologias e representações de territórios e identidades.

No caso dos documentos das instituições ligadas ao PARNA GSV, eles descrevem, de um lado, a necessidade e os fatos que levaram a criação da unidade de conservação e, de outro, fazem um inventário de como viviam as populações, suas condições econômicas e sociais e os processos engendrados na “realocação” dos vereadores para o PA São Francisco. São assim por dizer, leituras muito parciais e muito mais comprometidas em justificar a Unidade de Conservação do que realmente entender as reais condições políticas, econômicas, culturais e sociais das pessoas que ali viviam.

Cabe, porém, salientar que embora o número de documentos seja relevante, a consulta a eles se deu no intuito de apenas traçar o caminho seguinte da pesquisa. Mais do que a leitura de fontes históricas elaboradas por instituições, a pesquisa, como totalidade, objetivou entender a forma como os vereadores interpretam os processos ocorridos. A perspectiva de análise é,

portanto, a leitura veredeira sobre as rupturas do tempo-espaço. A leitura dos documentos e as leituras teóricas é o ponto de partida da pesquisa, e os veredeiros e o assentamento São Francisco é o ponto em que queremos chegar. Por isso, a busca por documentos foi para criar uma base de entendimento que visava à inserção na pesquisa de campo.

A primeira imersão em campo aconteceu no mês de julho de 2009, mais especificamente no “IX Encontro dos Povos do Grande Sertão: Veredas”, sediado na cidade de Chapada Gaúcha, Norte de Minas Gerais. Este evento é promovido pela FUNATURA e tem por objetivo promover o encontro das comunidades que viviam dentro e no entorno da unidade de conservação PARNA GSV. Como a proposta do evento é promover o encontro entre os diversos sujeitos envolvidos direta e indiretamente com a Unidade de Conservação, acreditamos que aquele era o espaço e o momento ideal de fazer os primeiros contatos. De conhecer realmente a realidade em que viviam as pessoas “atingidas” pelo PARNA GSV.

Contudo, isso não ocorreu de fato. No evento não havia nenhum morador do PA São Francisco. Na verdade, o encontro é onde cúpulas das instituições se encontram para debater a situação da Unidade de Conservação. Questões que, na maioria das vezes, são de ordem burocrática e não atende as demandas sociais. Embora não tenhamos conquistado o objetivo principal algumas questões chamaram a atenção e nos permitiu avançar alguns aspectos da problemática da pesquisa.

A primeira questão que nos chamou a atenção foi fato da FUNATURA atuar como agente mediadora dos conflitos entre a Unidade de Conservação e as pessoas atingidas por ela; e ser também instituição que administra econômica e politicamente a mesma Unidade de Conservação. Na verdade, ela atua em dupla sentido, de um lado, defende os interesses do Estado na conservação dos recursos naturais; ao mesmo tempo, em que incorpora o papel do próprio Estado ao administrar o patrimônio público; por outro, é a mediadora política das populações que sofrem os efeitos das políticas criadas pelo Estado. Esta questão é muito sugestiva. E uma ideia que vem de José Souza Martins, sobre agentes mediadores que querem falar pelas populações camponesas encontra-se materializado com todas as suas características (MARTINS, 1996).

Com esse intento inicial, começamos a observar essa dupla relação que se desenrolava ao perceber o papel que aquela instituição tinha sobre as pessoas envolvidas direta e indiretamente no preservacionismo ambiental. Com isso, o diálogo com outras pessoas que estavam no evento, mas que não são afetados diretamente pelo PARNA GSV foi essencial. Essencial para que tomássemos a real dimensão dos conflitos que ali estavam velados.

É preciso esclarecer que antes deste evento tínhamos outra perspectiva de análise, mas com estes diálogos e com as questões observadas incorporamos outras questões à pesquisa, como, por exemplo, o papel das Organizações Não Governamentais-ONGs ambientalistas na

formação dos “territórios da natureza”. E mais, como elas atuam no sentido de legitimar, por meio de uma “ideologização” da natureza “conservada” o processo de desterritorialização das comunidades como, por exemplo, as veredeiras. Ao observar isso começamos a refletir sobre o papel das ONGs ambientalistas como uma nova camada de agentes do poder que refletem diretamente na forma como se concebe e organiza o território. Tal reflexão se materializa na parte final do IV capítulo desta pesquisa em que será estudada atuação das ONGs como mediadoras de conflitos ambientais. E no caso do PARNA GSV o processo que se materializa uma nova face do “onguismo”, ou melhor, o “conservacionismo ongueiro”, legitimado pela ideologização da conservação da natureza e sustentado pelo próprio Estado sobre os camponeses veredeiros²⁴.

Após o evento, permanecemos na cidade de Chapada Gaúcha. A intenção era a de conseguir documentos na sede do IBAMA, prefeitura, sindicatos e outros órgãos. Mas, foi um trabalho em vão, nada nos foi fornecido. Apenas encontramos algumas indicações que tal documentação estava em Brasília. Mas a necessidade de prolongar a estadia na cidade de Chapada Gaúcha foi fundamental, no intuito de perceber outros conflitos ainda mais velados, o que ocorre entre os migrantes *sulistas* e os *mineiros*.

Durante todo o evento, conversamos com estes *mineiros* e com os *gaúchos*²⁵ e a forma de um representar o “outro” foi o que mais nos chamou a atenção²⁶. Da parte dos que se auto intitulam *mineiros* sempre há o discurso de que os *gaúchos* são favorecidos e que por isso tem o poder econômico e “comanda” a cidade. E que tal poder econômico se revela por detrás do poder político. Dos *gaúchos* o discurso é outro, de que tudo o que ocorre no lugar é “*culpa deles*”, e que os *mineiros* esquecem que eles são os responsáveis pelo desenvolvimento econômico do lugar. E que a chegada deles, os *mineiros* passaram a ter acesso a escola, saúde e meios de

²⁴ Onguismo se refere à proliferação de ONGs pelo espaço mundial em todos os setores. A sua principal ação é amenizar os conflitos sociais, econômicos, políticos e ambientais. Mas, sem criar condições para que os problemas sejam de fato resolvidos. Como destaca Camely, “com a crise do pacto keynesiano, resultante nos países ricos no ‘Estado do Bem-Estar Social’, as demandas sociais, principalmente dos países pobres, estão longe de serem atendidas, e as estruturas formais do Estado não chegam às comunidades. Nesses casos, as ‘associações voluntárias’ e as ONGs desempenham, em certa medida, o papel do próprio Estado”, criando o espaço de atuação do onguismo (CAMELY, 2008, p.3).

²⁵ Estas representações foram bastante peculiares. Vejamos: o adjetivo “mineiro” que não é comum na região da pesquisa, ele surge somente no sentido de contrapor ao “gaúcho”. Numa conversa de fim de tarde perguntamos a senhor, por que para falar dos gaúchos eles não usavam expressões como sertanejos, veredeiros ou outras. A resposta foi peculiar: “*eles dizem que gaúcho tem tradição, mais não tem mais que os mineiros*”. Outra observação a ser feita de Chapada Gaúcha é que, embora, os primeiros migrantes tenham sido de fato gaúchos; os que vieram depois são do Paraná, Santa Catarina, São Paulo e até mesmo da região Sul de Minas Gerais. Com exceção da “gente do lugar”, de uma maneira peculiar se identificam com os “gaúchos” e/ou até mesmo como tais. É um processo de “invenção de tradição”. E como me diz um rapaz de 20 anos, nascido e criado no sertão Norte mineiro, “*aqui gaúcho não é quem nasceu no Rio Grande do Sul, mas quem aderiu à tradição*” (anotações do caderno de campo do dia 08 de julho de 2009).

transporte, além da criação de postos de trabalho na agricultura. São discursos auto-justificantes, mas que escondem os processos de representações identitária e territorial, cultural, ambiental e econômica.

Depois do evento, a intenção era sair da cidade de Chapada Gaúcha e ir direto para o PA São Francisco. Mas por questões logísticas e, sobretudo, por questões políticas desistimos da ideia. Se fosse de Chapada Gaúcha para o assentamento, pelas observações realizadas, de uma forma ou de outra, estávamos ligados a aquelas instituições que intermediam os conflitos ambientais. E isso poderia influenciar nas pesquisas, principalmente, no que se refere a nossa acolhida pelos assentados.

Por isso, ao invés de ir para o PA São Francisco, voltamos para Brasília no intuito de procurar a documentação que nos informaram haver. A viagem trouxe bons frutos. Na conversa de estrada conhecemos o ex-presidente da ARSV.

Na medida em que a viagem seguia, ele detalhava as características do assentamento. Além de nos oferecer ajuda no que fosse necessário para a pesquisa, o nosso companheiro de viagem, sugeriu, que ao invés de Chapada Gaúcha, que da próxima vez optássemos pela cidade de Formoso-MG, e que fizesse contatos diretos com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquela cidade, segundo o qual, tinha acesso direto junto à população e também aos documentos sobre assentamento.

Em Brasília entramos em contato com os responsáveis pela FUNATURA no intuito de encontrar os documentos elaborados por esta instituição sobre as gentes das Veredas. Foi nos fornecido parte da documentação, estes foram importantes porque relatam as etapas da criação da UC, a intervenção da ONG nos conflitos ambientais, além de como interpretavam o modo de vida veredeiro. Outro ponto relevante destes documentos é que são os únicos sistematizados sobre os veredeiros.

Após a visita à Brasília, retornamos à Uberlândia para prepara a volta ao campo. A partir dos contatos com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Formoso, no início do mês de setembro de 2009, fizemos, então, a segunda imersão de pesquisa no PA São Francisco. Foi um trabalho de realização de contatos com as pessoas, de conhecer o lugar, ver e sentir como viviam. Não havia a intenção de uma pesquisa mais sistematizada. Nesta imersão não fizemos entrevistas, não fotografamos. Apenas conhecemos as pessoas, o lugar onde elas viviam. Isso foi fundamental tanto no que se refere ao detalhamento da problemática como também na terceira imersão de pesquisa em campo. Mas isso, não suprimiu as ansiedades, ao contrário, elas ganharam formas mais contundentes.

Depois dessa fase de reconhecimento do campo, começamos, então, a pensar as técnicas de pesquisa que abarcasse toda aquela complexidade observada.

1.4.2 Viver a pesquisa: “a carne, o sangue e o espírito”

Consideramos este momento da pesquisa como triplo: a) observação; b) participação observante; c) formulações de questões e a busca por respostas.

No final do mês de março de 2010 retornamos ao PA São Francisco para realizar o final da pesquisa de campo. Entre a primeira etapa e a segunda da pesquisa em campo, muita coisa mudou. Na primeira parte, na pesquisa exploratória, queríamos compreender como se organiza o assentamento, as atividades produtivas e as instituições como escola e igrejas, ou seja, como os vereadores processavam suas vidas em um Projeto de Assentamento.

Nesta etapa final da pesquisa empírica, o objetivo era um trabalho de campo sistematizado no intuito de compreender a leitura que os assentados tinham das condições de vida, as mudanças ocorridas em seus modos de vida e territórios. E, como se dava a concretização da vida em no PA São Francisco mesmo com as determinações ambientais observadas e as limitações econômicas e técnicas que enfrentavam.

Neste caso, uma das questões mais relevantes para nós naquele momento era analisar as mudanças ocorridas no interstício de tempo entre o “território-Veredas” para o “território-assentamento”. Além disso, era necessária a contextualização e a empiricização das mudanças que foram engendradas desde a chegada dos migrantes sulistas em 1976, para compreender a própria lógica de produção do território no PA São Francisco. Ao observar estas questões, ficou claro, que não tínhamos apenas um sujeito de pesquisa, mas sujeitos. Em outras palavras, o objetivo era de abarcar as diferentes estratificações de idade dos assentados, de crianças aos velhos porque com isso tínhamos uma leitura completa de todos os períodos “densos”.

Para isso, um de nossos objetivos de pesquisa de campo era também trabalhar com as crianças da escola do assentamento. À leitura do escrito de Dulce C. A. Whitaker e observação de suas técnicas de pesquisa utilizadas em outro assentamento, foi sugestivo. Observamos as especificidades culturais e as experiências históricas das crianças do PA São Francisco e a partir disso elencamos uma série de questões que poderíamos trabalhar com as crianças em sala de aula usando a técnica da escrita de redações (WHITAKER, 2002). Ao chegar à cidade de Formoso, porém, fomos surpreendidos com a notícia de que a escola havia fechado por falta de condições de funcionamento e que as crianças estudavam nas escolas da cidade.

Antes mesmo de chegar em definitivo ao campo, os primeiros problemas já estavam surgindo. Como, agora, poderíamos aplicar esta técnica senão havia mais escola. Além disso, as crianças não ficam mais em casa, saem pela manhã e só voltam à noite. No caso, a pesquisa com as crianças foi colocada em segundo plano, mas a técnica de escrever redações foi um dos mecanismos que utilizamos na pesquisa de campo só que com pessoas adultas como demonstraremos nas linhas seguintes.

Na ideia de abranger diferentes grupos sociais, ainda em Uberlândia, desenvolvemos outras técnicas para trabalhar com os adultos e com os idosos. Para nós, os mais velhos tinham vivido mais intensamente as primeiras mudanças chegada dos gaúchos e dos ambientalistas. As crianças a vivência construída no assentamento e os adultos as mudanças mais recentes como o processo de “encurralamento” pelo PARNA GSV e a mudança em definitivo para o PA São Francisco.

E, por isso, desenvolvemos, paralelamente, uma série de técnicas. A técnica das redações para trabalhar com as crianças e a de entrevistas para trabalhar com os adultos. E a história oral para entrevistar os idosos. A este respeito, concordamos plenamente com Whitaker, que o excesso de técnicas e/ou de abordagens gera o sobre-carregamento, e, muitas das vezes se revela falho, como aconteceu com conosco (WHITAKER, 2002). E, logo percebemos um ponto importante, não havia a divisão que pensávamos, todos haviam grafado em suas memórias todos os processos de mudanças e rupturas. E fomos descobrindo isso aos poucos, no trabalho de observação e, no final, acabamos por realizar uma pesquisa totalmente diferente daquela que havíamos planejado.

As condições de pesquisa, o acesso às pessoas e a disponibilidade delas em contar fatos de suas vidas foi o que definiu a pesquisa no final.

À medida que íamos conhecendo as pessoas percebemos as dificuldades que nos aguardavam. Elas não tinham facilidade para falar sobre suas vidas, as dificuldades de sair das suas terras para o assentamento. Isso ocorria por dois motivos: em alguns casos estas memórias causavam dor, sentimento de perda. Outros tinham receio de falar sobre estes assuntos, pois, poderíamos ser um técnico do IBAMA e/ou do INCRA. E, como nos disse certa vez o dono da casa onde fomos acolhidos, “*não se preocupe, com o tempo todos vão vir falar com você, estão assim porque muita gente já abusou da boa fé da gente para depois nos prejudicar*”²⁷. Isso aconteceu mesmo após as recomendações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Formoso e já conhecer o presidente da ARSV.

Por isso, na maior parte do tempo da pesquisa de campo, o trabalho ocorreu mais no sentido de conquistar a confiança das pessoas do que colhendo depoimentos em si. E, outras vezes, fazendo observações sobre o manejo concreto do ambiente, das relações entre as pessoas e delas com as instituições presentes no assentamento. Isso foi fundamental, revelador de muitas questões das novas relações de poder e de organizações sociais, ao mesmo tempo, um processo angustiante. A todo o momento trabalhávamos no intuito de procurar um meio de

²⁷ Anotações de uma conversa noturna sobre a dificuldade das pessoas em falar sobre suas vidas. Na medida em que conseguimos entrevistar percebemos a concretude desta dimensão desta fala.

abordar estas pessoas, romper com a barreira que havia, sem causar nenhum constrangimento e poder observar a essência das questões que nos eram apresentadas.

No processo de aprendizagens como o próprio trabalho de campo e na readequação dos instrumentos de trabalho, a técnica de redações que no planejamento inicial tinha como público alvo as crianças, foi readequada. Isso aconteceu, sobretudo, por já termos o conhecimento de sua aplicabilidade em outro trabalho de pesquisa, Marcelo Cervo Chelotti havia usado em sua tese de doutoramento (CHELOTTI, 2009). Naquele momento, duas questões eram de nosso conhecimento, o rico acervo fotográfico e o relevante número de filhos e “parentes” migrantes.

Devido às dificuldades de abordagem, o primeiro passo foi pedir a pessoa que nos acolheu uma indicação de outros assentados que poderiam nos receber. Depois de um levantamento dos indicados observamos que nem todas dominavam a linguagem escrita. Com isso, a técnica da escrita de cartas não poderia ser utilizada na totalidade. No caso em que a pessoa não pudesse escrever as cartas optamos por substituí-las pelas fotografias antigas.

Numa conversa na casa da pessoa que nos acolheu no assentamento, realizamos o primeiro teste para ver se o uso das fotografias poderiam render frutos. Transcrevemos a seguir, literalmente, uma parte do nosso caderno de campo, onde narramos quais as emoções e as conquistas que nos acometeram naquele dia.

“Hoje 04 de Abril. Faz sete dias que estamos no PA São Francisco. E até hoje não havíamos conseguido entrevistar ninguém. Por alguns motivos. Primeiro, pelo fato de ainda não conhecer as pessoas; segundo, as pessoas continuam um pouco assustadas com a nossa presença e outras tem resistência em falar do assunto e/ou se sentem em desconforto. Uns não querem comentar porque, segundo eles, *“preferem esquecer o que aconteceu”*²⁸. Com a técnica de escrever cartas e, também, quando observamos os seus limites, sobretudo, pelo fato de nem todos ter o domínio da linguagem escrita veio-nos a ideia de usar as fotos das pessoas como técnica de pesquisa”.

“Com isso, pedimos a entrevistada 1, que estabelecesse uma ordem cronológica das fotos. Isso nos deu um grande número de datas, como por exemplo, : a) a data de seu casamento em 1978; b) o nascimento e batismo do primeiro filho em 1980; c) a festa de reis de 1984; d) o batismo do segundo, terceiro e quarto filho; e) a primeira comunhão; f) a formatura etc. Estabelecida à cronologia das fotos, pedimos que nos contasse a história das fotos. E de forma simultânea fomos inserindo outros eventos como à chegada dos sulistas e dos ambientalistas. O que fizemos foi, simplesmente, ligar os acontecimentos cotidianos a outros que na maioria das

²⁸ Depoimento do primeiro veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

vezes parecem desconectados. Simplesmente, procuramos outra “Vereda” para se chegar aos Gerais do cotidiano”²⁹.

E da mesma forma fizemos outras entrevistas, observando a especificidade de cada entrevistado. As fotografias se revelaram um meio de reativação da memória e, como, geralmente estavam ligadas a fatores positivos da vida, falar sobre elas se tornou um elemento fácil e prazeroso para os entrevistados. A técnica foi usada para entrevistar, sobretudo, os mais velhos que narraram a história das fotos juntamente com história de suas vidas. É, preciso, porém, observar dois pontos. O primeiro, as fotos não abarcam todos os períodos da vivência no “território-Veredas”, sobretudo, porque elas sempre foram um recurso raro. No caso, as fotos refletem datas específicas de alguma festividade. Com isso, estamos a demonstrar os limites desta estratégia de pesquisa. Segundo, a leitura das fotos como instrumento de pesquisa não se deu com a mesma riqueza de detalhes com todos os entrevistados. E, por isso, que a escrita de cartas e depois um conversa sobre o seu conteúdo foi essencial para complementar a nossa análises.

Nas escritas das cartas, pedimos às pessoas que escrevessem uma carta a um parente que more longe. A carta deve tanger uma narração do que aconteceu com elas, como foi mudar das “cercanias” do parque para o assentamento e que fatos levaram a isso. No início elas diziam “*sei escrever direito não*”³⁰. Mas, como assegurávamos que não precisavam se preocupar com os detalhes como a ortografia e outras questões. E que podiam escrever da maneira que fosse mais fácil. Os resultados foram positivos.

As redações tinham formatos e conteúdos diversos. De simples bilhetes a textos longos. Um falavam mais sobre os tempos recentes, outras estavam mais centradas em tempos mais distantes. As cartas em si, representam a reflexão de cada entrevistado sobre a sua trajetória, as mudanças que cada um vivenciou. Mudanças que ganham pujança tanto na fala com na escrita. E por mais que as histórias escritas e narradas tenham trajetórias distintas, elas se encontram no ponto em comum que é a desterritorialização, que na linguagem desta gente das veredas se traduz por “perdas”.

As cartas escritas não foram uma pormenorização dos embates ocorridos, mas traziam algumas referências marcantes. E foi no sentido de ampliar isso que fizemos uma segunda etapa, a entrevista a partir do conteúdo da própria carta. Neste caso, a técnica utilizada era conversa-entrevista, a partir de fragmentos do próprio escrito pedíamos mais detalhes. E, ao poucos, fomos reconstruindo uma rede de acontecimentos. Como por exemplo, numa passagem, um dos entrevistados dizia que “*o amanhã vive é do que tece hoje*”, perguntamos se isso tinha haver

²⁹ Depoimento do terceiro veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

³⁰ Depoimento do primeiro veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

com as mudanças ocorridas. Além da confirmação positiva a nossa pergunta, o entrevistado detalhou questões importantes sobre a sua vida. E, como fator comum as demais entrevistas, a riqueza de detalhes faziam referência direta a perda das terras de trabalho e o rompimento de um modo de vida.

Em muitas das entrevistas com as cartas, as fotografias também entraram como elemento esclarecimento de alguns pontos. Quer dizer, a técnica das cartas não precisou ser separada das fotografias. O que acontece é que as pessoas recorriam às fotos, geralmente, como uma maneira de me mostrar um fato concreto, por exemplo, mostrar o tipo de moradia, a organização dos cultivos. Uma fala de um dos entrevistados resume isso: “*quando falo para as pessoas sobre as coisas que a gente tinha ninguém acredita, mas eu mostro*”³¹. O mostrar se fazia por meio de fotos, de instrumentos e/ou utensílios domésticos, ou seja, eles sempre usavam algum elemento de referência direta ao “território-Vereda” para fomentar a ideia de mudanças.

Mais do que isso, segundo Alistair Thomson “as memórias das pessoas conferem segurança, autoridade e legitimidade e, por fim, identidade ao presente” (THOMSON et. ali, 2002, p. 84). Os objetos aos quais recorriam como os utensílios domésticos - as cartas e as fotografias entram neste plano - é matéria prima da memória, ao mesmo tempo, têm a função de legitimar os fatos narrados. De outra maneira, podemos dizer que para lembrar, os assentados recorriam a elementos que a dessem a ideia de vínculo com o passado, com aquele território pretérito. As fotos traduzem a existência de vínculo territorial intenso que somente o ato de falar não era o suficiente para se revelar.

Lembrar é tomar o passado de assalto, é reviver os conflitos, como sublinha Oliveira. Esta autora sublinha que “quem lembra precisa recontar a sua vida a sua história, as palavras são o sal que dá gosto e sentido às lembranças” (OLIVEIRA, 2009, p. 32). E foi nesse sentido que tecemos as conversas-entrevistas com uso das fotos e com as cartas. À medida que as conversas se ampliavam, entendemos porque o passado é sempre vivo e significativo, e porque ele é traduzido no presente como matéria-prima que conforma identidades e territórios. E mais, porque o território se faz de forma desigual como uma acumulação de tempos.

Nas cartas as referências ao assentamento não existiam e/ou eram bem fugazes. Às vezes ao retratá-lo recorriam somente à dificuldade que foi o processo de mudança. Mas, pouco se dizia sobre as condições reais de vida que tinham. As pessoas sentiam dificuldade em recontar a pequena história do assentamento, o que narrava com detalhes era somente os embates no início de sua formação. Após isso, havia um silêncio sobre os demais desdobramentos históricos do assentamento. No caso, quando se referiam a ele, é porque nós os

³¹ Depoimento do sexto veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

induzíamos, e as respostas tinham todas as mesmas nuances, dizer que dizer que não gostavam do lugar e se pudessem retornariam para as cercanias sobreposta pelo PARNA GSV.

Além da dificuldade em falar do PA São Francisco, observamos também que não havia um acervo fotográfico sobre a vida naquele lugar. Nesse sentido, fizemos um segundo trabalho, andamos por ele a fazer um acervo fotográfico. Fotografamos os lugares sociais, como por exemplo, a sede da associação, as sedes das fazendas São Francisco e Gentil. Além dos lugares onde se colhe água, as Veredas e os lugares onde se cultivam. Neste caso, buscamos trazer para o diálogo, os espaços de convivência em comum, fundamentais na estruturação da vida no assentamento.

Neste caso, trabalhamos as fotografias do PA São Francisco do mesmo modo que as antigas. Isso nos revelou alguns pontos importantes para se pensar a questão da reterritorialização. Na própria máquina, pedimos alguns dos entrevistados para falar sobre os lugares. As respostas nos surpreenderam, como por exemplo, ao mostrarmos as fotos das sedes das fazendas, o entrevistado argumentou que: *“isso não significa nada, não tem vida da gente ai, puseram palha de buriti, mas nem isso eles conseguem, nem copiar as casas que a gente tinha eles conseguem, isso não significa nada, as coisas aqui são diferente, não tem a vida da gente”*³².

O que entendemos por isso, é que as histórias dessas pessoas não estão grafadas nestes objetos que fotografamos, falta à carga histórica de identificação e de significação dos espaços. E, por mais que seja importante em suas vidas, como as fontes d’ água, a leitura que fazem destes espaços e do não reconhecimento deles em suas vidas. Elas não reconhecem como parte de seu cotidiano e por isso em suas falas pouco refletem sobre o lugar em que vivem hoje. Sempre dizem *“lá nas terras do parque era assim”* e só, em alguns casos, *“aqui no assentamento é assim”*³³.

Ao refletir sobre as fontes orais e os vínculos que os homens estabelecem com os lugares, Paul Thompson tem uma passagem peculiar. Os lugares podem ter uma história, mas a história que se conta é a história dos homens em comunhão com os lugares. Sem um não há outro.

Pelo sentimento de descoberta nas entrevistas, o meio ambiente imediato também adquire uma dimensão histórica viva: uma percepção viva do passado, o qual não é apenas conhecido, mas sentido pessoalmente. Isto se dá particularmente com alguém que acaba de se mudar para uma comunidade ou bairro. Uma coisa é saber que as ruas ou campos em torno de uma casa tinham um passado antes que ali tivesse chegado; bem diferente é ter tido

³² Depoimento do primeiro veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

³³ Estas expressões é fator comum em todas as entrevistas. O que observamos é que fazem uma referência a um “lá” historicamente determinado. E se esquecem de um “aqui”, o que se experiência atualmente. Neste caso, falta uma interligação entre as experiências pretéritas e com as experiências do presente (anotações do nono dia de trabalho de campo, em 5 de abril de 2010).

conhecimento por meio das lembranças do passado, vivas ainda na memória dos mais velhos do lugar, das intimidades amorosas por aqueles campos, dos vizinhos e casa em determinada rua, do trabalho em determinada loja (THOMPSON, 1992, p. 31).

As entrevistas que fizemos se revelavam a cada momento como se dava o processo de reterritorialização. E como o próprio Paul Thompson revela: “as entrevistas, como todo testemunho, contêm afirmações que podem ser avaliadas. Entrelaçam símbolos e mitos com informação, e podem fornecer-nos informações tão validas quanto qualquer outra fonte humana” (THOMPSON, 1992, p. 315). Este é o sentido de história oral com o qual estamos a trabalhar, como conjunto de procedimentos, cujo objetivo é resgatar as impressões e leituras dos veredeiros processos de mudanças desde 1976.

Este conjunto de procedimentos pode ser como, por exemplo, a escrita de cartas e sua posterior transcrição por meio de diálogos. Uma técnica não exclui a outra. Ao contrário, se fortalecem e se complementam. Pode ser ainda, um número de fotos, antigas e recentes, a partir das quais se busca narrar uma história. A fotografia é, ao mesmo tempo, memória e objeto de memória. Elas têm a sua própria historicidade e suscitam outras.

O uso das fotografias permitiu-nos fazer 4 longas entrevistas, por meio das cartas mais 6. Acreditamos que os depoimentos que temos são o bastante para revelar a des(re)territorialização veredeira. Uma das questões que nos intrigou em todos os dias de trabalho foi à preocupação que as pessoas têm em saber se seus nomes iam ser revelados. É tanto, que nas entrevistas finais, a primeira coisa que dizíamos a elas, é que não usaria os seus nomes em nenhum momento da apresentação do trabalho.

A mesma coisa acontece com as fotografias, embora, aceitem falar a partir/e sobre elas. No início, até perguntamos se poderíamos tirar foto de foto, mas devido às resistências das pessoas, desistimos da ideia. As fotografias pareciam esconder e/ou revelar algo que deve ser protegido, assim como, as suas histórias e nomes. Neste caso, mostrá-las, parece ser uma exposição do “outro”, por isso, não as usaremos também. O que nos intrigou durante a pesquisa de campo é à similitude das histórias destas pessoas. E quão perverso pode ser o processo de desterritorialização.

Depois do trabalho de campo e com o material já trabalhado, alguns pontos devem ser destacados visando maior esclarecimento.

- Não usaremos o nome das pessoas no decorrer do texto. Este foi um compromisso firmado com elas em campo. Fazemos isso, por mais um motivo, o PA São Francisco ainda é um lugar de conflito. E revelar o nome do entrevistado é também revelar a sua intimidade, medo e anseios. Assim, após as falas sempre colocaremos a ordem em que a entrevista foi realizada (entrevistada 1, por exemplo) Afinal de contas, as nossas pesquisas nunca são inocentes e podem ser usadas para outro intuito.

- Pelo mesmo motivo, não usaremos algumas falas. Na transcrição das entrevistas, entramos no texto para fazer aproximação da linguagem falada com a linguagem escrita. O mesmo se repete quando usamos o conteúdo das cartas que nos foram escritas. Isso não é descaracterizar o discurso do outro. Suprimir possíveis erros de regência ou concordância é, ao contrário, valorizar o que se está dizendo. Mas respeitamos a sintaxe do discurso como nos ensina Dulce C. A Whitaker (WHITAKER, 2002).
- A utilização das fotos segue o mesmo critério das falas. Apenas as que não expõem intimidade das pessoas vão ser postas no decorrer do texto. Neste caso, não usaremos fotos de rosto e/ou de particularidades.
- As entrevistas aparecem no texto ora em destaque; ora são pontos de reflexão. Elas são diferenciadas no texto pela letra em itálico.

Para finalizar este capítulo, umas das cartas a nós escrita por um dos entrevistados, apresenta as questões que propomos a refletir nos capítulos seguintes.

Querida prima, tudo bem?

Aqui esta tudo bem. E como você sabe, não vivemos mais no Rio Preto [Fazenda Geral na qual a sua posse estava inserida antes do PARNA GSV]. Criaram o parque lá, e nos fomos obrigados a vir para cá, para o assentamento. No início foi muito difícil mais agora já está melhor.

Vimos de lá porque não aguentava mais de desgosto. Vendo as coisas se acabando na frente da gente é não poder fazer nada. Ver o mato entrar na roça e não poder limpar. Olha quando viemos do parque ainda não tínhamos casa aqui no assentamento. Foi muito difícil, sofremos muito. Foi muito difícil. Então, eu ficava muito triste querendo voltar lá para o parque. Mas agora, está melhor.

Ficamos na casa do vizinho enquanto construímos a casa. Tempo de chuva, aquela quantidade de água e nos fazendo a casa. Aqui as coisas são bem diferentes. As pessoas mudaram de lá, e mudaram também. Saímos do cercamento do parque e viemos para o cercamento do assentamento.

Às vezes sinto vontade de comer buriti. Mas não posso, não tem, aqui não tem, só tem umas veredinhas secas. E como você sabe, quando a gente morava lá tinha uns trinta porcos gordos criados com coco de buriti. Hoje não tenho nenhum. Não tenho espaço, e se cria porcos não tem nem alimento e incomoda os vizinhos. Além de precisar de ração, tem que ser preso.

Uma coisa muito estanha aconteceu. As pessoas mudaram de lugar e mudaram também. Aqui, a gente está muito perto dos vizinhos. Dá até para ver a casa deles. Ia gostar de ver. Mas estamos muito longe. Cada um aqui cuida da sua vida sozinho. Aquelas festas de janeiro, não têm mais. A gente vive muito perto e muito longe aqui no assentamento.

Aqui, as pessoas sentem revolta em ser comparadas com sem terras. Essa não é a verdade. Quem não sabe da nossa história, é quem diz isso. Muitos acham diferença, mas quando estávamos lá e lá tudo tínhamos, ninguém se lembra. O parque é quem tirou a terra da gente. Tirou a vida melhor da gente.

*E parece que as coisas sentem falta da gente. Até a casa sente falta da gente. Sem a gente tudo se acaba. **O amanhã vive é do que tece hoje.** Até a casa sente falta da gente, se sai um dia, tudo esfria, parece perder a vida. Sem a gente tudo se acaba. Outro dia fui lá ao Rio Preto, até parece que nunca passou gente por lá. Tudo é diferente, virou mato. Quando vou lá e vejo tudo caindo, as plantas morrendo, olhe e estamos na chuva. Fico triste.*

As coisas têm sentimento. Ontem mesmo fui levar meus netos à cidade [Formoso-MG]. Quando cheguei em casa, as coisas já haviam mudado. As folhas já estavam tomando conta. Os animais todos tristes. Imagine lá, onde vivíamos boa parte de nossas vidas, onde nossas filhas nasceram [5 filhas] ver tudo acabando, o tempo

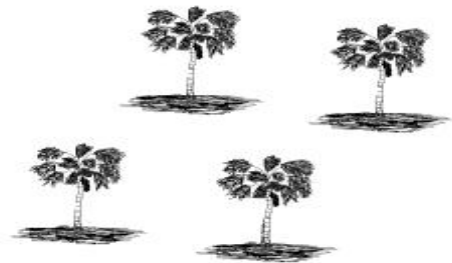
desgastando tudo. Desgastando até a vida da gente que ainda está lá. É uma dor enorme.

Tem tarde, no cair do sol, quando os pássaros começam a cantar, eu ouço o canto deles, me vejo lá, eles me levam para lá. Mais depois vejo que é sonho, e a gente vive nessa sonhação com a vida da gente lá. Dá uma dor grande. Choro de vontade de me ir. Dá vontade de voltar para minhas coisas, para minha vida. Voltar para lá, choro todas as tardes, de vontade.

Lembra? Lá tinha uma horta enorme. Aqui não. Durante um tempo tudo tinha que ser resolvido no Tabocas [rio Tabocas que corta o assentamento]. Água de beber, lavar e cozinhar. Aos fins de semana pegava a bacia de roupas e chegava aqui só de tarde. Dia todo lá, lavando roupas. O Tabocas é longe por isso não tinha horta. Agora que a água chegou, esta chegando, estou pensando em mexer de novo. Mas não tem terra boa, fresca, terra de se plantar horta.

Agora as coisas estão bem melhor, prima. Não tem nada mais o que fazer. Temos que acostumar com nossa vida aqui. Não tem mais jeito.

As coisas já estão melhor. Só com muitas saudades de todos. Vem passear aqui para conhecer o assentamento porque já tem mais de 10 anos que não nos encontramos. Muita saudade. E é difícil ir ai. Então vocês vêm.³⁴



³⁴ Carta escrita por dos entrevistados, PA São Francisco, Formoso, 2010.



A colheita de milho
Portinari

CAPÍTULO II

*“O AMANHÃ VIVE É DO QUE SE TECE HOJE”:
lógicas veredeiras de apropriação do território gerais*



Sapatos da camponesa
Van Gogh

O território se estabelece a partir de relações sincrônicas e assincrônicas entre os homens e dos homens com a natureza. É a partir desta relação que o espaço geográfico é qualificado, ganha forma e conteúdo. A cada escala do mapa, temos uma escala de relações da sociedade com a natureza, sociedade com o espaço-tempo, portanto, temos múltiplas escalaridade de territórios.

A escalaridade não se refere somente à extensão do território. Referem-se ainda as suas nuances temporais. A cada escala temporal, temos também, uma forma de território que é peculiar em relação aos outros. É este efeito temporal dissincrônico que vai permitir a “co-habitação de tempos”.

O esforço neste capítulo dar-se-á no intuito de demonstrar o território veredeiro como acumulação desigual e contraditória de tempos sociais e, ainda, o amálgama que existe entre a natureza e as práticas humanas na formação destes tempos. E que tal acumulação tem influência direta nas representações, nas identidades territoriais e nas formas de poder que são delineadas em um tempo-espaço determinado.

Neste sentido, a preocupação principal foi como se estabelece as formas de apropriar a natureza, as relações e o com-viver como veredeiros. E como isso se traduz em práticas concretas que revelam um mundo de vida, de manejo concreto da natureza e suas implicações culturais, sociais e econômicas. Em tal prática territorial há múltiplas relações com espaços, o sertão, os Gerais e as Veredas, e com tempos, o “carrancismo”³⁵ ou tempo da “Fazenda Geral”³⁶ até mesmo construções sociais mais recentes como o “*tempo do parque*”.

No detalhamento destes tempos-espaços que influem diretamente no território veredeiro vamos perceber a carga simbólica que há nestas relações e que tal trama espaço-temporal-territorial envolve múltiplos sujeitos. De um lado, temos que camponês veredeiro surge no seio da grande fazenda a partir de relações sociais hierarquizadas. De outro, temos que ele usa destas relações para forjar os elementos que oferecem legitimidade aos territórios e as identidades forjadas a partir dele. Neste caso, as solidariedades internas e externas aos grupos sociais conformam as relações simétricas com os territórios, por exemplo, o uso comum das terras, e também com a natureza, a agricultura veredeira e o extrativismo. Este amálgama de elementos

³⁵ O tempo do carrancismo é assim por dizer, aquele tempo em que há uma rede de solidariedade entre o latifúndio e o camponês. Isso permitia as posses camponesas nos gerais e uma agricultura de excedentes baseada no trabalho familiar. Aliás, como destaca João Batista de Almeida Costa, “viabiliza-se um *modus vivendi* que proporciona uma cosmovisão, inteira e integrada – holística – expressando-se no principal valor cultural: a solidariedade através de relações de vizinhança e compadrio” (COSTA et. ali, 2008, p. 12). Ou, como destaca Correia, “o carrancismo é uma categoria que traz em si uma série de valores do passado quase não existentes mais nos dias atuais” (CORREIA, 2002, p. 48).

³⁶ Fazenda Geral é termo utilizado para caracterizar os grandes latifúndios pertencentes a um grupo consanguíneo.

e de relações estão contidos na historicidade do processo de territorialização, do forjar do próprio território humano.

O capítulo é, ao mesmo tempo, uma leitura histórica e também se vale das histórias de vidas que nos foram narradas na pesquisa de campo. A sua construção se deu em dois momentos. O primeiro: recorreremos ao próprio processo histórico da formação do território Norte mineiro, a formação histórica da gente do sertão, dos Gerais e conseqüentemente das gentes Veredas. Segundo: a leitura histórica é intercalada com os depoimentos colhidos em campo. De tal forma, utilizamos duas fontes, uma que narra a história do outro, os documentos históricos, e a narração de sua própria história, os depoimentos. Se a História tem a sua geografia, a Geografia tem as suas histórias que remetem as práticas humanas na concepção de seus territórios.

2.1. O território sertão, o ajustamento das práticas sociais

“O sertão é alma de seus homens”³⁷
João Guimarães Rosa.

Entre viajantes, romancistas e historiadores, a palavra sertão é um termo comum para representar os territórios de domínio da pecuária extensiva no interior do Brasil. João Guimarães Rosa, em suas várias obras, descreve um sertão mítico que se desvela por meio da fala de seus personagens e revela ainda o modo de vida dos habitantes do lugar (ROSA, 1994). O que é mais interessante, é que o sertão enquanto produto das representações territoriais na obra do autor é livre, fluído e sem amarras dos “fechos”. Os homens que nele habitam, ao contrário, são presos a normas sociais, vínculos consanguíneos e mesmo uma condição ambiental. Isso acarreta uma prática territorial diferenciada, se os vínculos humanos com o território alternam de acordo com cada grupo social, alterna em qualidade e quantidade os territórios de representação.

Duas questões devem ser pensadas antes de iniciar uma análise da formação geográfica e histórica do sertão Norte Mineiro. A primeira delas é a intensa ligação que este território tem com o rio São Francisco. As pesquisas históricas, antropológicas e geográficas, em sua maioria, refletem o rio como fator importante na formação e na integração regional. O que muitas vezes traz uma redução, a história da região se confunde com a história de ocupação das margens do rio. O rio São Francisco foi, sem sombra de dúvida, fator importante na ocupação destes

³⁷ ROSA, João Guimarães. João Guimarães Rosa. In: Diálogos com América Latina. E.P. U: São Paulo: 1973. p. 325

territórios, mas a ocupação saiu de suas margens e adentrou para “dentro”, por meio de seus afluentes, para as partes mais seca e menos opulenta da região Norte Mineira. O sertão Norte mineiro é o rio São Francisco, mas também os Gerais, as terras altas deste território.

Como vicissitude da ocupação beira rio que a segunda forma de ocupação surge, aquela que se adentra aos Gerais. Ao contrário da primeira, esta se dá de forma mais dispersa, as fazendas estão voltadas para o seu próprio interior. Da mesma forma, homens e mulheres que delas vivem. Os meios de ocupação são os mesmos, o gado como atividade principal, a agricultura, praticados por vaqueiros e agregados, como atividade secundária. Como resultado disso, os Gerais sempre tiveram outro padrão de ocupação e territorialização. O que não quer dizer que seja oposto àquela que se faz na beira do rio São Francisco, são complementares e interdependentes.

Com isso, temos dois perfis interligados na formação territorial. Um ligado ao rio, uma “ocupação barranqueira” ligado ao avanço do colonizador e, em tempos, mais recentes, o da navegação. Outro, mais interiorizado, em terras mais distantes da fluidez do território, de uma ocupação mais lenta. As fazendas de gado são preponderantes nas duas formações, mas no sertão “adentro”, nos interstícios das grandes fazendas é que surgem as primeiras formações com lógicas camponesas. Estas terras eram menos cobiçadas e, portanto, podiam ser ocupadas de outras formas. Isso não quer dizer que ambas as dinâmicas estejam separadas, ao contrário disso, elas se complementam e são interligadas, sobretudo, porque o rio São Francisco, historicamente, foi fator de escoamento da produção, ponto de contato das duas formas de ocupação.

As anotações precedentes são para dizer que dentro da história regional Norte Mineira, há outras tantas histórias que se fazem paralelas. E mais, entender este caráter heterogêneo da formação territorial permite-nos entender as múltiplas feições da produção de um território. Esta diferenciação é crucial para se entender as dinâmicas sociais e as práticas territoriais. Isso porque à medida que se adentra o território além do rio São Francisco, muda-se também, não somente a formação social, mas as próprias condições ambientais, sobretudo, a formação vegetal e o acesso à água.

Donald Pierson e Yves Gervaise atribuem ao gado à formação do território Norte mineiro, a “civilização do boi”. A questão é importante, mas deve ser complementada, as fazendas só foram criadas onde havia o manancial de água (GERVAISE, 1975). O gado abria o caminho do povoamento colonizador, os leitos de água, sobretudo, pela sua escassez, fixavam os homens envolvidos na criação (PIERSON, 1970).

Donald Pierson acreditava que este território foi mais ocupado do que povoado (PIERSON, 1970). Com isso, segundo o autor, a ideia de deserto humano é comum e ganha relevo ao se observar a falta de contingência humana para habitar estas vastas paragens de

terras. Ellen Woortmann ao pesquisar a formação dos sítios camponês na região Nordeste traz uma reflexão para se pensar a questão do vazio demográfico do sertão. Segundo ela “o processo de ocupação da região, mais que povoar, despovoou-a, com as constantes guerras movidas contra indígenas e escravos fugidos dos *plantations*” (WOORTMANN, 1983, p. 167).

Tais conflitos, contudo, não eliminaram os grupos sociais, que ao contrário disso, formam, juntamente com algumas “levas de brancos pobres”, o campesinato que apropriaram destas cercanias (WOORTMANN, 1983). Na conjunção destas diferentes culturas e representações de mundo - brancos, negros e indígenas - intrincadas na criação extensiva de gado e na agricultura de excedente nos interstícios das fazendas é que o território sertão é formado.

Janaina Amado ao estudar a etimologia e o uso histórico do termo sertão na formação do pensamento social brasileiro demonstra dois sentidos de seu uso. O primeiro, originário de “*certão*” utilizado em Portugal e no Brasil a partir do século XV para nomear “espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões recém-conquistadas ou contíguas a elas, sobre os quais pouco se sabiam” (AMADO, 1995, p. 147). Neste caso, o sertão é sempre um espaço além das terras conquistadas, no caso brasileiro toda a parte não pertencente ao litoral. Embora, este sentido até os dias atuais seja ainda muito usado, como demonstra Carlos Rodrigues Brandão entre os camponeses de Catuçaba, o sertão é aquele lugar ainda não conquistado pelo trabalho, ou seja, é a natureza não apropriada socialmente (BRANDÃO, 1995).

Um sentido encontrado por Janaina Amado é o mais coerente com as representações territoriais forjadas no Norte de Minas. A autora lembra que o termo se origina do latim clássico: “*serere, sertanum* (trançado, entrelaçado, embrulhado) *desertun* aquele que sai da fileira da ordem” (AMADO, 1995, p. 147. Grifos nosso). Uma leitura atenta de João Guimarães Rosa, embora, para ele, “o sertão esteja em toda parte”, é possível observar nas minúcias este sentido de sertão. O entrelaçamento, que no caso dos sujeitos da pesquisa, como veremos mais adiante, é um entrelaçamento entre as práticas humanas e a natureza, entrelaçamento de tempos e de representações territoriais.

Ao observar os elementos que compõem a vida sertaneja é possível verificar este trançar, entrelaçar de formas sociais, econômicas políticas e simbólicas no sentir e no fazer o território sertão. A política, a economia e as relações com a natureza não ganham um patamar a parte. É, ao contrário disso, uma conjunção de lógicas sociais que produz, ao mesmo tempo, um espaço de alteridade para sujeitos desiguais.

Walnice Nogueira Galvão ao refletir sobre o sertão anota que mais que uma característica ambiental, como por exemplo, tipo de clima, vegetação e/ou solo, o que define o espaço sertão é a atividade econômica, ou seja, a criação extensiva de gado. “É presença do

gado que qualifica o sertão” (GALVÃO, 1986, p. 26). E, com referência as condições ambientais, o sertão é englobante tem em seu seio os Cerrados, mata seca e caatinga estão nele contidas.

Numa leitura das principais fontes históricas a respeito da ocupação e povoamento do interior do Brasil e, sobretudo, numa referência mais direta a parte que pertence atualmente à região Norte de Minas Gerais é possível entender a dinâmica e a importância da criação de gado como elemento aglutinador da cultura e do território. A expansão da criação de gado dos currais da Bahia para o sul, que engloba a parte Mineira pertencente ao Nordeste, foi uma necessidade dos engenhos, mas esta atividade se expande como “subalterna” em relação as do litoral (GALVÃO, 1986).

“A pecuária foi uma espécie de filha-pobre da economia colonial” (GALVÃO, 1986, p. 31). O gado teve como fulcro as regiões pouco propícias ao cultivo da cana-de-açúcar. As terras interioranas, porém, ofereciam condições ambientais importantes para a efetivação dos currais, como por exemplo, uma rica pastagem natural, o acesso ao sal nas terras areníticas da bacia do rio São Francisco. A autora atribui a expansão dos criatórios do sertão a dois motivos: de um lado havia a necessidade de alimento para força de trabalho nos engenhos e, de outro, “havia terra sobrando, embora terra não economicamente aproveitável para o empreendimento principal que era o açúcar” (GALVÃO, 1986, p. 31).

Outros fatores também foram de suma importância para a ocupação e povoamento do sertão. A principal delas foi à baixa necessidade de investimento em capital na criação das fazendas e em mão de obra necessária a manutenção dos criatórios. Isso porque, em primeiro lugar, o gado necessitava de menos trabalho do que o cultivo de cana-de-açúcar. E como demonstra Donald Pierson, aliada as condições naturais de produção, pastagem, águas e salinas, o gado oferecia “suprimento alimentar” aos criadores e a força de trabalho investida. Além disso, “o gado é um produto que se locomove por si, não necessitando de outro transporte se não os próprios pés, para atingir um mercado, mesmo distante” (PIERSON, 1970a, p. 268).

Caio Prado Júnior destaca que “a própria lei” força a interiorização da pecuária quando exclui a presença dos criatórios nas 10 léguas próximas à costa marítima (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 188). Estes fatores conjugados criam o território humano, cujo principal elemento aglutinador é a presença das fazendas de criação.

Das grandes áreas ocupadas pela pecuária devido as suas próprias características de produção somente uma parte do território ocupado é utilizada economicamente. Este caráter extensivo do aproveitamento econômico do território pela criação de gado cria, na mesma medida, uma ocupação humana extensiva como traço fundamental. Em referência ao Norte de Minas de Gerais, a ocupação e a formação de seu território têm como característica principal o contato entre diferentes maneiras de se pensar e usar o espaço. Do sul, sobretudo, da capitania

de São Paulo, e do Norte, da capitania da Bahia e, mais tarde, da capitania do Pernambuco, partiram os colonizadores europeus que implantaram nesta região a lógica da produção mercantilista.

“Aqueles homens ávidos de terra” escreve Wilson Lins, “embrenhados no vale com suas boiadas” iam ocupando os espaços, formando as fazendas, mas “perdiam inteiramente as características de europeus e a própria estrutura social que pretendiam transplantar de Portugal para a terra bárbara” (LINS, 1983, p. 29). Perdiam as características de europeus é porque ganhava outras, a de sertanejo, a de homem do sertão. Tal povoamento acontecia por meio do massacre ou da expulsão dos povos nativos, os colonizadores ocupavam suas terras, suas lavouras e os escravizavam. No obstante, os elementos e práticas culturais dos povos indígenas são integrados aos novos ocupantes do território, sobretudo, o conhecimento ambiental que estes possuíam.

Estes territórios da pecuária que iam se formando tinha a marca principal do “ambiente circundante” como escreve Wilson Lins. Ambiente “poderoso e absorvente terminou por imprimir características próprias e originais, aos agrupamentos humanos que iam mosqueando o sertão” (LINS, 1983, p. 29). Segundo o autor, o ajustamento destes homens a estes territórios “constitui mais um milagre dos muitos”, sobretudo devido à deficiência de material técnico e humano para a ocupação destes territórios.

A perspectiva de Manoel Correia de Andrade é diferente de Wilson Lins. Para ele, a atuação do homem, produzindo o espaço, não se faz sem uma modificação direta na natureza, trazendo-a para o mundo dos homens, sociabilizada. Mesmo que o capital e as técnicas sejam insuficientes, o homem adapta as condições naturais às condições necessárias a sua reprodução. Com isso, é possível dizer que, mesmo que as condições ambientais sejam diversas, o trabalho humano faz a mediação, sociabilização da natureza, à torna um território (ANDRADE, 1982). E por isso, que as fazendas efetivaram também uma representação de território, identidades, sistemas políticos e econômicos.

Isso aconteceu na medida em que as condições ambientais iam perdendo o valor limitante a ocupação do território. E, sobretudo, “à medida que os indígenas eram afastados das áreas intermediárias” e a terra era dominada e “dividida entre os europeus e seus descendentes, as fazendas de gado se estabeleceram por toda a parte” (PIERSON, 1970a, p. 271). Assim, os currais do “São Francisco” ou os currais “da Bahia” se espalham por todo o território, às vezes, longe de qualquer “cidade em desenvolvimento” de modo que a pecuária tinha que tornar “autossuficiente do ponto de vista econômico”. É neste sentido, que no processo histórico de formação ficou conhecido como “a época do couro” ou a “civilização do boi” (PIERSON, 1970a, p. 269).

Índios por bois, esta foi à lógica de ocupação do território sertão. Com isso foi-se “plantando currais pelo ermo adentro, o explorador branco substituíra por boiadas as tribos que se encontrava no seu caminho” (LINS, 1983, p. 21). Assim, cria-se a gênese de um território político, tendo vista, que o território conquistado além de ser um espaço físico para as atividades produtivas foi também um espaço de controle. E por ser controlado, somente os que tinham as mesmas lógicas podiam habitar, ou seja, os homens brancos e seus consanguíneos.

O ideal do poder econômico e político, as concessões de terras e o arrendamento de grandes domínios criam a possibilidade da ocupação de vastas porções do território, mas isso não seria possível sem a figura do vaqueiro. Como argumenta Mata-Machado, eles eram “predominantemente” “filhos dos proprietários ou homens livres” que por meio do trabalho com o gado forjavam suas próprias identidades (MATA-MACHADO, 1991, p. 32).

Com isso, é possível observar que surge, desde o início da formação territorial, duas categorias importantes no mundo rural sertanejo, os “donos de terras”, que como argumenta Donald Pierson, “eram conhecidos como donos do São Francisco”, e os “vaqueiros, trabalhadores livres” que viviam da terra sem possuí-la. Como destaca Mata-Machado, estes viviam da terra porque além de cuidar dos rebanhos, os vaqueiros, se dedicavam a produção agrícola necessária a sua sobrevivência (MATA-MACHADO 1991). Desde o início, o vaqueiro foi quem consorciou as práticas agrícolas com a criação de gado, fator determinante, como veremos na territorialidade veredeira.

Paralelamente à pecuária, os vaqueiros plantavam uma pequena roça destinada ao seu próprio consumo. A mandioca, já conhecida dos índios, foi a principal componente da agricultura de subsistência, sendo seguida do milho e da cana de açúcar, esta transformada em rapadura e cachaça. A carne de boi, a farinha de mandioca e outros produtos agrícolas, acrescentados de frutos, da caça e da pesca, complementavam a alimentação dos vaqueiros (MATA-MACHADO, 1991, p. 32).

E como argumenta Caio Prado Junior, o que surge nos interstícios das fazendas é a agricultura de autoconsumo. Neste caso, e ao pensar, o nosso quadro de análise, a agricultura foi uma atividade secundária, sobretudo, uma atividade dos não possuidores de terras. E isso vai configurar num elemento principal da identidade que se conhece atualmente por Norte de Minas, historicamente, tais sertanejos dos Gerais das Minas, são muito mais criadores do que agricultores. A agricultura é atividade dos “fracos”, ou seja, aqueles que não detêm nenhuma das formas de poder.

As consequências disso são evidentes, as terras são muito mais ocupadas do que povoadas, como demonstra Donald Pierson. O próprio processo de territorialização se faz por meio da mobilidade das fronteiras para dentro do sertão. O gado, como anotamos, é elemento

que gera esta mobilidade da fronteira e faz com que os homens também criem uma “errância” territorial. Mesmo que se pratique a agricultura, esta é de culturas com ciclo produtivo rápido, como o milho, em alguns casos, sobretudo, nas margens do rio São Francisco é que surgem as culturas perenes. A agricultura é o elemento de sedentarização do homem, o gado é o da mobilidade para dentro de sertão, da mobilidade territorial, portanto.

Mas, na medida em que começam a se configurar os primeiros povoamentos fixos a mobilidade perde a dinâmica, se reduzindo aos limites da fazenda³⁸. Além da figura do vaqueiro, surgem outras, como por exemplo, as do morador, ou seja, a do agregado. Agregado é, às vezes, o próprio vaqueiro e sua família. Ou nas palavras de Caio Prado Junior, “é um trabalhador rural a quem o proprietário cede em geral o título gratuito em troca de uma espécie de vassalagem e prestação de pequenos serviços, o direito de se estabelecer e explorar uma parte inaproveitada do domínio” (PRADO JÚNIOR, 183, p. 159).

E especificamente a respeito das fazendas de gado de sertão, segundo autor, “são autônomas no que diz a respeito de seus empregados; plantam-se aí nas várzeas dos rios, únicos lugares em que a agricultura é possível” (PRADO JÚNIOR, 183, p. 159). Não se trata, na verdade, como anotamos em linhas anteriores, de “empregados” no sentido capitalista do termo. As fazendas se formam a partir dos laços de parentescos. E, na verdade, os vaqueiros e/ou os agregados não são empregados, são na verdade, “compadres” e consanguíneos.

Luís Flores de Moraes Rêgo demonstra como isso se configurava: “cada proprietário de fazenda conta com os seus vaqueiros, camaradas e agregados, todos seus clientes” (RÊGO, 1945, p. 194). Embora, não houvesse uma estrutura rígida de separação de classe, havia as hierarquias: fazendeiro, vaqueiros e agregados. Hierarquias sustentadas pelo controle dos meios de produção e por meio da violência disseminada. Isso não impedia - como sugere o autor- que laços de “solidariedade” e, até mesmo, de “reciprocidade” fossem forjadas. Havia relações desiguais, para homens desiguais socialmente, sustentadas por teias de relações entre dono de terras e os “seus”, mais do qualquer outra coisa, o que isso expressa é um sistema de controle muito arraigado.

(...) preposto dos proprietários e de alguma maneira associada, recebendo determinada quota dos produtos da fazenda, isto é, um bezerro pra quatro do proprietário. Sob a direção do vaqueiro trabalham seus filhos e parentes assalariados para coadjuvá-los nas lides pastoris (...) constitui-se assim o agregado inicial da sociedade pastoril: a fazenda. Ao lado, em terras adjacentes, consideradas de domínio das fazendas, assistem famílias não possuidoras de

³⁸ Caio Prado Júnior demonstra como se formava o limite de uma fazenda para outra. Segundo o autor, para que o gado não misturasse ou tomasse conta de uma fonte de água de outra fazenda, na demarcação da fazenda era deixadas uma légua de terras sem ocupação. A terra é sua própria fronteira e, aqui surgem às primeiras terras devolutas.

gado, de escassos recursos, que dedicam à plantação, os agregados. (RÊGO, 1945, p. 183-184).

As relações eram hierárquicas porque “os proprietários agrupam-se entre parentes, entre iguais, portanto, subordinados aos opulentos e influentes, constituindo clãs que dominavam imensas regiões” (RÊGO, 1945, p. 194). As origens de tais famílias são “obscuras”, como sublinha Luís Flores de Moraes Rêgo. Muitas delas, enriquecidas pela modalidade de um quarto³⁹. Mas as diferenças sociais entre os vaqueiros, entre estes e os fazendeiros e agregado são mitigadas pelo regime de compadrio. E com isso “ficam estabelecida uma ligação mais íntima que autoriza certas liberdades e assegura a proteção mais decidida, sem que isso seja destituída a distinção de classes” (RÊGO, 1945, p. 194).

Destas considerações anteriores podemos concluir que a criação de gado nas extensas paragens do sertão, aliada, em seus interstícios, da agricultura, deu origem a um território, cuja característica humana e econômica é “constituída essencialmente de proprietários, vaqueiros, camaradas e agregados” (MATA-MACHADO, 1991, p. 24). Ou seja, por mais que o sertão fosse historicamente o espaço da alteridade, ele é essencialmente o lugar dos possuidores e dos não possuidores.

E com referência às atividades produtivas, “o cultivo da terra no sertão mineiro foi uma atividade voltada predominantemente para a subsistência” (MATA-MACHADO, 1991, p. 71). Ao contrário, a pecuária teve sempre um caráter de atividade de exportação. O autor argumenta que é possível fazer uma distinção neste território de duas economias: uma “voltada para fora, através da exportação de gado para as regiões litorâneas”. E outra “para dentro”, “fundada no aproveitamento dos recursos florestais, na agricultura, na caça” e nas áreas ligadas às barrancas do rio São Francisco, também “a pesca” (MATA-MACHADO, 1991, p. 24).

Com relação às atividades econômicas é preciso dizer ainda sobre o movimento histórico comum ao sertão mineiro, à relação de abertura e de fechamento econômico para outros territórios. Com a descoberta do ouro ao sul no final do século XVII e início do século XVIII, houve uma ascensão da pecuária. As Minas necessitavam de bens alimentares, os currais do São Francisco inverteram a rota de comercialização, que até então tinha relações somente com as províncias do Norte. O auge dos preços dos produtos aumenta a intensidade da criação de gado e também, o movimento povoador. Mas, como a proibição das relações comerciais, em 1701, das Minas com sertão, os currais, embora não a cumprindo totalmente tal proibição, entra no período de isolamento e de decadência (MATA-MACHADO, 1991).

³⁹ Devido à falta de monetarização das relações de trabalho. O trabalho do vaqueiro era pago em espécie, ou seja, a cada ano de trabalho, o vaqueiro tinha direito a um de cada quatro animais nascidos. Com isso, sobretudo, nas épocas de ascensão da pecuária, permitiu que alguns vaqueiros se tornassem também fazendeiros e criadores (PIERSON, 1970b)

Conforme Wilson Lins, “isolados no ermo, para sobreviverem, àqueles homens organizaram (...) uma sociedade em que a hierarquia da força era a única hierarquia observada, sem ela tudo voltaria a os caos” (LINS, 1983, p. 38). É fato autor exagera nos efeitos que o isolamento da região “pastoril”. No entanto, ele tem razão quando destaca a “força” que o fazendeiro, detentor do maior bem naquela sociedade, a terra, no domínio das demais camadas sociais. “Cada fazendeiro era chefe de sua gente” escreve Lins, “mantinha a ordem de suas terras, dispoñdo da vida e dos bens (quase nada) de seus agregados” (LINS, 1983, p. 38).

Para cada grupo consanguíneo, o fazendeiro mais forte submetia politicamente aos demais sob sua força. E esta forma de “mandonismo” estava de tal forma configurada nas relações locais que quando surgem as primeiras vilas “já estava consolidado em suas bases” (LINS, 1983, p. 38). “Na servidão do deserto”, argumenta Lins, o homem sertanejo criou o seu mundo, seu território, sua vida política, sua cultura numa sutileza que interliga a natureza e homem de forma singular. “A terra, tiranizando o homem, embrutecia-o matando as suas plantações e seus rebanhos” (LINS, 1983, p. 41).

Antes de concluir este item duas questões devem ser observadas: a) a relação direta com natureza desde o início da ocupação colonial do sertão, que tem na pecuária a expressão mais direta desta relação; b) embora, os autores argumentem sobre os efeitos negativos do isolamento na decadência da “economia do couro”, é preciso observar que este processo permitiu a expansão do camponês e seus territórios no sertão.

A primeira questão que deve ser destacada é a relação homem e animal como pressuposto básico da pecuária. Conforme Walnice Nogueira Galvão, na pecuária há uma proximidade do homem com natureza expressa no “fato de que o objeto de trabalho é o animal e não a máquina”. E que tal animal é produto do trabalho e mediador de outros trabalhos. O boi, ele próprio, “tem dupla condição do objeto de trabalho e animal doméstico e ele próprio a renumeração”. De um lado, temos a “proximidade física e afetiva” baseadas em vínculos profundos construídos historicamente (GALVÃO, 1986, p. 32). Com isso, tem-se a impressão de que os seres naturais é parte integrante da vida cotidiana, não somente no caso da pecuária, mas as atividades extrativistas é outro exemplo desta relação. O boi é limite da natureza e da cultura, como escreve Walnice Nogueira Galvão:

A percepção dos seres naturais é parte integrante da vida, como fonte de informação, como fruir de companhia, como garantia de sobrevivência. Basta lembrar o papel importante que tem o ensino da observação e deleite da natureza e dos bichos feitos por Diadorim a Riobaldo. De outro lado, cuidar do gado e receber em paga a quarta dos bezerros, encadeia o homem à possibilidade de passar de empregado a dono (GALVÃO, 1986, p. 34).

Para Antônio Cândido as estratégias dos grupos para obter os bens necessários à alimentação “ilustra” uma sequência “ininterrupta” que interliga o homem a seu meio (CÂNDIDO, 2001). Mais do que qualquer determinismo, a natureza é, ao mesmo tempo, sujeito, porque entra em relação direta com o homem, e objeto, na medida em que se extrai dela elementos necessários à vida. O fato de ser sujeito-objeto é que determina todas as representações que estes homens produzem da/e a partir das relações com a natureza. Neste caso, a natureza é para o homem do sertão “o seu primeiro e mais constante mediador, lógica e por certo historicamente anterior à técnica” (CÂNDIDO, 2001, p. 36).

Com isso, podemos dizer que embora esta relação seja uma constante essencial, ela não determina as ações humanas, no máximo, como veremos, cria determinações nos usos sociais. Isso porque “o meio se torna deste modo um *projeto* humano nos dois sentidos da palavra: projeção do homem com suas necessidades e planejamento e função destas” (CÂNDIDO, 2001, p. 36). Podemos assim afirmar, com base em Muniz-Sodré, que a natureza tem implicações profundas na construção do território e nas representações que se tem dele (MUNIZ-SODRÉ, 2001).

A segunda questão que devemos destacar refere-se ao isolamento e o declínio da pecuária voltada para comercialização e os efeitos disso na organização social do território. Conforme Candice Vidal de Souza “o próprio estar no sertão sob a ordem pastoril resguarda de ameaças externas o poderio dos grandes fazendeiros” (SOUZA, 1997, p. 63). As condições geográficas ou naturais, nas palavras da autora, são determinantes neste processo, mais uma vez, a natureza é usada para justificar a própria identidade sertaneja.

O efeito do isolamento econômico atomiza tais condições. E conforme Candice Vidal de Souza, “o tempo solidificou a autonomia da sociedade da sertaneja e conservou a supremacia políticos dos senhores latifundiários” (SOUZA, 1997, p. 62). O sertão ruralizado pela pecuária e pelas relações com a natureza forma o latifúndio. O latifúndio era “voltado para fora” economicamente e isto foi o principal meio de relação com outros espaços. Mas, se tais relações diminuem, diminui em quantidade e qualidade o ritmo destas relações. E os latifúndios se voltam “para dentro” a fim de manter o “todo econômico” necessário a sua sobrevivência.

O isolamento do sertão, não é, pois, “ausência de humanidade e sim o perfeito *locus* para um modo de vida específico” (SOUZA, 1997, p. 62). A ideia que tais espaços isolados havia “falta” de cultura e de humanidade é rebatida pela autora. Isso porque “com a percepção mais aguçada, (...) pode afirmar que ‘entretanto, essa solidão não existe’. É uma aparência apenas. Esse ermo está povoado. Dentro deste silêncio há rumor. Dentro dessa imobilidade há vida. Dentro dessa desolação há um povo” (SOUZA, 1997, p. 62).

O isolamento também tem uma segunda contribuição, sobretudo, no que se refere à posse de terras pelas camadas camponesas. Isso aconteceu por uma única via de acesso: a posse. Na medida em que o latifúndio reduzia suas atividades, vaqueiros, agregados e camaradas voltavam para a agricultura. Nesse sentido, núcleos camponeses se espalham pelo sertão e também “se constituíam um todo econômico” que se baseava fundamentalmente no uso coletivo das chapadas e na criação a solta. Estes sujeitos eram submetidos a um fazendeiro, “depois ao coronel” que os submetia nas relações de compadrio (COSTA, 1997, p. 79). Com isso, ocorria um duplo processo, de um lado, a produção camponesa se espalhava nos entremeios dos latifúndios; de outro, o fazendeiro e/ou coronel aumentava suas relações de poder sobre os seus “protegidos”.

Com a leitura feita até aqui e para finalizar o item, podemos traçar alguns conclusivos:

- Do intricar de homens com a natureza, surgem diversas relações sociais, culturais, econômicas e políticas que imbricadas conjugam diferentes lógicas e modos de viver, ser, sentir e pensar os territórios de trabalho no sertão.
- No rural, no latifúndio está a gênese da gente do sertão, da identidade e do território. Nestes territórios está também a origem das múltiplas populações que ocupam estes territórios. A abertura e o fechamento econômico do latifúndio, no isolamento econômico e social, ora limitou ora fomentou a expansão da posse camponesa sobre a terra de trabalho.
- As populações camponesas surgem no seio do latifúndio, mas rompem com suas fronteiras por meio das solidariedades criadas no tempo-espço. A posse camponesa rompe com os limites da fazenda, sobretudo, pelo uso coletivo dos recursos naturais, terras e águas. Numa sociedade que tem em sua gênese a propriedade privada da terra, as terras de “solta” e/ou “comum” significa outra racionalidade na produção do território. E foi isso que garantiu a expansão e a manutenção histórica do campesinato.
- Há que se afirmar que o sertão se constitui em vários tempos-espços. Mesmo que as mudanças se processem em tempos lentos, esta gente sertaneja tem suas próprias lógicas de viver o tempo. E por isso, podemos afirmar a existência de diversos lugares, diversos territórios “fundados por gentes diferentes e que constituem o habitat das inúmeras populações sertanejas espalhadas no interior dos mesmos” (LOPES, 2010, p.4).

Neste caso, no item seguinte demonstramos como se dá o intrincamento com a natureza na gênese da identidade veredeira.

2.1.1 O Sertão dos Gerais

“O veredeiro quer água, quer terra quem tem água”⁴⁰.

O território é indissociavelmente material e imaterial. Mas, é na apropriação do material que o imaterial é forjado. E, como sugere Rogério Haesbaert, “dentro da dimensão “material” do território é necessário, portanto, considerar [a] dimensão “natural” que em alguns casos revela um dos componentes fundamentais” (HAESBAERT, 2002, p. 48). A natureza se

⁴⁰ Depoimento do quarto veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

apresenta qualitativamente diferente para cada grupo social, mas para o camponês, sobretudo, o camponês que auto-identifica como veredeiro, a dimensão “natural” é intrínseca ao território.

Para isso, é preciso considerar o trabalho, como mediador das relações humanas, interligado à natureza tempo-espacialmente, como produzido e produtor da natureza. “Assim que começa o processo de trabalho, começa a simbolização do espaço, ou a “culturalização” da natureza” (WOORTMANN & WOORTAMNN, 1997, p. 136). É neste sentido que acontece a interpretação e a simbolização dos espaços e da natureza no sertão. À medida que o homem entremeia tais terras, em que absorve os conhecimentos indígenas e dos negros e que materializa isso, a natureza passa a ser significada, ou seja, sociabilizada. Ao se sociabilizar a natureza se atribui nomes e representações a ela, ou seja, ela deixa de ser natural para entrar no mundo da cultura.

Antes do termo “cerrado” - imposto, sobretudo, após a segunda metade do século XX por cientistas, políticos e empresários que por diversos objetivos se integraram a região - as populações Norte Mineiras o denominavam de Gerais. A partir de Paulo Bertran, em um relatório elaborado para a FUNATURA, é possível perceber isso.

O sinônimo antigo para Cerrado – os Gerais – parece-nos descrever melhor a complexidade paisagística do ecossistema. Gerais implica em junção de gêneros – matos, campos, várzeas – nessa harmônica unidade na diversidade que é exatamente o Cerrado. Metade ou mais de Minas é Cerrado, é Gerais. (...) os Gerais cerratenses, as chapadas, o universo de João Guimarães Rosa (BERTRAN, 1999, p. 44).

Os Gerais se situam, sobretudo, na margem esquerda do rio São Francisco e, se estendem por outros Estados como Goiás e Bahia. A sua principal característica é grande extensão de chapadas, com o relevo pouco elevado, com cobertura vegetal arbustiva e rasteira, tem na maioria dos lugares “solos pobres”, do ponto de vista produtivo, e secos formados por areias quartzosas⁴¹. O principal, porém, dos Gerais, é que ele é entremeado por outras formações: as Veredas e um número relativo de riachos que tem sua gênese no meio das chapadas.

⁴¹ A ideia de “solos pobres”, de vegetação “má” é uma das representações historicamente construída por viajantes e outros pesquisadores. É verdade que esta é uma visão de quem olha este ambiente por fora, não sente seus cheiros, cores e sabores, enfim, suas tessituras naturais e humanas, mas isto tem efeitos perversos, sobretudo, na esfera do planejamento e das políticas públicas. E como aponta muito apropriadamente Carlos Eduardo Mazzeto Silva, “que esse conceito de pobreza ou deficiência de fertilidade de solo é oriundo da agronomia moderna”, sobretudo, por não atender as “exigências das principais culturas alimentares do mundo que não são iguais, as plantas frutíferas do cerrado como o pequi, buriti, araticum, mangaba, cagaita, cajuzinho, bacuri etc.” (...). Plantas que historicamente pertence ao universo alimentar dos povos dos Gerais. O autor sugere que estas plantas “são ricas em nutrientes e sempre fazem parte da dieta dos povos do cerrado”. E partir delas pode ser observado a processualidade histórica e geográfica de adaptação –“inclusive ao fogo” - e que “relativiza esses conceitos um tanto reducionista do que seja riqueza e pobreza” (SILVA, 2006, p.50).

Dois autores fazem a descrição minuciosa dos Gerais, João Guimarães Rosa, em suas várias obras, mas especificamente, em suas cartas com o seu correspondente italiano e Yves Gervaise, geógrafo que estudou as transformações produtivas e econômicas do Norte de Minas na década de 1970. As análises que se seguem têm como base as suas contribuições na leitura histórica da formação do território.

Numa de suas cartas João Guimarães Rosa destaca que: “você sabe, desde grande parte de Minas Gerais (Oeste e sobretudo Noroeste), aparecem os “campos Gerais”, ou “Gerais” – paisagem geográfica que se estende, pelo oeste da Bahia, e Goiás (onde a palavra vira feminina: as Gerais)”. E completa:

O que caracteriza esses Gerais são as Chapadas (planaltos, amplas elevações de terreno, chatas, às vezes serras mais ou menos tabulares) e os chapadões (grandes imensas chapadas, às vezes séries de chapadas). (...) É tão poroso, que, quando bate chuva, não se forma lama nem se veem enxurradas, a água se infiltra, rápida, sem deixar vestígios, nem se vê, logo depois que choveu. A vegetação é a do cerrado: arvorezinhas tortas, baixas, enfezadas (só persistem porque têm longuíssimas raízes verticais, pivotantes, que mergulham a incríveis profundidades) (ROSA, 2003, p. 40-41).

João Guimarães Rosa com sua poesia geográfica capta o sentido do termo Gerais, sua composição física. Este autor insiste em reescrever o sentido das palavras, ao longo de sua obra, é possível encontrar outros sinônimos para o termo Gerais: lugar de água, de muitas espécies de animais e plantas, lugar onde o gado pasta e se colhe frutos e plantas medicinais. Sentido muito próximo do que utilizado pelas as populações locais.

Yves Gervaise sublinha que os Gerais é o grande responsável pela pecuária extensiva no Norte de Minas, devido a suas características físicas, solos planos e pastagens naturais foi possível “levantar” as fazendas de gado nestes rincões. “Os extraordinários horizontes dos Gerais, imensos planos de Cerrados dominados ao longe pelo azul de cristais quartzíticas, vasta solidão, entrecortada, de raro em raro, por riachos magros e temporários, repetem (...) essa impressão de seca e solidão” (GERVAISE, 1975, p. 21).

Na verdade, os Gerais podem ser considerados como uma forma extrema do domínio morfoclimático dos cerrados (...). Eles podem ser estendidos, também, os chapadões de arenito que margeiam o São Francisco (...). Sempre resultam da associação de formas cujo aspecto plano parece quase perfeito e de uma cobertura vegetal de cerrado, cuja fisionomia, bastante típica geralmente, pode variar com as condições dos solos. (...) Um andar de gramíneas cobre o solo de maneira imperfeita, dominado por um andar arbustivo pouco denso de arbustos retorcidos típicos. O aspecto do cerrado muda bastante quanto à cor do solo, mais escura indica maior fertilidade; (...).

O cerrado aparece, então, com fisionomias variadas e o cerradão forma manchas compactas. O aspecto arbóreo se completa pela introdução de espécies de mata de várias palmeiras, como o a do típico “catolé”. Essa variedade vegetal é devida a dois fatores complementares:

- A topografia exerce uma influência considerável sobre a riqueza dos solos e conseqüentemente já foi reconhecida como elemento de primeira importância na distribuição da vegetação; muito mais variadas nas baixas chapadas e zonas onde a erosão desmantelou as superfícies anteriores, (...) onde os solos foram rejuvenescidos.

- Ao nível de Januária, o contato com a zona de caatinga introduz mais um elemento de variedade (...) a distribuição espacial das formações vegetais.

Os Gerais são domínio típico de uma criação extensiva; pois mesmo nas condições mais favoráveis, os cerrados não justificam a instalação do povoamento denso.

Domínio adaptado à criação, ele é, pela pobreza dos solos [ver nota de rodapé 40] que se renovam lentamente, bastante hostil à agricultura que se refugia ao longo dos vales.

É da importância dele que vai depender, então, a variação e a densidade do povoamento. (...) Nas chapadas e nos Gerais, os vales constituem ilhas agrícolas (...).

Nas chapadas, os vales tomam frequentemente o aspecto característico de Veredas. Essas depressões de origem discutida, são famosas, sendo muitas das vezes, **objeto de uma espécie de afeição popular, talvez por causa da presença da elegante e útil palmeira buriti (*Mauritia vinífera*), mas sobretudo, porque a presença de água**, mesmo se ou seu excesso e a má drenagem podem transformar certas depressões em pântanos, **cria as condições necessárias à concentração da população** (GERVAISE, 1975, p.34-35-36. Grifo nosso).

E como destaca outro geógrafo, José Veríssimo da Costa Pereira, ao escrever sobre os Gerais em 1945 na “Revista Brasileira de Geografia” diz que “a geografia herdou a maioria dos seus termos da língua popular de cada país” (PEREIRA, 1975, p. 180). Com isso, podemos dizer que, além de um espaço físico e natural, como escreve Yves Gervaise e também João Guimarães Rosa, os Gerais é uma categoria histórica e cultural. Este termo se refere ao processo histórico, elaborado por intermédio de longa relação do homem do campo com a natureza circundante. Isso ocorreu e ocorre numa forma de significar a natureza e de transformá-la em espaços humanizados por intermédio do trabalho. E o que configura no intenso processo de conhecimento e, mais, as próprias características da natureza passam a compor a identidade humana.

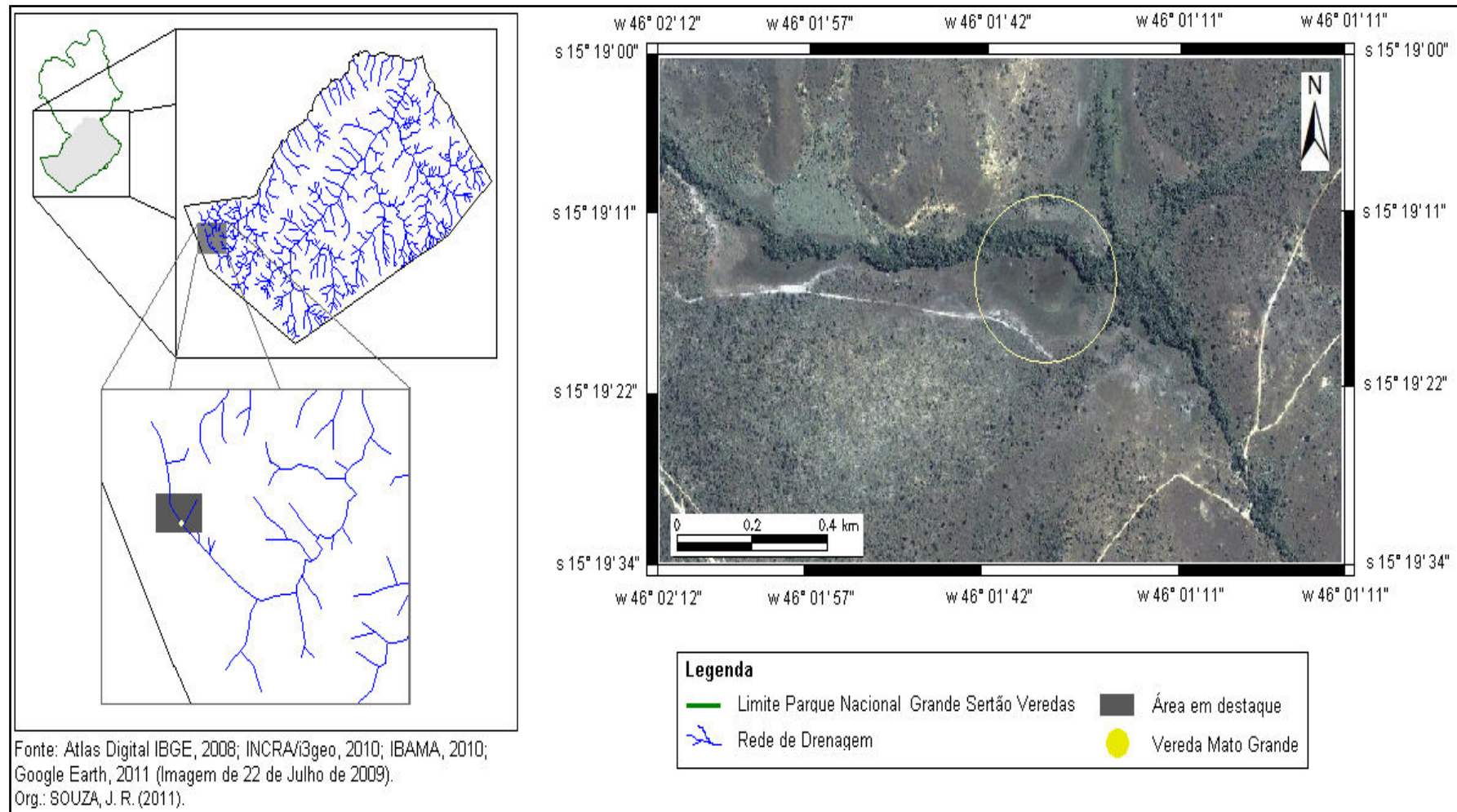
Faz parte do processo de territorialização atribuir significados aos diversos elementos que vão compor o território. Há uma relação projetiva e prospectiva sobre a natureza, tornando-a meio e instrumento de trabalho e de significação, mas, para que esta transformação ocorra é necessário, antes tudo, a natureza deve ser sociabilizada, tornada inteligível. As ações humanas têm uma finalidade, como sugere Milton Santos, e quando a natureza é categorizada, como, por exemplo, os Gerais, o que esta em jogo é a busca pelos bens necessários a sobrevivência (SANTOS, 2004). Isso historicamente se transforma em conhecimento porque o homem não age somente no sentido funcional, há um jogo complexo que interliga significação e busca de condições ideais para a sobrevivência.

A historicidade de um território é aquela que seus habitantes engendraram na sua apropriação. E, neste sentido, que os Gerais é uma categoria histórica e cultural. Em primeiro momento, a história dá-se na natureza em estado “bruto”, que não é nem sertão e nem Gerais e/ou qualquer outra coisa, apenas natureza. Mas, a partir da concretização do processo de sua sociabilização, ela se torna humanamente apropriada e a história flui a partir de um território. Neste caso, o território aparece como resultado das relações com a terra, com as águas, com as Veredas.

Para os veredeiros, os Gerais representavam e representam a possibilidade de uma mesa farta, sempre funcionou como espaço de “reserva”. Era o lugar onde se colhia o fruto, a lenha e o remédio. Além, é claro, de ser o espaço por excelência onde se cria o gado. O que as considerações anteriores nos mostram é que os Gerais não é algo homogêneo, ao contrário disso, ele é um complexo de ambientes ecogeográficos. Os Gerais contêm as Veredas, as encostas e os resfriados. E, é a partir do uso em conjunto deste diversos complexos que a vida humana se efetiva, se territorializa. E as identidades territoriais ganham suas nuances e, com isso, temos os veredeiros e os geralistas.

Para além dos nomes que cada grupo oferece aos Gerais, o que demarca e dá identidade a cada um, é relação direta com suas formas e conteúdos, as “marcas” de cada grupo social impressa, historicamente, em suas terras, em sua vegetação, águas e Veredas revelam estas construções. Tudo isso fixa ordenamento que é, ao mesmo tempo, uma necessidade de interpretar e significar o mundo envolvente. Os seres humanos têm a necessidades de dar sentido a todos os componentes do mundo inteligível por suas ações. “É preciso transformar a qualquer preço o fato em ideia, em descrição, em interpretação, em suma, achar- lhe *um outro nome além do seu*”(MUNIZ-SODRÉ, 2002, p. 8. Grifos do autor).

O mapa 4 e a figura 1 a seguir, demonstram a diversidade paisagística que contêm os Gerais. O mapa tem a representação de uma das veredas, a Mato Grande. E a figura foi feita tendo como base as entrevistas, seguindo o princípio básico de como se organiza o território em torno das veredas.



Mapa 3: Vereda Mato Grande- Parque Nacional Grande Sertão: Veredas.
Fontes: Atlas digital IBGE, 2008; INCRA/I3GEO, 2010; IBAMA, 2010.

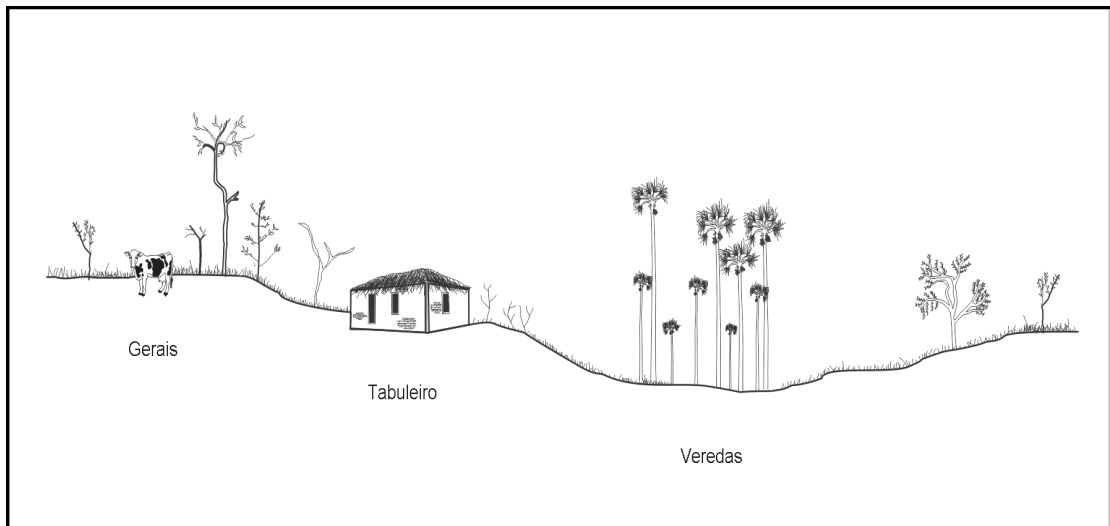


Figura 1: Perfil (esquemático) transversal do complexo Gerais - Norte-Sul ⁴².

Fonte: Pesquisa de campo- Chapada Gaúcha, 2009.

Org. MACHADO, Henrique Amorim, 2011.

A figura mostra, com uma redução de escala e, por isso, de detalhes, os Gerais, ou melhor, o complexo de elementos paisagísticos dos Gerais. Complexo pela diversidade de ambientes e formas que nele está contida. Complexo porque tem usos humanos diversificados. As diversas formas de apropriação e de territorialização forjada pelos veredeiros tem como base esta conjunção de elementos.

Na citação a seguir, apropriada de José Veríssimo da Costa Pereira, demonstra os usos e as possibilidades de uso dos Gerais. E, desde já, revela o ideal de “desenvolvimento” para aproveitar os seus recursos, além das representações territoriais que podem ser forjadas a partir de uma relação próxima e afetiva com ele.

No sentido econômico, os Gerais (...) além de abrigarem regularmente manadas de gado bovino, representam áreas de grandes possibilidades que, lentamente, vão entrando em maior exploração.

O tucum, por exemplo, palmeira que cobre os “Gerais”, atingindo a (...). A criação de gado será, pois no futuro, ainda maior, principalmente quando se intensificar os meios de transporte. Por seu turno as várzeas existentes nas zonas mais baixas, com suas Veredas cobertas de capim viçoso e nutritivo, constituem, como constituíram outrora, uma garantia para o florescimento e a permanência das fazendas. (...). [Nos Gerais] Ai-(...)-vivem os “geralistas”, isto é, habitantes dos “Gerais”, morando em casas simples, feitas de “buriti”, tirando, assim, melhor proveito de uma zona de arenito, porém, servida de água suficiente para alimentar os extensos “buritizais”. (PEREIRA, 1975, p. 183).

Os Gerais se desdobram em outros territórios, simbólicos e funcionais, “espaço da diversidade infinita, espaço da ambiguidade, espaço do deslocamento, espaço do entrelaçamento” (JACINTO, 1998, p. 36). Que tem em si, o elemento constituidor do sertão,

⁴² A figura foi elaborada tendo como base o território que hoje pertence ao PARNA GSV durante a pesquisa de campo, tendo como os relatos de campo, ele representa o complexo Gerais.

mas de acordo com as gramáticas locais é resignificado. Enquanto o sertão é mais um território simbólico, cuja espacialização não é possível, sobretudo, pelo seu caráter metafísico, os Gerais, tem cor, cheiro e textura, tem forma e conteúdo. Tem, portanto, um caráter polissêmico e também usos polissêmicos.

“Mas os Gerais tem fim”? “Mar a redor, fim a fora, iam-se os Gerais, os Gerais ô e do ao: mesas quebradas e mesas planas, das chapadas, onde há areia: para o verde sujo de más árvores, o gremeal agreste (...) e água e alegre relva arrozã, só nos translaves das Veredas” (ROSA, 1965, p. 73). Os Gerais tem um fim físico, ele está contido nos domínios dos Cerrados, com sua campinas e chapadas e “areiões e lindas Veredas e esses escuros brejos marimbús” (ROSA, 1965, p. 109). O contrário não se pode dizer com referência ao seu caráter simbólico. Isso porque ele se torna uma categoria ligada à experiência de vida, os Gerais se torna o limite do próprio homem que o habita, tendo em vista a relação recíproca que há entre um e outro⁴³.

Assim como o sertão, os Gerais é um território maior, mas a partir da categorização de seus usos e formas de ocupação humana é possível ver as suas escalaridades. É neste sentido que as Veredas, enquanto espaço humano apropriado, ganha uma relevância peculiar. Para se habitar os Gerais, habita-se primeiro o seu elemento principal, as Veredas, é partir delas que toda uma lógica de uso é forjada. A partir de agora, João Guimarães Rosa esclarece a partir de sua geográfica literatura, “na busca do quem das coisas”, como isso acontece.

Mas, por entre as chapadas, separando-as (ou, às vezes, mesmo no alto, em depressões no meio das chapadas) há as Veredas. (...) A Vereda é um oásis. Em relação às chapadas, elas são, as Veredas, de belo verde-claro, aprazível, macio. As Veredas são férteis. Cheias de animais, de pássaros.

As encostas que descem das chapadas para as Veredas são em geral muito úmidas, pedregosas (de pedrinhas pequenas no molhado chão claro), porejando agüinhas: chamam-se *resfriados*. O resfriado tem só uma grama rasteira, é nítida a mudança de aspecto da chapada para o resfriado e do resfriado para a Vereda. Em geral, as entradas, na região, preferem ou precisam ir, por motivos óbvios, contornando as chapadas, pelos resfriados, de Vereda em Vereda. (Aí, talvez, a etimologia da designação: *Vereda*.)

Há *Veredas* grandes e pequenas, compridas ou largas. *Veredas* com uma lagoa; com um brejo ou pântano; com pântanos de onde se formam vão escoando e crescendo as nascentes dos rios; com brejo grande, sujo, emaranhado de matagal (*marimbú*); com córregos - para aumentar nossa confusão. (Por isso, também, em certas parte da região, passaram a chamar também *Veredas* os ribeirões, riachos e córregos - para aumentar nossa confusão.)

⁴³ Conforme João Batista de Almeida Costa, “o sertão é do tamanho do mundo”, em referência a João Guimarães Rosa, o que ocorre, porém, é “que o mundo termina onde acabam as relações sociais que vinculam os sertanejos entre si”. Além, “não há mundo”, nada há, somente o “deserto”. Isso revela que o mundo para os veredeiros é configurado por meio de laços sociais, o mundo vai até onde se tem um parente ou conhecido, para além não há mundo porque não se conhece ninguém, (COSTA, 2005, p.13).

Em geral, os moradores do 'Gerais' ocupam as Veredas, onde podem plantar roça e criar bois. São os veredeiros. Outros, moram mesmo no alto as chapadas, perto das *veredinhas* ou Veredas altas, que como disse, também há, nas chapadas: estes são os “*geralistas*” propriamente ditos (com relação aos veredeiros, isto é, em oposição aos veredeiros). Mas o nome de *geralista* abrange igualmente, a todos: *veredeiros* e os *geralistas* propriamente ditos. Quem mora nos Gerais, seja na Vereda ou na chapada, é *geralista* (...). Nas Veredas há às vezes grandes matas, comuns. Mas, o centro o íntimo vivinho e colorido da Vereda, é sempre ornado de buritis, buritiranas, sassafrás e pindaíbas, a beira da água. As Veredas são sempre belas! (ROSA 2003, p. 41-42. Grifos do autor).

Como pudemos observar durante toda a nossa pesquisa de campo, as Veredas não são apenas uma beleza paisagística, como descrevem literatos e viajantes. É tanto que um grupo específico se assume como homens pertencentes a elas, ou seja, veredeiros.

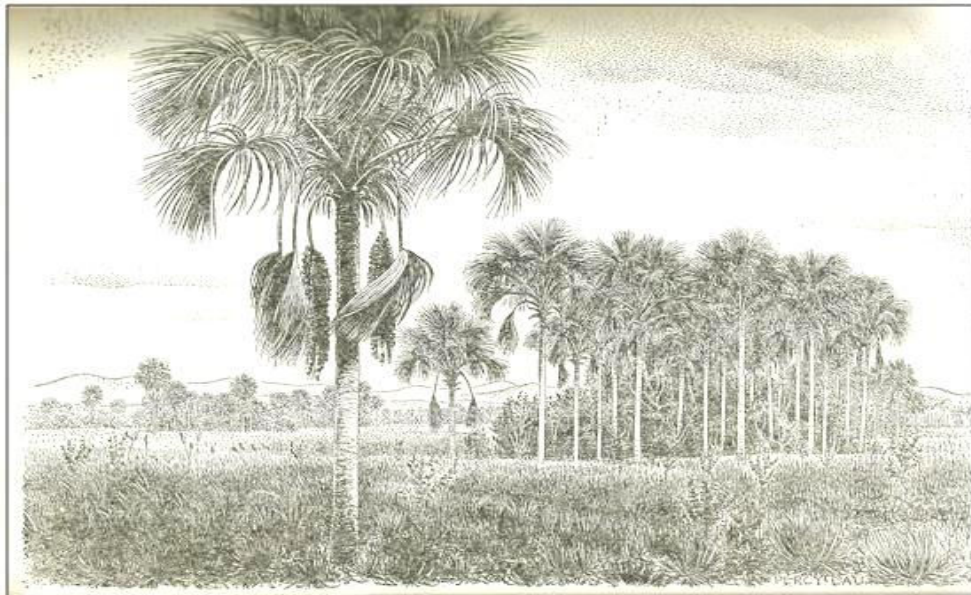


FIGURA 2: Veredas característica de do domínio de Cerrados.
Fonte: Representação de Veredas, IBGE, 1975.

Vereda tem água, muita. Geralmente nem dá para andar. A melhor terra de cultivo destes Gerais (a). A Vereda é úmida, deixa a gente que nem ela(b). Lugar de buriti. Viu buriti tem Vereda. E se tem Vereda tem água. São irmãos, água, Vereda e buriti(c). Vereda é terra de lavou. Onde tudo cresce bem. Basta plantar que cresce. Verde, verde que nem Vereda(d). A salvação destes Gerais é a Vereda que dá vida para o homem(f)⁴⁴.

As Veredas e os recursos que elas oferecem ao homem é a fonte primeira da territorialização. No meio de tantas terras em que não se consegue produzir, a não ser com intenso processo técnico científico de intervenção no solo, as Veredas são os territórios de

⁴⁴ Os cinco fragmentos de depoimentos citados a,b,c,d,e são respectivamente do sexto, segundo, primeiro, segundo e décimo entrevistado.

produção da vida humana, devido às atividades produtivas que são efetivadas em suas terras. E os homens que as habitam como são, antes de tudo, camponeses, tem conhecimento das Veredas como terra de trabalho, seu ciclo produtivo é uma cosmovisão de tempo e espaço. E como sugere Maria Margarida Moura, o conhecimento camponês “é profundo e já existia antes daquilo que convenciamos chamar de ciência” (MOURA, 1986, p. 9).

Observamos este conhecimento espaço-temporal do complexo Gerais por vários momentos durante a pesquisa. Com um dos entrevistados, fizemos a tentativa de localizar os Gerais, sertão e as Veredas a partir de seu olhar. Uma das repostas que mais nos chamou atenção foi: “*os Gerais é ali*”, estendendo com o braço em direção as chapadas. Meio que no impulso, perguntamos: “ali onde?”. A resposta foi bastante elucidativa, “*os Gerais começam depois das terras de cultura; ele acaba quando começa o capão*”⁴⁵ Embora a orientação seja imprecisa, sobretudo, do ponto de vista do conhecimento geográfico, nas oportunidades que tivemos em andar com eles pelos Gerais percebemos que cada um tinha sua própria cartografia destes espaços.

O que devemos ressaltar é que esta conversa aconteceu no PA São Francisco, onde estes símbolos de localização perderam alguns dos pressupostos básicos. No entanto, ao se referir às terras onde viviam, na área que atualmente está sob o domínio do PARNA GSV, o entrevistado destacou a seguinte questão sobre as Veredas e os Gerais.

Vereda é onde tem água, buriti, lama, terra para cultivar. Esta é a diferença, Vereda tem água, os Gerais não, só tiver uma Vereda encravada no meio dele. Os Gerais tem capim de gado comer, o “agreste”. Vereda é onde agente morava. Lá também tinha os Gerais, estavam acima das Veredas. Os Gerais é onde íamos buscar o pequi, lugar de gado. Veredas terra de cultua. Terra próxima da casa. Gerais, terra mais longe.

E o sertão onde é?

Os antigos, falavam em sertão dos Gerais, ou de campos Gerais. Mas o sertão é para lá, na Bahia, aqui ainda não é sertão, sertão falta chuva, aqui não. Tem água que estes Gerais oferecem.

Quem mora nos Gerais é o que?

Geralista.

E nas Veredas?

Veredeiro.

Mas as Veredas não estão nos Gerais?

Sim.

É assim, se sua casa esta nos Gerais, é geralista. Lá perto da chapada [Chapada Gaúcha] não tinha geralista, aqui nas chapadas de Formoso, já tem. Este povo que vive nas chapadas é geralista. Um está dentro do outro. Mas não é a mesma coisa para si morar. Geralista, cria gado, as vezes só cria. Quem mora nas Veredas, tem gado, gado pouco, cultiva muito mais do que cria. Essa é uma das diferenças. Só

⁴⁵ Depoimento do primeiro veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

*muito recente que se planta nos Gerais, mas estes aí, que nem os gaúchos, não são geralistas, são de fora, não conhece os costumes daqui*⁴⁶.

O que nos é estranho, porém, é que durante o encontro dos “Povos do Grande Sertão Veredas”, por algumas vezes, a expressão “sertanejo e sertão” foram usadas. Mesmo as pessoas ligadas à comunidade, e que na maioria dos casos ainda vivem das Veredas e com elas, usam tais expressões. Tendo como base este contexto, perguntamos ao entrevistado porque havia algumas pessoas que se designavam como “sertanejos”. “Eles aprenderam isso por agora, nos tempos recentes”, destacou o entrevistado, “aprendeu com estes políticos, com a gente que veio com as ONGs⁴⁷”. Com base nestes argumentos e observações em outras oportunidades durante o trabalho de campo, elaboramos o quadro seguinte:

Categorias	Território	Pessoas	Relação	Territórios de representação
“Lá”	(Sertão de fora) Sertão	Cientistas, políticos, empresários	Simbólica funcional	Espaços desconhecidos, onde não se conhece e não se têm parentes
“Ali”	(Sertão de dentro) Gerais	Geralistas	Simbólica e Funcional	Lugar de presença constante de pessoas; a vegetação é dominante e este parcialmente sociabilizado onde se busca o que falta nas Veredas, local de passagem, de caça e coleta
“Aqui”	(Sertão de dentro) Veredas	Veredeiros	Simbólica, afetiva e funcional	Natureza sociabilizada com a construção das casas; “terra de culturas”; de coleta da palha e frutos de buriti; água é fator dominante

Quadro 1: Categorias de representações territoriais no PA São Francisco.

Fonte: MARTINS, G.I. Pesquisa de campo/2009, 2010.

O que podemos observar, a partir da leitura da entrevista transcrita e também do quadro é que há uma relação de proximidade/distanciamento para se referir aos espaços. Os Gerais, “é sempre além”, mesmo estando atualmente numa área de chapadas, de Gerais, portanto, como no PA São Francisco, sempre que pedíamos para situar os Gerais, “*ele está lá*”. O “lá” é sempre em relação às terras de cultura e à casa de morada, representações do que está perto, mas não é uma construção veredeira. Outras pesquisas desenvolvidas em comunidades rurais diferentes, também evidenciaram esta relação de proximidade/distanciamento para se referir aos espaços sociais.

Em sua dissertação de mestrado, Rodrigo Herles dos Santos, afirma que o sertão “é o espaço dado à mutação” e, na medida em que os espaços são apropriados socialmente eles passam a estar próximos e/ou quando se diminui as relações de uso, eles se tornam distante.

⁴⁶ Depoimento do primeiro veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

⁴⁷ Depoimento do primeiro veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

Com isso, temos, que as identidades territoriais, como por exemplo, os veredeiros e os geralistas representam um processo interiorização do sertão e/ou dos Gerais. Em outras palavras, estas populações especificam determinadas escalas, é a partir disso atribui significações, constroem categorias sociais para qualificar o espaço, recorrem para isso, de recursos do imaginário político, cultural e ambiental. Isso dá origem há um “complexo léxico de categorias para compreender e ‘geografizar’ a própria vida” (SANTOS, 2008, p. 80).

As fotos 4 e 5 representam o intrincamento entre veredeiros e a natureza dos Gerais.



Foto 4: A casa veredeira: Fazenda Geral mato Grande, Chapada Gaúcha.
Fonte: Acervo pessoal dos entrevistados.

A casa era simples, não grande. Era construída mais ou menos perto da fonte de água, e mais ou menos, longe, por causa da umidade. Sempre que alguém ia se casar, ou família estava grande se construía a casa (...)(a). Fazia aquela armação de madeira, enchia de barro. E colocava a palha de buriti para cobrir(b). Ficava fresquinha a casa, a palha de buriti não esquenta e deixa as casa com os ares agradáveis(c). A gente vivia na casa de barro coberta de buriti, não tinha luxo, mas é o que a gente podia ter, você me entende? Palha de buriti, esteira de buriti, banco de buriti, por isso a casa era do buriti(d)⁴⁸.

Desta forma, seres e ambientes naturais integram a vida cultural na conformação de territórios. É necessário que os nomes dos lugares represente os homens que o habita e que os homens consigam nestes lugares da natureza refletir suas identidades, desenhadas, contornadas por uma geografia que integra natureza e cultura, sem opor, termos e relações. Tais territórios revelam uma trama singular que conjugam e sobrepõem tempos e espaços múltiplos.

⁴⁸ Os quatro fragmentos citados a, b, c e d são respectivamente do primeiro, décimo, oitavo e nono entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

Isso acontece porque as pessoas não habitam somente as Veredas ou os Gerais funcionalmente, elas habitam estes ambientes por meio de territórios forjados historicamente, que são simbólicos e funcionais. “Compreende-se desde então que habitar o território”, escreve Michel Roux, “é uma arte sutil, uma religião no sentido primeiro do que religa, que pede para dar sentidos aos gestos mais profanos” (ROUX, 2004, p. 46). Neste sentido, os Gerais e as Veredas se tornam próximos aos veredeiros. Na verdade, os “geralistas e veredeiros aparecem como derivados, para qualificar um espaço de dentro do sertão” (SANTOS, 2008, p. 80).



Foto 5: Os Gerais: Parque Nacional Grande Sertão Veredas- Chapada Gaúcha.
Fonte: Fundação Cultural Genival Tourinho - Expedição Caminhos dos Geraes, 2009.

Depois que sai da Vereda e passa pelo o capão já se está nos Gerais (a). Os Gerais ficam em volta (b). Este mundo todo aí, este mundo de meu Deus é sempre Gerais (c). Quer os Gerais, tem que ir, tem que ir mais para o fim do vale, onde só têm Veredas (d). Os bichos bravos ficam nos Gerais, onça, veado, estes bichos, eles descem nas Veredas para beber água. Diferente do homem, que sobe nos Gerais para colher. O gado é bicho do homem, por isso, vive nos Gerais e perto de casa (e). Terra de comum, de solta como dizia os mais velhos (f) ⁴⁹.

Para o autor “o povo sertanejo”- categoria dúbia - é, em grande medida, projeção das relações humanas com a natureza (SANTOS, 2008, p. 74). Devemos concordar com esta proposição em partes, há de fato uma relação que perpassa projetiva e prospectivamente a natureza no rural sertanejo, sobretudo, no mundo camponês. Não podemos, porém, tornar “um fenômeno físico-geográfico (...) em explicação” de fatos concretos na estruturação da sociedade (SODRÉ-MUNIZ, 2002, p. 13). Devemos considerar que os processos sociais são mais intensos

⁴⁹Os cinco fragmentos citados a, b, c, d, e, f são respectivamente do terceiro, segundo, quarto, sétimo, e nono entrevistados, PA São Francisco, Formoso, 2010.

e determinam o tipo de relação que se estabelece com a natureza. Ou seja, é necessário ver como a natureza implica nas relações humanas, mas também como ações humanas tem implicação uma sobre a outra.

2.2 A natureza que se faz sujeito, o sujeito que se faz natureza

Pode um homem enriquecer a natureza com a sua Incompletude?
Manoel de Barros.

No livro “Introdução à Modernidade”, Henri Lefebvre, nos traz duas questões pontuais para se pensar a pergunta que Manoel de Barros nos deixa. Para o filósofo francês, “o lugar onde falta o homem é também o lugar onde o homem começa, e se anuncia e se antecipa” (LEFEBVRE, 1969, p. 163). Nas linhas seguintes, o autor traça um ponto de reflexão para nos dizer “a natureza é também o que falta no homem” e que “carece, logo o humano, do humano” (*ibid.*, p. 163.).

Em tempos-espacos diferenciados os autores se respondem. A pergunta de Manoel de Barros, fazendo uma interpretação geográfica de seu conteúdo, é se o homem com todas as suas limitações sociais pode realmente enriquecer a natureza. Henri Lefebvre se dá conta de que sem a natureza o homem não existe, ela é o lugar de sua origem e seu destino. O homem ao agir, trabalhar e territorializar tem os objetivos da ação pré-definida e, por isso, difere dos demais animais. Estes objetivos, porém, estão espacialmente determinadas às condições de reprodução da natureza.

Para a pergunta de Manoel de Barros há pelos menos duas respostas possíveis. A primeira, se pensarmos as questões de Lefebvre, o homem não completa a natureza porque ele, assim como os demais seres que a compõem o mundo, é um ser da natureza. Isso quer dizer, que ele a pertence e não ao contrário. A segunda resposta é complementar e contrária a precedente. O homem pertence à natureza, contudo, adiciona formas, conteúdos e dinâmicas sociais. O homem constrói a sua própria natureza, histórica e culturalmente. E como diria Henri Lefebvre, ele faz isso num processo dialético, ao construir elementos que o possibilita a se afastar de sua “natureza natural” ele retorna a ela. Este retorno acontece devido as suas limitações biológicas, naturais, portanto, sociais porque qualquer ação humana é mediada por outras ações não humanas. Este é o processo histórico pelo qual os homens se produzem socialmente. Este eterno encontro-desencontro com a natureza é o limite e o começo de toda prática territorial.

O uso de instrumentos de trabalhos cada vez mais tecnificados gera um relativo afastamento da natureza. Milton Santos demonstra como o avanço do processo técnico afasta o

homem individual e socialmente de sua própria natureza (SANTOS, 2004). Mas, isso não acontece sem os seus desdobramentos contraditórios. “O não-natural, assim, torna-se apenas o medo ancestral que a humanidade tem de sua própria capacidade inventiva” (SILVA, 1993, p. 42). O tempo técnico, o tempo da técnica e o da acumulação são agentes responsáveis por mudar as condições das relações humanas com natureza. Uma questão, porém, deve ficar clara:

As relações fundamentais para qualquer sociedade são as relações com a natureza. Para o homem, a relação com a natureza é básica não porque o homem continua um ser da natureza (interpretação falaciosa do materialismo histórico), mas, ao contrário, porque luta contra ela. No decurso desta luta, em condições naturais, o homem arranca à natureza tudo o que precisa para subsistir e para ultrapassar a vida simplesmente natural. Como? Por que meios? Pelo trabalho e da organização do trabalho (LEFEBVRE, 1974, p. 74).

O homem é um ser de necessidades é o que Henri Lefebvre afirma. Agora podemos dizer que “o homem da necessidade, da privação e nudez sórdida, é pura natureza do homem” (LEFEBVRE, 1969, p. 164). Para o autor, o trabalho, a indústria e a técnica são elementos mediadores entre as necessidades humanas e a natureza. Tudo isso gera um complexo de relações que são intrincadas historicamente e, que tendem a criar um “mundo humano” e “uma natureza humana”, humanizada, ou seja, apropriada socialmente.

As anotações precedentes servem de apoio para iniciarmos as discussões sobre as populações veredeiras que estamos pesquisando. Isto porque qualificador destes homens, “veredeiros”, vem de uma relação direta com a natureza. O que estamos demonstrando é que ecossistema natural, os Gerais, cria possibilidades e limitações para territorialização dos homens em seus espaços. E mais, isso interfere nas práticas territoriais, sendo a agricultura, o extrativismo e a pecuária veredeira o elemento aglutinador de múltiplos usos e representações que se dão a natureza, ao mesmo tempo, eles são traços importantes para se pensar como estes homens forjam seus territórios.

É preciso destacar alguns pontos, uns tão caros ao conhecimento geográfico. Não iremos aqui defender um determinismo geográfico, como se as condições ambientais fossem superiores as formas sociais na construção da realidade. Apenas acreditamos que a natureza dos Gerais oferece determinações às práticas concretas de se territorializar. Isso porque temos a clareza que o homem cria nas mais adversas situações os meios de sua sobrevivência pelo trabalho de mediação que Lefebvre nos indica, interferindo e modificando as próprias configurações da natureza, criando, por assim dizer, uma segunda natureza.

O que as práticas territoriais veredeiras nos mostram é que o relacionamento entre homem e natureza, sobretudo, nos casos de camponeses, onde a terra e seus atributos são, ao mesmo tempo, uma fonte de recurso para a sobrevivência e meio de sociabilidades e recurso simbólico identitário, tem que se dar no sentido de uma convivência harmônica. Harmônico, no

sentido de garantir existência dos recursos necessários a sobrevivência, “os mínimos vitais” (CÂNDIDO, 2003), ao mesmo tempo, deve manter o equilíbrio do ambiente circundante.

De início, acreditamos que a articulação em equilíbrio entre homem e a natureza é quem gera a completude social, ambiental e cultural. Com efeito, é esta relação histórica que permita que a trama territorial exista espaço-temporalmente. Em uma passagem seminal, Carlos Walter Porto-Gonçalves afirma que o homem é a natureza que tomou consciência de si (PORTO-GONÇALVES, 2008). Os exemplos estão evidenciados, sobretudo, nos vários trabalhos de pesquisa realizados em comunidades camponesas, indígenas e quilombolas. A articulação entre populações camponesas e a natureza tem vínculos mais densos que gera elementos vivos de uma sociabilidade e de vida social ímpar.

Uma questão é bastante peculiar. Porto-Gonçalves deixa em evidência que toda sociedade, toda expressão de cultura “cria e inventa” suas concepções de natureza. Concordamos com autor que a natureza não é “natural”, na verdade é histórica e conceitualmente criada. A natureza neste plano é epistemológica e revela as impressões de mundo que cada sujeito possui (PORTO-GONÇALVES, 2008, p.23). É um conceito operativo prático, cujo valor está no experienciar social que define o “eu” e “nós”, o “eu” natureza e o “nós natureza”.

Nesse sentido, “o homem desdobra-se em “natureza” e história” (LEFEBVRE, 1969, p.158), uma e outra em territórios, a partir do conjugamento destes dois elementos que as identidades são forjadas. Admitir isso é admitir que a natureza, enquanto um elemento dado a *priori*, afeta diretamente o comportamento humano e a produção do território. O conteúdo efetivo deste território produzido se revela por meio da natureza apropriada, dos elementos que constituem a cultura, as condições históricas, econômicas e políticas. Começamos a análise pelas tramas das relações da cultura com a natureza na conformação do território veredeiro.

2.2.1 Uma primeira apresentação: sobre lugares, pessoas, Veredas e veredeiros.

“É, é Gerais, é nessa boca de Gerais aí. Nesses Gerais tem chão demais⁵⁰”.

O único levantamento sistematizado das populações veredeiras na área pesquisada foi realizado pela FUNATURA, no início da década de 1990. De acordo com tal relatório, numa área de 84.000 km² em que o PARNA GSV está situado, existia uma população total de 500 pessoas, distribuídas em 90 famílias⁵¹. De acordo também com Relatório, a base econômica destas pessoas é agricultura consorciada com a criação de animais (FUNATURA, 1991).

⁵⁰ Depoimento do terceiro veredeiro entrevistado.

⁵¹ De acordo com um segundo o levantamento da FUNATURA realizado em 1998 a população total na área que abrangia PARNA GSV era de 500 pessoas. Destas, 215 homens, 175 mulheres e 110 crianças. Com relação à

Dois pontos devem ser esclarecidos, a dispersão espacial dos verezeiros no território e a forma de organização espacial. Andréa Borghi Moreira Jacinto, em sua pesquisa de mestrado com estes verezeiros quando ainda viviam na área pertencente à Unidade de Conservação, afirma que as famílias se encontram espalhadas pelo território.

Aqui encontramos pequenos agricultores, residindo próximos aos cursos da água, utilizando-se dos cerrados e suas várias formações como “áreas comunais”, onde se cria gado a solto, coletam-se frutos e plantas medicinais e, antes da criação do Parque Nacional, costumava se caçar (...).

Aparentemente, não há comunidades, ou povoados. Existe, porém, uma organização e um padrão de ocupação espacial, que trazem muitas semelhanças com os bairros rurais. Ou seja, existe uma unidade de agrupamento que constitui grupos rurais de vizinhança, ligados pelo sentimento de localidade, por laços de parentesco, pelo trabalho da terra, por trocas e reciprocidades (JACINTO, 1997, p. 43- 44).

Como estamos defendendo desde o início deste capítulo, as populações verezeiras constroem seus territórios na “interação do espaço social com o espaço físico”. Por isso, rios e Veredas tornam-se referências, casa de moradas e espaços ideais para a territorialização humana. Deste modo, “o nome do rio é também de um conjunto mais próximo (distâncias relativas!) de casas e unidades domésticas, e é também, algumas vezes, o nome de uma fazenda” (JACINTO, 1997, p. 44). Com isso, torna-se difícil de afirmar que há uma comunidade verezeira, homogênea e inserida em um território determinado. O que de fato existe, são pequenos núcleos familiares territorializados onde há Veredas e terras de cultivos. O território é vasto, isto talvez nos indique de onde surge a expressão para determinar o meio ambiente circundante: os Gerais com suas Veredas, é Gerais porque é vasto, geral.

Andréa Borghi Moreira Jacinto anotou alguns nomes dos muitos núcleos de povoamentos espalhados pelos Gerais.

Por exemplo, entre esses conjuntos, há Carinhanha, Rio Preto, Mato Grande, Santa Rita, nomes que designam áreas banhadas pelos principais rios que cortam o Parque, e seus afluentes - galhos, ou Veredas, como são chamados. É o caso também de outros nomes, que, junto com esses, compõem o conjunto de localidades inseridas nos limites do Parque: Barbatimão, Capim-puba, Batista, Maria Antônia, Costa, Matão, Boiada, Pau Grande...

São nomes que designam também fazendas que são ou que já foram; e são também endereços. No questionário aplicado em 1991 pela FUNATURA, uma das questões que surge é “endereço completo”, e que tem como padrões de resposta: Vereda Maria Antônia - Fazenda Mato Grande ; Fazenda Terezinha -

propriedade da terra, havia 388 posses e 27 imóveis documentados. Destes 7 tinha menos de 40 hectares, 9 entre 40 e 100, 7 acima de 100 e 4 acima de 500 hectares. Os posseiros trabalhavam em terras como menos de 40 hectares. Outro dado importante é que dos 390 adultos na data do levantamento, 43% não possuíam educação formal, 52, 5 % frequentaram até a 4º ano do ensino fundamental. Dos 7% restante, apenas 0, 5% concluíram o 8º do ensino fundamental, apenas 0,5% ingressaram no ensino médio.

Galho do Carrasco, Vargem Bonita – Carinhanha; Vereda do Manduí - Rio Preto; Fazenda Santa Rita - Januária; Fazenda da Boiada. Ou seja, os nomes citados como exemplos, informam tanto sobre um espaço físico como sobre um espaço social. (...) frequentes menções aos galhos, categoria êmica que designam afluentes, ou a Veredas, corredores de vegetação mais densa, marcadas pela palmeira buriti e também pela presença de água (JACINTO, 2002, p. 46).

Rios e Veredas se tornam elementos de referência de moradia e de identidade. Este padrão de ocupação territorial disperso e envolta das Veredas revela um duplo processo: a) de um lado a adequação da vida material as condições da natureza, mas, de outro lado, um processo histórico de formação do território. No primeiro item deste capítulo anotamos que as populações camponesas que habitam estas paragens surgem no seio do latifúndio. Melhor dizendo, no seio da “Fazenda Geral”. Fazenda Geral é uma ampla porção de terra, geralmente a única com reconhecimento de cartório, ela engloba outras fazendas e sítios camponeses.

No caso de nossa análise, as famílias que foram atingidas pelo PARNA GSV moravam nas Fazendas Geral “Mato Grande”, “Santa Rita” e “Pau Preto” etc. que se estendiam por quase toda a área que ocupada a Unidade de Conservação até 2004, ou seja, numa área de 84.000 km². A fazenda geral se dividia em outras fazendas. É preciso, pois entender a importância deste tipo organização como elemento de aglutinação de contingentes humanos no território.

Wilson Lins escreve que “com o passar do tempo, aquelas primitivas fazendas se foram transformado, multiplicando-se em centenas de fazendas menores”. De outro lado, o que contribui para a fragmentação da Fazenda Geral foi o casamento intergrupalo. “Os descendentes dos sesmeiros com as índias, se foram misturando com as filhas dos vaqueiros, igualmente mestiças, e se fizeram também vaqueiros” distribuindo por entre as famílias por herança as terras que antes pertencia a um único latifúndio (LINS, 1983, p. 31).

Com efeito, o elemento água é o grande agente do processo de territorialização, sobretudo, devido a sua escassez, cada família buscava nas terras pertencentes a uma fazenda a fonte de água para estabelecer suas moradias. E ali estabelecia sua residência. E como o fazendeiro sempre escolhia as melhores fontes de água para o gado e, além disso, sempre havia a possibilidade da invasão dos cultivos pelo gado, tais “moradores de favor” buscavam por terras mais distantes da sede da fazenda que, em geral, eram mais próximas ao rio São Francisco. Constituíam assim a territorialização dos Gerais (PIERSON, 1972a).

O fazendeiro se torna padrinho dos filhos dos moradores de sua fazenda. Em troca estes moradores têm a proteção do fazendeiro e a terra de trabalho, mas em caso de uma disputa política com outro fazendeiro, todos os seus protegidos entram no conflito. Os donos de terra se tornam assim, por dizer, donos de homens por meio de um poder simbólico e econômico. Criam-se, assim, uma “solidariedade”, cuja característica principal é a sujeição do outro, “o morador de favor”, ao poder econômico e político do fazendeiro,

Além de uma configuração política e econômica, o regime de compadrio efetiva um padrão de organização territorial. A interligação do fazendeiro com seus “compadres” era efetivada pela proximidade das residências. Quanto mais íntimo ou confiável era o compadre e/ou agregado, mais próxima era sua residência da casa do fazendeiro. Os demais que não tinham esta ligação iam mais para os espaços mais interiores. O que é comum tanto a um como ao outro é que ambos pagavam por cultivar a terra com serviços doados no cultivo ou na criação do fazendeiro, ou cedendo parte da produção final.

É preciso dizer ainda que “as propriedades originais eram grosseiramente delimitadas, tendo como fronteira um rio e outro acidente geográfico” (PIERSON, 1972b, p. 354). Com isso, tem-se que o fazendeiro não tinha o controle efetivo de suas terras. Se não havia o controle efetivo, havia, portanto, as possibilidades de efetivar a posse.

O posseiro ou agregado não tinha a intenção de adquirir “o título das terras” ocupadas. O que de fato pretendiam era apenas efetivar uma pequena área de cultivo. Até mesmo porque este sentido de propriedade só foi ser efetivado em algumas regiões do Norte de Minas a partir das políticas modernizantes da década de 1970. “Uma família pode se instalar na zona onde ninguém mora ou mesmo comprar de um posseiro anterior o seu grosseiro abrigo e o “direito” a área vizinha” (PIERSON, 1972b, p. 354). Isso acontece, sobretudo, em terras mais distantes da sede da fazenda e em terras de pequeno valor, porém, é necessário dizer que o valor neste caso não é monetário, é valor de uso, ou seja, pastagens naturais e fontes de água, elementos essenciais para a grande fazenda criadora de gado. A este respeito, Donald Pierson, complementa sua análise:

Mesmo que o proprietário lhe conheça a presença e não veja com bons olhos, não é provável que a expulse ou mesmo construa cercas para dificultar-lhe o uso da terra. Raramente se dá tanto trabalho e despesas, especialmente em terra que provavelmente não usa e nem pensa em usar (PIERSON, 1972b, p. 354).

Com relação às estratégias e modelos que as posses seguiam o autor descreve que:

Nos Gerais (...), ao chegar a uma nova zona, o indivíduo pode meramente “roçar um pedacinho”, como dizem os informantes, a fim de indicar a posse, isto é, pode simplesmente mexer um pouco com a enxada.

(...)

Os terrenos entendem-se por algumas tarefas e são cercados por estacas enfiadas no chão a fim de manter afastado o gado da fazenda. Contanto que o posseiro não interfira na sua criação e não construa casa *coberta de telha* (...) o dono da fazenda não faz objeção (PIERSON, 1972b, p. 345-355).

Além disso, havia amplas proporções de terras que não eram apropriadas, sobretudo no intervalo entre uma fazenda e outra. Como anota Donald Pierson, as terras reivindicadas pelos fazendeiros e seus descendentes estavam em área de influência dos rios de maior porte é claro, e

suas áreas de inundação. Com isso, tem amplas cercanias do território adentro que não são legalmente apropriadas e “que são comumente consideradas e usadas em grande parte como propriedades comunais” (PIERSON, 1972b, p. 355). Com isso, nos “Gerais (...) embora mais para o interior, onde a terra maior parte não tem dono, sejam comuns os posseiros” (PIERSON, 1972b, p. 357).

A “crise” econômica dos latifúndios devido ao impedimento da comercialização do sertão com as minas, e também pelo surgimento de novos núcleos de criação em outras regiões do país contribui para a diminuição do rebanho e efetivo e da utilização das terras, fator fundamental para que a posse também se territorializasse. Sem o interesse econômico do fazendeiro em tais terras, sem disputa da agricultura com o gado, não havia o porquê de expulsá-los. Além disso, os latifúndios abandonados pela decadência se tornaram terra de “ausentes”, que dizer não se conhece o proprietário, se tornam, portanto, “soltas” e/ou “comuns” e também terra de posseiros⁵². Em outras palavras, a posse, a terra de trabalho e território camponês surge sobre as ruínas do latifúndio pecuarista.

Estes fatos conjugados, compadrio e a posse, são reveladores de como vão sendo construídos os núcleos camponeses. Nesse sentido, historicamente, a família ocupa uma Vereda e a partir dela começa a se constituir o seu território por meio do trabalho na terra. Mais dois fatos contribuem para a dispersão dos veredeiros para dentro do território. O primeiro delas é a que a maioria das Veredas tem área reduzida, tendo, portanto, solo e água suficiente para manter somente uma família. O segundo, devido às vastidões das cercanias que compõem os Gerais, havia a possibilidade de se buscar novas terras mais adequadas, onde pastagens e terras de cultivo ainda não estavam ocupadas.

A família situada começa então o processo de territorialização e, logo, a família se divide em outras “e isso acontece, principalmente, quando a família tem muitos filhos homens”. Todos passam a ocupar as áreas adjacentes para que se mantenham os vínculos, “filho casa, e ele se estabelece próximo aos pais, a filha, ela já vai perto da família do noivo (...) na terra dele”⁵³. Com isso, cria-se uma territorialidade “gentes de Veredas”⁵⁴.

O “semi-despovoamento” ou o povoamento esparsos dos Gerais por estes veredeiros, segundo Paulo Bertran, “lembra o índio”. “Cada ramo de ribeirão – o galho sertanejo – lembra um embrião de nação, de reino, de famílias aparentadas em torno a (...) manancial d’água. A estratégia de locação espacial é muito parecida” (BERTRAN, 1999, p. 48).

⁵² Donald Pierson ao citar Saint-Hilaire lembra que a maioria dos donos dos latifúndios moravam em Salvador e/ou no Rio de Janeiro e as terras eram entregues a um vaqueiro como administrador. O proprietário morava em seus domínios, mandavam os filhos para estudar na capital, estes formados não voltam mais para as terras. Isso quebra o ciclo de sucessão e cria as terras de “ausentes” em todo vale do São Francisco (PIERSON, 1972a).

⁵³ Depoimento do sétimo veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

⁵⁴ Depoimento cedido à Andréa Borghi Moreira Jacinto (JACINTO, 1997, p. 65)

Bertran destaca que uma das principais características envolvidas nestas estratégias sociais na formação do território é o telurismo. Para o autor, isso “de tão implícita não se nomeia, simplesmente exercita-se em situações quase incompreensíveis para o homem urbano”. O autor, porém, não esclarece com que se estabelece este telurismo, apenas nos lembra, mais uma vez, comparando o homem dos Gerais com os indígenas, que as formas como se estabelecem no território se encontram pela “vida familiar simples, pelo gosto de viver, despida da patrimonialidade como essência” (BERTRAN, 1990, p. 48).

Os relatórios da FUNATURA e também os trabalhos de Andréa Borghi Moreira Jacinto, Paulo Bertran e Claude Souza Correia tentaram datar a ocupação destas Veredas. Segundo estes autores, isso ocorreu a partir da segunda metade do século XIX, a partir do conflito por divisão de terras no município de Januária. A Lei de Terras e a divisão das fazendas fizeram com que os proprietários expulsassem de seus domínios os posseiros, agregados, vaqueiros e camaradas. Estes, sem as terras de trabalho, migraram para os Gerais no intuito de encontrar terra de trabalho (JACINTO, 1997) (BERTRAN, 1999) (SOUZA, 2002).

A nossa intenção aqui não é definir as datas em que tais terras foram ocupadas. Faltam-nos instrumentos metodológicos e fontes históricas suficientes. Mas, uma questão deve ser questionada. Roberto Mata-Machado, Wilson Lins destacam que Manuel Nunes Viana, grande possuidor de terras, tinha grandes fazendas nas margens do rio Carinhanha entre o final do século XVII e início do século XVIII. E o próprio Paulo Bertran faz uso de textos dos viajantes do início do século do XIX que relatavam as prósperas fazendas e a fragilidade de posseiros e agregados. Se isso configura em um dado, então ele questiona a existência de um povoamento tão recente para tais terras. Embora, esta não tenha sido a ideia dos autores, “*no momento de nossa tirada do parque, teve deles que disseram: ‘você não têm identidade com isso aqui’, já que morávamos ali há tão pouco tempo, veja só, desde que me entendo por gente, estou ali*”⁵⁵.

Nas entrevistas com os vereadores assentados no PA São Francisco, as dúvidas sobre esta ocupação recente, como destacada pelos autores, ficam mais evidentes.

Por um acaso o senhor sabe há quanto tempo sua família viveu naquelas terras?⁵⁶

*Há muito tempo estamos por lá. Desde o carrancismo. Meu pai nasceu lá, meu avô e todos que lembro nasceram por lá. No tempo que ainda tinha o carrancismo, terras fartas e soltas. Mas, teve um pessoal que chegou mais recente nos anos trinta e quarenta, de Vargem Bonita em Januária, mas os mais velhos que nem eu (...) nasceram e criam-se por lá*⁵⁷.

⁵⁵ Depoimento do sexto vereador entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

⁵⁶ Para efeito de análises transcrevemos também as nossas perguntas ao entrevistado.

⁵⁷ Depoimento do quinto vereador entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

Com referência ao veredeiro em si, enquanto sujeito habitante dos Gerais, Donald Pierson e João Guimarães Rosa foram os primeiros a destacar a sua presença na literatura e nas ciências sociais. Ao escrever em 1950, Pierson sugere que o vale do São Francisco é habitado por três tipos sociais: os moradores da cidade, os geralistas e veredeiros. Os geralistas vivem nas campinas com escassa agricultura com cultivo nos areões. Os veredeiros, “ou moradores das Veredas (...) geralmente analfabetos e extremamente pobres, vivem da lavoura de subsistência ou como vaqueiros empregados dos senhores de terra” (PIERSON, 1972a, p.12).

Nas linhas seguintes o autor detalha o veredeiro, que segundo ele, “suas cabanas eram feitas, e ainda o são, de buriti. Alguns habitantes locais eram mangabeiros naquela ocasião (1950), isto é, indivíduos que faziam longas jornadas pelos Gerais, que conhecem intimamente, em busca de látex, usados na fabricação da borracha” (PIERSON, 1972a, p.13). A Vereda é um território de estar, ponto de referência num “mar de territórios”.

João Guimarães Rosa oferece um maior detalhamento sobre o sujeito veredeiro.

“O senhor sobe. O senhor desce. Oé, muito azul para azular... Veredas, Veredas” (ROSA, 1965, p. 110).

(...). O Grivo – Atravessei boa sombra (...)

Veredeiro com chapéu-de-couro. Tão longe um, tão longe. Cafua em toca, de buriti, com quintalim e cocorico de galo. Os meninozinhos vindo pelos caminhos perto, uns de bonita voz, pedindo à gente benção. Cafúa: fumaça que de dia acena. E de noite às vezes têm uma vasqueira luzinha triste, de candeia. Velhos, cujos olhos não aprovam mais muito o viver, só no mexido da boca é que se espantam. Uns que vigiam seus chiqueirinho com um porco, de dentro sua casinha choupana, toda cheia com três dúzias de espigas de milho. Cada um conta acontecimentos e valentias de seu passado, acham que o recanto onde assistem é de todos o principal. O mundo ferve quieto. Papudos. De farrapos. Tudo vivente na remediação. **O que, se ele tem de comer repartem: farinha, ovo duma galinha, abrobrinha, bró de buriti, palmito de buriti, batata-doce, suas ervas. O que eles tem para comer? Comem suas mãos, o que nelas estiver.** Doendo em sua falta-de-saúde, povo na miséria nos buraquinhos (ROSA, 1965. p. 115-116. Grifo nosso).

O que os escritos de João Guimarães Rosa e Donald Pierson nos permitem concluir é que as populações veredeiras têm um modo de vida singular. E, como veremos adiante, devido às estratégias de uso e manejo das Veredas em consórcio com as chapadas e encostas, historicamente foi se estabelecendo uma identidade. A gramática veredeira integra espaços sociais distintos. Para João Batista de Almeida Costa, estas múltiplas identidades territoriais que vão surgindo dentro e na periferia dos latifúndios se fazem pela conjunção das diversas influências que o território regional vem sofrendo ao longo de mais de quatro séculos de ocupação branca (COSTA, 2006). Com isso, temos, por exemplo, que os veredeiros, assim como

os indígenas que habitavam tais territórios, têm nas Veredas, a “árvore da vida⁵⁸”, ou seja, o buriti.

Pensar que há um homem que vive e mora nas Veredas que faz dela, “uma casa de morada, um lar” é sempre um fato surpreendente. Sobretudo, acostumados com as descrições das Veredas como espaços de “vibrantes cores”, de “água boa” que João Guimarães Rosa nos proporciona. Com efeito, o autor nos remete há umas das características principais das Veredas, água e buriti “buriti quer todo azul, e não se aparta de sua água – carece de espelho” (ROSA, 1994, p. 436). Um e outro são fundamentais para que possam viver nos Gerais, nas Veredas.

O buriti e a Vereda não existiam um sem o outro, é o que nos ensina Guimarães Rosa. E sem eles também a ocupação e territorialização dos Gerais é inviável. Nas raízes do buriti se conserva a água que mantém a umidade e o verde da Vereda. A água é quem semeia o buriti pelos Gerais. “O buriti é das margens, ele cai seus cocos na Vereda – as águas levam – em beiras, o coquinho as águas mesmas replantam; daí o buritizal, de um lado e do outro se alinhando, acompanhando, que nem que por um cálculo” (ROSA, 1994, p. 535). A água que o buriti conserva serve para o cultivo dos alimentos e para os animais, os frutos e palhas para alimentação, por isso, é que há “um casamento de homem e natureza nos Gerais” (JACINTO, 1997, p. 30).

Em algumas passagens da obra “Grande Sertão: Veredas” é possível observar alguns usos funcionais das Veredas: “se caçava, cada um esquecia o que queria, de de-comer não faltava, pescar peixe nas Veredas...” (ROSA, 1994, p. 31). Ou importância delas nos “territórios agrícolas”: “Sem Otacília, minha noiva, que era para ser dona de tantos territórios agrícolas e adadas pastagens, com tantas vertentes e Veredas, formosura dos buritizais” (ROSA, 1994, p. 501).

“Riobaldo”, personagem da obra “Grande Sertão: Veredas” de Guimarães Rosa, vê nas Veredas um lugar de vida, de prazer, como, por exemplo, a caça e a pesca, ou simplesmente, os ventos e frescor que elas oferecem. Quando analisa a propriedade da “Sinhá Otacília” vê as possibilidades econômicas, de boa terra de lavoura e criação de gado. De um ponto de vista não literário, é possível entender os afetos que os veredeiros atribuem as Veredas. Apropriemos de uma passagem de José Veríssimo da Costa Pereira para demonstrar isso.

É no buritizal, com efeito, que reside a grande atração do homem do interior: neles existem a água, o material de construção e parte da alimentação humana. Retirando, assim, das palmeiras de buritis, material empregado nas suas habitações, a começar pela cobertura das casas, feita com suas folhas, além de

⁵⁸ “Para o índio, o buriti é a árvore da vida. Para o sertanejo, a palmeira de Deus” é como começa uma reportagem exibida pelo Globo rural, realizada no entorno do grande sertão Veredas com as “gentes das Veredas” sobre o buriti e seus usos (GLOBO RURAL, 2010, s/p).

outros proveitos de utilidade pessoal (...) os homens efetivamente reforçam, do modo mais econômico possível, o seu aparelhamento para a luta cotidiana, pela vida. Tal luta se trava, então, nos campos derredor, os quais gradativamente se diferenciam e se sucedem a partir de cada buritizal. É que a natureza do solo e a posição relativa dos buritizais se encontram, por um lado, estreitamente correlacionados com o regime de chuvas e com o ciclo de erosão a que geomorfologicamente corresponde, por outro lado, com a forma topográfica atual, dominante na paisagem da região (PEREIRA, 1975, p.464).

Se fizermos o exercício prático que consiste em construir uma linha do tempo dos diversos cientistas, viajantes e escritores que escreveram sobre a relação do homem com as Veredas e seus usos, podemos tomar os primeiros viajantes que percorreram estas cercanias até as pesquisas mais recentes. Neste sentido, passaríamos por Saint Hilaire, no início do século XIX, Spix e Martius, Georges Gardene e Affonso Arinos para o final do século. No século XX, Donald Pierson e João Guimarães Rosa nas décadas de 1950 e 1960, até trabalhos como João Batista de Almeida Costa e Eduardo Ribeiro Magalhães, em 2006 e 2010, respectivamente. Temos aí pelo menos, sem considerar os intervalos de uma obra a outra, 193 anos de relatos e pesquisas sobre a ligação do homem com as Veredas.

Isso só pode nos conduzir a ideia de uma identificação, ou como escrevemos em parágrafos precedentes, há uma identidade, identidade veredeira. Nesse sentido, João Batista de Almeida Costa, vai mais além, para o autor, há uma “etnicidade ecológica”. Tendo como base, a leitura de Pramod Parajuli, afirma que a vinculação de uma comunidade rural a um sistema ecológico produz uma forma singular de identidade e uma prática territorial singular (COSTA, 2006).

Lara Moutinho da Costa afirma que a etnicidade ecológica foi lançado pela primeira vez pelo indiano Pramod Parajuli para se referir as “culturas de habitat”. Para ela, o autor inclui com este conceito englobante mais de 500 milhões de nativos e cerca de 2 milhões de camponeses espalhados por todo o globo terrestre. Neste caso, os indígenas são os sujeitos mais importantes, mas inclui outras categorias como caçadores, pescadores, coletores e outras tantas comunidades distintas. Esta categoria foi criada para suprir uma lacuna, “as categorias convencionais baseadas tão somente na raça, casta, tribo ou língua não são adequadas para descrever suas agonias e suas lutas de hoje” (COSTA, 2010, p. 24).

Ao buscar interpretar este conceito de forma mais efetiva a autora afirma que a “etnicidade ecológica refere-se a qualquer grupo de pessoas que deriva seu sustento e sobrevivência (material ou cultural) da negociação cotidiana com o meio ambiente imediato” (COSTA, 2010, p. 24). Este conceito refere-se, portanto, as formas de usar a natureza. Categoriza uma série de conhecimentos adquiridos ao longo do processo histórico sobre a diversidade biológica dos ambientes aos quais estão integrados.

Embora o conceito de etnicidade ecológica não tenha sido empiricamente contextualizado e amadurecido, ele é importante, sobretudo no que tange os conflitos socioambientais. É importante porque revela a íntima relação que há entre o homem, como, por exemplo, o veredeiro, e a natureza, no caso, as Veredas. E ao demonstrar esta ligação, evidência também que tais populações são dependentes dos recursos locais para suas existências. Com isso, temos que a etnicidade ecológica não é apenas a presença de seres humanos em domínios naturais, como nos alerta Lara Moutinho da Costa, mas uma forma de conhecimentos técnicos e experiências que “acompanham o sistema de produção de uma determinada sociedade” neste caso, cultura/homem é visto como aliado dos ambientes naturais e não ao contrário (COSTA, 2010, p. 24).

Há autores que sugerem a “etnoterritorialidade” (CUNHA, 2010), “identidade territorial” (HAESBAERT, 1999) ou apenas “identidades”, o que importa, porém, é definir que elas estão vinculadas às condições “sociais e materiais” “culturais e simbólicas” e “envolve sistemas classificatórios” que mostram as relações dos homens com território (WOODWARD, 2005, p. 14). Nas identidades, o passado e o presente se conjugam e oferecem determinações nas práticas concretas. Nesse sentido, é que certas comunidades ou sujeitos que sofrem com processos de fragmentação no presente buscam retornar a um passado perdido. Ou então, “inventam” este passado e, como veremos nos capítulos posteriores, este fenômeno é relevante na reterritorialização veredeira no PA São Francisco.

As identidades buscam representações nos objetos que mediam a vida cotidiana, a terra de trabalho, terra da Vereda é um destes elementos. Edward Paul Thompson escrevendo sobre os cercamentos de terras na Inglaterra nos tempos de Revolução Industrial, traz-nos uma contribuição importante para esta análise. Para ele “a terra carrega sempre outras conotações – de *status*, segurança e direitos – mais profundos que o valor da colheita” (THOMPSON, 1987, p. 64). A terra é um recurso, um direito, mas, sobretudo, um bem simbólico da identidade e, por isso, um território. Conforme João Batista de Almeida Costa, ao refletir sobre as diversas identidades das populações rurais Norte Mineiras,

A terra não é somente lugar de produção e reprodução, ela é transformada no próprio corpo social, dado que nela estão enterrados os seus ancestrais que instituíram os seus ‘mundus’, suas especificidades estão pautadas nas formas como se relacionam com o ambiente, os seus ancestrais e mitos, expressando a sua historicidade (COSTA, 2006, p.83).

A discussão empreendida é um exercício no intuito de entendermos o veredeiro e também as suas práticas territoriais, com as anotações antecedentes podemos afirmar que o veredeiro é um camponês, cuja principal característica é “economia de excedentes”. E como camponês tem um amplo conhecimento de seu território material e imaterial. Com efeito, o

veredeiro como produtor de excedentes está interligado a outras racionalidades no campo e na cidade.

“Economia de excedente” é conceito cunhado por José de Souza Martins para caracterizar sociedades em frente de expansão. Para o autor, um camponês inserido na “economia de excedentes” é aquele que se dedica a produção de alimentos, sobretudo, para garantir a sua sobrevivência e, somente em segundo plano para a troca por outros produtos no mercado. “O excedente não é o que sobra do consumo, mas o produto dos fatores de produção excedentes que foram utilizados na subsistência”. O que caracteriza as sociedades baseadas no excedente é que elas estão “à margem das relações monetárias, das relações abstratas, da dominação política, das relações capitalistas de produção típica, da conduta racional com relação a fins seculares” (MARTINS, 1975, p. 12).

Ao definir o veredeiro como um camponês produtor de excedentes, estamos afirmando que ele está integrado ao modo capitalista de produção, mas à margem. No passado, seu excedente foi absorvido pelo fazendeiro, em tempos mais recentes é absorvido pelo mercado. Isso não é uma afirmação de que todas as relações camponesas estão monetarizadas é, aliás, ao contrário, por estar integrado marginalmente na economia de mercado que laços de solidariedades foram mantidos e recriados historicamente.

As condições ambientais do território como as pastagens naturais dos Gerais, bem como, as estratégias sociais no uso do território como as terras “comunais” foram fundamentais na configuração destes excedentes. De um lado, tem-se a solidariedade com a natureza; de outro, com vizinhos e parentes. A falta de cercas, o livre acesso do gado a fontes de água, a possibilidade da colheita de frutos, ervas e madeira é outro elemento que contribui para a produção de excedentes. Enfim, o território como possibilidade essencial na produção e reprodução do sujeito veredeiro.

As relações familiares, relações de trabalho e religiosas constituem pontos fundamentais para conformação deste território. Mas, o principal fator que indica a relação direta com o território são as atividades produtivas é nelas que se configuram tais excedentes. Isto porque envolve todas as demais relações, é porque conjuga por meio do trabalho homem e natureza. No item seguinte buscamos compreender o sistema produtivo veredeiro, ou seja, a agricultura, o extrativismo e a pecuária e como eles se integram a economia de excedentes.

2.3 O trabalho na Vereda: a agricultura e os modos de vidas

A questão principal que deve ser esclarecida no início deste item refere-se ao uso do conceito de camponês. Este termo é ambíguo e polissêmico, embora tenha um caráter

explicativo relevante. É ambíguo porque a suas bases teóricas foram forjadas para outro tipo de sociedade com experiências históricas e geográficas particulares, como é caso do campesinato europeu e russo. Muito se tem dito que camponês é um sujeito do “passado” é que o capital está o eliminando na medida em que se espalha por todo o território. E mais, que o conceito de campesinato não tem valor explicativo para uma sociedade que se capitaliza de forma surpreendente.

Tomar este ponto de análise como definitivo é uma redução e não explica as contradições do campo brasileiro. É por acreditarmos na relevância histórica, geográfica e teórica do conceito que o usamos nesta pesquisa. Ele remete a um processo de luta pelo acesso a terra, a um processo mais amplo de permanecer na terra e continuar como camponês. Tendo como base este princípio, as contribuições de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, geógrafo da questão agrária, e José de Souza Martins, sociólogo do campo, são fundamentais. E suas contribuições são importantes porque estes não pensam o campesinato como categoria a-capitalista e ou a-histórica, ao contrário, compreendem como constituído no seio do modo de produção capitalista e de suas contradições.

José de Souza Martins, por exemplo, afirma que “o nosso campesinato é constituído com expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão” (MARTINS, 1995, p. 16). Ele sugere que o camponês surge junto ao latifúndio, ao mesmo tempo em que vai contra a sua lógica, ele rompe as fronteiras da produção capitalista e se submete a ele dialeticamente. Ele rompe com a lógica capitalista pelas lógicas de produção, cujo trabalho familiar é o agente balizador. O resultado do trabalho é voltado para suprir as necessidades da família. A família, aliás, é quem caracteriza o camponês, o trabalho familiar e os laços de reciprocidade que são forjados no seio desta instituição.

Um segundo elemento destacado por José de Souza Martins que é relevante para se entender o camponês e que, no caso brasileiro, ele destituído de toda a forma de posse a não ser à força de trabalho. Sem posses, cabe a eles então submeter a todo o tipo de expropriação para garantir os meios de produção necessários à produção e a reprodução da vida, ou seja, a terra. Com isso, temos que o camponês “brasileiro é desenraizado, migrante, é itinerante. A história dos camponeses-posseiros é uma história de perambulação” (MARTINS, 1995, p. 16).

Não tomemos a expressão “desenraizado” no seu sentido literal, como falta de ligação com a terra e ao território. É desenraizado porque na medida em que as relações capitalistas avançam, se fazem sobre os territórios camponeses, expropriando-os da posse da terra de trabalho e convertendo os meios de sobrevivência em objetos de reprodução do capital. O caso dos veredeiros é um bom exemplo disso, como eram na maioria dos casos posseiros, suas terras foram sendo tomadas gradativamente, pelo Estado, por produtores de soja, pecuaristas e carvoeiros.

Os veredeiros são camponeses, sobretudo, pela relação estabelecida com a terra. Ela tem valor de uso, uso que garante a sobrevivência do núcleo familiar a partir da exploração de suas potencialidades. Além disso, não há exploração do trabalho alheio, todo o resultado alçando na produção é resultado do trabalho familiar. Neste caso, a produção não é lucro, mas o resultado de um esforço coletivo empenhado no intuito de manter o equilíbrio e propiciar os “mínimos vitais” suficientes para manter a família. É esforço empenhado para adquirir o que não se produz na propriedade camponesa, por meio da troca dos excedentes no mercado (OLIVEIRA, 1996).

O trabalho é o grande legitimador da posse da terra. E a terra de trabalho, conforme Woortmann, expressa uma “série de valores morais” construídos historicamente (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997). A ausência de registros de propriedade formal da terra até 1966⁵⁹ entre os veredeiros é um dado contundente com relação à posse da terra. Não é o documento formal que indica o dono, mas o trabalho materializado.

A respeito da propriedade da terra, Ariovaldo Umbelino de Oliveira anota que “aqui estamos diante da propriedade familiar, privada é verdade, porém diversa da propriedade capitalista, pois a propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho alheio”. Isso acontece porque a terra é meio e o instrumento de trabalho “é pois, terra de trabalho (...) não é fundamentalmente instrumento de exploração” (OLIVEIRA, 1996, p. 61).

A discussão empreendida até aqui sobre camponês e sobre a propriedade da terra é para esclarecer em termos teóricos como se processa a posse camponesa da terra. A partir disso, temos as possibilidades de fazer uma leitura crítica da posse da terra entre os veredeiros e como que isso influi diretamente nas relações entre homens e desses com a natureza. A primeira coisa a se refletir sobre isso, é que o veredeiro se estabelece com a relação à posse da terra em duas maneiras: uma privada e outra comum.

A apropriação privada consiste no controle das áreas de Veredas, onde se estabelecem as moradias e os cultivos. Afirmamos em linhas precedentes que os Gerais se dividem em três seguimentos ecogeográficos: Veredas-encostas e chapadas. A parte dominada privadamente são as Veredas e as encostas. Mas isso não acontece pelo sentido “propriedade” em termos capitalistas, é na verdade um ato de proteção das terras de cultura.

Ao fechar o lugar da produção, no passado com estacas e atualmente os veredeiros remanescentes da desapropriação a cercam com arame, eles asseguram que suas lavouras não sejam destruídas pelo gado. É claro que isso também cria uma fronteira nítida entre o privado e o comum. Se, por exemplo, o veredeiro vizinho tem as suas terras exauridas, sem as possibilidades de efetivar a sua “roça” e quiser cultivar na terra do vizinho, tem que conseguir a

⁵⁹ Como veremos no capítulo seguinte com a chegada da RURALMINAS, em 1966, houve as primeiras tentativas de registro e de demarcação das terras de uso comum.

permissão. Neste caso, se estabelece os sistemas de meação e/ou terça. O que acontece normalmente é que as áreas privadas são de pequenas extensões, o suficiente para produzir o necessário para produzir o sustento de uma única da família.

A apropriação coletiva se faz nas chapadas e, como define João Batista de Almeida Costa, as “chapadas constituíam-se verdadeiros ‘bosques comunais’, onde se coletavam frutos alimentícios e plantas medicinais, praticava-se a caça e, por serem áreas de pastagem devido à presença de enorme variedade de forrageiras, criava-se extensivamente o gado” (COSTA, 2008, p.70). Tais terras têm a função de “reserva de valor”, território de comum exploração.

Nas chapadas, tinha o gado a solta. Ele ficava lá. Só de vez em quando, trazia para o curral para dar o sal. Nestes Gerais, tem muito pasto. O gado não passa fome. E quando a pastagem vai ficando fraca, ele andava para este mundo de meu Deus atrás de comida (a).

Os Gerais é de todos e não é de ninguém, tinha gado de todo mundo aí, é terra comum, de comunhão e de todos (b)⁶⁰.

O sentido coletivo da terra não é por falta de documentação formal. Paulo Bertran destaca que em 1909 já havia alguns registros de terra em cartório entre estes veredeiros (BERTRAN, 1999). João Guimarães Rosa notou esse sentido de terra comum entre os habitantes dos sertões dos Gerais, pois, segundo ele, estes “pastos carecem de fechos” (ROSA, 1994, p. 3). O que os dados de Paulo Bertran nos leva a concluir é que entre estes moradores dos Gerais, sobretudo, antes da expansão capitalista, embora a terra fosse elemento de *status*, ela de uma forma ou de outra tinha um caráter coletivo.

Os motivos são vários: a) fazendeiros não tinham o capital suficiente para controlar tantas terras; b) o Norte de Minas por um longo período esteve à margem da economia de mercado; c) havia certos princípios de “solidariedade” que garantia o acesso a terra; d) o próprio Estado era um dos grandes proprietários. Talvez o “mito” de que estas terras eram improdutivas tenha sido o principal elemento para não haver de fato a propriedade capitalista nos Gerais, ou pelo menos, ela não se estabeleceu com todas as suas características.

É preciso destacar que isso tem um período específico, os Gerais “eram de todos” até as empresas começaram a adentrá-lo a partir da década de 1960. Neste caso, “elas se tornaram donas dos Gerais⁶¹”. A apropriação privada das chapadas não se dá em nível das comunidades, mas somente pelos de “de fora”. O que é preciso destacar é que a apropriação privada e coletiva, assim como os ambientes envolvidos nestas apropriações, exercem uma complementariedade. A agricultura nas Veredas não era suficiente para suprir todas as necessidades da família, do

⁶⁰ A e B depoimento do primeiro e oitavo veredeiro entrevistado respectivamente, PA São Francisco, Formoso, 2010.

⁶¹ Depoimento do quarto veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

mesmo modo que os Gerais só oferecem parte dos suprimentos básicos. “*A roça nós plantávamos nos brejos, nas encostas frescas (...) naquelas encostas mais fresca, nas Veredas (...) que roça nos Gerais num dava (...) dava nas encostas, nos Gerais tem outras coisas, como as frutas*”⁶².

Carlos Walter Porto-Gonçalves no texto as “Minas e os Gerais” ao refletir sobre as características do Norte de Minas e ao destacar, sobretudo, o uso comum das chapadas, afirma que isso ocorreu porque esta região teve que forjar, historicamente, suas próprias condições de desenvolvimento no intuito de manter “auto-sustentabilidade”. Isso ocorreu porque ela “não teve sua dinâmica diretamente determinada por uma racionalidade econômica mercantil” (PORTO-GONÇALVES, 2000, p. 22). Para o autor, o próprio termo “campos Gerais” ou Gerais, é revelador de uma prática territorial que tem como base o uso comum dos recursos naturais. “É que Gerais indicam um modo de uso, um modo de apropriação *comum*, geral, das terras. Indica que eles não particulares, privados. São Gerais, são comuns” (PORTO-GONÇALVES, 2000, p. 24).

O que isso revela é que há uma diversidade de matizes de racionalidades que ocupam o território Norte mineiro, cujo veredeiro é apenas um exemplo. João Batista de Almeida Costa, por exemplo, demonstra que em cada nicho ecológico se estabelece um modo de uso e uma identidade territorial, cujo princípio de solidariedade é uso comum de terras e de recursos naturais (COSTA, 2006). Carlos Eduardo Mazzeto Silva destaca que os camponeses do Norte Minas são herdeiros do conhecimento indígena. Com isso, mantiveram as formas de pensar e relacionar com a natureza e, em certos casos, tais conhecimentos foram expandidos (SILVA, 2009).

Tais estratégias, como as dos veredeiros, que utilizam o regime privado e uso em comum dos Gerais, revelam tentativas de otimizar as potencialidades naturais. Aproveitam, com isso, as pastagens naturais em comum, sobretudo, porque para a maioria, se não houvesse os Gerais, não tendo recursos e nem terras suficientes para formar as pastagens do gado, as possibilidades de sobrevivência estavam comprometidas. Com isso, cria-se um fluxo econômico de sustentação da própria vida e da cultura veredeira. Fluxo que se ancora em racionalidades forjadas em tempo-espacial-ecologicamente em uma visão de mundo que tem “Deus” como provedor de todos os recursos e, que, por isso, devem ser partilhados. Como Carlos Eduardo Mazzeto Silva destaca “são outros sistemas cognitivos” que (...) “pela sua característica de longo processo de convivência/aprendizado/adaptação com a natureza e pela sua lógica não estritamente mercantil, modos de vida e produção [são] testados pelo tempo” (SILVA, 2009. p. 58).

A cerca como “marca” da propriedade privada, porém, deve ser relativizada entre os veredeiros. Não é a cerca que divide a “posse” de um veredeiro de outra, ela é mais simbólica do

⁶² Depoimento do segundo veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

que funcional, é mais um elemento de proteção dos cultivos do que o cercamento efetivo da propriedade. O que efetiva e dá legitimidade a posse da terra é o trabalho, o trabalho materializado em “culturas”. Isso porque, nas lógicas veredeiras o trabalho tem valor moral e ético, é quem dá direito à posse sobre determinado recurso necessário à produção. Nas palavras dos veredeiros, as “*chapadas e Veredas é dom de Deus*” e que por isso mesmo “*tinha todos os direitos de plantar*”⁶³. A terra pertence àquele que a cultiva e não abandona mais por anos consecutivos, mas se um ausentar, outro veredeiro podia cultivá-la.

Com relação à organização do sistema produtivo, Costa sublinha que “como parte da organização social dessa gente das Veredas, o sistema produtivo constitui-se um elemento importante por meio da qual a vida social veredeira encontra seus meios de produção da comunidade como um grupo social específico” (COSTA, 2009, p. 215). A organização sistema produtivo remete sem sombra de dúvida a organização do território e do manejo concreto do ambiente. Nas conversas que fomos estabelecendo sobre as técnicas e tipos de manejo usadas na agricultura e também na pecuária nos foi relatada a seguinte questão:

Estes Gerais são difíceis, muito fechados. E para que dele possamos usar os pastos, tínhamos que colocar fogo. Sim, tinha que por fogo. E é por isso que o povo do IBAMA implicou tanto com a gente. O capim cresce, fica duro e o gado não come. Cria uma camada no chão que não deixa nada sair. Se não colocar fogo, o próprio Gerais pega fogo. E ai pega fogo em tudo, queima Vereda, Gerais e até a gente. Porque quando a gente coloca fogo, o fogo é controlado, não queima os capões, as nascentes e nem as Veredas. E área queimada no ano seguinte não pega fogo porque não tem aquele chamarisco que provoca o fogo. Todo ano a gente queimava uma parte, aquela que o gado pastava. Saia àqueles brotos fortes, bom, o gado engorda, as vacas dão leite, bom. Se não queimar os Gerais até os bichos morrem por falta de comida. Gerais sem fogo não tem vida que aguenta.

Mas para baixo, nestas encostas frescas e nas Veredas a gente faz a roça de toco.

Rocha de toco?

É.

O que é?

É assim, em um ano você derruba parte da mata da Vereda e/ou da encosta. Coloca fogo. Ai tem aquela cinza, aquele adubo. Naquela área planta por 3 ou 4 anos. Depois você abandona e planta noutro lugar. Ai terra fica em descanso. Depois de 10 e dependendo da terra que tem disponível 20 anos é mato fechado de novo, capoeirão, a capão. Ai já pode plantar novamente. A gente deixa renovar a parte plantada.

O que se planta nestes lugares?

As encostas são frescas, mas dependendo do ano, seca. Por isso, se cultiva as encostas nas chuvas, no inverno. E planta as plantas do inverno, milho, feijão.

Já as Veredas são úmidas o ano todo. E muito mais produtivas. Tinha ano, em terra pouca dá para colher, pouca mesmo, colher 8 a 10 mil quilos de arroz.

Mas, como se cultiva as Veredas?

⁶³ Depoimento do quarto veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

Com já te falei derruba o mato queima, isso na época da seca.

Em que período?

A partir de março até mais ou menos outubro. Mas, você não deve deixar para derrubar o mato no fim das secas não. Meu pai dizia quem não queimava a coivara [restos da vegetação que sobra depois da primeira queimada] até agosto não punha a semente no chão. Porque além de queimar a coivara tem que esgotar a terra. Cultivar a terra, preparar antes de jogar a semente lá.

Esgotar! O que é e como se faz isso?

É. Nunca viu aqueles buracos no meio da terra, não?(...) Esgotar é porque a terra de Vereda é muito molhada, tem água mesmo, minando! Não dá para trabalhar. Então você abre aqueles rêgos que puxam água e joga no canal da Vereda. Aí a terra fica menos insossa. E já pode a começar a trabalhar para cultivar. A colheita da Vereda é diferente. Nela se trabalha ano interim. E ela tem qualidade diferente. Primeiro, não cultivo o miolo, tira-se o miolo dela, onde o mato continua em pé não se derruba. Ele fica protegendo a água. E o lugar onde tem a palmeira, palmeira buriti. Esta parte não mexe. Minha mulher se o derrubasse um buriti era briga na certa. Porque aquela parte é importante, tanto pela água (...) e os frutos do buriti. Além da quantidade de coisa que a gente faz da folha. Buriti morto não produzia (...). E outra coisa, gostava de ver aquele coqueirão grande, vistoso. Gostava de ficar lá com eles, comendo dos frutos. Vida boa! Mas quando eles estavam nas terras mais secas, ficavam em pé dando sombra para a gente. Sabe? Tenho saudades disso.

Mas aí voltando ao nosso assunto. Tirando a parte do miolo da Vereda vinha uma segunda parte muito molhada. Nesta a gente plantava o arroz, e o feijão das secas. Com o esgotamento.

Em que período?

Olha, o arroz é em setembro para dar tempo de fazer a colheita e depois plantar o feijão. Colhendo o arroz em março, dá plantar feijão duas vezes no ano e mais o arroz. Só nesta parte mais molhada.

Depois vem parte mais seca, mais ainda molhada. Nesta se plantava a cana e o milho e mesmo se quisesse ou não tivesse outra terra a mandioca. Porque a mandioca e o milho dá nestas terras de encostas, entre os Gerais e a Vereda. Dá pouco, mais dá. (...)

A única coisa que não se planta consorciado é o arroz. Ele abafa e mata a outra planta. A cana quando nova, o milho, no milho se planta feijão. Além dos cereais a Vereda, a parte mais alta é terra de horta.

(...)

As encostas é mais seca. Por isso se planta só uma vez no ano, no inverno. Nos Gerais se quiser planta, mas não produz, umas partes até produz mandioca, mas é difícil. Os Gerais é de gado⁶⁴.

Os depoimentos citados demonstram também as técnicas de manejo de cada ambiente. A queima periódica dos Gerais é uma necessidade. Sem a queima controlada (isso deve ficar claro, porque não se ateava fogo em qualquer lugar), não havia comida para os animais. E devido o crescimento do “carrasco” excessivo do carrasco até mesmo o homem tinha dificuldade de se locomover entre a vegetação para a coleta de bens úteis. Outra questão que deve ser observada, como anota Donald Pierson ao citar Spix e Martius, a queimada é um elemento da

⁶⁴ Depoimento do segundo veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

própria cultura das gentes dos Gerais. Ao contrário dos discursos ambientalistas, em tempos recentes, de que o fogo nos Cerrados destroem as Veredas e os mananciais de água é possível observar a proteção “do miolo da Vereda” na agricultura e a sua proteção contra o fogo na queima dos Gerais.

No depoimento fica claro, como observa Yves Gervaise já em 1975, que além de terras comuns para a pecuária e a coleta, há a “dependência do meio” para a sobrevivência humana. Uma seca prolongada ou qualquer praga na produção, os Gerais funcionam como reservas porque oferecem elementos para sustentar a família por certo tempo. No caso, de “uma seca mais intensiva”, como é comum no Norte de Minas, “provoca, normalmente apenas perda de peso dos animais, as para a agricultura ela prova sempre uma perda total das colheitas” (GERVAISE, 1975, p. 76).

De outro lado, o não investimento em técnicas que melhorem estas condições de produção pode ser compreendido por dois motivos. Primeiro, a falta de capitalização como fator preponderante. Como anota Yves Gervaise “o trabalho manual tem justificativas econômicas (baixos salários regionais, preço elevado de insumos modernos, isolamento comercial)” (GERVAISE, 1975, p. 79). Acreditamos que mais do que estes fatores econômicos, que tem sua relevância, é o próprio da cultura material veredeira, as técnicas se adaptam as necessidades de produção. E tem um “porque” mais elementar, a possibilidade de fornecer oportunidade de trabalho a todos os membros que compõem a família. Em um depoimento podemos notar isso:

*Plantio e colheita, lembro bem, parecia festa, todo mundo junto na roça. Os homens iam à frente com as estacas de madeira, abrindo as covas para por as sementes. As mulheres e os meninos viam atrás jogando a semente na cova e tampando.
(...) Na capina, criança não fazia. Ficava lá olhando os mais velhos fazendo. Assim, aprendiam. Enxada é mais coisa de homem. As mulheres ajudavam, mas muito mais na colheita⁶⁵.*

A prática de drenagem de parte das terras das Veredas é que propiciou que houvesse de fato uma territorialização veredeira. Em uma área, onde a terra de cultivo sem investimento químico e técnico não se consegue produção como é o caso dos Gerais, as terras de Veredas é um único meio de produzir na terra. Quer dizer, um fator está ligado ao outro, sem um não há prática territorial veredeira é porque historicamente estes homens desenvolvem técnicas que os permite adaptar ao ambiente. Se por um lado, há o efetivo desmatamento e queima das Veredas,

⁶⁵ Depoimento do primeiro veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

por outro, há a preocupação de manter as áreas mais sensíveis protegida da ação humana, “*o olho d’água e calha da Vereda*”⁶⁶. As fotos 6 e 7 retratam a agricultura veredeira.



Foto 6: Área em Veredas em descanso: Fazenda Geral Pau Preto- Chapada Gaúcha.
Fonte: Acervo pessoal dos entrevistados, 2000.

O solo fresco pelas águas que dão vida as Veredas é o mesmo que susterá a agricultura, o uso excessivo, pode neste caso, comprometer a produção pela perda da umidade. Com o sistema de pousio, as terras de Veredas ficam em descanso, enquanto que as condições para uma nova etapa de produção é recriada. Por conhecer o tempo da natureza, suas dinâmicas, o veredeiro aprendeu, historicamente, que a Vereda viva é a que dá fruto. Isto está em evidência da foto 6, a natureza se recriando, “o tempo descanso”, é portanto, sinônimo de respeito a própria dinâmica da vida.

Na foto 7, temos representado a segunda a etapa desta recriação, quando a natureza deixa de ser natureza em si, e se torna natureza sociabilizada. A agricultura tem este papel, o de aproximar o homem de sua própria natureza e daquela que o circunda. Ao sociabilizá-la, elementos que de certa forma estão desencontrados, passam a fazer parte da mesma representação, o território veredeiro.

⁶⁶ Refere-se segundo o depoimento a nós concedido a parte interna da Vereda por água circula de fato. O olho d’água, a mina são termos utilizados para se referirem a referir as nascentes de águas dentro das Veredas.



Foto 7: Vereda apropriada pela agricultura, Fazenda Geral Mato Grande-Chapada Gaúcha
Fonte: Acervo pessoal dos entrevistados, 2000.

O sistema de pousio permite que a vegetação se recomponha. E, como nos informaram “*não mexíamos no coração da Vereda e por isso ela continuava viva e o mato se regenerava*” (a). Além disso, o fato de ter agricultura na Vereda “*impedia que o gado pisoteasse tudo, o gado estraga muito mais a Vereda do que a roça*” (b) ⁶⁷. E como nos recorda Carlos Alberto Dayrell, embora sejam as Veredas “*espaços sensíveis*”, “*o uso tradicional pouco afetou a sua dinâmica*” (DAYRELL, 2002, p. 11).

O buriti “*árvore da vida*”- constitui um dos elementos mais importantes para os veredeiros. Dele se extrai as folhas que cobrem as casas, delas também se produz bens úteis como chapéus e bolsas, do tronco das folhas se fazem móveis, janelas e portas para as casas. O fruto serve para alimentar animais, “*tinha mais de trinta porcos criados com coco de buriti*” ⁶⁸. Além do uso humano que se faz dele como, por exemplo, o doce da polpa, paçoca e a farinha. Isto combinado com a agricultura, à pecuária extensiva e além da coleta de outros produtos nos Gerais forma o sistema produtivo dos veredeiros.

Ao relatar os principais produtos e destino dos excedentes da agricultura veredeira, Andréa Borghi Moreira Jacinto sublinha que,

A principal base econômica dessa população é a agricultura, sendo as culturas mais frequentes as do arroz, feijão, milho e mandioca, cultivadas em áreas descontínuas, e a distâncias relativas do espaço da casa. Sobretudo nas plantações de arroz, muitos se utilizam da técnica de construção de esgotos, estreitos canais construídos a partir das Veredas, para a irrigação das áreas

⁶⁷ A e B depoimento do primeiro e terceiro veredeiro entrevistado, respectivamente, PA São Francisco, Formoso, 2010.

⁶⁸ Depoimento do terceiro veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

cultivadas. Na maioria dos casos, trata-se de culturas destinadas ao consumo de subsistência - ao contrário do passado ainda recente, **em que o excedente era vendido em cidades, como Januária, ou em feiras e festas anuais - como a de Santo Antônio, na Serra das Araras-, onde também se compravam mantimentos como o sal, açúcar e farinha.** Mais próximo do espaço da casa e do terreiro, encontram-se em geral pequenas hortas, cultivadas nos brejos, ou seja, em áreas que margeiam o curso de água mais próximo. Também próximo ao espaço doméstico, criam-se pequenos animais, sobretudo galinhas, para o consumo familiar (JACINTO, 1997, p. 44. Grifos nosso).

A agricultura veredeira é um “todo econômico” conforme João Batista de Almeida Costa. O excedente é comercializado no intuito de suprir as necessidades não conquistadas pelos cultivos da terra, criação de animais e o extrativismo (COSTA, 2006). Mesmo a criação de gado de que nas fazendas oferece *status* de poder econômico, entre estes camponeses deve ser relativizada como argumenta Andréa Borghi Moreira Jacinto.

A pecuária, como mencionado, é uma das principais atividades desenvolvidas, havendo criações sobretudo de bovinos, equinos e suínos. Porém, deve-se lembrar que a criação de animais também funciona como reserva de valor, sendo uma atividade desenvolvida sobretudo por aqueles em melhor situação econômica, mostrando-se como símbolo de riqueza. A noção de riqueza, e mesmo a de qualidade de vida, não devem ser entendidas por padrões como os de consumo, ou lidas por índices como conforto, variáveis que fazem mais sentido num universo urbano, mas não nesse contexto. A riqueza especificamente relaciona-se sobretudo à produção agropastoril e aos bens de que um dia, em caso de necessidade, poderá se dispor - como o gado. No entanto, ela não diferencia radicalmente o modo de viver, os hábitos e os costumes entre as pessoas (JACINTO, 1997, p. 44. Grifos nosso).

As Veredas foram apropriadas cognitivamente e se transformam em territórios de vivências. É nas Veredas que a vida se organiza. É nelas e/a partir delas que todo um território é apropriado. Na verdade, o território é uma terra-território, um chão de morada. Uma convergência entre elementos dos Cerrados, Veredas, capões e chapadas com a vida sertaneja. Uma confluência entre o cultivo da terra, extrativismo e criação de animais. O território do camponês veredeiro absorve as características do “meio” que imprimem características ao modo de vida.

Fizemos este percurso no intuito de demonstrar como que historicamente o homem vem se adaptando ao meio e produzindo territórios. Com os argumentos tecidos até aqui, podemos, a partir de agora, pensar teoricamente as expressões deste território. Como afirmamos na introdução deste capítulo, o território veredeiro é formado por uma sobreposição sucessiva de tempos. O tempo, aliás, é o grande escultor da identidade veredeira e de seus territórios.

1.4 Tempos e territórios veredeiros

De saída, é preciso dizer que o território veredeiro está situado dentro de múltiplas escalaridades, ou seja, ele se faz em relação e/em contradição com outros territórios. Abrimos esta discussão devido o fato de entendermos que Norte de Minas, como um todo, ainda é uma região de fronteira é que seus espaços ainda estão em intenso processo de transformação. Estar na fronteira é estar em constante movimento, conflitos e readequações territoriais, afinal de contas, a própria fronteira é um território em *devir*.

A este respeito, os trabalhos Costa têm dado uma contribuição importante, sobretudo, porque suas reflexões situam como que se definem estes territórios e também as identidades que se formam a partir dele. Na fronteira, portanto, se encontra múltiplas territorialidades e temporalidades em tensão. Em outras palavras, o caso do veredeiro é apenas uma exemplificação das múltiplas identidades que compõem o território Norte mineiro. Identidades formadas pela sobreposição de diferentes lógicas de ocupação e povoamento. É na junção do branco, negro e dos indígenas e um meio ambiente singular que fronteira faz o território e suas composições sociais (COSTA, 2006).

A ideia do autor é contestar a concepção homogênea de uma região e de um Estado, como é o caso de Minas Gerais, e ao fazer isso, ele demonstra como nos entremeios deste território político-administrativo (o Estado), existem outras escalaridades, mais sutis e que historicamente vem construindo e definindo o perfil da historiografia regional. Como isso, o autor conclui que é exatamente por ter este caráter diverso e heterogêneo que na fronteira convivem numa sobreposição dialética, diferentes lógicas sociais. Este viver na fronteira é para o autor “situar-se num entre lugar (espaço intersticial, entre o ato de representação e a presença da comunidade) que fornece o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular e coletiva- que dá início novo signos de identidade” (COSTA, 2002, p.56).

Costa situa aquilo que Alfredo Bosi chama de “co-habitação” de tempos dos países coloniais. Isso acontece devido ao próprio descompasso no movimento da sociedade. O passado habita o presente - de forma dialética, muda o tempo das ações, mas não o das mentalidades. “Somos hoje a memória viva ou entorpecida, do ontem e do anteontem é prelúdio tateante do amanhã” (BOSI, 1992, p. 104). Ainda que estejamos envoltos de uma fluidez tempo-espacial, o tempo que nos movimenta é o tempo de nossos territórios. Este é o sentido que se processa no território veredeiro. Antes de finalizar as questões que se referem ao processo de territorialização pensemos o território a partir de um olhar teórico.

Rogério Haesbaert tem sido o autor Norteador das discussões do conceito de território, sobretudo, porque seus trabalhos vêm demonstrando os limites e as possibilidades do conceito,

bem como, os seus efeitos para se pensar a sociedade. O eixo Norteador de suas reflexões é sobre o processo de apropriação, isto é, quando o homem apropria simbólica e funcionalmente do espaço geográfico é forjado um território. Com isso, o autor rompe com discussões que opõem espaço e território – discussões estéreis por sinal – demonstra ainda, que o território é indissociavelmente uma relação simbólica e concreta, que o homem pensa e territorializa sem opor termos, ou facetas de sua humanidade.

É no texto em que discute a questão da desterritorialização e da multiterritorialidade que o autor apresenta o sentido etimológico da palavra território. Para Rogério Haesbaert, está na origem da palavra à interligação entre a face material e imaterial, pois, na origem território aparece muito próximo da palavra terra de “*terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (*terror*, *aterrorizar*), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política)” (HAESBAERT, 2005, p. 6774). Neste caso, tem-se aí a origem do controle da “terra” como primeiro elemento para dominar os demais, sobretudo, como argumenta o autor, aqueles que ficavam alijados da terra estavam também “impedidos” de entrar.

Neste sentido, desde a sua origem o território está extremamente relacionado com o poder, ou como define Claude Raffestin, ele é o palco privilegiado onde todas as relações de poder se desembocam (RAFFESTIN, 1993). O poder não deve ser visto apenas como um poder político, mas também como um poder simbólico que envolve todo ato de apropriação, conforme sugere Rogério Haesbaert. Na mesma linha de raciocínio, Marcelo Lopes de Souza assinala que o território “é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA 1995, p. 78-9).

O território é um *devoir*, por ser um produto da ação humana. E todo *devoir* tem um processo de produção, ele é pensado e depois materializado. Nem sempre quando o homem está territorializando o espaço tem a noção disso, a territorialização é na verdade as ações efetivas pelas quais se consegue criar uma rede de sociabilidades para suprir as necessidades básicas da sobrevivência humana, sociais, culturais e econômicas. A territorialização se forma a partir de uma relação concreta com um espaço-tempo determinado.

A territorialização pressupõe, portanto, uma trajetória que é histórica, ou seja, as experiências primárias na apropriação do espaço entram como fator determinante. João Pacheco de Oliveira acredita que a territorialização é a intervenção política cultural de um grupo num determinado tempo-espaço na conformação de uma identidade. Para isso, as afinidades “culturais ou linguísticas, bem como os vínculos afetivos e históricos porventura existentes (...) serão retrabalhados pelos próprios sujeitos (...) deflagrando um processo de reorganização sociocultural de amplas proporções” (OLIVEIRA, 1998, p. 56).

A territorialização se caracteriza como um processo de reorganização social em um determinado espaço com implicações em quatro dimensões: a) criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; b) a constituição de mecanismos políticos especializados; c) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais e d) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1998, p. 55).

Estas anotações conduzem o autor a concluir que a territorialização é uma intervenção política de “um conjunto de indivíduos e grupos” em uma determinada escala geográfica. É claro que a perspectiva do autor é político-administrativa, sobretudo, de como a sociedade pode apropriar disso para engendrar seus territórios. O que ele entende por intervenção pode ser ampliado pelo sentido proposto por Rogério Haesbaert, o de apropriação. Deste modo, podemos definir quatro pontos básicos para se pensar o movimento de territorialização: a) ele envolve sempre um processo de conhecimento do espaço geográfico; b) o conhecimento permite a significação; c) conhecimento e significação são cumulativos no tempo-espaço que leva conseqüentemente a apropriação dos ritmos do tempo-espaço; d) ela é a historicidade da produção das relações humanas.

Rogério Haesbaert sugere que a territorialização é a criação de “mediações” espaciais que são fundamentais na construção do território. Tais mediações criam os instrumentos básicos para a reprodução da vida. Elas têm os seus efeitos históricos e também geográficos, como mostramos no caso dos veredeiros, as condições históricas e geográficas estão intrincadas na produção do território. Neste caso, Rogério Haesbaert cita o exemplo dos processos que envolvem a territorialização de um grupo indígena e de um empresário de uma multinacional. As estratégias e os territórios forjados têm formas e conteúdos diferentes. Os “agenciamentos” que cada um cria para se territorializar tem a ver com suas “necessidades” sociais, é o que podemos concluir do exemplo do autor (HAESBAERT, 2004, p. 97). A territorialização, assim como o território, está em constante processo de transformação, de reelaboração.

Deste modo, cada grupo ou indivíduo cria um contexto de relações históricas e geográficas que são fundamentais para sustentar o processo de territorialização. A territorialização pode ser definida como a historicidade das relações humanas na apropriação do espaço geográfico no intuito de criar sistemas de controle, acesso e significação do espaço. O que define o território não é o que ele contém ou produz, mas a intensidade e qualidade das relações envolvidas na sua elaboração, ou seja, o quão efetivo é a historicidade do processo de territorialização.

Não há apenas um processo de territorialização, mas múltiplos. E este caráter diverso, diversifica também as escalaridades do território. Neste sentido, Milton Santos tem uma contribuição peculiar – embora tenha uma abordagem que reduz todo o território apenas às relações econômicas - o “território usado”. Segundo este autor, a categoria de análise não é o

território em si, mas os agenciamentos que construímos para o seu uso, ou seja, como e porque o território entra na escala de ação dos seres humanos. “O território usado é o chão mais a identidade”, ou seja, o material e o imaterial sugerido por Rogério Haesbaert. “A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence” é as mediações e/ou as significações do mundo. “O território é fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2006, p. 14).

Este uso que Milton Santos se refere pode ser compreendido em sentido amplo, para além da produção de mercadorias, o uso “como valorização” do espaço guiado por questões funcionais, mas também por uma necessidade simbólica. As relações de uso dos territórios são complexas, tendo em vista a heterogeneidade dos territórios que cobrem todo o espaço geográfico. Neste caso, o que torna diferente os territórios é aquilo que Antônio Carlos Robert Moraes chama de “valorização do espaço”.

A valorização do espaço pode ser compreendida como processo historicamente identificado de formação de um território. Este envolve a relação de uma sociedade específica com um espaço localizado, num intercâmbio contínuo que humaniza esta localidade, materializando as formas de sociabilidade reinante numa paisagem e numa estrutura territorial (MORAES, 2005, p. 44).

É fato que a valorização do espaço, ou para sermos mais incisivos do território, muda conforme o movimento da sociedade, como destaca o próprio autor. Este processo de valorização é quem vai dar as dinâmicas e as características do uso do território. O que Milton Santos e Antônio Carlos Robert Moraes não situam, é que os grupos sociais ligados a um mesmo território têm sistemas de valorização diversos, em escala e intensidade, como veremos no capítulo três deste trabalho. A valorização aproxima práticas territoriais, mas pode também separá-las.

Acontece que Milton Santos admite isso implicitamente quando afirma que a densidade “técnica e informacional” dos territórios muda conforme a sua integração na globalização. Embora, o autor tenha deixado um ponto de análise fundamental, como os sujeitos usam o território, o que define a sua análise e a produção de mercadorias e a circulação, ou seja, os eventos necessários à produção de “mais dinheiro”. Com efeito, sua abordagem está circunscrita em uma escala, as das grandes empresas ou a do Estado- Nação. Isso fica exemplificado quando o autor afirma “o território é um *nome político* para o espaço de um *país*” (SANTOS, 2008, p. 19. Grifos do autor).

O território usado demonstra o esforço humano na constituição de elementos de identificação e simbolização. Com efeito, “território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana” (SANTOS, 2008, p. 19). “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. (SANTOS,

2005, p. 225). Não é o melhor dos caminhos atribuir sinônimos para fazer uma conceituação, mas Milton Santos ao fazer isso nos indica um ponto principal: de que o território tem uma forma e um conteúdo que são construídos por meio do uso humano no tempo e no espaço.

Isto é fundamental para análise geográfica, a valorização do território ou seu uso, define os diferentes tipos de território que Rogério Haesbaert encontrou na literatura geográfica. Sobretudo, porque os processos de valorização - como conjunto dinâmico que intercambia diferentes acepções de tempo-espaço - se desdobra em tons mais específicos que convivem dialeticamente na produção do território. Os caracteres mais importantes destes tons específicos é o “*continnun* funcional simbólico”. Logo, se as relações são mais simbólicas o território pode ser um “abrigo”, “lar” e/ou “segurança afetiva”. E se este *continnun* se estabelece tangendo mais o sentido funcional, “o controle físico, a produção e o lucro” são atomizados como expressão concreta do território (HAESBAERT, 2005, p. 6777). O que deve ficar claro é que estas formas apontadas, simbólicas e funcionais, estão em devir. Assim, o território simbólico pode se transformar em um território funcional, ou vice e versa, o exemplo dos veredeiros que viram seus territórios transformam-se em Unidade de Conservação é elucidativo deste processo.

O elemento que define isso é o processo que produz o território, ou seja, o movimento de territorialização, “de dominação e de apropriação do espaço” como dois processos indicativos da forma como o território é usado. Para o Rogério Haesbaert, as “sociedades tradicionais conjugavam a construção material (“funcional”) do território como abrigo e base de recursos com uma profunda identificação que recheava o espaço de referentes simbólicos fundamentais de sua cultura” (HAESBAERT, 2005, p. 6778). Isso acontece de forma contundente em comunidades camponesas como as veredeiras. Embora, nem sempre “os referentes” de identificação, que na sociedade urbana se qualifica em monumentos, museus e bibliotecas, tenham nestas sociedades uma materialização concreta. Isso não as difere em nenhum ponto de qualquer outra sociedade mesmo porque “quem passa pela terra fazendo monumentos não está seguro de si e precisa deixar sinais para ver se lembram dele” (KRENAK, 1992, p. 43).

Por outro lado, Rogério Haesbaert argumenta que na moderna sociedade urbano-industrial “(...) vigora a funcionalidade de um ‘enclausuramento disciplinar’ individualizante através do espaço” (HAESBAERT, 2005, p. 6778). O que as observações do autor nos demonstram é que conforme a valorização e/ou uso que o espaço é submetido, muda à organicidade do território. No caso da sociedade urbano-industrial, refere-se mais “ao ter” do que “ser” territorialmente identificado. Como demonstra o autor, se o espaço é valorizado de forma diferente, o território pode ser:

-abrigo físico, fonte de recurso materiais e meio de produção;

- identificação ou simbolização dos grupos através de referentes espaciais (a começar pela fronteira).
- disciplinarização ou controle através do espaço (fortalecimento da ideia de indivíduo através dos espaços também individualizados);
- construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações) (HAESBAERT, 2005, p. 6778).

Nesse sentido, “devemos distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem” porque “as razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura” (HAESBAERT, 2005, p. 6776). Mas, antes é preciso definir o conteúdo histórico do território. Há que se refletir que na sociedade técnico-científica, o território é mais que uma simples apropriação da natureza. “Isto não significa, contudo, que estas características estejam completamente superadas (...) dependendo das bases tecnológicas do grupo social, sua “territorialidade” ainda pode carregar marcas profundas da ligação com a terra” (HAESBAERT, 2006b, p.47).

O que podemos concluir com esta análise é que o território tem dimensões “materiais e psicológicas” que estão intimamente ligadas à organização da vida social. “O território é resultado das ações dos homens em sociedade, demarcando e organizado o espaço” historicamente (SAQUET, 2007, p. 69). Isso é definido na apropriação, seja simbólica ou econômica. “O território é organizado pela sociedade que transforma (*humaniza*) a natureza controlando certas áreas e atividades, política e economicamente; significa relações sociais e complementariedade, processualidade histórica relacional” (SAQUET, 2007, p. 51).

Muniz-Sodré sublinha que as concepções de mundo, de organização social e até mesmo o temperamento dos indivíduos tem uma ordem espacial. Neste caso, “o território aparece, assim, como um dado necessário à formação da identidade grupal/individual” (MUNIZ-SODRÉ, 2002, p. 15). Segundo ele, entre os povos antigos, estar dentro de um limite espacial/territorial definia o próprio conceito de ser humano. Os “sumérios” tinham a palavra “escravo” para se referirem a um indivíduo de fora e que, portanto, não possuía terras, isto é, não tinha a “posse de um território próprio”. O que vemos é o sentido e o próprio conceito de homem ligado a uma representação de território.

Isso tem as suas implicações e desdobramentos. Pertencer a um território é demarcar em relação a outros sujeitos, o espaço de ação individual. “É o território que (...) traça limites, especifica o lugar e cria características que irão dar corpo à ação do sujeito” (MUNIZ-SODRÉ, 2002, p. 23). O território é, portanto, um “artifício fundador” de regras sociais e comportamentos políticos e econômicos. “Daí o caráter pleno e exclusivo do processo *social*, comandado pelas ações e decisões emanadas do movimento das sociedades” (MORAES, 2005, p. 41).

Neste caso, como sugere Marcel Roncayolo, o território produz efeitos individuais e coletivos que é fator natural e cultural. O indivíduo, “mais do que aprender o território, assimila-o e cria-o mediante práticas e crenças de natureza social” (RONCAYOLO, 1986, 270). Aspectos psicológicos e culturais se juntam, são construídos ou transmitidos para que numa combinação justaposta, o território combine apropriação, poder e representação. Em um ponto devemos discordar do Roncayolo, onde ele afirma que a territorialidade é uma relação estabelecida somente entre homens. Ao contrário disso, o que há é uma intensa solidariedade de homens com outros seres da natureza, sobretudo, em comunidades rurais como as veredeiras.

Mas, mesmo quando Roncayolo desconsidera o papel da natureza no território, implicitamente, ele acaba por construir uma linha de raciocínio que afirma o contrário. Isso acontece quando ele destaca que as bases do território se fundam em dois processos. O primeiro, forja-se a partir de relações concretas com os lugares e nas relações no interior dos grupos (RONCAYOLO, 1986). Neste caso, devemos lembrar que os “lugares” é quem media os grupos sociais, portanto, há uma segunda relação além das humanas, as que os homens têm com estes lugares. Estas relações concretas referem-se ao tipo de exploração, ou seja, são as condições técnicas, econômicas e sociais da produção. O que há de fato é uma relação multilateral na produção do território.

A segunda questão que Marcel Roncayolo apresenta como fundamento do território são as ações orientadas para controlar um espaço e forjar o território (RONCAYOLO, 1986). As ações humanas se fazem por representações, representação que, aliás, só se fazem a partir de um objeto de referência (MOSCOVICI, 1978). As ações que têm como base controlar o território, tem antes um território de representação do qual partem as ações e ideais de controle. Neste caso, é sempre uma relação de múltiplas nuances, cujo ponto de referência, às vezes, nem é o próprio grupo social, mas representações “inventadas” de territórios desejados. Isso nos leva a concluir que em qualquer momento sempre que se pensa em territórios, há variadas escalas de relações, entre homens e entre estes e o mundo que os envolvem.

Em referência ao sentido de pertencimento, Marcel Roncayolo afirma que “a pertença, o sentimento de pertencer a um território, a vontade de construir uma comunidade e um território nasce espontaneamente” as condições culturais e históricas mantêm e reafirmam esta necessidade (RONCAYOLO, 1986, 278). Marcel Roncayolo inverte o processo, o “simples” desejo de construir o território não é o suficiente para assegurar a coerência de um grupo e, muito menos, para estabelecer um território. A vivência histórica é a matéria prima na construção de objetos em comum, não há a possibilidade de sujeitos com experiências diferentes partilhar as mesmas representações, sobretudo, porque elas são historicamente construídas e espacialmente determinadas (MOSCOVICI, 1978). O território é sempre um processo de

identificação, identificação é um processo que articula tempo-sujeitos-espacos, ou seja, histórias-trajetórias em comum.

O território é produto da historicidade das relações humanas. Ou, como prefere Renato Nunes Balbim “o território se forma a partir de uma relação espaço/tempo; ao se apropriar de um espaço em determinado tempo e com todas as perspectivas de possibilidades acarretadas, o ator territorializa o espaço” (BALBIM, 2001, p. 166). Assim, aquilo que no passado foi elemento definidor da territorialização, ainda está presente, se conjuga no processo dialético que é o tempo presente.

Com as discussões anteriores, podemos concordar com Rogério Haesbaert que o “território é relacional” por incorporar um conjunto de relações sociais específicas, mas também, por envolver “uma relação complexa entre processos sociais e espaço material” (HAESBAERT, 2006b, p. 55). O território se faz a partir da reprodução dos grupos sociais no tempo-espaço. Para finalizar, é necessário refletir sobre os elementos que interligam território e a natureza.

Embora, Rogério Haesbaert considere que esta abordagem tenha um caráter específico, que denomina de “materialista”, não concordamos com o autor (HAESBAERT, 2006b). Mesmo porque, qualquer ação concreta com a natureza, tem antes, um caráter ideal. Devemos, para fazer estas considerações, lembrar que Karl Marx, no tomo I de O Capital, na analogia entre arquitetos e abelhas esclarece este ponto.

O que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ela não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao que tem de subordinar sua vontade (MARX, 2008, p. 212).

O ideal para se fazer necessita do material. O material é condição e criação do ideal. Os homens antes de agir concretamente, agem idealmente, o pensamento sempre precede a ação. Por ter influência direta na sobrevivência humana, a natureza entra em dois planos na ação humana: como recurso e como meio de significação. Descobre-se, assim, o fio condutor da construção do território, o uso e a valorização dos elementos que compõem os espaços. O território é criação. Quem cria o território o faz humanamente por meio da apropriação material e ideal da natureza.

De outro modo, a natureza se faz cultura, a cultura se faz da natureza, uma é sempre fonte e condição da outra. As práticas humanas, por mais ideais que sejam tem um ponto de origem, a sociabilização da natureza. Todos os mitos, crenças e representações surgem quando homem apropria simbólica e funcionalmente dela. É preciso, porém, refletir sobre esta relação,

sobretudo com avanço do capitalismo as relações se tornam cada vez mais técnicas e os homens se relacionam cada vez mais com uma “segunda natureza”, ou seja, a “natureza artificializada”.

Neste caso, Carlos Rodrigues Brandão tem uma contribuição importante. Segundo o autor:

Eu não apenas vivo em um lugar, mas eu sou dele. No limite entre a geografia do meu lugar e a minha biografia neste lugar, mais eu pertença a ele do que ele me pertence. Isto é tão forte que eu posso nunca mais voltar a “um lugar meu” de onde saí, e, lá longe, nem por isso ele deixa de ser “o meu lugar”. Por isto mesmo o sentido do exílio, desde antes dos gregos, sempre foi algo mais do que um “ser expulso de um lugar”. Exilar sempre significou sempre deixar o de-onde-se-é (...) (BRANDÃO, 2008, p. 45).

A palavra lugar pode ser substituída pela de território e o sentido continua o mesmo. Isso porque “o meu lugar” é sempre o “meu território”, o contrário também pode ser afirmado. Sempre pertencemos mais a um território do que ele nos pertence, o mesmo acontece com a natureza. Não é uma reflexão demasiada determinista ou antropocêntrica, em vez disso, é um ponto de partida para entender o veredeiro e seus processos de significação do complexo Gerais, o território como fundamento humano para se apropriar da natureza. O veredeiro sempre pertenceu às Veredas, ele só existe em relação a ela. Neste caso, a Vereda demarca a biografia dos homens que a habitam, por isso, se tornaram o território, o abrigo afetivo e a casa de morada do homem e também o espaço de sua reprodução material.

[A] cultura, a tradição e a história medeiam (...) o modo como as pessoas e os lugares estão ligados, o modo como às pessoas usam a territorialidade e o modo como elas valorizam a terra (...) é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico por meio do qual experimentamos o mundo e dotamos de significado (SACK, 1986, p. 219).

Estar no território, ter um território traz a sensação de segurança, de abrigo. O território, porém, só é possível depois da apropriação sistemática das tramas do tempo-espaço. A partir disso, uma tessitura fina é construída a fim de permitir que ele seja uma condição do existir humano. Não há homem sem territórios. O contrário também não pode ser dito. Não há veredeiros sem as Veredas, as Veredas, como ambientes naturais existem, mas como elemento simbólico, sem aquele que cria as significações, elas são tão somente Veredas.

Pensar o espaço, representá-lo socialmente, é territorializar, forjar territórios. Neste processo, as relações de poder ganham forma, as identidades se configuram, o território ganha concretude social enquanto produção humanamente estabelecida. O território como uma síntese da apropriação histórica do espaço geográfico requer, portanto, uma leitura da relação espaço-tempo, da sobreposição de tempos. O tempo e o espaço como amálgamas de relações dialéticas,

como processos em devir, são componentes essenciais para que se possa compreender o território, ontológico epistemologicamente.

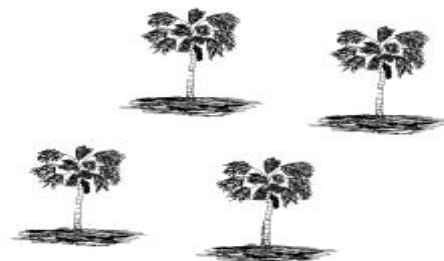
Assim, considerando todo o percurso percorrido, teórica e empiricamente, podemos definir algumas questões sobre o território veredeiro:

- O território veredeiro é um conjunto complexo de relações historicamente configuradas pelo uso da natureza e pelas relações políticas, culturais e econômicas estabelecidas nos entremeios e nas bordas do latifúndio.
- A característica principal é a conjugação de espaços que se complementam econômica e socialmente. Cada qual com suas temporalidades. Neste caso, o próprio tempo social é tributário do tempo da natureza na qual o veredeiro está envolvido.
- Como o território veredeiro é um conjunto complexo com características ambientais e sociais diferentes, diferente também é a intensidade e a qualidade do uso que se faz destes territórios.
- O território veredeiro é orgânico pela efetiva integração do homem – e suas nuances como as identidades e representações - a natureza e suas lógicas e temporalidades.

Neste capítulo fizemos um percurso histórico e geográfico. Tal percurso iniciou com a análise histórica do sertão e a ressignificação dos espaços sociais pelos diversos grupos que o territorializam. Neste caso, é preciso dizer que “os seres humanos fazem a sua vida, a sua história e a história geral. Mas não fazem a história em condições por eles escolhidas, determinadas por sua vontade” (LEFEBVRE, 1974, p. 71) por isso, é preciso construí-la.

Como afirma João Guimarães Rosa, o sertão aceita todos os nomes, isso se revela de forma ímpar na margem esquerda do São Francisco, onde o sertão se transforma em Gerais, o sertanejo em geralista e em veredeiro. O sertão aceita todos os nomes, concordamos com autor, é tanto que agora se chama “Parque” “Vila dos Gaúchos”.

Os nomes outros que são dão aos Gerais e ao sertão, as novas relações de uso e apropriação que se estabelecem com ele, é o assunto que pretendemos no próximo capítulo desenvolver.





CAPÍTULO III



*AS TRAMAS DA
DESTERRITORIALIZAÇÃO:
as rupturas espaço-temporais do
território veredeiro*



IPHAN

Metodologicamente este capítulo foi construído tendo como base duas fontes de pesquisa, as entrevistas de campo e os relatórios históricos elaborados pela FUNATURA e pela Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha. As entrevistas nos revelam como foi inserido o movimento de desterritorialização sobre os territórios veredeiros tendo a chegada do “estranho” – os migrantes sulistas e ambientalistas – a principal referência das mudanças que foram engendradas em seus territórios. Os documentos históricos tem olhar adverso e apontam o lado positivo de atuação dos grupos sobre aquelas terras que em alguns relatos é tratada como “deserto”.

Na verdade, o “mito” do desenvolvimento é o grande gerenciador de todos os processos de rupturas que vão ser engendrados sobre os territórios veredeiros. Neste caso, tal mito aparece dissimulado em Projeto de Assentamento, como por exemplo, o PADSA. A referência a este projeto deve-se a sua proximidade dos territórios veredeiros. Mas, não devemos centrar o nosso olhar apenas nesta escala. Este Projeto de Assentamento é apenas um dos vários que foram implantados. As políticas públicas da década de 1970 tinham o intuito de retirar o Norte de Minas do “isolamento” histórico. E fez isso a partir de um investimento intensivo na efetivação do latifúndio como instrumento da organização da propriedade e a produção de gêneros de exportação como o lócus do investimento de capital.

As políticas públicas, e o PADSA é um exemplo concreto, “discursivamente”, tinha o intuito de livrar estes territórios da pobreza e do isolamento. E, para fazer isso, alteram as lógicas históricas de relação com a natureza que as populações locais haviam estabelecido. Como diria João Guimarães Rosa, em prelúdio da modernização “conservadora” e degradante que estava por vir, “a gente tem de sair do sertão! Mas só se sai do sertão é tomando conta dele a dentro...” (ROSA 1994, p. 391).

A expansão da agricultura modernizada nos Gerais por meio do PADSA equivale também à intensificação dos usos da natureza e do território. Um uso outro, porém, com base na ciência e na técnica. Os Cerrados cedem lugar para os monocultivos. Os monocultivos não conquistam apenas territórios, “mentes” e modos de vida também⁶⁹. As Veredas são estancadas para oferecer água para a irrigação. Os rios, grandes e pequenos, começam a sofrer com assoreamento. Camponeses perdem sua base material e imaterial de vida e trabalho.

Há de se considerar que, se de início é a modernização e a capitalização da agricultura é o elemento forjador da desterritorialização, e o termo “modernização dolorosa” ganha todos os

⁶⁹Vandana Shiva em “monoculturas da mente” tece uma crítica sobre o avanço da biotecnologia sobre os saberes locais e como isso tem reconfigurado os padrões culturais e diminuindo sensivelmente a diversidade cultural e natural (SHIVA. 2003).

seus significados mais expressivos. A partir da segunda metade década de 1980, as rupturas têm novos sujeitos e novas formas de expropriação. Ela chega por meio da ideologização da conservação da natureza e pelo “ambientalismo ongueiro ou onguismo”, para usar o conceito de Nazira Correia Camely (CAMELY, 2008). Entram em cena os movimentos ambientalistas e as ONGs que têm como discurso a “salvação dos Cerrados e sua diversidade natural”. Grande paradoxo é querer salvar os Cerrados da destruição sem, contudo, envolver homens e mulheres que também “são Cerrados”, “são Veredas”⁷⁰.

Neste caso, a Unidade de Conservação PARNA GSV se efetiva no intuito de “preservar” os recursos naturais do intenso processo de degradação na qual estava sendo submetido pelo avanço da agricultura mecanizada. Criar o PARNA GSV tinha como base “conter” o avanço e uso desordenado do “meio ambiente”. Acontece que uma nova forma de apropriação do território é imposta.

Este duplo embate sobre os territórios veredeiros tem desdobramentos diferentes. O avanço das áreas de cultivo acontece sobre as áreas comunais, os Gerais que vão ser privatizados pelo Estado. O complexo Gerais, responsável pelo equilíbrio das atividades produtivas que sustentam a vida nas Veredas é limitado. Além disso, há a diminuição na coleta e na caça, tendo em vista que os Gerais se tornam grandes áreas de cultivo. O represamento das Veredas diminui os leitos de água. O PARNA GSV atua de forma diferente, criminalizando as práticas culturais, como por exemplo, a derrubada da mata para a rotação das roças. E, cujo desdobramento final é a expropriação dos veredeiros de seus territórios, realocando-os para o PA São Francisco.

3.1 A natureza da desterritorialização

O conceito de desterritorialização tem sido importante, como aponta Renato Ortiz, para se analisar as mudanças que estão sendo engendrada a partir da intensa mobilidade do capital, integração das economias e de hibridação das culturas (ORTIZ, 1994). Na verdade, o termo desterritorialização se refere às “rupturas” das práticas territoriais que os seres humanos estão estabelecendo com os territórios. Práticas territoriais cada vez mais fluídas e momentâneas que dificulta o estabelecimento de vínculos concretos com o território e também na conformação de identidades e representações.

⁷⁰ “Eu sou o cerrado” texto poético publicado pelo professor Ivo das Chagas no livro “Cerrados em perspectivas”. De forma seminal o autor percorre as nuances dos Cerrados e revela cada uma ao leitor. A escrita em primeira pessoa dá um tom de intimidade e demonstra também o envolvimento entre ser o cerrado e o homem do cerrado.

O movimento de desterritorialização é sempre associado à globalização, ou seja, é um movimento da expansão do capitalismo em processos recentes. Isso tem sido o ponto fulcral de toda uma crítica a respeito do conceito. Dois pontos devem ser esclarecidos antes de iniciar esta discussão teórica. A primeira delas é que a desterritorialização não se refere a não existência de territórios. Refere-se na verdade a um processo de debilitação, quer dizer, os elementos que fazem com que o homem “interiorize” as feições e se ligue concretamente a um território, tornam se débeis.

Neste caso, o território é uma produção que se efetiva ao longo da historicidade humana, como sujeitos individuais e como grupo social. A desterritorialização opera nesta historicidade tornando-a tênue, fazendo com que o território se torne, por assim dizer, um desconhecido do seu próprio produtor. Neste caso, estamos a dizer que a territorialização pressupõem uma continuidade na historicidade humana na apropriação tempo-espaco, continuidade dialética, e a desterritorialização a descontinuidade, a ruptura na lógica constituinte do tempo-espaco.

A segunda questão é que a desterritorialização é um movimento que opera a todo o momento na vida humana. Não é, porém, um movimento recente, apenas da globalização, do capital, como sugere alguns autores, embora isto tenha aumentando a intensidade e a dinâmica de seu acontecimento. Há exemplos históricos da desterritorialização como é o caso dos escravos africanos vindos para o Brasil. O que acontece é que a história do conceito é recente, mas o movimento de “exclusão” e “perda” e/ou “estrangeiramento” dos territórios faz parte da história humana. E se é um movimento, significa, portanto, que ele sempre está encerrando e recomeçando. Com efeito, a desterritorialização só ocorre com o seu oposto, a reterritorialização. Desterritorializar é reterritorializar. Reterritorializar é desterritorializar. Desde que as condições para isso sejam criadas.

Rogério Haesbaert tem sido um dos autores da geografia brasileira que expandiu e ampliou a discussão a respeito dos processos de desterritorialização. Nas suas contribuições ele tem apresentado as diversas acepções que são atribuídas ao conceito. Demonstrou que, para alguns autores, a desterritorialização pode ser aprendida como “excesso de modernidade”, “virtualização”, “fluidez do capital”, “instabilidade das fronteiras” e/ou “hibridação cultural”. Não há um ponto de convergência para definir a desterritorialização e nem sua representação (HAESBAERT, 2004). O que há de concreto, é que ela existe enquanto experiência territorial.

Ao criticar estas concepções o autor nos dá um ponto de partida importante. “Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial” (HAESBAERT, 2006b, p. 67). Com efeito, a desterritorialização opera na quebra dos vínculos que ligam o homem ao território. Os atores e

os agentes que produzem este efeito podem ser múltiplos e combinados. A desterritorialização tem efeitos culturais, econômicos e psicológicos.

Haesbaert faz a análise das principais interpretações sobre o movimento de desterritorialização, sublinhando as perspectivas teóricas mais comuns.

1. Uma perspectiva mais economicista: a desterritorialização é vista como superação dos entraves locais ou de localização, sendo por isto percebida, muitas das vezes como deslocalização. (...)
2. Uma abordagem que poderíamos denominar de “cartográfica”: a desterritorialização constitui, antes de mais nada, a superação do constrangimento “distância”.
3. Uma leitura da desterritorialização como domínio da imaterialidade (...). Esta “ciber-desterritorialização” é a visão de muitos estudiosos do ciberespaço.
4. A desterritorialização como esvaziamento das fronteiras (...) enquanto constrangimento ao livre acesso.
5. Uma desterritorialização culturalista: percebida a partir de uma leitura do território como fonte de identificação cultural, referência simbólica que perde este sentido e se transforma em um “não-lugar” (HAESBAERT, 2006, p. 130-131).

O que o Haesbaert demonstra é que a concepção de desterritorialização está intimamente interligada com o sentido de território que tem como fonte de trabalho e de experiência concreta. Esta tem sido a grande crítica que o autor tem sustentado ao demonstrar que antes de compreender a desterritorialização, é preciso compreender o território que deu origem a este movimento. Do contrário, é apenas uma abordagem parcial que não tem um valor explicativo claro. E mais, se o território é relacional, a desterritorialização reduzida a qualquer elemento que o compõem, seja cultural, material e/ou simbólica, torna-se um “mito” (HAESBAERT, 2004).

As reflexões do autor são enfáticas ao demonstrar que essa efetiva redução do conceito de território tem efeitos sobre o conceito de desterritorialização. Com efeito, se o território se constitui indissociavelmente a partir do intrincamento entre cultura-natureza, política-economia e simbólico-funcional, a desterritorialização só pode se efetivar a partir destes elementos em conjunto.

Outros autores como Simone Weil também deram as suas contribuições para entender os vínculos territoriais e a desterritorialização. O conceito desta autora não é a desterritorialização, mas o enraizamento e o desenraizamento. Referindo-se a classe operária, Weil sublinha que o “enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana” (WEIL, 1979, p. 351). Isso porque o ser humano tem “raiz” efetiva no mundo concreto, raiz que afirma a sua existência como ser coletivo, social e natural e que conserva “vivos certos tesouros do passado”.

Em oposição, o “desenraizamento é, evidentemente a mais perigosa doença das sociedades humanas, porque se multiplica a si própria” (WEIL, 1979 p. 347). Há fatores que

determinam o desenraizamento, a conquista militar e o dinheiro são os mais relevantes. “O dinheiro destrói as raízes por onde vai penetrando, substituindo todos os motivos pelo desejo de ganhar” (WEIL, 1979 p. 348).

Seres realmente desenraizados só têm dois comportamentos possíveis: ou caem na inércia de alma quase equivalente a morte, como a maioria dos escravos no tempo do Império Romano, ou se lançam numa atividade que tem sempre a desenraizar, (...) os que ainda estão enraizados ou que o estejam só em parte (...). Quem é desenraizado desenraiza. Quem é enraizado não desenraiza (WEIL, 1979 p. 351).

Rogério Haesbaert critica a desterritorialização como sinônimo de desenraizamento. Sobretudo, porque isto remete a um sentido de território, cujo elemento definidor é a estabilidade. As ressalvas do autor são importantes, mas se atentarmos ao conceito de Simone Weil fica claro as suas contribuições. No desenraizamento, ao referir à atuação do homem branco europeu sobre as demais sociedades, “o passado destruído não volta nunca mais” (WEIL, 1979 p. 354). Quer dizer, o passado não volta mais porque as bases que o davam sustentação foram suprimidas e/ou tiveram seus conteúdos modificados. Isso acontece, sobretudo, porque o que guiava estes homens brancos era o mito de fundação. Mas, para isso foi necessário negar todo o processo histórico antecedente, abrir caminhos para que uma nova rede de significação e de apropriação do espaço fosse efetivada. Este processo é desterritorializante porque nega as vivências pretéritas para construir uma nova “história”.

Quando duas culturas se encontram, cada qual com formas diferentes de existir, há um movimento de descoberta. Acontece é que isso raramente se dá fora do eixo de “submissão-domínio”. Neste caso, o grupo dominado, como escreve Ecléa Bosi, perde suas maneiras materiais de se expressar. O agronegócio é o exemplo que a autora toma como forma de análise para demonstrar estes processos que destroem as raízes, e torna “os nativos estrangeiros” (BOSI, 2003, p. 176).

Na medida em que as monoculturas avançam, elas vão retirando cada camponês de seu território. Suas “roças”, festas e as maneiras de ser e de existir perdem as nuances. Isso acontece porque, conforme Bosi, “no campo brasileiro a conquista acontece sob as formas de monoculturas e pastagens. O arroz, a soja, a cana provocaram tão forte migração de lavradores que se constituem em genocídio pelo número dos que vem morrendo no caminho para o sul” (BOSI, 2003, p. 176). De um ponto de vista mais econômico, o agronegócio expropriou os camponeses da terra de trabalhar, derrubou a mata, “extinguiu a caça e a lenha”, ou seja, implantou formas de vidas incompatíveis com as lógicas camponesas.

Despojado de sua terra, de seu território, a desterritorialização faz o mesmo com a própria humanidade do homem. É um processo sutil, porque passado e presente se tornam antagônicos ou não se encontram maneiras de expressar uma coerência. Bosi ao citar o

capitalismo como elemento desenraizador afirma que ele “consome e desagrega valores conquistados pela práxis coletiva” (BOSI, 2003, p. 187). O capitalismo é um agente que expandiu e intensificou a desterritorialização em escalas impressionantes. É neste sentido, que Marshall Berman sublinha que “nada do que é humano é estranho”, quanto mais o homem expandiu a sua mente, a sua capacidade de ver e sentir, mais ele isolou os pobres, mais se isolou do mundo e da natureza. Com este intenso processo de isolamento, a cultura capitalista “se desenvolveu no sentido de divorciá-lo da totalidade da vida” (BERMAN, 2007, p. 54).

Este processo de “isolamento” é apontado como a principal característica da modernidade e também da desterritorialização. Isso porque ao tomarmos a consciência da nossa condição humana, a necessidade de sociabilização e cooperação e, sobretudo, a necessidade de vínculos concretos com espaços-tempos determinados, reificamos e relativizamos isso e colocamos em evidência as nossas fraquezas. O indivíduo ao invés do grupo, o privado no lugar do público, a natureza versus a cultura. Na verdade, como argumenta Marshall Berman, o capitalismo expõe a “nudez” humana em todas as suas nuances. E, para demonstrar isso o autor cita Karl Marx ao escrever que “tudo que é sólido se desmancha no ar, tudo que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente forçados a enfrentar com sentidos mais sombrios suas reais condições de vida e sua relação com outros homens” (BERMAN, 2007, p. 118).

A eficácia do processo de desterritorialização é a “presentificação” das relações socioespaciais, sobretudo, quando o ponto fulcral são as relações econômicas. Ou, como define Rosa Maria Vieira Medeiros “o processo de desterritorialização nega a fixação do grupo social, da população, do indivíduo a uma base física, além de fazer com que percam ou pelo menos deixem adormecidos seus costumes, suas relações interpessoais, seu cotidiano” (MEDEIROS, 2007, p. 4). Neste caso, o próprio modo de vida é estranho ao próprio grupo, às ações dos sujeitos são díspares do grupo social. A desterritorialização faz com que as coisas mais próximas ao grupo tornam-se um “estrangeiro”.

Renato Ortiz sublinha que “a desterritorialização cria uma espacialidade desvinculada imediatamente do meio físico” (ORTIZ, 2002, s/p). O efetivo técnico informacional é fator que atomiza estas condições porque permite o desencaixe das relações sociais, o que esvazia o “espaço de sua materialidade” (ORTIZ, 1994, p. 48). É questionável este posicionamento, como é possível forjar espacialidades sem ter como referência espacial, sem uma contextualização histórica e uma relação concreta com o mundo físico. A certeza da condição espacial para efetivar as ações humanas é substituída pelo seu esvaziamento, sua supressão. A desterritorialização não é isso, na verdade ela cria novos conteúdos para o espaço, mas nunca transforma o espaço e/ou território numa virtualidade, sem uma relação espacial temporal histórica. Ao contrário disso, a desterritorialização cria novos territórios mais abertos e mais inseguros, sobretudo, se pensarmos que ela ocorre em duplo movimento, quem desterritorializa

sempre reterritorializa em outro ponto, ou seja, novos padrões de apropriação de tempo e espaço são construídos.

Além disso, como destaca Rogério Haesbaert, o processo de desterritorialização não precisa necessariamente do movimento para se efetivar, a estabilidade também é desterritorializadora. O que efetiva a desterritorialização é o tipo de relação que se estabelece com o território, os processos de significação e de apropriação. “Certamente, assim, tão importante quando a perda do espaço (território) concreto é a perda de um espaço de referência identitária, um ‘espaço de memória’ o que nem sempre é uma decorrência da maior mobilidade física” (HAESBAERT, 1997, p. 249).

Em outra oportunidade Renato Ortiz, ao citar Antony Giddens, em referência ao “desencaixe” espaço temporal, afirma que “na sociedade moderna” o eixo das relações estão “deslocadas dos contextos territoriais de interação”. Isso acontece porque há indefinições no próprio eixo espaço-temporal. Com efeito, “os homens se desterritorializam, favorecendo uma organização racional de suas vidas” (ORTIZ, 1994, p. 45). A modernidade é o fator que efetiva isso, sobretudo, a partir das novas experiências espaços-temporais. E como destaca Harvey “os ambientes e experiências modernos cruzam todas as fronteiras da geografia e da etnicidade, da classe e da nacionalidade, da religião e da ideologia” (HARVEY, 1993, p. 21).

A desterritorialização efetiva o “esvaziamento dos lugares” de seus conteúdos mais íntimos e particulares (ORTIZ, 1994, p. 105). Neste caso, tudo que era “sólido” entra em movimento de decomposição. Isso acontece com o território porque, como demonstra Henri Lefebvre, “nada é inteiramente sólido, tudo se corrompe, muda e parte”, ou seja, entram em movimento de desterritorialização (LEFEBVRE, 1969, p. 16). O movimento nem sempre é desterritorializador, ele é também territorializador, mas ele traz transformações. Acontece que as transformações sucessivas não permitem o incremento das mudanças nas práticas territoriais.

O geógrafo Ruy Moreira também tem contribuído na reflexão sobre o movimento de desterritorialização. Na verdade o autor supõe que há dois movimentos, “desterração” e desterritorialização. O primeiro refere-se, sobretudo, ao campesinato, o movimento histórico que “expropria” estes sujeitos de sua “relação orgânica com a terra”. “A desterração é, portanto, o processo mediante o qual o homem é retirado do seu ambiente-terra, através da expulsão e expropriação da sua ligação fundiária, para ser lançado para fora do seu *habitat* histórico” (MOREIRA, 2010, p. 136).

Ao observarmos os veredeiros com seus territórios-Veredas e, mais recentemente o PA São Francisco em Formoso, é este o processo que as políticas públicas exerceram sobre os seus territórios, a quebra do vínculo orgânico com a terra. Os limites deste conceito é fundamentalmente o ponto de partida de análise, neste caso, a terra. A terra apenas como meio de produção não é suficiente para explicar as rupturas que o processo de expropriação e

expulsão engendra. Há todo um plano de relação maior, como no caso do exemplo citado, as políticas públicas. Temos, portanto, que pensá-la no plano amplo de relações que a inclui como meio de produção, relações simbólicas e de identidades. Ao fazer isso, ela não é apenas a terra, mas território em todas as suas dimensões. O que acontece não é a desterração e sim desterritorialização.

Para Ruy Moreira a desterritorialização é um movimento que fecha o ciclo de desterração. “A desterritorialização é a quebra definitiva da relação de corpo que o homem mantinha com o chão e o cosmos, levando a níveis mais profundos de alienação corpórea trazida pela desnaturação e o desenraizamento trazido pela desterração” (MOREIRA, 2010, p. 137). Para explicar o que entende por desterritorialização, o autor utiliza outros conceitos questionáveis. É preciso refletir em que medida a desterritorialização efetiva a quebra de todos os vínculos com “o chão”, ou para ser mais incisivos, com o território. Não é necessário suprimir a existência material do território para que se efetive a desterritorialização, a imobilidade, sobretudo, se for forçada é mais desterritorializante que a mobilidade. A ligação com o “chão” ou com o território, como preferimos, não se estabelece em um sentido único, existe mesmo quando não se relaciona com ele materialmente.

Ruy Moreira acrescenta que a desterritorialização atua “quebrando literalmente a relação identitária que mantinha o homem como habitante terrestre através do lugar de sua morada” (MOREIRA, 2010, p. 137). Ao que indica o autor trabalha com o conceito amplo e, mesmo assim, esquece que o homem é um ser territorial. Por isso, o movimento de desterritorialização é composto por outro de reterritorialização. E, se um “lar”, para usar as palavras do autor, perde a existência concreta em um território, ele será forjado em outro. Este novo lar, todavia, têm conteúdos e relações diferentes devido ao próprio processo histórico engajado em sua produção.

Autores brasileiros, com abordagens distintas, têm contribuído com o debate em torno do conceito de desterritorialização, dentre eles o destaque é Marcos Aurélio Saquet, Octavio Ianni, Milton Santos e Rogério Haesbaert.

Ianni trata a desterritorialização, sobretudo, pela perspectiva do Estado-Nação e da globalização da economia (IANNI, 1995). Para ele, nesta nova fase do capitalismo os constrangimentos espaciais, as fronteiras tornam-se porosos, capital, conhecimentos e bens culturais tornam-se mundiais. Neste caso, a desterritorialização é debilitação das fronteiras pelo avanço das tecnologias, pelas necessidades humanas cada vez mais globalizadas.

Com isso, gentes e ideias tende a se desenraizar, ações deslocadas, genéricas e indiferentes ao seu palco de produção. “Tudo tende-se a se desenraizar: mercadoria, mercado, moeda, (...) *know-how* (...) tudo tende-se a deslocar além das fronteiras, língua nacionais, hinos, bandeiras, tradições (...). Aos poucos predomina o espaço global” (IANNI, 1995, p. 93). A

ampliação das relações sociais, para usar as palavras de Antônio Giddens, o “desencaixe” das relações de um plano local é que caracteriza a desterritorialização, na perspectiva de Octávio Ianni.

Este desenraizamento exacerbado e mesmo a noção de “espaço global” é questionável, mesmo considerando que a globalização tem ampliado as escalas de ação do ser humano e que ações tendem a tornar-se cada vez mais multiescalares. A desterritorialização que o autor considera é a das empresas multinacionais e dos grandes agentes econômicos. Mas, mesmos estes setores específicos, como demonstrou Rogério Haesbaert, tendem mais para uma multiterritorialidade do que propriamente a desterritorialização (HAESBAERT, 2005).

Este, porém, não é o pensamento do autor. Para ele, “o conceito de desterritorialização aplica-se não apenas a óbvios exemplos, como corporações transnacionais e mercados monetários, mas também a grupos étnicos, lealdades ideológicas e movimentos políticos que atuam crescentemente” (IANNI, 1995, p. 93).

Concordamos que este conceito é amplo e aplica-se a todos os seres humanos que estão sempre em movimento. O que não se pode fazer é equalizar os processos de desterritorialização que vivem “os expropriados” e os processos que as corporações multinacionais experimentam. São processos diferentes e mesmo antagônicos. Enquanto as multinacionais buscam novos mercados consumidores, espaços para a ampliação do capital, outros os expropriados, como os veredeiros, perdem os bens básicos da sobrevivência, a terra de trabalho. O que vemos é que de um lado, tem-se uma desterritorialização compulsória, com intuito de expandir os próprios limites de seus territórios, o território das empresas e de sua forma de atuação. De outro, vemos uma desterritorialização forçada que arranca os sujeitos de seus territórios, suprimindo-os tempo-espacialmente, o que leva a erosão dos elementos mais sutis do modo de vida.

Com efeito, “a desterritorialização tem afetado as lealdades de grupos envolvidos em diásporas complexas” (IANNI, 1995, p. 93). Na verdade, o que vemos é o contrário disso, o que se afeta de fato, é o território. E somente em segundo momento, as “lealdades” se dissipam. Em outras palavras, o território é uma produção humana e produz a organização humana. Somos seres territoriais, somos porque temos a necessidade dos territórios para nos referenciaros diante do mundo. É partir do território que toda uma gramática cultural, simbólica e identitária é forjada. E quando isto perde a consistência ou não existe mais, o efeito é direto na organização social e econômica do grupo. Se o território entra em linhas de fuga, se faz a partir da debilitação das ações e construções históricas que o criou.

Quando consideradas estas ressalvas, Octavio Ianni tem razão em suas conclusões ao afirmar que depois destas rupturas o que persiste “territorializado já não é mais a mesma coisa, muda de aspecto, adquire outro significado, desfigura-se. Rompem-se os quadros geográficos e históricos prevaletentes de espaço e tempo” (IANNI, 1995, p. 104). Afinal, “desterritorializar

significa dissolver ou deslocar o espaço e o tempo” da experiência concreta (IANNI, 1995, p. 98). E o processo inverso a este, que reconstrói este espaço-tempo, a reterritorialização não é a retomada de velhas territorialidades, mas a construção de outras, mais tênues e fugazes que podem se abrir em novas desterritorializações a partir de novas rupturas.

Há na abordagem do autor um olhar afirmativo pelo processo de desterritorialização. Por que isso liberta as ideias e os constrangimentos territoriais - embora, isto seja questionável - e permite a criação de condições novas de existência. É claro que ao assumir esta posição, de uma forma ou de outra, o autor situa em segundo plano os embates e desdobramentos destes processos e ideologicamente acaba por esconder as contradições do processo de globalização. O efeito mais perverso, da globalização e da desterritorialização é sobre os que estão mais vulneráveis socialmente. Mas, eles não participam do escrutínio analítico de Ianni, na verdade eles nem “existem” porque estão as margens da economia global e do capitalismo de consumo foco de sua análise. E, como diria Milton Santos, neste processo “os pobres não estão incluídos nem marginais, eles são excluídos” (SANTOS, 2003, p. 72).

O esforço de pensar estes conceitos se dá no intuito de pensar a desterritorialização de uma população rural e camponesa, os veredeiros dos Gerais do Norte de Minas. Logo, um ponto deve ser esclarecido. O fato de serem camponeses não indica que não participem ativamente dos processos mais globais, como o capitalismo flexível, a mundialização da cultura. O que de fato queremos dizer é que embora a desterritorialização seja um processo histórico, que se revela diversas vezes entre estes sujeitos, historicamente a “margem” da sociedade capitalista, o processo de desterritorialização mais intenso e efetivo tem como base a expansão do capital e suas ideologias, como o ambientalismo. A expansão do modo capitalista de produção trouxe atrelada o latifundiário sojicultor e o ambientalista. Ambos são frutos do mesmo processo: a sociedade capitalista urbano-industrial.

Neste caso, as contribuições de Milton Santos são fundamentais, embora este não esteja discutindo desterritorialização. Para ele, “o território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor a sua nova ordem, e, de outro produz uma contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos e marginalizados” (SANTOS, 2003, p. 114). O território, ou melhor, dizendo, o uso do território é que gera os processos de desterritorialização. Isso porque para que um grupo com outra racionalidade se territorialize, é preciso antes, desterritorializar, tornar o “estriado” em “liso”, e o “liso” em “estriado”⁷¹.

⁷¹ Conforme a leitura de Deleuze e Guattari podemos afirmar que o espaço estriado é aquele efetivamente territorializado. E o espaço liso ainda um devir, uma virtualidade, neste caso, podemos dizer que é um espaço sem territorializações. (DELEUZE; GUATTARI, 1997).

No campo, este processo é muito mais efetivo porque “as racionalidades da globalização se difundem mais intensivamente e mais rapidamente” (SANTOS, 2003, p. 115). Isso é evidente, é economicamente mais viável tornar diversas posses camponesas em um grande cultivo de soja, do que um bairro de uma cidade. Com isso, podemos dizer que os constrangimentos a desterritorialização no campo são menores como argumenta o autor. E, por outro lado, a sua efetividade é muito mais degradante. O autor nos leva a refletir isso a partir da modernização da agricultura. “Verifica-se que o campo modernizado se tornou praticamente mais aberto à expansão das formas atuais do capitalismo (...)”, com isso, “as áreas agrícolas se transformaram agora no lugar de vulnerabilidade” (SANTOS, 2003, p. 92).

Pontuemos duas questões. A primeira, Milton Santos tem razão em demonstrar que os processos de ruptura mais intensos se passaram no campo, como exemplo, podemos citar, o êxodo rural, a degradação da natureza e expansão da agricultura tecnificada além de “estrangeiras” como a expansão da cultura de soja, desterritorializada em sua origem e as relações de trabalho degradantes como o trabalho escravo. Em segundo, isso não quer dizer, que não surgiram em concomitância as “contra-racionalidades” – para usar as palavras do autor – neste turbilhão de mudanças. Os movimentos sociais de luta pelo acesso e permanência na terra, de tornar desterritorializados em territorializados, é o exemplo mais contundente.

Com isso, podemos dizer que o campo é o bojo dos processos mais intensos de desterritorialização e de reterritorialização. Mas, tudo isso aconteceu devido ao intenso processo de luta contra o avanço do capital e da racionalidade capitalista. Há que se dizer que neste caso o que ocorre é um intenso processo por disputas de território, cujo motor principal são os camponeses expropriados dos meios de produção.

Com as questões levantadas podemos, finalmente, pensar o conceito de desterritorialização a partir das contribuições de Rogério Haesbaert e abrir os caminhos para a análise da desterritorialização veredeira. De acordo com este autor, o conceito de desterritorialização deve ser aplicado em fenômenos que efetivam a fragilidade e/ou instabilidade territorial. Isso acontece, sobretudo entre os grupos “socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitados de construir efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de apropriação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólica cultural” (HAESBAERT, 2004, p. 312).

Rogério Haesbaert pensa a desterritorialização a partir da modernidade das rupturas tempo-espaço que se efetiva com isso. O que de fato o diferencia de outros autores é que ele entende a desterritorialização por outro ângulo. Para o autor, a desterritorialização é a perda de referenciais espaciais, mas não a perda e/ou a desmaterialização do espaço. É um processo de “desenraizamento” – o autor não usa esta palavra – forçado que leva conseqüentemente a perda da autonomia territorial, da liberdade na apropriação do espaço. Isso leva aos processos de

ruptura social, psicológica e a fragmentação dos processos históricos de afirmação identitária simbólica (HAESBAERT, 2004).

Há casos que o processo de desterritorialização se efetiva a partir da “privação” dos territórios, ou seja, a perda do controle efetivo de pessoas e grupos sociais do território. Esta privação se dá a partir dos lugares simbólicos, econômicos e políticos. Há a privação das fontes de recursos necessários a sobrevivência humana. Ao discutir a obra de Rogério Haesbaert e comentar estas questões, João Luís Jesus Fernandes sublinha que “a desterritorialização pode resultar de situações agudas, de violência rápida (também esta aqui entendida no sentido amplo), mas também de problemas lentos com efeitos diretos ou indiretos no longo prazo” (FERNANDES, 2008, p. 7).

Há que se considerar que não há “completa exclusão ou privação territorial, isto é, desterritorialização no sentido absoluto, a não ser que como espaços (...) vedados a territorialização” (HAESBAERT, 2004, p. 314). Do mesmo modo que há o processo de desterritorialização *in situ*, ou seja, quando não há mobilidade e nem a perda efetiva do território. O que muda de fato são os elementos constituintes da territorialidade, “muitos grupos sociais podem estar ‘desterritorializados’ sem deslocamento físico, sem níveis de mobilidade espacial pronunciados, bastando para isto que vivenciem precarização de suas condições básicas de vida” (HAESBAERT, 2004, p. 251).

No final deste capítulo vamos demonstrar a partir de uma referência direta à desterritorialização veredeira, que há uma complementaridade de processos desterritorializantes. Em outras palavras, aquela que ocorre a partir da imobilidade territorial é acompanhada pela mobilidade territorial. Isso acontece porque primeiros os veredeiros são “enclausurados” pelos cultivos de soja e depois pela Unidade de Conservação PARNA GSV que criminaliza as práticas territoriais e precariza as condições de reprodução social.

A desterritorialização vai efetivar-se por um longo processo de expropriação de elementos de uma “geografia imaginária” constituída historicamente. Assim, com base em Rogério Haesbaert, podemos pensar a desterritorialização como rompimento de solidariedades territoriais “com a destruição de símbolos, marcos históricos, identidades, quanto concreto, material – político e/ou econômico (...) [há] escala de difusão da desterritorialização, tanto espaciais quanto temporais”. E a desterritorialização é sempre um processo que ocorre em concomitância com a reterritorialização (HAESBAERT, 1995, p. 181).

Anotemos alguns pontos para pensar a desterritorialização veredeira:

- A desterritorialização é um processo histórico, mas atomizada com o avanço das relações do capitalismo como modo de vida “global”. Desterritorializar não é o fim do espaço, dos territórios, das fronteiras e do Estado. É apenas um processo que afeta o vínculo estabelecido historicamente, dando a eles outros sentidos.

- Na desterritorialização rompe-se e se constrói territórios - território veredeiros e do assentamento são exemplos - quer dizer ela é apenas uma parte do processo, a reterritorialização é a parte complementar.
- A desterritorialização não é um evento pontual. Ela tem escalas e intensidades. A desterritorialização em um lugar pode ter suas causas em outro. Além disso, ela se alimenta das condições do tempo sincrônico para alimentar o seu movimento.
- A desterritorialização pode levar a um processo de “precarização” da territorialidade e dos modos de vida. Ela pode se prolongar se o processo de reterritorialização não encontrar condições mínimas para se estabelecer.
- E, por último, não há sobreposição territorial. Um grupo para se territorializar e/ou reterritorializar sempre se faz por desterritorializações. A desterritorialização é sempre múltipla, da mesma forma que os seus efeitos.

Todo processo de desterritorialização tem um ponto fulcral, ou seja, um conjunto de elementos que forcem a ruptura dos vínculos territoriais. Eles podem se apresentar isolados e/ou em concomitância e/ou sob efeitos de outros processos. Há que se dizer que estes processos redefinem o ritmo das relações. É por este ângulo que estamos interpretando as mudanças que ocorreram nos territórios veredeiros a partir da implantação do PADSA e PARNA GSV. Efetivados a partir de políticas públicas, grupos sociais com racionalidades e lógicas sociais distintas são colocados do mesmo lado. Concepções de natureza são impostas, territórios são expropriados. Enfim, “o que se encontrava ‘lá fora’, nos era ‘estrangeiro’, passa agora a fazer parte de nosso cotidiano” (ORTIZ, 2002, s/p).

Nos itens que seguem faremos uma análise destes processos.

3.2 Modernização e a expansão do capital na agricultura nos Cerrados Norte mineiros

*Eles iriam em vão todos os dias,
Cavar e debruçar, pazada por pazada;
Onde as tochas enxameavam à noite,
Havia uma represa quando acordávamos
Sacrifícios humanos, sangravam,
Gritos de horror iriam fender a noite,
E onde chamas se estreitam na direção do mar
Um canal iria sonda a luz.
Fausto de Goethe.*

A inserção da agricultura mecanizada, as áreas de irrigação, os Projetos de Assentamentos dirigidos e o monocultivos de *eucalipto* são expressões de um mesmo movimento que são engendrados nos Cerrados a partir da segunda metade do século XX, a modernização da agricultura e a expansão do capital. O termo modernização da agricultura vem sendo utilizado para explicar um conjunto complexo de relações e formas de produção que foram estabelecidas a partir da modificação da base produtiva e organizacional da agricultura brasileira. Dentre as principais características está o melhoramento das condições técnicas de

produção, sobretudo, a partir do investimento de capital por meio de política pública de desenvolvimento científico e tecnológico para a agricultura.

Há alguns adjetivos que refletem diretamente o caráter da modernização da agricultura: “dolorosa” e “conservadora” (GRAZIANO DA SILVA, 1982) (GRAZIANO NETO, 1985). Foi conservadora porque não mudou de fato a organização e distribuição da terra, apenas investiu o latifúndio de capital, tecnologia e de inovações técnicas. Foi ainda dolorosa porque o seu resultado efetivou um intenso e perverso processo de desterritorialização. A modernização da agricultura tem como eixo principal a territorialização do capital.

Segundo José Graziano da Silva o termo modernização refere-se ao processo de transformação da base técnica de produção agropecuária, sobretudo, a partir da intensificação técnica e do uso de insumos. Neste caso, “o processo de modernização reflete-se na elevação do consumo intermediário na agricultura, que indica a crescente dependência da agricultura nas compras industriais para a produção de mercadorias” (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 21).

O que podemos notar é que a modernização da agricultura não é uma modernização endógena. Em outras palavras, não foi à necessidade do produtor rural, em última análise, que fez com que a modernização ocorresse, mas o interesse do capital urbano-industrial, que teve na atuação do Estado brasileiro o principal agente materializador de suas vontades. O processo de modernização foi imposto como a única via de superação das condições de atraso da produção. Neste aspecto, a agricultura como consumidora dos produtos industriais se integra e subordina-se ao capital.

De fato, o incremento técnico na produção agrícola, ou seja, a industrialização da agricultura acontece para afirmar a presença do modo de produção capitalista na agricultura. Conforme José Graziano da Silva “é com a industrialização da agricultura que as limitações impostas pela Natureza não se põem mais como barreiras à produção agropecuária”. Neste caso, o aparato técnico e os insumos permitiram que o “homem passasse a ‘fabricar’ as terras necessárias, através da utilização das técnicas que desenvolveu (irrigação, drenagem, máquinas, fertilizantes etc.)”. Com isso, os ciclos, a qualidade e a intensidade da produção são alterados para atender a demanda e as necessidades dos mercados consumidores (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 334).

De um lado, a modernização impunha novas condições de produção e, de outro, ela se estabelecia sobre o latifúndio com as mesmas características dos modelos de produção antecedentes. Em outras palavras, a modernização se dá sobre velhas estruturas, aliás, ela justifica o latifúndio e o caráter concentrador da terra. Conforme aponta Ronaldo Conde Aguiar:

A modernização é um processo e uma ideologia. Como processo, a modernização traduz a inserção da agricultura na economia mundial construída. Como, ideologia, a modernização reflete o conteúdo político das formas de intervenção estatal na agricultura (AGUIAR, 1986, p. 133).

O papel da agricultura é atender a demanda do capital, ou seja, se reproduzir em escalas compensatórias, todos os constrangimentos espaciais e sociais devem ser transpostos, nesse caso, o investimento em crédito e em tecnologia é o caminho tomado. O resultado é uma agricultura mecanizada que atua num duplo sentido: além, da produção e produtividade que são alcançados com investimentos maciços, o mercado de terras e a valorização fundiária atuam em segundo plano e como segunda característica do processo de capitalização. Isso fortalece os grandes latifundiários e expropria as populações camponesas do bem mais essencial de reprodução da vida, a terra de trabalho (OLIVEIRA, 1986).

Por isso, a modernização da agricultura é desterritorializante. Ela é fruto, sobretudo, do controle de um grupo específico, das condições de produção de capital, da técnica e da propriedade privada. Tudo financiado pelo Estado, o que favorece uma lógica de produção racional, cujo princípio é a produção e a produtividade. Neste caso, a agricultura é produtora e produzida por meio de inovações técnicas e perde o seu caráter essencial o de criação de vínculos territoriais.

Ao referir-se à ação do Estado no incentivo e na coordenação da modernização, Ronaldo Conde Aguiar afirma que:

O estado põe-se, de fato, na origem do impulso da modernização, através da seguinte tripé: sistema nacional de pesquisa agropecuária, sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural e sistema nacional de crédito rural. Esses três instrumentos orbitam em torno do ‘pacote tecnológico’(AGUIAR, 1986, p. 123).

O que o autor procura mostrar é a participação ativa do Estado, por meio de políticas públicas, em três frentes distintas. De um lado, o investimento em pesquisas para melhorar e adaptar culturas mais produtivas e rentáveis, de outro, em tecnologias e em orientação técnica, além da criação de programas de créditos para financiar o acesso à tecnologia e aos maquinários essenciais a produção em larga escala⁷². E, por último, na criação de programas especiais que conjugava as características precedentes e mais o acesso a terra⁷³. O intuito foi ampliar o setor agrícola, bem como, a eficiência produtiva e estimular o crescimento econômico. Novas

⁷² Para isso foi criado um ramo específico de instituições que tinham como objetivo a pesquisa de tecnologia e sementes melhoradas como é o caso da EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária. E para a assistência técnica a EMATER – Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural.

⁷³ Isso vai acontecer na modernização efetivada nos Cerrados como os programas especiais, sobretudo com o POLOCENTRO. Em no Norte de Minas com os projetos criados e financiados pela RURALMINS o PADS e “Jaíba” e pela CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, o “Projeto Pirapora”, o “Projeto Jequitai” entre outros.

ideologias sobre velhas bases, novos arranjos produtivos com o mesmo intento, o mercado externo. Muda-se o tempo, os espaços e o que se produz, mas não muda a lógica de expropriação forjada historicamente. Isto é a modernização, ou seja, é mais uma inovação *lato sensu* do que modernização *stricto sensu*.

O que podemos notar a respeito do processo de modernização da agricultura é que além de um processo econômico foi, essencialmente, um processo político. Esta afirmação tem como base os beneficiados com os créditos e incentivos técnicos, extremamente desiguais e concentrador. “As transformações da agropecuária se dão de forma seletiva, e atingem fortemente algumas áreas especializadas em determinadas culturas, corroborando o avanço do capitalismo” (ELIAS, 2006, p. 31). Neste caso, apenas os latifundiários angariaram os benefícios da “modernização”. E o que não mudou de fato a estrutura agrária, a pobreza rural, as condições de vida e o acesso a terra pelas populações camponesas.

Neste sentido, segundo Celso Amorim Salim todo este investimento do Estado foi “o principal motor do processo de transformação agrária e diferenciação da estrutura econômica”. Sobretudo, no que se refere ao uso e o manejo do solo tendo em vista que as políticas públicas atendiam todas as etapas da produção: infraestrutura, preparo, correção, adubação e a aquisição de bens complementares a produção (SALIM, 1986, p. 324). Nada do que se refere às condições sociais, culturais, econômicas e ambientais das populações que estavam à margem do processo de modernização foi levado em conta, ou seja, ao se modernizar além de aumentar as desigualdades sociais aumentam, em qualidade e quantidade, os processos de degradação da natureza e também as condições humanas destas populações.

Ao se considerar este processo e os seus efeitos podemos notar que as históricas desigualdades são acentuadas e novas contradições surgem. Além disso, a expansão e modernização da agricultura reorganizam o território e as formas de sua apropriação. “O homem mudou o tempo da natureza e fabricou seu próprio tempo e espaços artificiais” (DE PAULA, 2009, p. 127). Novos e antigos arranjos territoriais e produtivos se articulam, capitalista e produtor rural se personificam em um único homem (OLIVEIRA, 1996). Neste caso, a agricultura tem uma nova arquitetura, novas relações de trabalho e deixa de ser um prática necessária a manutenção da vida para se integrar a reprodução ampliada do capital.

Enquanto o Estado incentiva o latifúndio, a estrutura agrária mantém o caráter conservador. Os camponeses perdem o direito a terra de trabalho pelo avanço do capital. Nesse sentido, podemos apontar algumas características efetivas da modernização:

- Aumento da produtividade por meio da utilização de insumos e tecnologias para melhorar sementes e solos. Junto com esta expansão têm-se também as relações de trabalho tipicamente capitalista, o assalariado rural.

- O Estado é o principal financiador da modernização, de um lado, pretendia-se com a mecanização e capitalização liberar mão de obra, de outro, a modernização é uma necessidade da indústria nascente tanto como mercado consumidor como produtor de matérias primas.
- Esta expansão permite em curto prazo o acúmulo de excedente de capital, o que leva conseqüentemente, as relações capitalistas de produção para outras esferas da sociedade. E a efetivação da capitalização e industrialização da agricultura. “A chamada modernização da agricultura não é outra coisa, para ser mais correto, que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações Gerais da economia brasileira recente” (GRAZIANO NETO, 1985, p. 27).
- Realizada a primeira etapa deste investimento de capital há então a necessidade de expansão geográfica para novas áreas, sobretudo, os Cerrados. Os Cerrados entram no processo de modernização como força latente para a produção, com as terras “disponíveis”, investimento em tecnologia e, sobretudo, investimento em capital e em infraestrutura.

O que estes fatos nos revelam é a intenção de mudança no padrão produtivo, embora, para isso acontecer recorra às políticas de cunho autoritário e conservador. Não podemos focalizar o olhar apenas em um aspecto, todo este processo de modernização foi apenas umas das etapas de um capitalismo mundial. Um capitalismo que conquista o espaço, sem, contudo, resolver suas contradições. Conforme David Harvey isso se faz por meio da propriedade privada da terra, na sua compra e venda, ou seja, o espaço como mercadoria. “A conquista e o controle do espaço, por exemplo, requer antes de tudo conceber o espaço como coisa usável, maleável, portanto, capaz de ser dominado pela ação humana” (HARVEY, 1993, p. 231). Se isso não é um fato dado, cabe então criar estas condições.

O próprio espaço oferece estas características de dominação, ou seja, tem aspectos que tornam o avanço do capitalismo e da propriedade privada da terra mais sutil e eficaz. Os Cerrados, por exemplo, antes do investimento técnico pelo qual passa a agricultura brasileira na segunda metade do século XX, oferecia estrangulamentos específicos à expansão do capital. Isso se inverte completamente, sobretudo, com a construção de infraestruturas e com o intenso processo de urbanização. Estes elementos são essenciais na expansão do capital, sempre combinando diferentes formas de atuação, em outras palavras, como demonstra Milton Santos, as cidades é um centro irradiador do capital (SANTOS, 2003).

As condições físicas do solo e mesmo a intensidade das chuvas fez com que os Cerrados ficassem em segundo plano por muito tempo. E, como demonstramos no capítulo precedente, a criação de gado foi por um longo período a única atividade produtiva voltada para a exportação. Os sinônimos para os Cerrados que justificam esta ideia são muitos: terra pobre, inóspita e improdutiva. Isso está presente nas representações sociais, na política e na economia. Isso significa que as condições naturais criavam estrangulamentos à reprodução do capital. Ou pelos menos, tornava o processo mais oneroso e, por isso, sem a efetividade técnica foi necessário à criação de tecnologias adequadas para a produção. Tecnologia que, no entanto, não oferecia

condições para atender a demanda do capital. Modernizar foi, antes de qualquer coisa, romper com este modelo e importar outros⁷⁴.

Com o fechamento da fronteira agrícola do Centro-Sul coube então expandi-la para outras regiões. Neste caso, os Cerrados entram como espaço privilegiado. Mas, para isso, antes foi necessário um rico investimento em pesquisa para criar as condições de efetivação dos cultivos. Logo, o que era constrangimento tornou-se possibilidade.

As condições do relevo, terras planas, a própria forma de organização social, “os vazios demográficos” e o tipo de propriedades estabelecidas foi fato primordial.⁷⁵ Com isso, tem-se a expansão da agricultura modernizada nos Cerrados⁷⁶. O que houve de fato foi um processo de investimento de capital em certos pontos estratégicos para integrar a produção e os centros consumidores.

Celso Amorim Salim destaca que a preocupação com a ocupação das áreas de cerrado surgiu com os governos militares a partir da década de 1970. O intuito é integrar, progressivamente, a região à economia nacional. Para isso, segundo o autor “o caminho indicado é o aumento da produção e da produtividade existente e da incorporação progressiva de novas terras ao sistema produtivo nacional”. Na verdade, é apenas mais uma etapa do fortalecimento do setor urbano industrial, sobretudo, porque segundo Salim ao citar José Graziano da Silva “a incorporação produtiva de suas terras pobres e planas pode significar a redenção para as indústrias de calcário, fertilizantes e máquinas agrícolas sempre em sérias dificuldades devido a grande capacidade ociosa com que operam” (SALIM, 1986, p. 306).

Para isso, o crédito rural é:

O principal elemento de atração dos investidores para regiões de cerrado, mormente aqueles investidores oriundos de outros ramos. As condições e os juros de crédito rural, nesses casos, são ainda mais favoráveis se comparadas àqueles estabelecidas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, o que explica a grande atração de capitais para as áreas atingidas pelos programas especiais. Acrescentam-se ainda que o fato de que estes programas apresentavam linhas preferenciais de crédito para a realização de investimentos em capital fixo e semi-fixo também em condições muito favoráveis (SALIM, 1986, p. 306).

Como demonstra o autor, o principal meio de territorialização do capital nos cerrados foram os programas especiais. Cada programa tinha objetivos, áreas de atuação e características específicas.

⁷⁴ Esta importação de tecnologia e sua inserção sem uma análise das condições ambientais têm provocado intensos processos de degradação ambiental.

⁷⁵ A ideia de vazio demográfico é apenas um mito justificador para a expansão do capital. Na verdade, como demonstramos no capítulo II, para o caso dos Gerais todas as áreas eram ocupadas, seja por pequenas propriedades e/ou seja pelo uso comum. O que de fato existe é um uso extensivo de tais terras e não uma falta de uso.

⁷⁶ Quando usamos Cerrados no plural não estamos dizendo que tal modernização foi diferente das ocorridas em outras áreas.

- PCI – Programas de Crédito Integrado criado em 1972 pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Tinha como objetivo desenvolver a agricultura voltada para o mercado externo, fundamentada na lógica empresarial e na racionalidade técnica. Sua atuação focou inicialmente no Triângulo Mineiro e se estendeu posteriormente para o Alto Paranaíba, Paracatu e Alto São Francisco (SALIM, 1986, p. 309-310).
- POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados. Tinha como objetivo a “ocupação racional e ordenada dos Cerrados”. Além do investimento em infraestrutura incentivou alguns produtos agrícolas em alguns pontos específicos do Triângulo Mineiro e Alto Médio São Francisco.
- PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados. Resultado de um acordo bilateral entre o Brasil e o Japão. O que diferencia este programa dos demais é que dentro de suas linhas de atuação estavam os assentamentos dirigidos, sobretudo, na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. “A estratégia proposta era a criação de grandes unidades agrícolas, com sólido suporte empresarial, ao lado de fazendas de pequeno e médio porte, fundamentados no sistema cooperativista”. Atuando ainda em investimentos técnicos e infraestruturais (SALIM, 1986, p. 327).

O apontamento desses programas tem como objetivo demonstrar a ocupação capitalista dos Cerrados. No que se refere à região Norte Mineira somente o POLOCENTRO teve atuação direta, sobretudo, nos municípios de Pirapora e Buritizeiro. No mais, a SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste foi o agente que desenvolveu políticas de créditos para o Norte de Minas, além da RURALMINAS e a CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

Não obstante, os planos de modernização iniciados na segunda metade do século XX, influenciam e cadênciam movimentos e feições geoespaciais. A tessitura do espaço, os lugares de vida no campo e na cidade, ganham novas dinâmicas, sobretudo de cunho produtivo por meio da SUDENE. Isso devido aos intuitos de “modernização” do espaço regional, como incentivos fiscais e financeiros, (RODRIGUES, 2000).

A atuação do Estado por meio da SUDENE na região Norte de Minas aconteceu tendo como base a ordem inversa das coisas, “onde, conseqüentemente, o efeito é considerado causa, onde o fim se torna meio e o meio o fim” (LEFEBVRE, 1999, p.97). O relativo “atraso” econômico, pautado nos discursos desenvolvimentistas era a causa dos problemas sociais dessa região e não o efeito de uma sociedade baseada na “opressão” econômica e social. Este efeito inverso pode ser compreendido em princípio, pelos intuitos que os projetos de inserção socioeconômica tinham para a região. As políticas públicas estavam voltadas para “modernização” das estruturas sociais e econômicas pautadas na capitalização do território. Entretanto o que deveria ser um elemento de integração e coesão espacial gerou novos conflitos e, sobretudo no que se refere à questão do uso dos recursos naturais e das populações camponesas.

A modernização, como mudança política e econômica, tem sido o principal assunto de viajantes e cientistas ao longo dos séculos ao se referir ao Norte de Minas. Dos primeiros

viajantes até os pensadores situados na segunda metade do século XX apontavam para isso. Havia a necessidade de romper com o isolamento, tornar a agricultura e a pecuária mais rentável e produtiva. Os recursos para isso estavam dispostos na natureza, o que deveria ser feito era encontrar um meio para isso. Cobia, portanto, ao Estado criar uma série de políticas que visassem o desenvolvimento. O que estes autores parecem não ter pensado, é como isso ia acontecer e os efeitos sobre as populações locais⁷⁷.

Talvez, João Guimarães Rosa tenha sido naquele tempo, (1950), o primeiro a notar os problemas decorrentes da modernização, sobretudo, porque isso ia ser feito por pessoas que não conhecia o sertão⁷⁸. Gente que só via naquele lugar o palco de seu enriquecimento. Aquele sertão dos Gerais onde viviam Riobaldo e Diadorim, personagens do seu romance, é onde as primeiras nuances da modernização latifundiária instalariam suas raízes. A lógica da fazenda aos poucos sofria rupturas, o latifundiário foi sendo substituído pelo empresário da agricultura. As cidades, todas elas, de beira-rio e sertão adentro - como Pirapora, Montes Claros e Bocaiúva - cresciam. Isso que dizer que o Estado se territorializava como suas redes políticas no Norte de Minas. É preciso dizer, que o Estado sempre esteve territorializado, o que acontece, porém, é que ele não tinha uma efetiva territorialidade nestes lugares do sertão. O Estado era quase sempre mediado pelo fazendeiro que o representava e o defendia nestas paragens.

O processo de modernização que se engendrava no campo e na cidade vem de encontro com esta construção de uma territorialidade do Estado e a substituição ao poder dos fazendeiros. Entra o poder dominante do Estado e “sai”, pelo menos em termos políticos, o poder do fazendeiro. São lógicas outras que estão sendo elaboradas. Um Norte de Minas, um Gerais, como na obra de João Guimarães Rosa, não é mais possível porque não atende as demandas do capital que se quer moderno. Com isso, rompe-se com as tramas do tempo e abriam-se as “Veredas” para o capitalismo que se dissimula de diversas maneiras: migrantes sulistas, reflorestadoras e depois ambientalistas.

Por último, cabe uma reflexão de Marshall Berman no fechamento de seu livro “tudo que sólido se desmancha no ar”. “O processo de modernização, ao mesmo tempo que nos explora e nos atormenta, nos impele a apreender a enfrentar o mundo que a modernização constrói e a lutar por torná-lo o nosso mundo” (BERMAN, 2007, p. 410). Berman não usa o termo desterritorialização, mas está implícito. A desterritorialização tem este efeito, o de fazer com que o mundo mais próximo e cotidiano se torne um estranho a nós. Ela rompe como os símbolos e significados que são forjados historicamente, a modernização também faz isso. O que

⁷⁷ Dentre os autores que pregavam a modernização da região estão os viajantes do século XIX e também autores da segunda metade do século XX como Yves Gervaise e Donald Pierson.

⁷⁸ Neste caso específico estamos nos referindo à obra Grande Sertão: Veredas.

estamos dizendo é que os processos de modernização, sobretudo, quando pensados em termos puramente econômicos tem efeitos desterritorializante.

As políticas que ensejam sobre o Norte de Minas, mais especificamente, a região do PADSA e PARNA Grande Sertão Veredas, que tem o discurso baseado no atraso econômico e nos vazios demográficos integrando um plano superior de políticas públicas. Tais políticas pretendem ser e fazer uma nova ocupação do território. Com isso, deram “sustentação a um capitalismo autoritário que incorpora fontes anteriores de desigualdades sociais, atualizando, no lugar de transformar, relações estruturais de poder” (NOGUEIRA, 2009, p. 64). Este processo remete a uma disputa por territórios onde a população camponesa veredeira foi vulnerabilizada.

Modernizar a economia tendo como base o avanço da agricultura capitalizada e voltada para a exportação foi à estratégia do Estado a partir da segunda metade do século XX, atendendo os anseios de uma elite política e intelectual. Vejamos bem, a aposta no modelo de crescimento econômico, cuja base é o latifúndio em uma região que, conforme Mônica Celeida Rabelo Nogueira, “grande parte da população rural nessas paragens constituía-se de posseiros, sitiantes e agregados das fazendas remanescentes, num sistema autárquico de produção” (NOGUEIRA, 2009, p. 60) é o primeiro contrassenso deste processo de modernização. No item seguinte explicaremos as bases pelas quais o PADSA foi implantado.

3.3 Tempos de encontro e desencontros: veredeiros e migrantes sulistas⁷⁹

Quero os todos pastos demarcados... Como é que posso com este mundo? A vida é ingrata no macio de si; mas transtraz a esperança mesmo do meio do fel do desespero. Ao que, este mundo é muito misturado...

João Guimarães Rosa⁸⁰

No item precedente enfatizamos que estes processos de modernização pelo qual a agricultura é inserida no modo de produção capitalista não são endógenos. Podemos isso afirmar, sobretudo, a partir de um olhar mais aproximado do PADSA. No ano de 1966 foi criada a RURALMINAS. A fundação estava encarregada de organizar e legitimar a propriedade privada da terra no Estado de Minas Gerais⁸¹. Além disso, estavam sobre a sua jurisdição os Projetos de Assentamentos. Os novos a serem desenvolvidos e para os já implantados oferecer a

⁷⁹ Devido à falta de documentos a respeito do PADSA este item foi escrito, sobretudo, tendo como base os depoimentos dos primeiros migrantes sulistas que vieram para a região. Tomo estes depoimentos como ponto de partida, tendo em vista, que a migração gaúcha não é o foco deste trabalho.

⁸⁰ Passagem do romance de João Guimarães Rosa, “Grande Sertão: Veredas” (ROSA, 1994, p. 306).

⁸¹ A RURALMINAS foi criada pela a Lei n.4.278, do Estado de Minas Gerais. No seu artigo 7 estabelece que “Fica a Fundação RURALMINAS investida do poder de representação do Estado na legitimação da propriedade e na discriminação de terras públicas dominiais e devolutas”. Os recursos gastos para isso entre os anos de 1970 e 1978 ficaram em torno de 9 milhões de dólares.

assistência técnica e financeira. Como era a responsável pela organização fundiária, as terras devolutas passaram a pertencer a Fundação, cabendo a ela legitimar a posse.

A ação da RURALMINAS teve como princípio a legitimação da propriedade privada da terra. Para isso, as terras comuns, os Gerais, começaram a ser privatizadas e entregues a grupos para exploração de atividades específicas. Tal empresa estatal também atuava no fornecimento de infraestrutura e financiamentos. A este respeito Yves Gervaise tem uma contribuição importante em relação à atuação da RURALMINAS no Norte de Minas.

Essa fundação criada em 1966, **beneficia-se de um patrimônio importante, constituído por todas as terras devolutas** dos 26 municípios ela dispõe de recursos financeiros de origem variada: dotações orçamentárias; **produto de venda ou arrendamento do patrimônio; produto da taxa de ocupação das terras não apropriadas**; porções da venda dos produtos agrícolas que ela controla; subvenções; ela obteve um empréstimo do BID \$ 24.000.000 em condições interessantes (GERVAISE, 1975, p. 155. Grifos nossos).

O que podemos analisar da citação anterior é que a RURALMINAS vendeu o patrimônio público, as terras que eram historicamente ocupadas por camponeses como os veredeiros, para formar o seu patrimônio. O que é mais questionável é que este patrimônio volta novamente para os capitalistas compradores e/ou arrendadores de tais terras em forma de crédito, assistência técnica e infraestrutura, sobretudo, na abertura de estradas e fornecimento de água.

E, como estamos percebendo “a RURALMINAS, representando os interesses das elites locais privilegiou grupos econômicos externos a região e adotou a prática de exclusão da população subalterna, despojando-os de seus lares”. Tornando o que era comum em privado, os Gerais em monoculturas de *eucaliptos* e soja, “a empresa fundiária agiu de modo autoritário, coagindo famílias (...) verbalmente e com violência na expulsão das terras ocupadas” (ARAÚJO, 2009, p. 148). Nesse sentido, como destaca a autora, o tempo de atuação desta empresa tem uma demarcação precisa na memória social, o tempo do agrimensor e da titulação de posses.

É por esse tipo de atuação que o cercamento do agronegócio surge e também os Projetos de Assentamento. Carlos Walter Porto-Gonçalves lembra-nos que este processo tem uma origem histórica. Na modernização da Inglaterra, as terras camponesas também foram cercadas e entregues aos capitalistas da agricultura. No caso do Norte de Minas Gerais o autor demonstra que “a apropriação e a separação das chapadas foram, em grande parte, facilitadas pela ausência, até mesmo, das casas dos camponeses, que geralmente estão localizadas no fundo dos vales ou nas encostas, onde ficam as nascentes Gerais” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 222). Isso - como demonstramos no capítulo anterior - não significa que não havia apropriação. O que havia era forma singular de uso dos recursos. E por isso:

O cercamento dos campos, [os Gerais] (...), não tardou a se fazer contando, inclusive, como o apoio formal do Estado, privatizando grande parte das terras devolutas, com contratos de concessão por vinte anos para empresas de plantação de eucalipto, como os efetuados pela RURALMINAS (...) em Minas Gerais (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 222)⁸².

Na verdade, “cabe à desterritorialização do Estado moderar a desterritorialização superior do capital e fornecer a este reterritorializações compensatórias” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 153). Em outras, palavras cabe ao Estado criar mecanismos para a desterritorialização seda, e para que o capital ganhe espaço para a reprodução, ou seja, se reterritorialize. A questão principal que devemos pensar é se o capital tem uma territorialidade, ou como sugere Ariovaldo Umbelino de Oliveira, se há a territorialização, como a conquista do território funcionalmente, sem a efetiva territorialidade no sentido de identificação e significação das tramas tempo-espacial (OLIVEIRA, 1989).

Isso é evidente no caso do PADSA, a reterritorialização que acontece é a dos migrantes gaúchos que estão, mais ou menos, envolvidos na reprodução do capital. Com isso, o Estado deve criar condições para que os migrantes conquiste o território, este é o papel da RURALMINAS. Mas, ao criar estas condições para a reterritorialização dos migrantes gaúchos, criam também os meios pelos quais o capital se processa. Isso ocorreu a partir da legitimação da propriedade, “propriedade é, precisamente, a relação desterritorializada do homem com a terra: seja porque a propriedade constitui-se o bem do Estado (...) seja porque ela própria se torna o bem de homens privados, que constituem a nova comunidade” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 65).

A propriedade que territorializa os capitalistas da agricultura e desterritorializa o camponês veredeiro se estabelece porque as terras não tem a documentação formal, por isso, pela legislação pertencem ao Estado. Terras devolutas como esclarece documentos da RURALMINAS são as que:

- a) não se acharem sob o domínio particular por qualquer título legítimo, (...) não tiverem sido adquiridas por título de sesmaria ou outras concessões do governo (...).
- c) **estiverem ocupadas por posseiros ou concessionários incursos em comisso por não as terem legitimado ou revalidado ou pago o preço e mais despesas da concessão, dentro dos prazos e na forma estabelecida pela legislação anterior.**
- d) não se acharem aplicadas a algum uso público federal, estadual ou municipal. (RURALMINAS, 1980, p. 9. Grifos nossos).

Este tipo de atuação da RURALMINAS se deve a dois motivos. Primeiro, porque o uso de terras públicas não desenvolve o direito de usucapião. Com isso, é necessária a legitimação,

⁸² Segundo o autor, neste processo, mais de 70 % das chapadas foram apropriadas pelos cultivos de soja e por monoculturas de madeira, *pinnus e eucalipto*.

ou seja, vender tais terras a grupos e indivíduos que ocupem efetivamente. Sobre as terras devolutas, os documentos da própria empresa estatal esclarecem.

Uma enorme tarefa já que as terras devolutas compreendem grandes extensões do território mineiro. Sua ocupação pelos particulares se processa ao longo do tempo, espontaneamente. Em muitos casos, a posse se estende por grandes espaços de tempo transferindo-se de pai para filho, sem que resulte em direito de propriedade. (RURALMINAS, s/d, p.2).

E como se daria o processo de legitimação de tais terras aos novos proprietários? Os documentos afirmam que:

Art. 1º: Fica a RURALMINAS autorizada a providenciar a legitimação de terras devolutas, havidas de boa-fé, a qualquer título, há mais de 5 anos, quando requerida pelos interessados.

Art. 2º: O pedido de legitimação de que trata esta lei far-se-á mediante requerimento instruído com documentação, referente à ocupação da terra. Parágrafo único - A apresentação do requerimento (...) somente poderá ser feita dentro do prazo de um ano a partir da vigência desta lei.

Art. 3º: O requerente pagará o preço da legitimação das terras, por hectare (...) correndo, ainda, às suas expensas, as despesas de medição, planta memorial e a taxa de expedição do título definitivo rural (RURALMINAS, 1980, p. 11-12).

Com relação aos antigos proprietários:

Aquelas terras cujo ocupante ignora o vício que lhe impedia a apreensão da terra pública ou a aquisição do direito. A prova da ocupação por mais de 5 anos pode ser feita por vários meios e, para completar aquele prazo, o requerente poderá somar ao seu tempo o de seus antecessores, exigindo-se sempre a boa-fé (...). **O preço é simbólico** (já que) o propósito do Estado é promover o ingresso do posseiro no processo de desenvolvimento rural (RURALMINAS, 1980, p. 3).

É deste modo que os Gerais deixam de ser terras de “soltas” para se tornar propriedade privada. Não podemos generalizar, ao lado dos empresários que vieram apenas para angariar terras e recursos financeiros, também vieram outros, raros, porém, que queriam morar no sertão, fazer dele sua casa e morada. Estes são beneficiários pelos Programas de Assentamento dirigido, como o projeto Jaíba e o PADSA⁸³. O que diferencia o PADSA dos demais são dois pontos: a) primeiro, é a opção por migrantes gaúchos e a modalidade de cultivos, a soja; b) segundo, o tamanho das propriedades, no início da colonização gaúcha, de 200 a 700 ha.

De início, devemos esclarecer, não tomamos os migrantes “gaúchos” como personificação do capitalismo. Ao contrário disso, o que fica claro quando observamos as suas histórias de vida

⁸³ O Projeto Jaíba foi criado pela RURALMINAS, na região Norte de Minas Gerais, entre as décadas de 1970 e 1980 com a previsão de atingir 100.000 hectares, as margens direita do Rio São Francisco e esquerda do rio Verde Grande, em terras situadas nos atuais municípios de Jaíba e Matias Cardoso.

é a precariedade com a qual viveram e conviveram nestes sertões dos Gerais⁸⁴. O que os diferenciou, e Haesbaert notou isso em sua pesquisa com outro grupo social no sul da Bahia, é que eles já estavam integrados com o capitalismo nas suas terras de origem. Na verdade, eles são frutos da desterritorialização capitalista no Rio Grande do Sul, que os expulsaram de suas propriedades, ou melhor, das colônias. O que eles fazem no Norte de Minas e outros lugares para o quais partiram é tão somente a reprodução de modo de vida, cuja produção e produtividade é a base, ou seja, assentado no modo de produção capitalista.

O PADSA surgiu a partir do contrato firmado entre a RURALMINAS com o RIOTERCO - Comercial Rio Grandense de Terras e Colonização. A RIOTERCO, empresa com sede no município de Carazinho/RS, coube selecionar os colonos que seriam beneficiados pelo programa. Além disso, deveria oferecer os meios necessários para que pudessem fazer a viagem do Rio Grande do Sul a Minas Gerais. Como demonstra os documentos originais do projeto, o contrato visava criar um Projeto de Assentamento para implantar em terras devolutas e improdutivas um centro de produção agropecuária⁸⁵.

Nesse sentido, o “Relatório de Situação” elaborado pela RURALMINAS deixa claro porque o projeto se efetivou.

Pelas suas dimensões, tanto relativas ao perímetro total, quanto as relativas às parcelas individuais, pelo modesto preço da terra e por uma série de outras razões, o programa tornou-se extremamente atraente, fazendo com que pequenos agricultores gaúchos (público alvo do projeto) deixassem ou vendessem os seus minifúndios, em troca de terras maiores onde pudessem expandir suas condições (RURALMINAS, 1988, p. 1).

Os demais motivos pelo qual o documento se refere é que além de acesso à terra, “a preço modesto”, no contrato firmado a RIOTERCO deveria prestar aos colonos orientação e assistência técnica, além de facilitar o acesso a programas de créditos, assistência jurídica, médica, educacional, comercialização e armazenamento dos produtos agrícolas. O requisito básico para este auxílio é que 20% das terras adquiridas deviam estar desmatadas.

Na passagem a seguir, em depoimento ao Senado Federal, o senador Pedro Simon, fazendo referência à migração gaúcha, destaca o Norte de Minas.

Vou começar por um fato curioso. Existe nas Minas Gerais uma cidade chamada “Chapada Gaúcha”. Isso mesmo: “Chapada Gaúcha”. Nela fica a entrada para o Parque Grande Sertão: Veredas, que tem como objetivo

⁸⁴ Isto está relatado num levantamento que a Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha elaborou com os pioneiros da migração. É preciso observar que os primeiros migrantes chegaram para a região Norte Mineira em 1976 (CHAPADA GAÚCHA, 2007, s/p).

⁸⁵ Devido ao fato da RIOTERCO não cumprir o contrato, a partir de 1979 a RURALMINAS deixa de ser apenas a agência fomentadora do projeto e passa a controlá-lo.

preservar aquelas terras e rios que serviram de cenário para o formidável romance de João Guimarães Rosa.

Hoje com dez mil habitantes, Chapada Gaúcha teve origem num Programa de Assentamento criado em 1976 pela Fundação Rural Mineira (RURALMINAS), que cuidava de colonização e titulação de terras. A escolha dos agricultores sulistas para ocupar vastas extensões de terras devolutas no Norte de Minas deu-se por intermediação de um cidadão gaúcho que trabalhava no INCRA. Foi ele quem sugeriu à empresa Mineira que recorresse a agricultores pobres do Rio Grande do Sul.

Foi assim que, pelo Programa de Assentamento Dirigido da Serra das Araras (PADSA), foram instaladas no local, inicialmente cerca de dez famílias. Ao final do programa, já havia 60 famílias originárias principalmente das cidades de Espumoso, Ibirubá, Não-me-Toque e Passo Fundo⁸⁶.

O documento histórico elaborado pela prefeitura de Chapada Gaúcha, a partir das memórias dos migrantes gaúchos para terras Norte Mineiras demonstra como de fato aconteceu o processo de articulação e implantação do PADSA.

As terras de Minas eu descobri através de um amigo chamado Roque, que pegou as terras do Estado para vender, me ofereceu, e fizemos o negócio, eu vim olhar as terras no mês de Janeiro de 1976. Voltei para o Rio Grande do Sul e fechei o negócio, e no dia 24 de junho descarreguei a mudança.

(...)

No ano de 1976, meu marido Leonardo ficou sabendo de uma firma de Carazinho que tinha terras em Minas Gerais, veio com algumas pessoas lá do Rio Grande do Sul, olharam, gostaram e mudamos para Minas.

(...)

Ficamos sabendo através de uma rádio de Ibirubá/RS que havia terras a venda em Minas Gerais através da empresa RIOTERCO. A propaganda informava que havia terras boas para cultivo de soja, terras planas e chovia bem. Era em Projeto de Assentamento Dirigido da Serra das Araras (PADSA).

Essa imobiliária tinha sede na cidade de Carazinho/RS. E colocou o anúncio na rádio em 1977, vieram olhar as terras, de corcel, o grupo composto por quatro (04) pessoas; (...). As terras no Sul eram caras e buscavam mais espaço.

(...)

Sr. Moacir Cândido, um coronel reformado representante da RURALMINAS, organizava os lotes e mostrava as terras. Após a primeira visita encaminharam a documentação, e disseram que as terras seriam sorteadas, mas depois não houve sorteio e assim iam escolhendo os lotes conforme chegavam.

(...)

Nessa época a RURALMINAS dizia que só liberavam a escritura se fosse desmatado 20% da área, caso contrário não conseguiriam a escritura. O pagamento das terras foi parcelado. Os primeiros empréstimos foram realizados em São Francisco.

(...)

As primeiras lavouras eram comercializadas em Uberlândia/MG. Eram produtores independentes. Produziam arroz, milho e soja. Depois que cultivavam arroz, é que plantavam a soja. Depois foi criada uma sociedade civil (Associação) para comprar insumos, vender e favorecer os produtores. Bastante tempo depois que foi criada a cooperativa (CHAPADA GAÚCHA, 2002, p. 2-6).

⁸⁶ Parte do Discurso do Senador do Rio Grande do Sul Pedro Simon sobre a diáspora gaúcha no interior do Brasil.

O projeto inicial com uma área total de 31.428 hectares abrangiam quatro municípios, concentrando-se, sobretudo, em Januária e Arinos com 58,28% e 27,17% das terras, respectivamente, seguido do município de São Francisco e Formoso, com 9,92 % e 4,62 % da área total respectivamente. Além destas terras que foram divididas em lotes de acordo com a chegada do colono, a RURALMINAS reservou 218 hectares para a implantação da “Vila dos Gaúchos” sede do assentamento.

Em sua essência, não havia nenhuma contradição no PADSA, mas na prática isso se revelou de todas as formas. É claro que aqui estamos fazendo uma leitura a partir da perspectiva veredeira, o que de certo modo não abrange a leitura dos beneficiados pelo Programa de Assentamento, os gaúchos. Num primeiro olhar, são poucas as diferenças, sobretudo, porque tanto os migrantes como os veredeiros que habitavam aqueles territórios eram camponeses. Uns e outros se dedicam a agricultura, tendo como variável importante à matéria prima cultural.

O que de fato diferencia estes grupos e engendra conflitos por territórios são os agenciamentos e subjetivações que cada um produz. As subjetivações referem-se às relações que são estabelecidas entre o grupo e o território. De um lado, é preciso considerar que o assentamento foi implantado nas terras comuns. Isso quer dizer, que de uma forma ou de outra, estes migrantes são vistos como apropriadores privados do bem comum. De outro, os migrantes gaúchos apropriaram destas terras e fizeram delas o “mito da fundação” de uma comunidade política, social, cultural e econômica.

Como argumenta Hiernaux Nicolas, “apropriar-se de um espaço é reconstruir sua lógica temporal, é reativar um mecanismo de articulação entre tempo e espaço, diferente do anterior” (NICOLAS, 1994, p. 86). Sob um argumento mais amplo, o que de fato ocorre com a efetivação do PADSA são dois processos antagônicos: 1) os migrantes sulistas que reconstróem seus territórios por meio de formas peculiares de representar, apropriar e usar o território; 2), mas ao/e para fazer isso rompeu-se com as dinâmicas espaço-temporais precedentes. Isso se revela no próprio discurso, “*foi à gente que trouxe o desenvolvimento para estas terras*”, “*isto aqui era o fim de mundo*” “*nos construímos tudo isso*”.⁸⁷

Na verdade, o que de fato ocorre com estes migrantes gaúchos no Norte mineiro é a recriação da “virgindade” da terra, como que se antes deles não houvesse nenhuma forma de apropriação e, por isso, eles são os reesponsáveis pela modernização e pela implantação criação de um “território” gaúcho nestas cercanias. Isso se revela, principalmente, no próprio nome do

⁸⁷ Durante a nossa pesquisa na cidade de Chapada Gaúcha, em conversas com os moradores gaúchos, estas e outras foram usadas para se referir ao desenvolvimento que os gaúchos trouxeram para o sertão mineiro.

assentamento “Vila dos Gaúchos”, e mais tarde, em 1994, (foto 10) quando o assentamento se emancipa tornando-se o município de “Chapada Gaúcha”. Com isso, de uma forma ou de outra, estavam suprimindo a identidade toponímica: o território deixou de ser “Gerais” para tornar-se “vila” e depois “cidade” dos gaúchos. Com esta supressão histórica há as primeiras nuances da desterritorialização.



Foto 8: Vista área da antiga Vila dos Gaúchos, atualmente sede do município de Chapada Gaúcha.

Fonte: Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha, 2007.

Ao refletir sobre a migração gaúcha para sul da Bahia, Haesbaert argumenta que as mudanças físicas, a curto e médio prazo, não eram muitas significativas, o que muda de fato é o caráter simbólico dos espaços, os gaúchos ao apropriar destes novos territórios submetia-os a uma nova gramática cultural que os tornava territorialmente identificados. A mudança de nomes, o primeiro ato, é “dessacralizante, que ignora antigas ‘camadas’ espaço-temporais’. Esse ‘mito da fundação’ foi de certo modo o que os sulistas difundiram” (...) para as novas terras ocupadas (HAESBAERT, 1997, p. 125).

É preciso considerar que no próprio Plano de Assentamento já tinha isso implícito. Transformar as terras devolutas em polo de ocupação e desenvolvimento. Quer dizer, desconsiderou-se toda uma história que havia sido estabelecida pelos veredeiros. E, para que isso ocorresse, a RURALMINAS ofereceu as condições necessárias. No caso, isso não é apenas uma apropriação de terras, mas a metamorfose dos Gerais em cultivos de soja. E, sobretudo, a transformação da relação entre homem e natureza, homem e territórios.

É importante ressaltar que este programa em sua fase de implantação estava centrado em cultivos que não estavam ligados diretamente ao circuito agroexportador, como por

exemplo, o arroz. Com a criação da COOPI - Cooperativa Pioneira, em 1982, esta situação modificou-se. O arroz foi substituído gradativamente pelos cultivos de soja e, mais recentemente, para o cultivo de capim para processadoras de sementes.

A partir do momento que se cria uma rede que interliga a produção gaúcha aos mercados internacionais o “território gaúcho” se expande por meio da aquisição de novas terras. O Projeto de Assentamento torna-se, portanto, uma ilha do agronegócio, cuja fronteira das lavouras é produtora de si. A COOPI foi muito importante neste processo porque ela retira do Estado o papel principal de financiar a produção e intermedia o contrato com empresas multinacionais, como é o caso da Bunge. Com isso, não somente o acesso ao crédito se expande, mas também, os maquinários, as sementes e o mercado para os produtos. Isso muda o caráter da produção e dos produtores.

Retomando o processo de territorialização, ou no caso dos migrantes gaúchos, o processo de reterritorialização, como uma ampla rede de apropriação simbólica e funcional do espaço geográfico, observamos que há lógicas sociais diferentes. Lógicas que são contrastivas no que se referem às identidades, representações e relações de poder. Na verdade, os gaúchos impõem uma nova organização espacial aos Gerais em função do modelo econômico. O agronegócio é a principal expressão na organização social. A vila e a cidade dos gaúchos representa isso. As fotos 9, 10, 11 têm como intuito de representação deste processo.



Foto 9: Abertura das primeiras fazendas do PADSA em 1979.
Fonte: Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha, 2007.

Na foto 9, está expresso as primeiras manifestações da apropriação privada dos Gerais. Na clareira aberto em solo de Vereda demonstra os indícios de uma apropriação mais sistematizada. Embora, diferentes em representações territoriais, neste primeiro momento,

veredeiros e gaúchos tem um ponto em comum, a necessidade da Vereda. Como nos gerais, há a constante escassez de águas, as Veredas foram por muito tempo à única fonte possível. O que não impediu que, a maioria, delas fosse assoreada e se transformassem em mais uma área do cultivo de soja.



Foto 10: Máquinas. Roupas. O homem. A mulher. As crianças. A expressão do migrantes gaúchos no meio do sertão Norte Mineiro.
Fonte: Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha, 2007.

Na foto 10 podemos notar a tentativa da transposição identitária. Ao lado das máquinas utilizadas na produção, homens, mulheres e crianças usam roupas típicas dos pampas Gaúchos em pleno sertão Norte Mineiro. O contraste é evidente, as identidades não estão conjugadas a um território de representação. Isso porque a ação da memória refere-se a tempo-espço que só existe como invenção. Não é possível reconstruir “o Rio Grande”, a não ser por meio de simulacros. O que observamos é tentativa de volta a um passado “glorioso”, por meio de festas e/ou roupas típica que serve para reafirmar o que se quer, mas não o que faz de fato.



Foto 11: Exposição de maquinário agrícola nas ruas da cidade de Chapada Gaúcha.
Fonte: Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha, 2007.

Na foto 11, vemos o cotidiano nascido por meio de uma prática produtiva, a agricultura, e a representação dos elementos que dão sustentação, os maquinários. As máquinas assumem um papel relevante no poder social e simbólico e também na capacidade de apropriação dos recursos naturais. Máquina é sinônimo de poder. Quanto mais tecnificado, mais produtivo se torna o território do ponto de vista funcional e mecanicista. Elas servem para tornar os Gerais, um território desnudado de si mesmo.

Outro fator que antagoniza os veredeiros em relação aos gaúchos são as lógicas ambientais. A primeira questão a ser pontuada refere-se à própria nomenclatura dos ambientes, para os veredeiros, os Gerais, para os gaúchos, os Cerrados. Estes nomes não apenas designam feições geológicas, mas tipos de relações sociais. Os Cerrados são o palco da propriedade privada, imposta pelo cercamento das terras comuns pela RURALMINAS. Os Gerais representam o bem comum construídos no tempo-espaço por meio das reciprocidades camponesas. Ambos representam tempos, apropriações e lógicas distintas no tempo-espaço em função da representatividade de cada grupo social.

Com isso, muda também as relações de significação. Para os migrantes territorializados a utilização do ambiente se faz de outra forma, tendo em vista as próprias relações de produção. Assim, se estabelece com a natureza uma relação nunca inteiramente igual, sobretudo, porque é uma relação mercantilizada e planejada oficialmente em nome do “progresso” e do “uso racional”. É o que os migrantes sulistas impõem tendo como base a derrubada da vegetação e a inserção dos cultivos de soja.

O “progresso” se faz a custos altos, sobretudo, para as populações veredeiras que dependiam de tais recursos para sua sobrevivência. No lugar da terra de soltar o gado, têm-se

grandes áreas de cultivo, cultivo que por si só já é desterritorializante, pois, não permite outra forma de apropriação. Os Gerais da colheita de frutos sucumbe, surgem no seu lugar, os campos da soja, a fronteira econômica. O território veredeiro, ou melhor, o complexo veredeiro, é limitado e centra-se somente nas terras das Veredas e nas encostas.

As cercanias extensas, sem fechos, de onde saíram os principais personagens e histórias das obras de João Guimarães Rosa são, depois da efetivação do PADSA, territórios revertidos em “desertos verdes”. Os veredeiros são “encurralados” nos entremeios da homogeneidade imposta pelas regras de produção soji-“cultura”. O artigo de Sérgio Abranches, “a Chapada da Soja”, em viagem a região reflete isso.

Não foi surpresa para mim, encontrar na parede do pequeno hall de entrada da Pousada Veredas, em Chapada Gaúcha, Minas Gerais, um pôster do Jornal da Soja, com a chamada “Rumo a uma safra recorde”. Era propaganda de uma marca de tratores e colheitadeiras.

Fui a Chapada Gaúcha para conhecer o parque Grande Sertão: Veredas.

(...)

No trajeto, medi uma plantação de soja com 15 quilômetros de frente. Não dava para ver o fundo. Os retões de 5 quilômetros ou mais são comuns. Tudo plano, tudo grande e tudo coberto de soja. Tratores e colheitadeiras novinhos alinhavam-se esperando a hora da colheita. São campos irrigados, onde antes era cerrado. Reserva legal de 20%? Nem pensar. Não se vê árvore. Na estrada entre Arinos e Chapada há uma mancha de cerrado de alguns quilômetros. Milagre. Desentendi porque resiste. Passei por ela por volta das quatro da tarde. Vi tucanos, papagaios, araraúnas e periquitos-rei e até uma cotia me cruzou o caminho. Parecia um flanco da resistência da natureza, sitiado naquele pequeno fragmento de seu território.

Ao chegar a Chapada Gaúcha, logo na entrada ergue-se barracão da Cooperativa dos Produtores de Soja. Nas ruas sem calçamento, enormes caminhões e tratores. Na praça principal da cidade, onde fica a prefeitura, numa das esquinas tem uma loja de tratores reluzentes. Ela tem o mesmo jeito das lojas de automóveis da cidade grande. A praça, um enorme quadrado de uma dezena de metros quadrados, parece um monumento ao desmatamento. Tem umas poucas árvores na borda, no mais é um terreirão nu.

(...). Conversando com os donos da Pousada, prosa amena, sobre coisas do bem, eles, emocionados, repetiam, vez ou outra, no seu sotaque pampeiro: “nisso eu me identifico com o Guimarães Rosa”. **É que a cidade respira soja.** Um ambientalista que conhece bem a região me disse **que os “chapadenses” se orgulham de ser modernos. Tudo é de ponta: tratores, colheitadeiras, sementes. Por isso quase toda a produção é transgênica. Perguntei o que fazia em Chapada.**

(...) Clécio [trabalhador de umas das fazendas de soja] conhece bicho e gostava de pescar no Pantanal. “Pantanal é cerrado, só que é úmido, não é essa secura daqui”.

Ele chegou à região de Chapada depois do desmatamento, que destruiu as Veredas. **Se tivesse chegado no tempo em que aquele cerradão estava preservado, teria visto aquela pausa de água e sombra oferecida pelas Veredas cheias de buritis. Mas, desflorestado, o cerrado é seco mesmo.** Chão de areia, areia de tantas cores que os artesãos locais fazem aquelas garrafinhas com paisagens sertanejas feitas com areias de várias cores, iguais às que se costuma encontrar no Ceará.

(...) Outros sabem, porém, que o sertão tem água, que ela fica nas Veredas preservadas.

(...)

A cidade vive da soja e para a soja. Fazenda, trator, sementes são a matéria de todas as conversas e casos importantes. Propriedade por lá não é coisa pequena, 10 mil a 30 mil hectares. Coisa de perder de vista. Muita coisa ainda é como Guimarães Rosa viu, muita coisa só existe ainda, no interior da reserva: “fazendões de fazendas, almargem de vargens de bom render, as vazantes; culturas que vão de mata a mata, madeiras de grossura, até ainda virgens dessas lá há. **O Gerais corre em volta. Esses Gerais são sem tamanho**”. **Só vi as vargens, nas Veredas do parque. Água, quase não se vê. Só as dos rios que povoam o livro de Guimarães Rosa:** “Olhe: o rio Carinhanha é preto, o Paracatu moreno; meu, em belo, é o Urucuia – paz das águas... É vida!” ainda há paz. Mas, se entendo de risco, a pressão pode subir nos próximos anos, a menos que se desenvolva uma estratégia preventiva, em aliança com os produtores que já estão lá.

O parque é mistério e prestígio. **Mas chique mesmo, em Chapada Gaúcha, é trator.** Já na noitinha, quando me preparava para ir jantar, em frente à Pousada, um homem saiu todo bem arrumado, banho tomado, subiu no reluzente trator vermelho, parado no jardim em frente à sua casa como se fosse uma Ferrari, e saiu para passear pela cidade. **Ao contrário de outros lugares, naquela cidade, de proprietários ausentes – uns moram em suas fazendas, outros longe dali – o bacana não é circular em pickups, que lá são carro de serviço, a maioria muito mal tratada, bacana é circular de trator e caminhãozão, os principais veículos no curioso trânsito de Chapada Gaúcha⁸⁸.**

Uma questão que Andrea Borghi Moreira Jacinto argumenta é que para além das questões econômicas e das lógicas produtivas com base na racionalidade e no tecnicismo do modo de produção capitalista, o encontro entre os camponeses veredeiros e os migrantes gaúchos se dá numa situação de fronteira. Por isso, o que há de fato é o desencontro de temporalidades históricas, devido cada grupo envolvido ter formas históricas distintas, o que inviabiliza representações e as histórias em comuns (JACINTO, 1998).

A questão levantada pela autora tem dois pontos que são excludentes e contraditórios. O primeiro ponto que podemos questionar é se este “estar” situado diferente no curso da história não significa retomar os antagonismos moderno/tradicional e avançado/arcaico. Foi isso o que fizeram os pensadores da modernização do Norte de Minas, ou seja, se é uma região arcaica, a solução para os problemas sociais e econômicos é construir outra estrutura social com base na racionalidade econômica que coloque matizes de racionalidades distintas no mesmo processo. Os resultados disso estão se materializando, como estamos vendo, com contradições históricas ganhando relevo e, outras, como o processo de degradação ambiental, tornam se determinante para se pensar os próprios limites de tal modernização.

⁸⁸ Reportagem de Sérgio Abranches publicada pelo sitio da revista *online Eco*, em 19 de maio de 2006. Os grifos são nossos.

O segundo ponto da questão proposta é, neste caso, ao contrário do primeiro e salutar em nossa análise, “estar” situado de forma diferente na história é, antes de tudo, não partilhar de uma racionalidade hegemônica e, sobretudo, perceber que os grupos sociais têm elementos que fortalecem suas experiências históricas, que justificam os processos de territorialização. Nesse caso, podemos dizer que o território, para usar uma expressão de Alfredo Bosi, é uma “co-habitação de tempos” (BOSI, 1992).

É uma perspectiva de análise importante, sobretudo, porque questiona determinados posicionamentos como o de “vazio” econômico e demográfico e dos espaços “intocados pela história” e/ou de vazio social (JACINTO, 1998, p. 95). Temos, portanto, experiências de territórios singulares, assim, enquanto o que caracteriza o território veredeiro é a forma de apropriação extensiva. Os gaúchos, ao contrário, estabelecem uma apropriação mais intensiva, o que dá outra dinâmica ao território apropriado. A experiência total de território é o que diferencia estes grupos, as racionalidades históricas os colocam de forma distinta sobre os Gerais.

Com isso, temos mais do que “despovoamento” e/ou vazio cultural, o que havia e ainda há é outra lógica de ocupação territorial. Para a autora, se tomarmos esta questão a partir do encontro que se estabelece em regiões onde ainda há fronteira está se constituindo, o que temos são diferentes temporalidades. Temos, portanto, diferentes territorialidades, desencontradas e sobrepostas arbitrariamente por meio de políticas públicas e/ou pelo avanço de racionalidades diferentes, como o agronegócio e o ambientalismo. Na verdade, ambos estão interligados, à necessidade de um discurso ambientalista, onde há outro discurso, o do capitalista. São, portanto, fruto do mesmo processo, agentes complementares e excludentes, práticas territoriais que se sobrepõem.

Cada grupo tem sua forma de se expressar temporalmente, enquanto os gaúchos recorrem aos artifícios da ciência e do capital para efetivar o controle do território, os veredeiros recorrem às relações simbióticas com a natureza e à produção de excedentes como mecanismo de controle territorial e de reprodução da vida.

Deste ponto de vista, se para a moderna agricultura capitalista a história da região mostra-se incipiente – a de um desbravamento e de uma ocupação ainda por fazer –, por outro lado, a ocupação camponesa registrada desde o século XVII, através da expansão da pecuária e do deslocamento das bandeiras, ou mesmo as tentativas de intervenção política e econômica do Estado (...) revela outros traços de diferentes modos de participação na história regional, e mesmo diferentes histórias que coexistem contemporaneamente (JACINTO, 1998, p. 95).

Nesse sentido, a materialização do PADSAs significou o “encontro de temporalidades históricas” pelas “racionalidades sociais” que são arraigadas ao território. O projeto reconstrói

sistemas produtivos, cria meios de acesso à tecnologia e impõe a produtividade como sistema de uso dos ambientes e territórios. Do mesmo modo, que coloca “em relação o campesinato, grandes proprietários e agentes da modernização capitalista” (JACINTO, 1998, p. 113). Isso vai sedimentar no campo uma conflitualidade específica, a grande e a pequena propriedade, o camponês e o agronegócio, “os de fora ‘de cima’ (...) contra ‘os de baixo” (PORTO-GONÇALVES, 2000, p. 30). Uma escalaridade social cedendo espaço, outra sobrepondo. O território, usado como instrumento de controle e expropriação, para os grupos que detêm maior poder e que subordinam outros grupos sociais.

Estes desencontros de temporalidades tem haver com o processo histórico de formação de cada grupo. Além disso, é preciso dizer que as próprias condições ambientais onde os processos históricos, culturais e identitários foram forjados são também diferentes, sobretudo, porque as identidades dos migrantes gaúchos se dá a partir daquilo que Castells considera como uma “identidade de projeto”⁸⁹.

Neste caso, podemos explorar as contribuições de Manuel Castells para entender o encontro entre os veredeiros e migrantes sulistas. Este autor observa que a identidade é um elemento que, ao mesmo tempo, coloca os grupos em relação, mas também os coloca em contradição e/ou em conflitos. Isso porque cada grupo se vale de situações e condições específicas para legitimar os processos identitários, o que não quer dizer que um segundo grupo recorra aos mesmos elementos. Este princípio, além de diferenciar os grupos sociais, os identifica e os aglutina em um território de representação.

Neste caso, a formação da identidade “vale-se da matéria prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais” (CASTELLS, 2002, p. 22). Estes elementos são processados pelos indivíduos que organizam a identidade ao seu modo. A questão que torna a abordagem de Castells singular é que ele sublinha que toda identidade supõe uma relação de poder imbricada no seu processo de construção. Se as relações de poder mudam, mudam também a forma das identidades se expressarem.

Para finalizar este item, retomemos a sua ideia inicial, a agricultura moderna efetivada por meio do PADS. O sentido de modernização econômica, social e cultural é configurado em

⁸⁹ A identidade de projeto, “quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade” (CASTELLS, 2002, p. 24). A rigor, tomamos como base os escritos de Rogério Haesbaert, para fazer esta afirmação. Para este autor, o gaúcho, como personagem típico dos pampas passa por uma metamorfose no tempo-espaço. De um caráter negativo, antes da Revolução Farroupilha, passa a ser reconhecido como o “sentinela da fronteira”. Há uma ruptura neste processo, e o gaúcho emerge como personificação do homem “trabalhador” e ligado a “origem étnica europeia” (HAESBAERT, 1997, p. 76). Dizemos que o gaúcho é uma identidade projeto por ter como base produzir um estilo de indivíduo que se prolonga do Rio Grande Sul para os Cerrados de Minas Gerais.

dois significados principais, como sugere Rogério Haesbaert, uma de caráter “progressista, democrático e igualitário”, outra com bases conservadoras, desencadeada, sobretudo pelo capitalismo (HAESBAERT, 1997, p. 108). Nestor Canclini destaca o sentido de modernização como processo socioeconômico que renova as práticas sociais, agente que leva a sociedade à “modernidade” (CANCLINI, 1998, p. 23). Para o autor, as sociedades latinas vivem de “uma modernização deficiente” ou ondas de modernização.

Na agricultura, podemos tomar o primeiro sentido de modernização destacado por Haesbaert, no seu caráter conservador e fazer dos fatores teóricos sugeridos por Canclini, um conceito processual para entendermos os limites e a eficácia da modernização capitalista da agricultura e suas contradições sociais. Processos localmente fechados, restritos aos latifundiários, mas virtual e tecnicamente conectados as dinâmicas do capital financeiro que favorece as minorias da “elite” agrária capitalista. Como observamos isso foi construído ideologicamente no sentido de “desenvolvimento”.

Nesse caso:

Des-envolver foi, também des-locar, ou seja, tirar dos locais, dos do local, o poder. Junto com esse processo temos a desqualificação cultural do homem local/regional. Seu tempo, seu ritmo é considerado lento, uma versão das velhas ideologias colonialistas de que são indolentes e preguiçosos. Seu conhecimento é a ignorância. Ou como a própria palavra sugere, desenvolvimento vem de fora. (PORTO-GONÇALVES, 2000, p. 29- 30).

Cabe esclarecer que a inserção de padrões modernos de agricultura nos Gerais para o “des-envolvimento” pode ser identificado como um projeto “arrasador” da expansão capitalista, planejada e executada como projeto “econômico e geopolítico”, tendo como principal agente o Estado, aliado ao capital financeiro nacional e internacional (HAESBAERT, 1997, p. 133). O sentido da expressão “arrasador” refere-se à expansão de múltiplas dinâmicas econômicas, políticas e culturais da fase agroindustrial, aliada a um projeto internacional de globalização dos mercados sobre os vínculos territoriais mais sutis, desagregando-os, engendrando a desterritorialização.

Os gaúchos tem um papel importante neste processo, são eles afinal, os beneficiados pelas políticas do Estado, mas outros agentes “de caráter nacional e internacional”, capitalistas, portanto, participaram com seus interesses específicos neste processo (HAESBAERT, 1997, p. 133).

As fotos demonstram as transformações dos Gerais e a territorialização dos monocultivos expansão e a concretização do território gaúcho:



Foto 12 - Área preparada para o cultivo de soja no município de Chapada Gaúcha.
Fonte: Prefeitura de chapada Gaúcha, 2007.



Foto 13: Vista área de uma fazenda produtora de soja.
Fonte: Prefeitura de Chapada Gaúcha, 2007.

O ponto principal que focamos é como se deu a concretização da modernização da agricultura, suas redes, regras, teias que delimitaram o território, a identidade e a territorialidade de cada sujeito convocado: os camponeses veredeiros, migrantes gaúchos e o próprio Estado. Tratamos antes, da análise das contradições que se processam no bojo da

expansão capitalista da agricultura e de como isso ocorreu, os seus desdobramentos sobre os veredeiros em duplo sentido:

- A chegada dos gaúchos nos território dos Gerais significou a afirmação da propriedade privada da terra e dos recursos naturais à expansão das fronteiras do agronegócio, além do surgimento de novas instituições sociais e novas relações de poder e também a contraposição de identidades e representações territoriais.
- O PADSA não somente inseriu uma nova camada de sujeitos como também imprimiu novo padrão produtivo e uma racionalidade capitalista ligada ao setor agroexportador. Com isso, tem-se uma nova organização territorial, novos usos do território e da natureza. “É assim que se expande no campo o domínio do grande capital hegemônico com suas exigências e racionalidade, impostos novos, usos e novas definições do tempo social” (SANTOS, 2004, p. 305).
- Os Gerais, território de representação e representação de território veredeiros “imita a indústria numa busca permanente de precisão”, sobretudo, porque como parte do “campo modernizado é o lugar das novas monoculturas e das novas associações produtivas, ancoradas na ciência e na técnica e dependentes de uma informação sem a qual nenhum trabalho rentável é possível” (SANTOS, 2004, p. 307). “E desse modo que se produzem nexos estranhos à sociedade local” (...) (SANTOS, 2004, p. 304).
- É isso que engendra a desterritorialização veredeira, pois: a) restringe o acesso aos recursos naturais e ao próprio território devido à efetivação da propriedade privada da terra. Há a redução sensível das áreas de mata nativa utilizada para a coleta extrativista e também para solta do gado; b) o esgotamento de Veredas e o desmatamento provocam a diminuição dos leitos de água, os agrotóxicos contaminam outros.
- O que acontece de fato é o enfraquecimento da organicidade do território veredeiro. Isso não fica apenas no plano material, tendo em vista o fato de a natureza ser elemento integrador das representações sociais desta população. O próprio elemento que forja as identidades, as Veredas, entra neste processo de degradação.

O desenrolar disso tem contornos diversos. Devido ao avanço da agricultura mecanizada sobre os mosaicos da paisagem natural, sobretudo Veredas e cursos de água. É no intuito de preservar tais mosaicos que o PARNA-GSV é criado. A criação do PARNA GSV tinha como base “conter” o avanço e o uso desordenado do “meio ambiente”. Acontece que uma nova forma de apropriação de território é imposta sobre os veredeiros e seus territórios. Este é o assunto dos próximos itens.

3.4 A imposição de políticas ambientais

Não podemos pensar a criação do PARNA GSV apenas a partir de uma escala local. É claro que os processos degradantes dos domínios de Cerrados foram fundamentais, mas isso ocorre em escala mais ampla e inclui todo o Norte de Minas e as demais regiões que são inseridas na rede do agronegócio. Também temos que pensar que isso se refere a um discurso ambientalista que tem como base a escala global e nacional. Nesse sentido, neste item apresentamos a questão ambiental e seus desdobramentos na criação em Unidades de Conservação, tendo como ponto de reflexão o Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

As políticas ambientais no Brasil têm como pano de fundo a conservação da natureza *stricto sensu*. Isso quer dizer que antes de qualquer coisa, os seres humanos são degradadores por natureza. Com isso, para efetivar a conservação não é permitida a presença humana nos territórios. É desta linha de pensamento que surgem os Parques Nacionais, modelo importado dos EUA quase sem nenhuma análise crítica.

O que temos é uma mudança na concepção de natureza e uma mudança na concepção de homem. O que queremos dizer com isso é que a natureza passa a ser personificada como coisa em si mesma. A partir das ideias iluministas é postulado que existe uma diferença fundamental entre o homem e a natureza. “A natureza é o reino da necessidade causal, do determinismo. A humanidade ou cultura é o reino da finalidade livre, das escolhas voluntárias e racionais” (CHAUI, 2006, p. 105). Neste momento, a cultura torna-se sinônimo de história e a natureza mera repetição de acasos; a cultura é sinônima do agir racional sobre esta natureza minimizada em relação ao humano.

Este conceito de natureza externalizada ao homem, de base mecanicista, foi engendrado pelos pensadores do Iluminismo no intuito de atender o modo de produção em plena marcha de expansão, o modo de produção capitalista. Isso visa à legitimação da propriedade privada dos meios de produção e permite que o capital se expanda de forma mais fluida. Aqui vemos como a cultura, ou se quisermos ampliar, como modo de vida, é quem respalda a nossa relação com a natureza. Se, por ventura, a unidade homem e natureza prevalecem, os limites da racionalidade estariam postos. A produção e produtividade estariam limitadas. O que fazer? A resposta é criar outras significações para a natureza. Significações que justifiquem o homem como soberano e a natureza como sendo algo a se conquistar, dominar.

Com efeito, este princípio reducionista tem como relevo a separação entre corpo – alma e promove em efetivo o sobrepujar da natureza e o “desencantamento do mundo”. O mundo natural perde os seres místicos, os eventos são explicados com base na ciência e na técnica. O homem perde o que admirar na terra, nos mares e nos céus. Mais do que isso, perdemos “a visão, o som, o gosto, o tato e o olfato e com eles foram-se também as sensibilidades estética e ética, os valores e qualidade, a forma; todos os sentimentos, motivos, intenções, alma a consciência, o espírito.” (CASSETI, 2002, p. 148).

Este modelo de pensamento e de cultura tem os seus desdobramentos, o intenso processo de degradação dos recursos naturais. Com isso, surge no final do século XIX nos EUA uma corrente de pensamento cuja linha de raciocínio foi a de separar homem do mundo natural para conter estes processos degradantes. Isso se efetiva a partir da criação de áreas naturais protegidas, o mundo selvagem (*Wilderness*). A este respeito Antônio Carlos Diegues tem uma contribuição importante.

A CRIAÇÃO do primeiro parque nacional no mundo, o de Yellowstone, em meados do século XIX, foi o resultado de ideias preservacionistas que se tornavam importantes nos Estados Unidos desde o início daquele século (...). No começo da revolução industrial, a vida nas cidades, antes valorizada como sinal de civilização em oposição à rusticidade da vida no campo, passou a ser criticada, pois o ambiente fabril tornava o ar irrespirável. A vida no campo passou a ser idealizada, sobretudo pelas classes sociais não diretamente envolvidas na produção agrícola (DIEGUES, 2001, p. 23. Grifos do autor).

Nesse sentido, os pintores e literatos fazem o resgate da concepção de natureza e a insere no mundo sensível da ação. O que de fato resulta deste processo, como argumenta Antônio Carlos Diegues, é uma idealização da natureza. “Estes fizeram da procura do que restava de ‘natureza selvagem’, na Europa, o lugar da descoberta da alma humana, do imaginário do paraíso perdido, da inocência infantil, do refúgio e da intimidade, da beleza e do sublime” (DIEGUES, 2001, p. 24).

Temos que considerar que neste período “já se consolidara o capitalismo americano, a urbanização era acelerada, e se propunha reservarem-se grandes áreas naturais, subtraindo-as à expansão agrícola e colocando-as à disposição das populações urbanas para fins de recreação” (DIEGUES, 2001, p. 24). São estes fatores que vão fundamentar a ideia de Parque Nacional como áreas naturais, “selvagem”, cuja característica principal é a não presença de seres humanos, sobretudo, em referência direta aos EUA, devido ao fato dos indígenas já terem sido exterminados na expansão para o Oeste.

O que podemos destacar das contribuições de Antônio Carlos Diegues é que a concepção de uma natureza “selvagem” e/ou “intocada” surge no âmbito da expansão e consolidação do modo de produção capitalista e da sociedade urbana industrial. E, por isso, se cria representações que não tem constituições claras.

A noção de mito naturalista, da natureza intocada, do mundo selvagem diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado ‘puro’ até anterior ao aparecimento do homem. Esse mito supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza. O homem seria desse modo, um destruidor do mundo natural e, portanto, deveria ser mantido separado das áreas naturais que necessitariam de uma ‘proteção total’ (DIEGUES, 2001, p.53).

Como podemos verificar durante a pesquisa de campo, esta separação entre homem e suas condições ambientais tem consequências sociais, culturais e econômicas. Mas, o que não podemos deixar de questionar, sobretudo, tendo como exemplo o PARNA GSV, criado mais de um século depois da gênese dos primeiros parques, é o modelo de Unidade de Conservação que é adotado. Há entre eles uma sutil diferença, a questão da presença humana. Mas isso acontece

porque os modelos de parque brasileiros foram importados dos EUA, quando se aprofunda as discussões a respeito da questão ambiental.

Nesse sentido, como afirma Antônio Carlos Diegues, “o modelo de conservacionismo Norte-americano espalhou-se rapidamente pelo mundo recriando a dicotomia entre ‘povos’ e ‘parques’”. Sobretudo, para os países de Terceiro Mundo, o efeito disso foi “devastador sobre as ‘populações tradicionais’ de extrativistas, pescadores, índios” porque perderam as condições essenciais de suas existências (DIEGUES, 2001, p. 23). Além disso, não se considerou nesta importação de modelos às condições históricas, as condições sociais e culturais da população, e também se negligenciou algumas condições geográficas como a densidade do povoamento e efeitos climáticos, mas, sobretudo as condições econômicas e sociais.

Aliada a estas condições, o autor situa outros pontos, como, por exemplo, os conflitos fundiários, “noção inadequada de fiscalização” e “corporativismo dos administradores; expansão urbana; profunda crise econômica e a dívida externa de muitos países subdesenvolvidos estão na base do que se define como a ‘crise da conservação” (DIEGUES, 2001, p. 23).

Embora a preocupação com a conservação e/ou preservação dos recursos naturais no Brasil tenha intensificado somente na segunda metade do século XX, há uma preocupação com o uso desordenado destes recursos desde os tempos coloniais. Isso ganha relevo, sobretudo no século XIX, com José Bonifácio e André Rebouças. O que chama atenção, em José Bonifácio é o caminho que este autor apresentava como solução ao processo intenso de degradação ambiental. Antônio Carlos Diegues argumenta que embora este autor tivesse como base de pensamento o positivismo e acreditasse ainda que somente o desenvolvimento da ciência, poderia fornecer as tecnologias para a resolução dos problemas ambientais, o autor se volta contra a escravidão. Neste caso, homens livres, pequenos proprietários, dedicados à agricultura são a quem Bonifácio atribuía o papel da preservação da natureza (DIEGUES, 2001).

Na mesma linha de raciocínio, André Rebouças foi quem lutou pela criação dos primeiros parques nacionais. Rebouças também se posicionou contra a escravidão e contra o desmatamento e uso das técnicas modernas aplicadas à agricultura. José Augusto de Pádua demonstra que além destes pensadores citados outros, como Euclides da Cunha, tinham a preocupação com os recursos naturais. Ora de uma perspectiva conservadora, ora liberal, estes tinham como ponto de reflexão o desenvolvimento do Brasil. E, sobretudo, não viam “antagonismo básico entre crescimento econômico e preservação do meio ambiente” (PÁDUA, 1987, p. 36).

É, talvez, por isso, que Antônio Carlos Diegues sugere que a história da relação entre sociedade e natureza no Brasil ainda está por ser feita. A rigor, ao mesmo tempo, em que estes pensadores estavam preocupados com questões endógenas, faziam isso tendo como modelo outros países, com relações entre sociedade e a natureza diferentes. O que podemos observar é

que além da questão sugerida por Diegues, o que ainda está por ser feito, é a relação entre Estado e conservação dos recursos naturais, ou seja, a geopolítica da conservação brasileira. Tendo em vista, que desde a gênese da discussão, são homens ligados ao Estado que a fazem sem o envolvimento social.

É com a política de Estado que se desenvolve ao longo dos séculos toda a política ambiental brasileira. Na verdade, como diria Antônio Carlos Robert Moraes, isso se efetiva com “o Estado se impondo como mediação básica na relação social entre a sociedade e o meio que a abriga” (MORAES, 1999, p. 45). Neste caso, toda a atuação do Estado se dá sobre o território, o que muitas das vezes ocorre de modo contraditório. Vejamos o exemplo do PARNA GSV. Em um primeiro momento, o Estado atua no sentido de efetivar um padrão de ocupação intensivo dos recursos naturais por meio do PADSA. Uma década mais tarde, por meio de outra política pública, cria uma Unidade de Conservação para conter o avanço do uso intensivo.

Isso não acontece isoladamente, em olhar anacrônico, podemos observar que as principais políticas e órgãos ambientais tiveram suas origens em momentos de conflitos. Como anotamos em linhas precedentes, os Parques Nacionais ganharam relevância a partir da segunda metade do século XX. Isso aconteceu, sobretudo, devido a outro movimento, o da fronteira agrícola para os domínios de Cerrados e Amazônico. O que é relevante, neste caso, é que a fronteira agrícola tem no Estado o seu principal financiador.

Nesse sentido, órgãos, secretarias e leis ambientais são criados. Anotemos as principais características deste processo.

- A Constituição Federal de 1937 definiu as responsabilidades do Estado na proteção das belezas naturais e monumentos de valor histórico. No mesmo ano foi criado o primeiro Parque Nacional de Itatiaia.
- Em 1965 cria-se o Código Florestal brasileiro que definiu, entre outras coisas, as características das áreas protegidas. Em 1967 é criado IBDF- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, destinado à administração das unidades de conservação. O IBDF foi o responsável também, 1979, pela criação do Plano de Sistemas de Unidade de Conservação no Brasil, “cujo objetivo principal era o estudo detalhado das regiões prioritárias para implantação de novas unidades” (DIEGUES, 2001, p. 116).
- Em 1989, o IBAMA- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente é criado. Nele se agrupada vários órgãos do governo federal ligado à legislação ambiental. O IBAMA assume a responsabilidade de estabelecer e administrar as Unidades de Conservação.
- A partir da reavaliação da política ambiental e do Plano de Sistema de Unidades de Conservação, foi enviado em 1992 a proposta de lei que efetiva o SNUC – Sistema nacional de Unidades de Conservação da Natureza, instituído através da Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000.
- O SNUC regulariza e sistematiza todas as Unidades de Conservação. Mas, ao invés de ser um marco na história da política de preservação ambiental, ele representa um retrocesso, sobretudo, porque institui “ilhas de conservação ambiental”. E, como afirma Diegues, não há nenhum objetivo relacionado à proteção do patrimônio cultural das populações que são atingidas por unidades de conservação; e coloca em pontos divergentes população e conservação, homem e natureza (DIEGUES, 2001, p. 118).

Nosso objetivo neste item não foi fazer uma análise da política ambiental, mas tão somente demonstrar o plano no qual o Parque Nacional Grande Sertão: Veredas foi instituído. O que é preciso considerar é que as políticas ambientais, principalmente, aquelas voltadas para a criação e administração das Unidades de Conservação, tem um caráter autoritário e conservador. Com isso, atende interesses de grupos específicos e de instituições internacionais, são colocados de lado os interesses das populações que são efetivamente envolvidas na conservação da natureza como, por exemplo, as veredeiras.

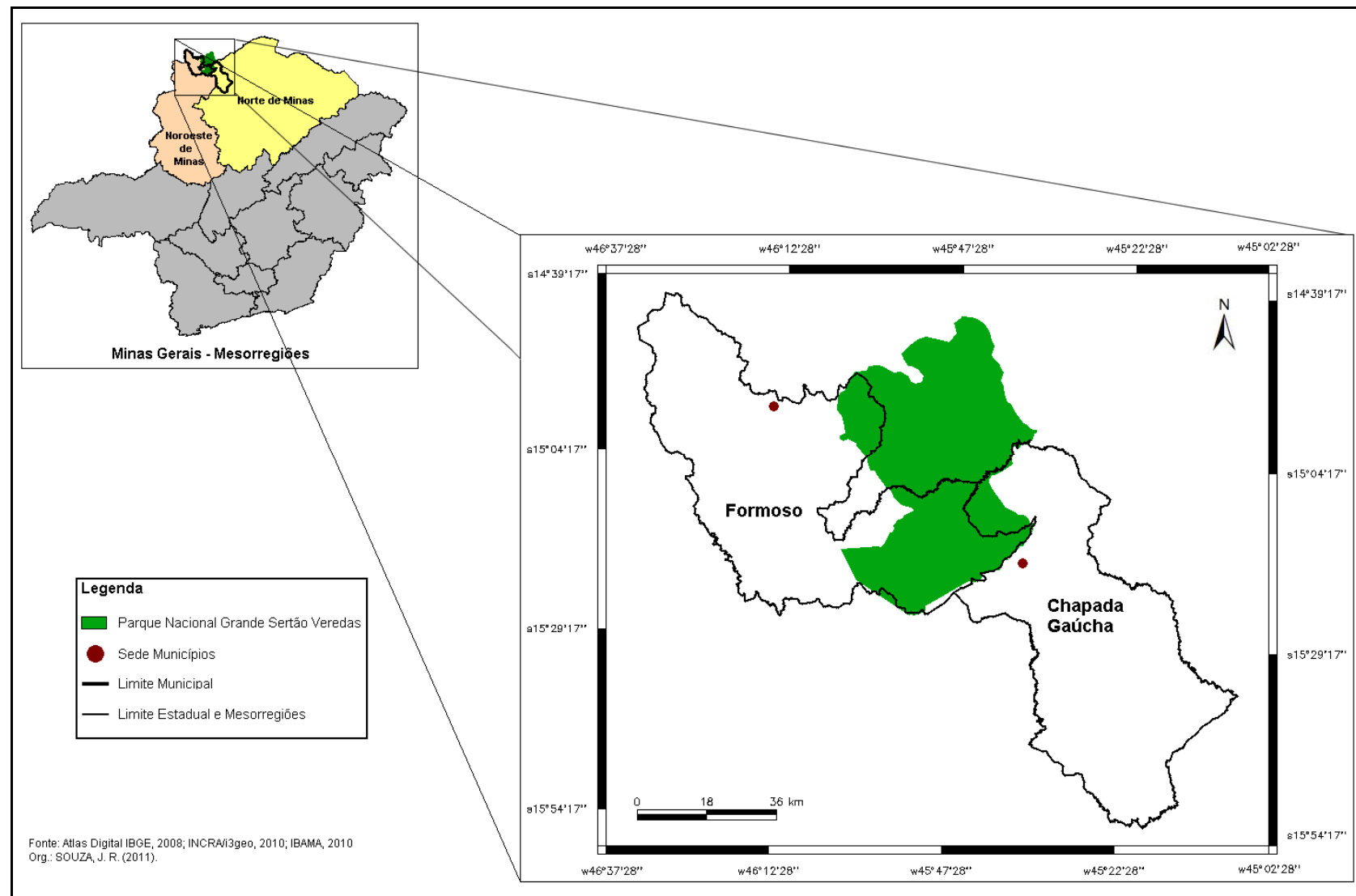
Portanto, as populações que são atingidas e que têm as condições de reprodução social debilitadas estão à margem deste processo. O que importa de fato é a conservação da natureza pela natureza. O PARNA GSV foi pensado e instituído desta forma, por isso, o primeiro efeito sobre os veredeiros foi à restrição de bens que dão acesso a elementos culturais, sociais e econômicos. O segundo efeito, foi a desterritorialização.

3.4.1 Os Gerais sem homens: O Parque Nacional Grande Sertão Veredas

Há uma leitura política sobre a criação do PARNA GSV⁹⁰. E há uma leitura veredeira que reflete como que se deu a criação desta Unidade de Conservação. São leituras distintas, elas são a nossa preocupação neste item. A rigor, pretendemos demonstrar como é contraditória a imposição de Unidades de Conservação sobre populações rurais, como as veredeiras. E como este processo pode ser doloroso, tendo em vista o seu caráter autoritário e desagregador dos elementos culturais, econômicos e sociais.

A criação do PARNA GSV ocorreu em um período de transição política, da ditadura militar para o governo democrático. Ele se insere no debate dos processos de degradação ambiental que acrescia com a expansão da agricultura capitalista. E também, no debate internacional sobre a questão ambiental. Com isso, a FUNATURA começa a fazer estudos técnicos científicos para implantar uma Unidade de Conservação nesta região em 1986. Finalmente em 12 de abril de 1989, por meio do Decreto Federal nº. 9.7658, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas foi criado com uma área de 83.368 hectares que abrange os municípios de Arinos, Formoso e Januária, no Estado de Minas Gerais, conforme o mapa 4.

⁹⁰ Art.11. “O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico”.
§ 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas (...). (BRASIL, SNUC, 2000, S/P).



Mapa 4: Área de abrangência do Parque Nacional Grande Sertão: Veredas.
FONTE: Atlas IBGE, 2008; INCRA/i3geo, 2010; IBAMA, 2010.

Conforme o Plano de Manejo do PARNA GSV, esta Unidade de Conservação tem como objetivo:

- I. Conservar a paisagem dos Gerais, cenário da obra de Guimarães Rosa, com destaque para as exuberantes veredas;
- II. Preservar amostras representativas do Bioma Cerrado sobre solos arenosos da região do Espigão Mestre do rio São Francisco, tais como matas, veredas, carrascos, cerrados e ecótonos associados;
- III. Contribuir para a proteção da bacia do alto Carinhonha, especialmente aquíferos, nascentes e áreas alagadas;
- IV. Preservar a bacia do rio Preto e demais ecossistemas aquáticos e recursos hídricos localizados na área do Parque;
- V. Proteger “in situ” espécies vegetacionais sob intensa pressão antrópica, sejam elas da família das palmeiras, leguminosas ou outras, tais como buriti *Mauritia flexuosa*, gabioba *Campomanesia pubescens*, pequi *Caryocar brasiliense*, faveiro *Dimorphandra mollis*, cagaita *Eugenia dysenterica*, cajuí *Anacardium occidentale*, mangaba *Hancornia speciosa*, aroeira *Myracrodruon urundeuva*;
- VI. Proteger espécies raras da flora presentes na área do Parque, tais como as gramíneas *Gymnopogon spicatus*, *Irlbachia* cf., *Desmodium* sp. e *Polygonum* sp.;
- VII. Proteger populações expressivas de gramíneas e palmeiras, tais como taquari *Actinocledum verticillatum*, buriti *Mauritia flexuosa*, coco-cabeçudo *Butia capitata*, entre outras; (...)
- XVI. Proporcionar oportunidades de educação ambiental, treinamento técnico-científico e de recreação em contato com ecossistemas do cerrado;
- XVII. Estimular o resgate dos aspectos históricos e culturais da região, estimulando sua preservação pelas comunidades locais;**
- VIII. Estimular o desenvolvimento regional integrado com base em práticas de conservação, especialmente proteção de bacias, controle de erosão e reabilitação ecológica, de educação ambiental e desenvolvimento turístico;
- XIX. Atuar como catalizador do turismo ecológico e cultural, estimulando o desenvolvimento econômico e social da região de Formoso, Arinos, Chapada Gaúcha e Januária (FUNATURA, 2003, p. 169).

Devemos observar que dentre os objetivos do PARNA GSV não há se quer referência ao humano, mas apenas aspectos amplos como o desenvolvimento regional, educação ambiental e do turismo. Quando da leitura dos documentos históricos que retratam a criação desta Unidade de Conservação, por muitas vezes, tivemos a impressão que ela estava se concretizando sobre um “vazio”, onde só havia elementos naturais sem a presença humana. No tempo e no espaço, as perspectivas se repetem. Os homens veredeiros ficam mais uma vez “invisíveis” na ótica dos sujeitos que realizam as intervenções sobre o território dos gerais. Descosideram suas territorialidades, impõe lógicas que desestruturam o modo de vida e as representações de território. No caso do ambientalismo, o que temos é a preocupação com a natureza *strictu sensu*, com valores inatos para serem preservados. Neste caso, o homem é “desnecessário” porque não faz parte da natureza idealizada.

É estranho que o primeiro objetivo do PARNA GSV tome a “paisagem” da obra de João Guimarães Rosa como objeto de conservação. Esquecem-se que esta só tem sentido, pujança,

cores, cheiros e sabores, porque há uma historicidade humana que se faz junto a esta natureza. O que devemos questionar ainda é, observando o XIII objetivo do PARNA GSV, como que os aspectos “históricos e culturais” vão ser estimulados e/ou mesmo “conservados” se UC nega o princípio básico que dá sustentação a tudo isso, o território. Dentre os XIX objetivos propostos, o que sobressai, é o da conservação *strctu sensu*, dito de muitas maneiras nos documentos referentes a UC, e as contradições de como isso acontece.

Devemos dizer, porém, é que estes processos são mais amplos e contraditórios como demonstram os vereadores ao narrar a chegada do ambientalismo ongueiro na região.

Em 1986 apareceu o primeiro deles aí, conversa vai, conversa vem, mexiam no fundo dos córregos. Depois iam as escolas. Nunca diziam o que queriam. Faziam pesquisa, é o que eles diziam. Depois de um tempo, ficamos sabendo que tinha criado o parque e a gente ia ter que sair. E que as terras agora eram do governo, do parque (a).

(...)

Pois é, aí começou, quando chegou à primeira equipe do IBAMA, pessoas do IBAMA e da FUNATURA (...). O chefe do IBAMA não mexia com esse negócio de falar que você tem que sair (...) agora a FUNATURA (...) foi contratada para isso. Para mobilizar o povo e até o ponto de tirar todos de dentro do parque. Eu já te falei que vieram umas três equipes ou quatro, a última é essa que trabalha até hoje. É, eles foram, eles foram fazendo umas coisas, como fosse para ficar ajudando o povo, ajudar lá onde é que agente morava. E foi, fazendo reunião, trazendo médico, e consultando as pessoas. Foi agradando as pessoas assim como se não fosse para tirar a gente de lá. E foram. E as mulheres chagavam na casa - você está pedindo para gravar aqui - eles gravavam sem ninguém saber, eles chegavam e faziam à surdina; os homens ficavam conversando na sala da frente com o dono da casa e as mulheres entravam, e ia procura as mulheres da gente. Como é que está vida? Diziam! Como é que... Isso, isso é direto, direto eles faziam. Na escola também, eles iam procurar as criança para saber o que o pai fazia, que... Que... Se o pai matava a caça, se... Tudo isso teve. Daí, eles deram para proibir, eles deram para proibir, eu até num mexia muito com caça, mas outros precisavam (...) aí colocaram essas pessoas que eram como guardas, que era gente da gente mesmo, que é criado junto. Aí essas pessoas, que eles criaram, subiu o poder na cabeça deles, eles criaram, parece que tinham um poder de fazer tudo com os outros, inclusive esse (...) que mora aqui, foi o primeiro a entrar, e se visse uma pessoa com canivete que num encontra arma já queria tomar. (b)

(...)

Você se lembra de quando começaram a cogitar a ideia de um Parque?

Lembro. Eles entraram por lá, enganando o povo, fazendo pesquisa em beira de rio, pegando folhas podres, pegando sapo, lagartixa; entende-me? Mais somente enganando, só para enganar o povo, a ideia deles era outra. Daí uns seis mês é que surgiu esse negócio de parque, daí para frente foi só sofrimento para quem morava lá dentro. Prejuízo grande lá dentro(c).

(...)

Deixa eu te contar a pior armadilha que eles usaram, até dentro da nossa sala de aula dentro do parque. Eu trabalhava na época com mais ou menos com trinta alunos; aí eles chegaram. Traziam aqueles tipos de equipamento, projetava retrata dos bichos e perguntava se eles conheciam, fazia tipo que brincadeiras com as crianças. Chegavam ao ponto até de trazer bolo, trazer agrado para as crianças, sabe? Trazia materiais escolares. As crianças até sabia disso (...). Mexendo com os meninos, na hora assim eu nunca analisei, achava que era verdade, até porque eles ofereciam para nós um cursinho de agente de saúde, nos envolve, ali, mas depois que a gente foi ver que tudo era mentira, tudo era engano. Através das brincadeiras descobriram o queriam, usaram a

gente contra a gente mesmo, eles me usaram dentro da minha sala de aula, os meus alunos, para os meninos soltar aquelas historinhas, sabe? Perguntava assim, que carne eles costumavam comer, como que o pai fazia para matar os bichos?(d)⁹¹

O que temos na narrativa dos entrevistados é o modo como são usados pelo ambientalismo no intuito de criar território da conservação. As escolas, as crianças tomam-se objetos de manipulação para que estes interesses se concretizassem. Saberes sobre a natureza, sobre os Gerais são apropriados. E, talvez aí, por este conhecimento adquirido ao longo da criação do PARNA GSV sobre suas gentes e práticas territoriais, resida o problema mais grave da atuação do ambientalismo, a negligência em reconhecer que estes homens são responsáveis pelo conjunto de paisagem que se objetiva preservar. A dificuldade e/ou a negligência em reconhecer isto, garante o direito a natureza e suprime o direito dos homens em viver com ela.

Os relatos dos entrevistados retratam ainda o caráter antagônico as primeiras pesquisas no intuito da criação da Unidade de Conservação PARNA GSV. Mais do que isso demonstra um paradoxo. O conhecimento veredeiro é usado pelos ambientalistas no intuito de conhecer as características bióticas e abióticas dos Gerais. Para isso, atuam em todos os sentidos, envolvem de crianças a velhos. O que é contraditório nisso, é os que os próprios conhecimentos veredeiros são usados contra suas territorialidades. Isso porque ao revelar as “riquezas da natureza” do lugar, revelam o caminho para ser criar o preservacionismo autoritário.

Antes de outras análises, apresentemos a leitura dos ambientalistas do mesmo processo, a criação do PARNA GSV.

Contou-me o Dr. Célio Vale em um bate-papo de membros do Centro de Conservação da Natureza de Minas Gerais (...) surgiu à criação do Parque Nacional na região do Grande Sertão Veredas.

Quando da criação da FUNATURA, em julho de 1986, o Dr. Célio Vale (...) disse para esta presidente [Maria Tereza Jorge de Pádua]: ‘precisamos fazer algo pelo Grande Sertão Veredas’.

(...)

Com a ajuda do Conselheiro Bráulio Dias foi preparado um projeto intitulado ‘conservação dos Gerais - rio São Francisco’ (Grande Sertão Veredas).

Assim foi iniciado o projeto. Primeiramente, as imagens de satélite da região dos Gerais – cerca de 13 milhões hectares – foram adquiridas (1986). Através destas imagens foram pré-selecionadas nove áreas da região Gerais como potenciais unidades de conservação.

Posteriormente se fez sobrevoos e se verificou que muitas delas já haviam sofrido profundas alterações antrópicas. Sobraram três para os estudos de campo (...).

Voltamos com a firme convicção de que um Parque Nacional deveria ser criado imediatamente na região, **pois a soja já estava muito perto dos limites propostos.** (...) O próprio presidente José Sarney ouviu-me a respeito da proposta.

(...)

⁹¹A, b, c e d, respeitavelmente, depoimento do quarto, décimo, oitavo e sexto veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

Finalmente, no dia 12 de abril (...) o Parque Nacional Grande Sertão Veredas foi criado.

(...) Foi um alívio para todos nós e uma enorme alegria. **Afinal, a FUNATURA estudou a área durante seis anos, fez diversos levantamentos de geomorfologia, flora, fauna, hidrologia, fundiário e delimitação**, gastando para isso cerca de UU\$95 da SEMA [Secretaria de Meio Ambiente], **WWF e The Nature Conservancy** (...).

As belas e enormes Veredas abrigam o buriti (*Mauritia Vinífera*) e também buritirana (*Mauritia Aculeata*). É a primeira área protegida do país a abrigar o ‘carrasco’. Muitas espécies endêmicas lá se encontram e muitas espécies da fauna ameaçadas em extinção (...).

As chapadas e as Veredas proporcionaram enorme beleza paisagística bem como as múltiplas nascentes e os rios que drenam o parque nacional.

A conservação da área, além do valor ecológico, apresenta, **também, valores histórico e cultural, tão bem retratados por João Guimaraes Rosa (...)**.

A criação deste parque nacional representa uma enorme vitória de suas entidades conservacionistas do Brasil: Centro de Conservação da Natureza de Minas Gerais e a FUNATURA.

A todas nossas **co-irmãs** que nos ajudaram nesta proposta, obrigada. A **SOS Mata Atlântica, OIKOS** [ONG portuguesa], a **FCNN** [ONG Mineira], **ADEMA** [Associação de Defesa do Meio Ambiente], **SBPC** [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência], a **Pró-Natura**, ao deputado Fábio Feldman, ao Dr. Carlos Henrique Abreu Mendes, ao Dr. José de Carlos Carvalho (...). Assim, valeu a pena. Valeu sim. **Ficou novamente demonstrado o quanto podem as entidades ambientalistas** (FUNATURA, 1989, s/p. Grifos nossos)⁹².

Dois discursos do mesmo evento, porém desencontrados. É isso que as falas dos vereadores quando confrontados a dos ambientalistas revelam. Isso acontece, sobretudo porque há uma relação de proximidade e distanciamento dos acontecimentos. Os vereadores sentem o efeito da criação do PARNA GSV em seus territórios. As terras, os recursos naturais, deixam de pertencê-los para se transformar em objeto pertencente ao “parque”⁹³. Do outro lado, para os ambientalistas idealizadores e planejadores da Unidade de Conservação, a natureza tem um valor em si mesma, basta que ela seja “preservada”. Isso revela modelos antagônicos de significação. Para os vereadores a natureza tem valor de uso e representa também suas identidades. No caso do ambientalista, a natureza é uma “beleza” paisagística a ser preservada.

Este olhar divergente tem implicações. De algum modo, uma diferença inicial é estabelecida. E é sobre ela que as outras ocorrem. O fato de a natureza representar mais que os próprios homens que a habitam é, no mínimo, um olhar redutor, e tem custos sociais e culturais. Isso acontece porque as Unidades de Conservação impõem à natureza separada do espaço social da realização humana. Todo o processo de sociabilização investido é ignorado, sobretudo, porque o objetivo é criar uma natureza selvagem e autorreguladora.

⁹² Este relato e de autoria de Maria Tereza Jorge de Pádua diretora da FUNATURA foi publicado no boletim da própria ONG.

⁹³ Durante as entrevistas podemos notar a personificação do parque. Expressões como “o parque tomou as terras da gente, nos desabrigou” são comuns. Isso revela um discurso que é imposto, mas esconde um jogo de poder político e econômico, que são efetivados por homens concretos.

“Se soubéssemos, tínhamos derrubado todo aquele mato, queria ver ter parque⁹⁴”. O que esta passagem revela é o sentido de “injustiça”, o de “punição” por ter assegurado a diversidade biológica. Apesar dos elementos naturais terem uma importância na reprodução da vida, o PARNA GSV torna a relação homem/natureza marginal e contraditória. E faz isso pelo processo de criminalização das práticas dos sujeitos, como por exemplo, a queima dos Gerais para a solta do gado. Essa marginalidade se explica, também, em parte, pelos processos de desapropriação que começam a ser engendrados, pois *“não podia mais mudar a roça, tinha que plantar no solo fraco, dando ou não⁹⁵”*.

O próprio Gerais que oferecia o sentimento de liberdade, de largueza, se torna um “território clausura”, com “fronteiras mais rígidas”, “politicamente demarcada” e cuja principal característica é o controle do Estado de tal território (HAESBAERT, 1997, p. 263). Isso tem um duplo efeito. Primeiro, há uma sobreposição territorial que questiona a legitimidade do território veredeiro. E faz isso ao questionar a posse da terra e as técnicas de apropriação da natureza. Segundo, se antes eram as Veredas o elemento gerador da territorialidade, o “parque” personificado, tem a sua própria temporalidade. A rigor, podemos afirmar que o tempo das fazendas, originalmente, denominado por “carrancismo” é substituído arbitrariamente pelo “tempo do parque”.

Nas entrevistas, quando os veredeiros faziam referência ao “tempo do parque” falavam na intenção de revelar as diversas perdas que se concretizaram. Perdas de bens materiais como a terra de trabalho, a casa de morada e a Vereda, lugar de trabalho e fonte de água. Mas fazem referências também às questões mais sutis, como as festas, as relações de solidariedade e a “fartura” de terras de cultivo. O tempo do parque é prolongado em si mesmo. E, como diria Georges Gurvitch em sua proposta de múltiplas temporalidades, é um tempo onde a descontinuidade opera sobre a continuidade. No caso, as contradições do presente parecem “prevalecer sobre o passado e sobre o futuro com os quais dificilmente entra, algumas vezes, em relação” (GURVICTH, 1962, p. 36).

Os “desencaixes” territoriais que estavam acontecendo pela expansão da agricultura moderna, sobretudo, pela privatização das terras comunais, são atomizados. Neste caso, as perdas materiais se agravam devido à criminalização da utilização dos recursos naturais. O fato de serem estes territórios ocupados historicamente e, a rigor, o fato de a natureza e seus componentes serem parte integrante do modo de vida veredeiro, a sua metamorfose é o

⁹⁴ Depoimento do sétimo veredeiro entrevistado PA São Francisco, Formoso, 2010.

⁹⁵ Depoimento do sexto veredeiro entrevistado PA São Francisco, Formoso, 2010.

principal elemento de desterritorialização. “*Não podia mais plantar, nem gado mais podia criar, as roças não davam mais porque não podia derrubar novas áreas de cultivo*”⁹⁶.

Isso ocorre pelo modelo de Unidade de Conservação que é escolhido para sobrepor os territórios veredeiros, a da proteção integral. Segundo o SNUC no seu artigo sete, no parágrafo primeiro “o objetivo das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitindo o uso apenas indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei” (BRASIL, SNUC, 2000, s/p).

A este respeito, Andréa Borghi Moreira Jacinto, ao analisar as rupturas dos espaços temporais no território veredeiro, a partir do momento que um “ideal” de natureza “egocêntrica”, estava configurando a retirada em definitivo estas populações de seus territórios, afirma que “parece uma ironia usar de Guimarães Rosa, e ao mesmo tempo, ignorar um elemento central em sua obra e seu sertão: os homens e mulheres que dele fazem parte” (JACINTO, 1997, p. 30).

A resposta dos idealizadores da Unidade de Conservação, a FUNATURA, revela que os aspectos humanos e culturais não eram a preocupação central. Afinal de contas “*a existência de outras Unidades de Conservação que contemplariam necessidades humanas*”⁹⁷ e nenhuma que tem como objetivo principal “proteger” os Gerais. E como disse o responsável pela FUNATURA naquele momento “*se formos sempre considerar que, para se criar uma unidade de conservação de uso indireto (como parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas) não deva existir pessoas em seu interior, onde é que se encontraria tal área?*”⁹⁸

O que não se considera nesta perspectiva é que há um processo histórico de intrincamento dos homens dos Gerais com a natureza que o compõem. E, por isso, mais do que uma “natureza” em si, os Gerais a ser “protegido” é um elemento histórico cultural. Como demonstra Borghi, os ambientalistas responsáveis pelo PARNA GSV recorrem à obra de João Guimarães Rosa para justificar os ideais de natureza.

Na abordagem de Guimarães Rosa, em seu livro Grande Sertão: Veredas, mais que uma descrição da cultura, é uma impressionante imagem vívida dos ecossistemas, jamais assim interpretada. Por que não considerar uma área testemunho disto tudo? Os Gerais – que retratam o casamento da cultura e do meio ambiente – têm 13 milhões de hectares (ou tinham, originalmente). Por que haveríamos de sacrificar a área do

⁹⁶ Depoimento do sétimo veredeiro entrevistado PA São Francisco, Formoso, 2010.

⁹⁷ Depoimentos dos membros da FUNATURA concedido à Andréa Borghi Moreira Jacinto, durante a realização de sua pesquisa de mestrado (JACINTO, 1997, p. 30). O trabalho desta autora se situa em um tempo particular, em 1996, quando o PARNA GSV já estava estabelecido e com todos os aparatos técnicos científicos para o seu funcionamento. O mais importante, porém, é que estudo situa no período de maiores conflitos, devido ao fato de estar cogitando a retirada em definitivo de todos os moradores afetados para um Projeto de Assentamento. Seis anos mais, tarde isso se concretiza com a criação do PA São Francisco.

⁹⁸ Depoimentos dos membros da FUNATURA concedido à Andréa Borghi Moreira Jacinto, durante a realização de sua pesquisa de mestrado (JACINTO, 1997, p. 30).

Parque, que não chegam aos 84 mil hectares, ou cerca de apenas 0,64% deste total? Por que não se rebelar com toda a agressividade (no bom sentido) contra o ‘ecocídio’ (outro neologismo, agora usado por mim) praticado pelas plantações de soja, fabricação de carvão vegetal a partir do Cerrado nativo, plantações de eucaliptos, fazendas sem manejo, queimadas, posseiros, falta de políticas de distribuição de terras, desgovernos, estradas, desvios de estradas?⁹⁹

Não podemos desconsiderar do depoimento que as razões para a criação de uma Unidade de Conservação são relevantes. Afinal de contas, a degradação ambiental vinha se intensificando com a expansão da soja nas chapadas que compõem o complexo Gerais. Além do estancamento das Veredas para a construção de pivôs de irrigação, o desmatamento para a produção de carvão vegetal para atender as demandas das siderurgias em processo de expansão na região. Porém, isso não justifica que para haver a conservação dos recursos naturais as populações que são também parte desta natureza histórica devam ser desapropriadas.

Isso demonstra, como sugere Diegues, a hierarquização dos tipos de Unidade de Conservação, onde as de proteção integral, por não permitir a presença de seres humanos é considerada “mais completa e mais importante”. Por outro lado, as que teriam menos impactos sociais, econômicos e culturais como as de manejo sustentável são consideradas menos importantes. Na verdade, como demonstra o autor, isso é um reducionismo, sobretudo, porque não garante a conservação de outros elementos como as redes de sistemas culturais de populações atingidas direta e indiretamente por Parques Nacionais (DIEGUES 2001, p. 115).

Há outras formas de pensar por trás disso, principalmente, a exclusão dos veredeiros para a implantação do PARNA GSV. Em momento algum, houve envolvimento da população nem mesmo foram informadas do que estava acontecendo. Nas falas dos veredeiros fica claro as estratégias utilizadas: “*eles foram fazendo umas coisas, como se fosse para ficar ajudando o povo, ajudar lá onde é que agente morava*”. O que podemos apreender com isso é que para obter informações sobre o conhecimento local, formas históricas de dominação foram utilizadas. Neste caso, elas foram retomadas com outros conteúdo, “*traziam bolo*”, “*material escolar*”, utilizando a velha política do favor para novos fins. As próprias condições econômicas em que viviam as populações veredeiras favoreceu este processo. Os favores oferecidos foram essenciais para suprir os “mínimos vitais”.

Este modelo de política de dominação social provém da própria estrutura social na qual os veredeiros estavam inseridos. Historicamente, esta dominação foi exercida pelo fazendeiro, chefe político e econômico, ou seja, o coronel. A partir do momento que os ambientalistas recorrem as estas práticas, estão fazendo uma nova leitura, mas acabam por impor um novo modelo de dominação, agora não mais o da fazenda, mas o do ambientalista. Com referência a

⁹⁹ Depoimento de membros da FUNATURA concedido a Andréa Borghi Moreira Jacinto, durante a realização de sua pesquisa de mestrado (JACINTO, 1997, p. 31).

forma territorial deste processo, podemos dizer que a fazenda é substituída pelo parque. E, do mesmo modo que o fazendeiro expulsava o posseiro e/ou agregado quando não precisa mais de seus serviços, o ambientalismo o faz com os veredeiros. Com isso, a partir da materialização da Unidade de Conservação são forjadas novas relações de poder. Quem controla este poder são os homens e as mulheres que representam o ambientalismo.

É um poder outro, porém, um poder simbólico. Esta forma de poder tem uma capacidade criadora que Bourdieu denomina como “poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força” (BORDIEU, 2010, p. 12). Ela cria representações de mundo. Isso porque os símbolos são instrumentos utilizados para aperfeiçoar a integração social. Eles tornam possível o consenso. Na verdade, o poder joga por meio de dissimulações, e se vale das construções simbólicas para se tornar mais operante. E, como diria João Guimarães Rosa “o senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado! E bala é um pedacinhozinho de metal...” (ROSA, 1994 p. 19).

Nesse sentido, ele se vale do desejo e das necessidades humanas de significação, de significação do espaço e do território e se entremeia de forma sutil. “O poder simbólico (...) supõe (...) conformismo lógico, «uma concepção homogênea do tempo, do espaço (...) que torna possível a concordância entre as inteligências»” (BORDIEU, 2010, p. 11). O poder simbólico é a forma de legitimação de outras formas de poder. Capaz de produzir efeitos sem nenhuma forma de violência física ou gasto de energia.

É um poder que domina o território, mas não restringe a ele, domina também os corpos. E, como diria David Harvey, “o corpo é um projeto inacabado, de certo modo maleável histórica e geograficamente” (HARVEY, 2004, p. 136). Ora, o corpo na qualidade de “máquina desejante” não cria somente o seu interior, mas e, sobretudo, o seu exterior. O seu controle, portanto, é o controle do território. “O corpo (...) internaliza os efeitos dos processos que o criam, delimitam, sustentam e dissolvem. O corpo que habitamos, e que é para nós a medida irredutível de todas as coisas, não é ele mesmo irredutível” (HARVEY, 2004, p. 137).

Mas, para isso há a necessidade um poder simbólico, disciplinador. Numa passagem David Harvey leva-nos a entender que o espaço-tempo corporal está ligado direta e dialeticamente ao espaço-tempo mais amplo. Isso no conduz a interpretar o corpo como agente criador de formas e conteúdos. Se ele atua nesse sentido, é também um território, uma produção do corpo, corpo inserido socialmente. Ele é “ativo e transformador em relação aos processos que o produzem, sustentam e dissolvem”, em suma, é um “corpo político” (HARVEY, 2004, p. 138).

É “fazendo reunião, trazendo médico, é consultando as pessoas” que ambientalismo ongueiro controla o território. Assim como as relações de poder e relações sociais precedentes, ele atua com o aval do Estado. O que o torna diferente de fato, é que eles têm como aliado a ciência e a técnica. Antes de qualquer imposição, conheciam o território veredeiro por meio de fotos aéreas e

de satélites. Além disso, contam como o apoio da ideologia urbana- industrial “a conservação da natureza”. Se modelos de dominação precedentes podem parecer retrógrados, o ambientalismo ongueiro é moderno, envolve os anseios e os conflitos atuais, o da preservação ambiental.

Outro fator que o diferencia, como expresso no próprio relatório da FUNATURA, é o conhecimento técnico que constaram antes de impor os processos de dominação e a expropriação dos veredeiros. Isso se revela porque “a FUNATURA estudou a área durante seis anos, fez diversos levantamentos de geomorfologia, flora, fauna, hidrologia, fundiário e delimitação”¹⁰⁰. Antes de qualquer ação direcionada, sabiam da natureza das propriedades fundiárias, e acabam por utilizar da própria ética do agir veredeiro contra eles. Terra sem título formal é menos onerosa no processo de desapropriação e menos burocrática já que não há documentos que provem a existência da propriedade.

Você podia contar sobre um morador, de mais de oitenta anos, que foi retirado com mandato judicial?

Era um velho daqueles, rapaz olha, eu passei uma época por lá, e olha, tinha uma roça de mandioca muito boa, mas depois porco tomou conta porque ele teve que se mudar de qualquer forma, teve polícia no meio e então foi uma coisa lamentável essa mudança dele¹⁰¹.

Estas anotações nos mostram, por um lado, o caráter autoritário da implantação de políticas públicas. Por outro, uma violência simbólica e cultural, a recorrer ao paternalismo por meio de ajuda econômica e se valendo ainda de fragilidades sociais e da dominação histórica. Isso acontece, sobretudo porque os ambientalistas personificam, em um primeiro momento, “homem bom” que veio para ajudar e também dar proteção. É importante frisar que o PARNA GSV só se concretizou 13 anos após o PADSA, ou seja, outras rupturas sociais, culturais e econômicas já vinham sendo produzidas.

A rigor, isso revela a pouca preocupação com a vida humana que estava sendo colocada em jogo, toda a estratégia de pesquisa que a FUNATURA criou, como exposto no relato acima, não teve nenhuma preocupação com as populações atingidas. O que revela o distanciamento entre preservação/conservação da natureza dos elementos culturais. O discurso ambiental é multifacetado, está preocupado com os direitos da “natureza” mais com os direitos do homem de ter um lar, um território. Propor uma Unidade de Conservação é propor outro território, diferente daquele antes existente. E, para que isso se concretize, é preciso tornar as práticas

¹⁰⁰ Boletim FUNATURA, 1989.

¹⁰¹ Depoimento do quarto veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

sociais historicamente estabelecidas, contraditórias em si mesmas pelo processo de “criminalização”¹⁰².

O PARNA GSV foi elemento desterritorializante porque, entre outras coisas, privou os vereadores do controle do território. Ao fazer isso, privou o acesso aos recursos naturais e à terra de trabalho. O tempo e o espaço vividos tornam-se estranhos, a vida é incerta, o lugar torna-se o “não-lugar” no seu sentido efetivo. E isso ganha mais relevo quando a expropriação se efetivou de todas as formas, com a retirada em definitivo dos vereadores transferindo-os para o PA São Francisco. Mas, como estamos argumentando, este é apenas um dos processos de rupturas que se engendraram sobre os territórios vereadores, outros como o PADSA, tiveram relevância neste processo. Para finalizar este capítulo retomaremos os fatos elencados para pensar a desterritorialização vereadeira.

3.5 Tempos de rupturas: a desterritorialização vereadeira

Deixo terra com eles, deles o que é meu é, fechamos que nem irmãos. Para que eu quero ajuntar riqueza?
João Guimarães Rosa

O que devemos enfatizar neste início de item é, que, quando referimos aos vereadores como grupo territorial, estamos, de certo modo, fazendo referência a um intrincamento entre território e natureza na conformação de uma identidade. O território como conjugação de ações humanas historicamente construídas, a identidade que conjuga a natureza socialmente apropriada, se integram para formar o território, o vereador. Neste caso, quando nos referimos ao vereador, falamos de identidades, territórios, relações de sociabilização da natureza, ou seja, de um conjunto complexo de formas e conteúdos forjados no tempo-espaço.

Em outras palavras, estamos afirmando que não há e/ou não havia a separação do homem de seu território de representação. Eles estavam interligados historicamente. Com isso, podemos afirmar que os vereadores, antes dos processos de rupturas, não representavam separadamente o território de ação do grupo social, a natureza e a vida humana. Carlos Rodrigues Brandão sugere que grupos sociais podem conviver no mesmo espaço têm experiências de tempos de diferente e outros, podem conviver em espaços diferentes e ter experiências de tempo em comum e que, em alguns casos, certos grupos não partilham nem as

¹⁰² Quando referimos ao termo criminalização, estamos refletindo sobre a legislação ambiental imposta aos vereadores com a criação do PARNA GSV. Deste modo, o cultivo das Veredas, a queima dos Gerais, a caça e a pesca são proibidas, o que compromete a própria reprodução social.

experiências de espaço e nem do tempo (BRANDÃO, 2008). É neste sentido que compreendemos o encontro dos veredeiros com os gaúchos e ambientalistas.

Antes das políticas de modernização impostas pelo Estado, os veredeiros tinham em comum os mesmos territórios e dinâmicas temporais semelhantes. E, como escreve Brandão, compartia um tempo-espaço de experiências porque “compartindo um mesmo tempo de história, compartilham também a mesma geografia do espaço” (BRANDÃO, 2008, p. 48). Com a chegada dos gaúchos esta dinâmica mudou, sobretudo, pelas diferenças identitárias, pelas relações com a natureza e também pelas relações entre os homens. Nesse caso, os veredeiros e os gaúchos dividem o mesmo espaço, os Gerais, mas não dividem o mesmo tempo. Entre eles há diferença sutil, o tempo capitalista como regra e outro o tempo do camponês. São racionalidades outras, experiências também outras e, por isso, espaços semelhantes e tempos diferentes.

A chegada dos ambientalistas muda novamente as condições de experiência do espaço-tempo. Com eles, de início, os veredeiros compartilhavam o mesmo espaço e um tempo diferente, mas com a retirada em definitivo de seus territórios passam a não compartilhar nem um tempo e nem um espaço. Isso acontece porque a implantação da Unidade de Conservação e as imposições que a legislação ambiental criou para as práticas sociais, limitando-as, tornam os antigos territórios em “territórios do parque”.

“Os espaços que existem, existem porque são construídos”, escreve Brandão, e nessa construção que se dão as diferenças “tanto na natureza quanto nos pontos de interseção entre ela e a cultura, dados, espaços são feitos e, feitos estão sempre a se fazer, a serem feitos” (BRANDÃO, 2008, p. 48). Acontece que entre os veredeiros estas texturas de construção de territórios tinham mais relevo, não havia a separação entre o ideal e o material, o simbólico e o funcional, o território do veredeiro foi e continua sendo a Vereda e os ambientes circundantes¹⁰³.

Mas, é justamente nestas texturas finas que compõem o território veredeiro, que o processo de desterritorialização vai atuar. E, como diria Neil Smith, “o território permanecera, mas as pessoas haviam se tornado móveis” (SMITH, 1998, p. 123). Sobretudo, devido às imposições ambientais, políticas e econômicas, começa haver o rompimento entre o grupo social e o território de representação. É neste sentido, que a desterritorialização se concretiza, rompe os vínculos mais sutis entre os veredeiros e os territórios das Veredas.

¹⁰³ O uso de dois tempos verbais, o presente e o passado, justifica-se porque estamos referindo a um grupo específico que foi expropriado de seus territórios. Mas, em outros lugares, há populações veredeiras mesmo que com condições de reprodução social debilitada. A este respeito, o livro “História dos Gerais” de Eduardo Magalhães Ribeiro tem uma contribuição importante, pois demonstra como os veredeiros estão criando estratégias para manterem-se no campo e nas Veredas (RIBEIRO, 2010, p. 23).

Neste caso, o veredeiro começa a existir sem ter uma relação direta com as Veredas, produtivamente e culturalmente. De modo geral, podemos dizer que a partir das rupturas engendradas pelo PADSA e PARNA GSV, “o tempo” do homem veredeiro “não corresponde ao tempo da natureza” que se efetivava nos tempos de outrora (DE PAULA *et. al.* 2006, p. 118). E, como afirma João Cleps Junior, devido aos “interesses conflitantes sobre o uso e a ocupação de um mesmo território geram disputas territoriais” (CLEPS JUNIOR, 2010, p. 37). É isso que ocorre entre os veredeiros, migrantes sulistas e ambientalistas, disputas por uso, ocupação e representação de territórios. A rigor, esta disputa territorial interfere na concepção de tempo/espaço, natureza e identidades.

Ao se referir aos migrantes gaúchos territorializados pelo PADSA podemos situar esta disputa territorial em dois planos: identitária e econômica. Como escreve Carlos Rodrigues Brandão “as identidades são as representações inevitavelmente marcadas pelo confronto com outro” (BRANDÃO, 1986, p. 34). Este confronto pode ser forjado no próprio encontro de culturas e modos de vida. E, como argumentamos em linhas precedentes, isto tem a ver com o próprio processo histórico de formação identitária.

A identidade veredeira tem sua gênese no latifúndio pecuarista e na dominação política e econômica, aos quais os “donos do poder” os submetiam. Isso cria um campo de significação específico. Noutros termos, há uma complexa gama de relações de trabalho e de relações sociais por detrás da identidade veredeira. O que acontece, porém, é que o caráter das políticas públicas vem justamente no sentido de questionar este mosaico da experiência veredeira. E, faz isso por meio da inserção de camadas de sujeitos sociais que tem outra perspectiva em relação ao território e a natureza.

O que se efetiva com o PADSA é um novo jogo de identidades e, de poder, portanto, um poder simbólico. Neste caso, o que prevalece não é apenas um contraste cultural, mas “o próprio reconhecimento social da diferença” (BRANDÃO, 1986, p. 34). O território entra em disputa por representar “uma síntese contraditória” das identidades (CLEPS JUNIOR, 2010, p. 38). A partir destes confrontos identitários, nuances outras são atomizadas, sobretudo, porque os sujeitos contrastivos aos veredeiros, os migrantes gaúchos, são beneficiados por políticas públicas de acesso a terra e ao crédito. O que era, num primeiro momento, apenas diferenças culturais, ganha relevo e se tornam diferenças sociais e econômicas.

Afinal de contas havia “vazios demográficos” e para que o desenvolvimento econômico se efetivasse, era necessário conquistar a natureza. E, tornar aquele espaço um lugar de produção. Sob determinadas leituras, a identidade veredeira “representava” um atraso em relação ao

desenvolvimento que aos poucos os gaúchos foram materializando¹⁰⁴. Este é o principal confronto: os gaúchos são representantes de uma “modernidade” capitalista e são os responsáveis pelo desenvolvimento econômico; os veredeiros representam o “velho”, o “ultrapassado”.

O desmatamento, o esgotamento das Veredas e a erosão de leitos dos rios é preço “justo” a ser pago em troca do desenvolvimento¹⁰⁵. Mas, à medida que estes processos avançam, os sistemas sociais e culturais dos veredeiros, por depender destes recursos naturais “ficam frágeis e sujeitos a riscos de rupturas, mas também estão sujeitos a modificações” (DE PAULA *et. al.* 2006, p. 122). As mudanças ganham ritmo, sobretudo, porque novas relações sociais são impostas. E, como demonstra Claude Correia Costa, antes da chegada da RURALMINAS e dos gaúchos, entre os camponeses veredeiros não havia documentação como efetivação da propriedade da terra. Processo que muda radicalmente a partir das mudanças, a posse deixa de representar um lugar de reprodução da vida em família e torna-se propriedade no sentido capitalista do termo (CORREIA, 2002).

Isso tem implicações mais sutis. À medida que avançam as demarcações de propriedades em “cartório”, as terras que não foram apropriadas pelos capitalistas da agricultura entram também em regime de propriedade privada. E, como demonstramos no segundo capítulo, havia a relação entre terras privadas e comuns que permitia a todos o acesso aos recursos necessários à manutenção da vida. Mas, se a propriedade avança, avança também o controle privado sobre o que era comum, avança também as mudanças na territorialidade veredeira. Neste caso, entre os próprios veredeiros começam haver diferentes experiências de tempo-espaço, as mudanças em relação à propriedade da terra e uso dos recursos naturais engendra aquilo que linhas precedentes anotamos como partilha de um mesmo espaço, mas com tempos diferentes.

Outra implicação disso é que na medida em que as terras comuns deixam de existir, a complementariedade entre Veredas, encostas e chapadas é quebrada. Os usos das Veredas tornam-se mais intensos, os espaços de cultivo diminuem e o gado que ficava na solta agora disputa espaço com a agricultura. O que ocorre em todos os ambientes é uma intensificação do uso. A própria relação com o tempo muda, sobretudo, porque os tempos anteriores tinham como sinônimo a largueza e a possibilidade de abertura de novas áreas de cultivo.

¹⁰⁴ Durante o trabalho de campo podemos notar esta questão entre os gaúchos e também entre os próprios veredeiros.

¹⁰⁵ Segundo Eduardo Magalhães Ribeiro referindo-se ao PADSA comenta que o aprofundamento das voçorocas na Serra das Araras aumentavam 1,5 metros ano e que de 1979 e 1984, “um terço dos córregos que abasteciam o rio Pardo- cujas nascentes estão situadas no Vão-dos-Buracos - já havia desaparecido”. (RIBEIRO, 2010, p. 33). Vão-dos-Buracos é uma comunidade rural próxima à cidade de Chapada Gaúcha, esta, como outras comunidades, tem suas condições de vida transformada pela chegada dos cultivos da soja. Conforme podemos observar como os cultivos estão em áreas mais elevadas que as terras camponesas, as enxurradas trazem a terra da chapada para dentro do vale assoreando os leitos de água e as Veredas.

O que estamos observando, neste caso, é uma dupla metamorfose dos Gerais. De um lado, o avanço das monoculturas, a lógica do capital, mediante as relações de produção começam a permear todas as esferas da vida dos gaúchos e também dos veredeiros. O território que antes tinha conotação de “lar”, de “segurança”, é permeado pelo sentido efemeridade, de incerteza, contingente e de fragmentado. Nesse caso, o território transforma-se “pela práxis dos homens, que são totalmente alienados ao capital, mediante a ideologia de uma sociedade urbana industrial”. Ao mudar a natureza do território, “modifica-se o homem, modificam-se o lugar, modifica-se os cenários, enfim, a relação entre e ‘com’ a natureza” (DE PAULA *et. al.* 2006, p. 116).

Por outro lado, há uma segunda transformação, mais lenta e que se perfaz sobre todas as esferas da vida veredeira. Aquela metamorfose que se faz por dentro dos Gerais, por meio de seus próprios homens, se dá por meio das mudanças das relações que acontece entre os homens e suas solidariedades, ou melhor, pelas rupturas de suas solidariedades. A chegada do PADSA não interferiu somente com a privatização da terra e dos recursos naturais, mudou também a própria representação dos homens e de suas relações com o território. A “riqueza” gaúcha torna-se um ideal de vida a ser conquistado.

Os Gerais deixam de ser Gerais e tornam-se fechados em si mesmo pela propriedade privada de todos os seus componentes. Isso tem implicações, uma delas é que os Gerais se metamorfoseiam em território “das monoculturas de soja e café, de boias-frias (...) de um povo que vive um desenraizamento cultural e se submete a uma tecnologia massificante que muda (...) as tradições de sociabilidade e a própria identidade” (DE PAULA *et. al.* 2006, p. 117).

A desterritorialização opera de forma muito sutil, mudando a natureza dos territórios, as vidas veredeiras. “Invertem-se tempos e espaços e reverterem lugares, valores e paisagens” (DE PAULA *et. al.* 2006, p. 117). O veredeiro mesmo ainda nas Veredas está “desencaixado” de seu próprio mundo de significação. Como escreve Rogério Haesbaert “o presente se torna, assim reificado, na ausência de uma relação coerente entre presente, passado e futuro. Trata-se de uma ‘esquizofrenia’ onde se vivencia uma série de puros presentes não relacionados com o tempo” (HAESBAERT, 2004, p. 153).

Não obstante, por mais que a chegada dos gaúchos tenha engendrado mudanças, os veredeiros ainda tinham o controle de partes de seu território. Isso muda em definitivo com a criação do PARNA GSV. Isso acontece porque o parque se sobrepõe de forma violenta sobre os territórios veredeiros. “*O parque tomou a terra da gente*”¹⁰⁶. Se os sistemas culturais, sociais e econômicos já estavam fragilizados pela intensidade das mudanças, as proibições da Unidade de Conservação são ainda mais degradantes.

¹⁰⁶ Depoimento do sexto veredeiro entrevistado PA São Francisco, Formoso, 2010.

A desterritorialização se intensifica, tendo o seu ápice em 2002, com a retirada em definitivo dos veredeiros para PA São Francisco. O processo de desterritorialização se realizou de forma contínua e com níveis de intensidade diferentes. A desterritorialização acontece não somente pela perda do controle do território, senão pelas mudanças dos conteúdos históricos que davam sustento e legitimidade aos veredeiros e ao uso da natureza. Mudam-se os tempos, mudam-se as gramáticas sociais e territoriais.

A agricultura mecanizada engendra a desterritorialização por meio da contaminação das águas e terras devido ao uso intensivo de produtos químicos, pelo desmatamento, que gera escassez de frutos dos Cerrados e através de ocupações das terras comuns com os monocultivos. Os espaços sociais perderam as teias que historicamente foram construídas para implantação de novas formas de ocupação racional e científica. A desterritorialização é engendrada, também, com as relações de trabalho impostas com base no assalariamento, ou, por meio da coisificação do trabalho, da produção e das pessoas, pelas relações de mercado introduzidas por meio da convergência entre capital, produção e produtividade.

O PARNA GSV produziu a desterritorialização porque apropriou das chapadas, das Veredas e encostas, “desconstruindo” a territorialidade veredeira. E tem como justificativa “o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável (...) de forma socialmente [in] justa e economicamente viável” (SNUC, Art. II, XI). Neste caso, a natureza tem valor intrínseco para ser preservada. E o Homem não faz parte da natureza, por isso, não é permitida a sua presença. No território da natureza, os poderes são verticalizados e tem o Estado como agente soberano da territorialidade.

No caso do parque, o território foi desapropriado. “*As melhores terras foram dadas ao parque*”¹⁰⁷. “*As terras de se cultivar e criar gado estão dentro do parque*”¹⁰⁸. Terras que outrora pertenciam aos camponeses, “no tempo de parque”, pertencem “aos de fora”. Em outras palavras, personificam o PARNA GSV como agente que expropriou as terras. Neste caso, “*ele é o culpado, pela nossa tragédia*”¹⁰⁹, enfim, pela desterritorialização camponesa nos sertões dos Gerais.

É preciso considerar que camponeses, como os veredeiros, mudam suas práticas territoriais em duas situações: por iniciativa própria para atender as demandas internas do grupo e também por influência externa. Isso é claro, desde que não coloquem em risco os sistemas culturais, técnicos, econômicos e produtivos (MENDRAS, 1978). O que estamos observando, porém, entre os veredeiros, a partir das políticas públicas engendradas, não é um

¹⁰⁷ Depoimento do primeiro veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

¹⁰⁸ Depoimento do sétimo veredeiro entrevistado PA São Francisco, Formoso, 2010.

¹⁰⁹ Estas falas foram colhidas durante o VIII Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas no dia 10 de Julho de 2009 durante o Encontro dos Povos do Grande Sertão: Veredas na cidade de Chapada Gaúcha.

processo semelhante a estes descritos. Mais do que mudança em si, o que ocorre são rupturas tempo-espaciais. Onde práticas territoriais se tornam contraditórias as regras sociais do grupo, sobretudo, devido ao fato de que a legislação ambiental criminaliza estas práticas. E, como demonstra Nazira Correia Camely, este argumento é comum entre as “ONGs ambientalistas e dos órgãos de fiscalização ambiental (...) acusar as comunidades de crime ambiental” (CAMELY, 2008, p. 21).

Isto se revela quando afinamos olhar sobre o encontro entre veredeiros e ambientalistas. É um encontro em condições desiguais, desigualdades, aliás, que perpetua por todo o processo da desterritorialização veredeira. Afirmamos isso, baseado no fato de que os ambientalistas estavam assegurados por uma série de leis e normas sustentadas pelo Estado. Na verdade, a FUNATURA quando assume o papel de gestora do PARNA GSV, assume, assim por dizer, a própria função do Estado, assegurando a gestão, a fiscalização e regularização da legislação ambiental, sobretudo, as referentes ao PARNA GSV.

Por isso, o conflito entre veredeiros e os ambientalistas sempre foi desigual. Enquanto que os veredeiros não tinham nem mesmo direito de permanecer na terra de trabalho a qual historicamente estavam ligados, os ambientalistas estavam assegurados por um aparato legal e econômico garantido pela legislação. E por este papel privilegiado, que a FUNATURA, por intermédio de parcerias com IBAMA, cria estratégias para desfazer e/ou alterar as práticas territoriais veredeiras.

Controlar o território, criar legitimidade para Unidade de Conservação foi o papel desempenhado pela FUNATURA. E, para fazer isso, o território veredeiro, as suas representações foram contestadas. O que está em jogo é o território, e quem o controla, detém o poder de decisão sobre os demais. Isso acontece porque desde o início da criação da PARNA GSV, o objetivo principal foi à retirada dos veredeiros, evitar o uso, funcional e simbólico, do território. Como demonstra Álvaro Heidrich “com a ausência do usuário tudo se desfaz porque não se materializam as marcas e os sentidos só reaparecem com o retorno da ocupação” (HEIDRICH, 2009, p. 276).

A questão do “uso” é questionável, sobretudo, pelo caráter funcionalista que dá as relações humanas, mas se ampliarmos o seu sentido, tem contribuições relevantes. Isso porque se refere a uma ligação entre o homem e sua experiência territorial. Se há uso, há controle, está, portanto, assegurado à efetividade das práticas territoriais. Na verdade, “o elo que se estabelece com o território é o que diz se um ator tem controle sobre a área ou se tem acesso e participa daquilo que sua extensão proporciona” (HEIDRICH, 2008, p. 276).

Na verdade, “os vínculos territoriais” são criados a partir da historicidade construída na apropriação do espaço. E como estamos tratando de disputas por territórios que se materializam em conflitos ambientais, a quebra destes vínculos é o que leva a desterritorialização. A

criminalização das práticas territoriais veredeiras por meio de acusação de crime ambiental tem efeitos perversos. Isso porque, como demonstra Milton Santos, devido o papel ativo do território na reprodução da vida, sobretudo, entre os “atores hegemônicos [que] têm o território como um abrigo, (...)” a fim de garantir as suas “sobrevivências nos lugares” (SANTOS, 2000, p. 108). Isso é, de um lado, uma estratégia para desqualificar a autonomia e controle do território veredeiro. E de outro, a justificativa para engendrar outras manobras políticas para efetivar o controle e legitimidade da Unidade de Conservação.

O que estamos observando são “imaginações geográficas” distintas e, mesmo, contraditórias em confronto. David Harvey argumenta que as imaginações geográficas são a matéria-prima de representação do mundo, das concepções de tempo, espaço, natureza e cultura. Tendo em vista que elas “habilitam o indivíduo a reconhecer o papel do seu espaço e do lugar em sua própria biografia; a relacionar-se aos espaços que ele vê ao seu redor” (HARVEY, 1980, p.14). Se, são geográficas, são, portanto, históricas e remete a uma vivência. “Isso conduz a reconhecer o relacionamento que existe entre ele [o sujeito territorial] e sua vizinhança, seu território (...) seu pedaço” (HARVEY, 1980, P. 15). Se estas imaginações geográficas não são superadas ou debilitadas, a quebra dos vínculos territoriais e do controle do território não se efetiva.

Acreditamos que a imaginação geográfica é alimentada cotidianamente pelo próprio devir da vida cotidiana, o movimento, a fluidez e a estabilidade estão interligadas, são, portanto, o meio e a base concreta de sua realização. O movimento permite aprender as tramas espaciais, o devir histórico, a estabilidade cria o com-viver com outros sujeitos, com tempos e práticas territoriais. Em outras palavras, elas têm a função de representar o sujeito territorialmente. Neste caso, a criação do PARNA GSV e suas implicações seguintes, atingem diretamente as imaginações geográficas porque impõem um novo conceito/e prática de natureza, de território.

Ao fazer isso, a própria geograficidade do tempo-espaço veredeiro mudam. E se isso acontece, temos então o primeiro embate, sobretudo, porque "a história da mudança social é em parte apreendida pela história das concepções de espaço e de tempo, bem como aos usos ideológicos que podem ser dados a essas concepções" (HARVEY, 1993, p. 201). O território é histórico, mas pode-se se tornar uma abstração ou um “não lugar”. Vê-se, a partir de então, a desnudação das imaginações geográficas veredeiras e as imposições de outras: a imposição da educação ambiental, a criação do sentido de propriedade da terra por meio da regularização fundiária.

O que acontece depois de tudo isso? A criação do Projeto de Assentamento como “recompensa” por todas as perversidades cometidas. Não entanto, o assentamento é um espaço outro, com condições ambientais e sociais diferentes. Este é o lugar escolhido para se

reterritorializar os veredeiros. Mas, será que os veredeiros serão reterritorializados, ou apenas serão os novos assentados do INCRA?

Par finalizar este capítulo, apropriamos de mais uma passagem de João Guimarães Rosa. Tal passagem descreve a perda de sentido dos lugares, do Mutúm de Miguilim.

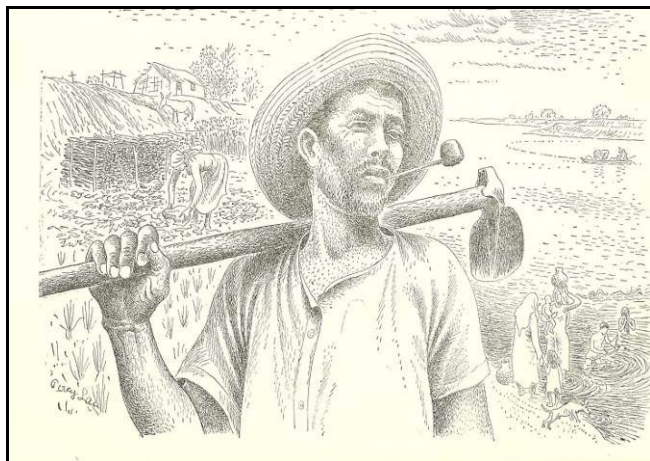
Todos os dias que depois vieram, eram tempo de doer, **Miguilim tinha sido arrancado de uma porção de coisas, e estava no mesmo lugar**. Quando chegava o poder de doer de chorar, era até bom – enquanto estava chorando, parecia que alma toda se sacudia, misturado ao vivo todas as lembranças, as mais novas e as muito antigas. Mas, no mais das horas, ele estava cansado. Cansado como que assustado. Sufocado. Ele não era ele mesmo. **Diante dele, as pessoas as coisas, perdiam o peso de ser. Os lugares, o Mutúm – se esvaziavam, numa ligeireza, vagarosos. E Miguilim mesmo se achava diferente de todos**. Ao vago, dava a mesma ideia de uma vez, em que, muito, muito pequeno, tinha dormido de dia, fora de seu costume – quando acordou, sentiu o existir do mundo em hora estranha, e perguntou assustado: “Uai, Mãe, hoje é amanhã?” (ROSA, 2001, p. 122. Grifos nossos).

Algumas perguntas são necessárias: tornou-se os Gerais um grande Mutúm, vazio de sentido? As coisas, as pessoas, perderam a importância de ser? Estas questões é que buscamos responder no próximo capítulo com a análise da criação do PA São Francisco e a relocação dos veredeiros para este novo território.

“Senhor tolere, isto é o sertão”

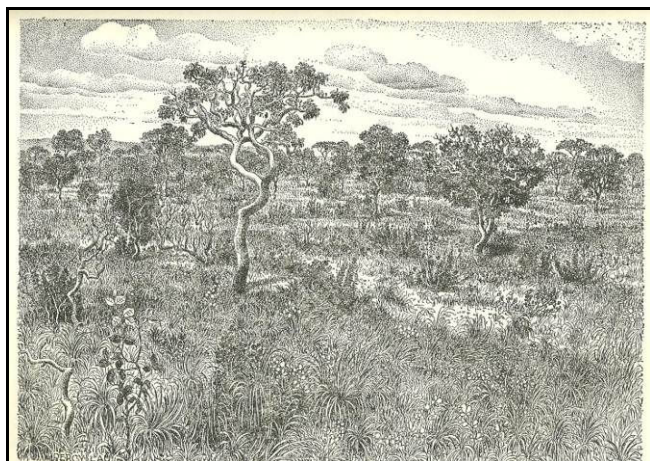
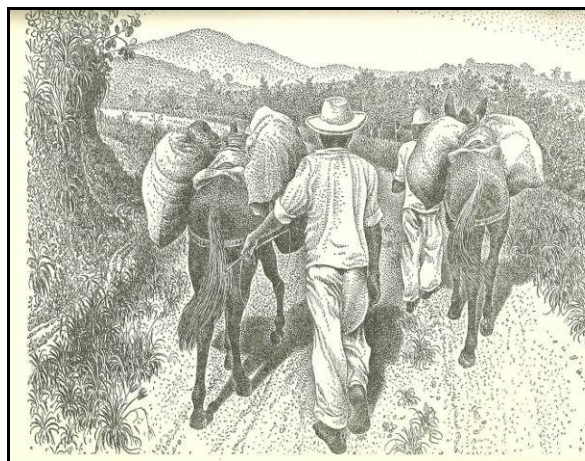
João Guimarães Rosa





CAPÍTULO IV

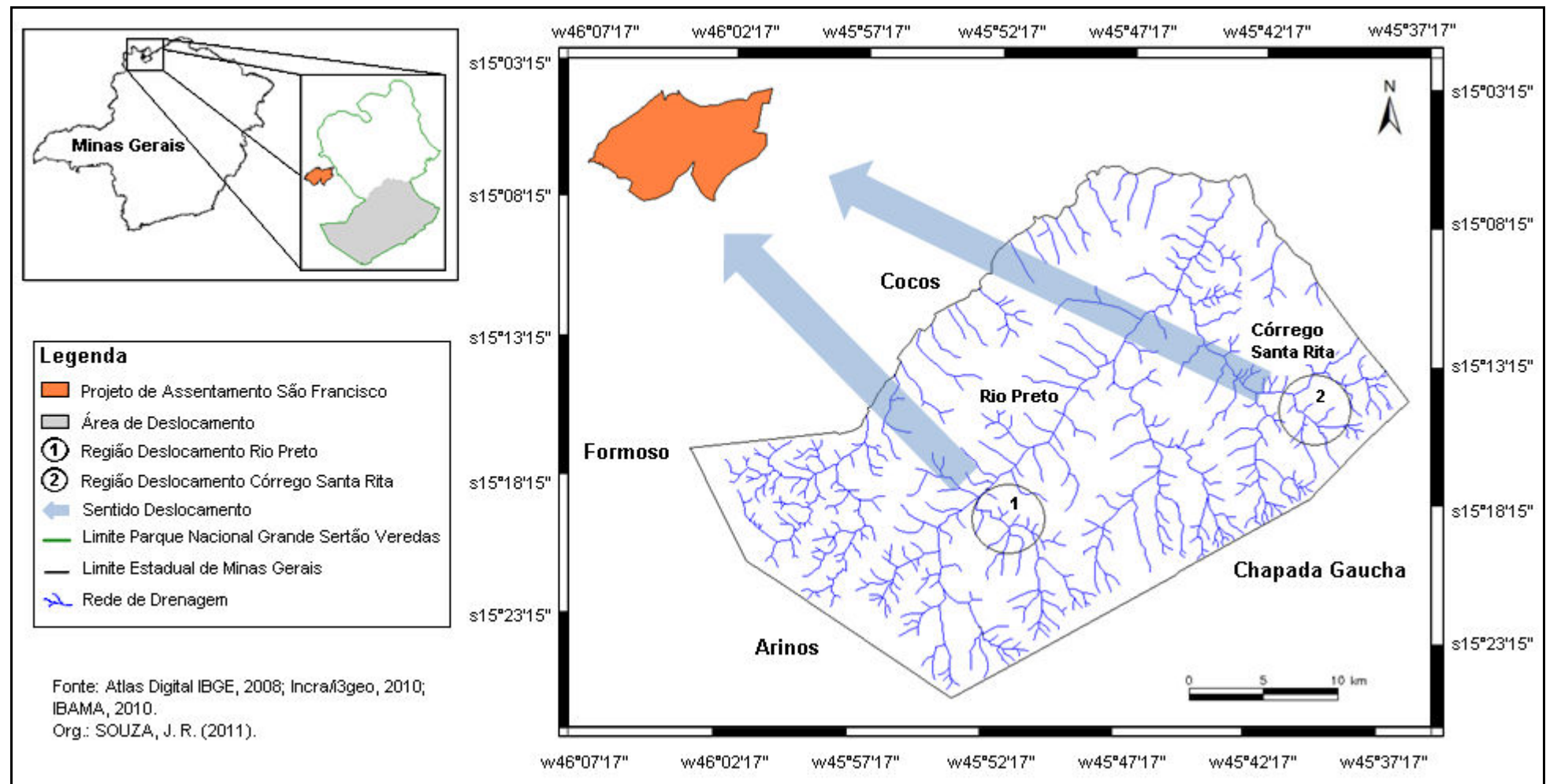
*DE VEREDEIRO A ASSENTADO:
a reterritorialização veredeira no
Projeto de Assentamento São
Francisco,
Formoso-MG*



*Adeus Mato Grande
 Até logo Minas Gerais
 O dia que eu for embora
 Por aqui não volto mais
 Esse Parque do governo
 Ninguém sabe o quê que faz
 Vou-me embora para Formoso
 Que é divisa de Goiás
 Esse Parque do governo
 Ninguém sabe o quê que faz
 Esse povo do IBAMA
 Aperreia a gente demais
 Cachoeira do Rio Claro
 No Urucuia derramou
 Eu quero perguntar
 Por onde anda meu amor
 Tá com um mês e quinze dias
 Ela foi e não voltou
 Mandei uma carta para ela
 Nem resposta não mandou
 Eu vendi minha fazendinha
 Chapadinha era minha fama
 Pra livrar da tentação
 Desse povo do IBAMA
 Os de fora pega os bicho
 E os de dentro leva a fama
 Eles são um povo atentado
 Igual a finfim na cama¹¹⁰*

Na trajetória de veredeiro a assentando ocorre um intenso processo de rupturas determinadas tempo-espacialmente (mapa 3). De um lado, há a desconstrução de práticas territoriais, a desterritorialização de territórios de representações, de um modo de vida interligado às Veredas. De outro, no PA São Francisco, ocorre aquilo que podemos chamar, numa primeira aproximação teórica, de reterritorialização, movimento complementar e, ao mesmo tempo, oposto a desterritorialização, cujo intuito é de reconstruir o território como elemento fundador da existência humana. Neste caso, há uma tessitura de relações que vão se estabelecendo a partir da desapropriação, reapropriação e ressignificação do território.

¹¹⁰ Canção criada pelos veredeiros assentados para expressar algumas das rupturas tempo-espaciais vivida. A canção popular, não tem autoria definida, é conhecida como elemento de protesto (SOUZA, 2006, p. 57)



Mapa 5: Área de deslocamento, do território-Vereda ao território- Assentamento.

Fonte: Atlas Digital IBGE, Incra3geo, 2010; IBAMA, 2010.

Acontece que o processo de reterritorialização não é a retomada de antigas territorialidades, é na verdade, uma rede ampla de novas relações simbólicas e funcionais que são forjadas no intuito de construir um novo significado para a apropriação do espaço. Quando modifica as relações, modifica também o sentido do território e a territorialidade. Neste sentido, é que se coloca o objetivo deste capítulo, o de analisar as transformações que se engendram entre os camponeses veredeiros na mudança do território-Vereda para o território-Assentamento. Em outras palavras, o que queremos de fato, é analisar como que se concretiza a apropriação do espaço no PA São Francisco, ou seja, em que condições o remanejamento das populações veredeiras realmente levou a reterritorialização.

Para isso, as categorias de relações historicamente estabelecidas são fundamentais, como por exemplo, aquelas engendradas com a natureza dos Gerais, em específico, as Veredas. Além das relações sociais, culturais e econômicas, fatores que determinam e criam uma ética camponesa. É fato que as políticas públicas engendraram mudanças, nos espaços, nas relações humanas e com a natureza. Cabe, porém, identificar como que isso se manifesta nos processos de reterritorialização.

Para responder o objetivo deste capítulo, metodologicamente, recorreremos a diferentes fontes de pesquisas, diferentes, mas, ao mesmo tempo, complementares. Neste caso, o ponto de partida são as entrevistas realizadas durante a pesquisa em campo, além das nossas impressões e interpretações sobre os fatos observados. Usamos também os documentos referentes ao processo de criação do PA São Francisco- o PDASF (2002)-, o levantamento do acervo cultural realizado pelo IPHAN (2005), além do relatório técnico elaborado pela FUNATURA, o Plano de Manejo do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (2003).

De saída, é necessário lembrar que a utilização de diferentes fontes de pesquisa tem a ver com a nossa proposta inicial, a triangulação de dados. Com isso, os horizontes analíticos são mais amplos, tendo em vista que estamos trabalhando com três leituras distintas do mesmo processo, a des(re)territorialização veredeira.

O que no final do capítulo esperamos demonstrar é que a reterritorialização envolve um conjunto complexo de relações concretas e simbólicas. Ela é uma necessidade ecológica, política e cultural, tendo em vista que o homem é um animal territorial. E, que quando a reterritorialização tem problemas para se efetivar, o homem procura caminhos outros para realizá-la. Com isso, veremos que temos duas possibilidades de reterritorialização: uma multifacetária e relacional que, no caso de nossa análise no PA São Francisco, envolve características de um assentado do INCRA e também de um camponês veredeiro. E temos também uma desterritorialização prolongada e/ou reterritorialização “precária” devido ao fato

das condições ambientais, sociais e econômicas oferecidas pelo PA São Francisco não permitir, a um grupo determinado, que haja a “experiência total do território”¹¹¹.

Uma reterritorialização não exclui a outra, o que há de fato é um ponto de convergência entre elas. Uma ou outra, porém, tem mudanças significativas na representação do território, nas atividades produtivas e na relação com a natureza. Isso pode levar a um novo sentido de território, a novas relações de poder, novas identidades e novas representações. O ritmo em que isso acontece está diretamente ligado ao ritmo das mudanças. O próprio tempo é resignificado, se torna mais fugaz e explosivo sobre si mesmo. O PA São Francisco é uma comunidade diversa daquela que os veredeiros vivenciaram historicamente. Por isso, há a necessidade de readequações das práticas territoriais a nova realidade geográfica.

O que optamos por fazer, não é criar tipologias de reterritorialização, ao contrário, isso é uma tentativa de criar meios de análise para abarcar as diferentes lógicas envolvidas no processo de reterritorialização. Isso é necessário, sobretudo, porque se há a reterritorialização “precária”, as condições de ser e permanecer um camponês veredeiro estão comprometidos. As alternativas encontradas neste processo são, portanto, as mesclas de territorialidades.

Com base nisso, a reterritorialização mais do que uma simples consequência do processo de desterritorialização, é uma possibilidade a ser conquistada, uma alternativa que se engaja por meio dos processos desterritorializantes. Além disso, entre a desterritorialização e reterritorialização há processos mediantes, aqueles que dificultam ou acelera o acontecer dos processos, demonstrando mais uma vez a necessidade de uma efetiva vivência tempo-espacial, uma vivência histórica determinada na construção de novos territórios.

Isso demonstra uma questão fundamental das práticas humanas, o homem não é dotado apenas do poder de reproduzir, mas, sobretudo “de criar, e que a criação é suficientemente aberta para não se restringir às determinações da razão” (HAESBAERT, 2006, p.41). No caso do PA São Francisco, os veredeiros reinventam o território à medida que reconstroem concreta e simbolicamente a vida em todas as suas dimensões.

4.1 “Adeus Mato Grande, até logo Minas Gerais, Por aqui não volto mais”

É fato que a criação da PARNA GSV não acontece sem conflitos, sobretudo, os de representações territoriais e de concepção de uso e preservação da natureza. A simples criação

¹¹¹ Louis Dumont fala da experiência total do espaço como forma de experimentação do mundo. Uma experiência total do território, portanto, envolve, ao mesmo tempo, cultura/política/economia/natureza e também as representações de território e os territórios de representação.

da UC não legitima o seu território. Neste caso, é preciso mecanismos que justifique a ideia de conservação da natureza. No início, a desocupação da área atingida era o projeto inicial, mas devido à resistência dos veredeiros em abandonar seus territórios e, mesmo, o surgimento de elementos que contestavam a legitimidade do Parque, como o aumento dos números de queimadas, conforme os dados da FUNATURA, algumas estratégias mediadoras foram necessárias. Neste sentido, inicia-se a fase de “conscientização ambiental”, ou para sermos mais exatos, a de uma imposição de uma “consciência ambiental”¹¹².

Na verdade, o que podemos observar é que para justificar a Unidade de Conservação, os programas de educação ambiental, gestados na parceria IBAMA e FUNATURA no início da década de 1990, foram criados no sentido de formar uma “consciência” de preservação da natureza. Isso, porém, revela que os conhecimentos veredeiros foram colocados em segundo plano e reforça mais uma vez a questão de toda prática humana e degradadora e que nega todo o processo histórico de relação dos veredeiros com o complexo Gerais. O conhecimento “válido”, “correto” é o do ambientalismo, portanto, os demais, os veredeiros, devem ser sujeitados a ele. Além disso, é uma imposição de valores urbanos que simplifica e assujeita os conhecimentos veredeiros a outros, externos.

No *Plano de Manejo do Parque Nacional Grande Sertão: Veredas* os princípios e os sujeitos da imposição da educação ambiental, além das parcerias com ONGs multinacionais para que isso se efetivasse, são destacados.

[A educação ambiental] Este é um dos principais trabalhos desenvolvidos no Parque e está a cargo da FUNATURA. Desde o primeiro convênio assinado entre IBAMA e FUNATURA, em 1990, a ênfase foi o trabalho com as comunidades locais no sentido de informá-las e conscientizá-las sobre a importância do Parque. Neste ano, com apoio do WWF-US foi desenvolvido um programa que durou cerca de três anos. Na sequência, já com apoio de recursos do Programa de Conversão da Dívida Externa para fins ambientais através de doação da TNC, foi dada continuidade a este trabalho, que tem uma duração prevista de vinte anos (até 2013).

O trabalho é realizado com professores, alunos da rede escolar, agricultores e moradores em geral da região.

(...)

Com professores e alunos, o trabalho é feito nas escolas rurais e nas escolas das sedes dos municípios da Chapada Gaúcha, Formoso e Arinos.

(...)

As atividades nas escolas referem-se a palestras, mostras de vídeos, distribuição de folhetos, brincadeiras, etc. Procura-se, de forma interativa, mostrar para os alunos e professores a importância da conservação do Parque e

¹¹² De acordo com Jacinto, ao se referir ao Projeto de Conscientização das Populações do Parque, “em seu Plano de Ação todo o delineamento das ações da FUNATURA e, portanto, do Programa GSV (...). As ações do Programa GSV têm três componentes básicos: 1) a proteção do Parque; 2) a conscientização das comunidades locais em relação à estratégia básica da conservação sob a forma de áreas naturais protegidas e a existência do PARNA GSV e 3) o envolvimento voluntário das comunidades, objetivando sua mobilização e fortalecimento” (JACINTO, 1997, p. 119).

do ambiente em geral em que vivem, ou seja, os rios, o cerrado, as Veredas, suas moradias, suas escolas. Procura-se correlacionar a questão ambiental com a questão da saúde, enfatizando, dentre outras coisas, a destinação do lixo e dos dejetos, a necessidade de se manter sempre limpa a água dos rios, lagoas, dentre outros aspectos.

(...)

Além deste trabalho junto às escolas, são feitos, também, trabalhos diretamente com os agricultores.

Agricultores e moradores em geral, através de visitas domiciliares e reuniões comunitárias.

O trabalho de visitas domiciliares é importante para haver uma maior aproximação entre o técnico e as famílias no sentido de haver uma constante troca de informações e experiências. O trabalho destas visitas é complementado pelas reuniões comunitárias.

Dentre os assuntos tratados, tanto nas visitas como nas reuniões, destacam-se: queimadas; disposição adequada do lixo doméstico; discussão sobre assuntos de interesse dos moradores como, por exemplo, o projeto de realocação de posseiros; discussão sobre práticas agropecuárias a serem adotadas visando minimizar impactos ao Parque; informe sobre legislação, tais como, a nova lei de crimes ambientais, suas inovações e implicações e a lei do sistema nacional de unidades de conservação; o uso do fogo e suas implicações. Além disso, procura-se alertar sobre a importância do associativismo comunitário. Também se mostra vídeos, em especial, o vídeo sobre o Parque, produzido, com apoio do IEF/MG, através de convênio com a FUNATURA (FUNATURA, 2003, p. 159).

O objetivo não é contestar a validade da educação ambiental na criação de redes de conhecimento capazes de mudar a concepção, representação e uso do meio ambiente. Ao contrário disso, queremos demonstrar como é tortuoso o caminho tomado para que isso aconteça junto aos veredeiros. De início, é preciso ponderar em dois pontos. O primeiro deles é que conforme Ricardo Ferreira Ribeiro “as relações entre sociedade e natureza estão, marcadas pela própria forma como o mundo natural é percebido pela cultura” (RIBEIRO, 2005, p. 30).

Com isso, temos que o cumprimento de normas de apropriação da natureza é sustentado historicamente pelos elementos constituintes e constituidores da cultura. Ela remete a organização social, territorial, econômica e política do grupo. É parte fundamental, portanto, de qualquer projeto de educação ambiental que considere estas teias de significação e de representação de mundo construído na/e a partir da cultura. Além de contribuir para uma leitura mais orgânica das práticas territoriais, permite também a análise dos princípios que regulam a apropriação da natureza internamente aos grupos sociais.

A segunda questão a ser ponderada sobre a imposição de projetos de educação ambiental se refere em considerar que fatores naturais e culturais são permeáveis, estão em relação, um pode explicar o outro. Assumir isso é, porém, assumir que não temos todas as repostas e que para realmente haver a conservação, as populações atingidas devem fazer parte do processo. Isso não acontece, e na maioria das vezes assumimos -como argumenta Arturo Gómez-Pompa e Andrea Kaus - “a preservação de ecossistemas naturais como parte da solução para tornar o

planeta melhor, presumindo que sabemos o que deve ser preservado e de maneira isso deve ser manejado” (GÓMEZ-POMPA, KAUS, 2000, p. 126).

Este fator se torna muito claro quando analisamos a questão da imposição de projetos de educação ambiental, e revela a hierarquização dos saberes e dos sujeitos. E a este respeito, Gómez-Pompa e Kaus demonstram que “muitos programas de educação ambiental são fortemente viesados por percepções urbanas elitistas do meio ambiente, e por questões do meio urbano” (GÓMEZ-POMPA, KAUS, 2000, p. 126). O que leva a negligenciar a percepções, manejos e conhecimentos e as experiências dos sujeitos incluídos contraditoriamente em tais programas. A negligência, como argumenta os autores, se dá em outros planos:

Ela negligencia as percepções e as experiências das populações rurais, pessoas que tem as mais próximas ligações com a terra e encaram o ambiente natural à sua volta antes de tudo como professor e provedor. Negligencia os que são afetados mais diretamente pelas atuais decisões políticas, tomadas em cenários urbanos e referentes aos recursos naturais. Ela negligencia os que nos alimentam (GÓMEZ-POMPA, KAUS, 2000, p. 126).

Ao tomar o padrão urbano de educação e também de preservação ambiental como fio condutor para explicar as práticas territoriais camponesas, os conflitos são iminentes. Na gramática camponesa, “talvez”, jargões como “conservação”, “desenvolvimento sustentável” não estejam presentes, mas são praticados. Como vimos entre os veredeiros, à roça de toco, o rodízio de cultura, a conservação do “miolo” das Veredas são práticas que garantem a manutenção e a reprodução espécies e a sustentação da produtividade da terra e a renovação de áreas modificadas.

Além disso, ao contrário do que se propõem os programas de preservação e os preservacionistas da “natureza intocada”, evidências arqueológicas, históricas e ecológicas demonstram o intenso processo do manejo do domínio de Cerrados (RIBEIRO, 2005). Com efeito, tem-se aí um intenso intercâmbio, dependência e conhecimento aprofundado construído ao longo processo de territorialização e no manejo do ambiente. É claro que as novas práticas produtivas introduzidas pela modernização do território alteram profundamente este manejo. Mas, no caso da nossa análise com os gaúchos, vimos que elas não sofreram nenhum impedimento, ao contrário disso, são cada vez mais beneficiadas pelo crédito e pela tecnologia.

Isso demonstra o quão à conservação é contraditória, “baseada na crença de que, ao reservar extensões de terras tidas como naturais, automaticamente se preservará sua integridade biológica” sem considerar outras formas alternativas de manejo (GÓMEZ-POMPA, KAUS, 2000, p. 126). E, como demonstra os autores, às práticas tradicionais de uso da terra são as responsáveis, historicamente, por manter a diversidade biológica e por proteger a biodiversidade, isso se manifesta nas áreas que são requisitadas, como o território veredeiro, para a criação de Unidades de Conservação. Conservação que por si, aliás, é punitiva do ponto

de vista cultural, ecológico, econômico, político, sobretudo, territorial, porque toma de assalto toda uma construção histórica de relação homem-natureza.

Os princípios da preservação, o ambientalismo conservacionista brasileiro e, sobretudo, a educação ambiental gerida por eles, pode ser resumida por uma passagem do Plano de Manejo do PARNA GSV elaborado pela FUNATURA.

Embora seja viável a coexistência do homem com áreas de preservação, não é receita que se possa formular universalmente, em especial no Cerrado, com suas facilidades pastoris pronunciadas. De mais a mais, devido ao pequeno percentual de áreas preservadas do Cerrado, não nos parece razoável confundir os limites da preservação antropológica com inadvertida postura antropocêntrica.

O mundo já é abusivamente do homem. É preciso dar uma mínima chance de sobrevivência aos animais selvagens, os maiores vitimizados da contestável vitória do homem sobre a natureza... (FUNATURA, 2003, p. 59. Grifos nossos).

Uma natureza imaginada está contida na passagem acima. Natureza, porém, tão distante que os meios para atingi-la se tornam ineficazes. O foco dos projetos de educação ambiental parte deste princípio: a natureza imaginada, “uma janela para o passado, para os remotos inícios da humanidade” (GÓMEZ-POMPA, KAUS, 2000, p. 126). É uma imaginação geográfica sem contextualização histórica que representa uma imagem do “ideal” a ser conquistado e não de fatos concretos.

Como é destacado no *Plano de Manejo do PARNA GSV*, desde o início de sua implantação, a grande preocupação sempre foi as queimadas e os efeitos negativos que elas têm sobre o meio ambiente. Ao contrário do que previa os gestores da UC, com os programas de educação e mais tarde o arrocho da fiscalização, as áreas de queimadas não diminuiram. O que de fato ocorreu, é que as queimadas aumentam em quantidade e em proporções. O exemplo disso é que em 1998, 21.000 km² foram queimados, ou seja, 25 % da área total do PARNA GSV.

Neste caso, podemos observar que os programas de educação ambiental e nem mesmo a fiscalização tiveram os efeitos esperados. Isso se deu por dois motivos. O primeiro deles é que as queimadas é um elemento cultural de apropriação dos Gerais, sempre se queimou as chapadas para a solta do gado. Contudo, tal fator não significa que tudo era queimado, a cada ano uma parte era selecionada com este objetivo. Nascentes, Veredas eram poupadas neste processo. Isso, por um lado, evitava a queima de grandes extensões e, por outro, fazia o controle de possíveis queimadas naturais em grandes escalas como a ocorrida em 1998.

O controle do fogo era feito pela técnica de “aceiro”, o que evitava que áreas não desejadas fossem atingidas¹¹³. Mas, com o aumento da fiscalização, esta técnica foi abandonada. O fogo começou a ser usado como protesto pelas perdas materiais e pela imposição de restrições de uso e manejo do ambiente. Na leitura de Gómez-Pompa e Kaus “o fogo é o mecanismo escolhido para expressar a raiva devido à impotência da pobreza, ou raiva ante os programas governamentais inadequados” (GÓMEZ-POMPA; KAUS, 2000, p. 135).

Este processo, porém, torna o território veredeiro mais aberto às mudanças e também mais sujeito a imposições da UC. De um lado, o fogo desordenado causa prejuízos, sobretudo, porque as Veredas e as áreas responsáveis pelas fontes de água são queimadas, o que diminui a oferta de alimentos, o extrativismo e a possibilidade de criação de animais. De outro, “as repressões e o insucesso da conscientização ambiental ficam mais explícitos no caso das queimadas no interior da unidade” criando a necessidade de novos instrumentos de controle e repressão (CORREIA, 2002, p. 107).

A repressão por meio da fiscalização é uma estratégia para impor uma relação de poder sobre o território, o poder dos ambientalistas. Ocorre, porém, “o poder não precisa de justificativas (...) mas precisa isto sim, de legitimidade” (ARENDRT, 1985, p. 28). Os programas de educação ambiental queriam criar esta legitimidade, mas não funcionaram como deveriam. A legitimidade de um poder é conseguida por meio de investimento simbólico sobre o grupo social. Isso ocorre tanto na personificação de uma pessoa: tendo em vista o prestígio e as qualidades pessoais. E também por intermédio das instituições que mediam as relações humanas. É claro se elas forneceram a segurança necessária que é requerida.

Neste caso, a legitimidade foi buscada de outra forma, por meio da inserção de pessoas internas ao grupo com o ideal de conservação, ou seja, a utilização de camponeses como guardas-parques. E como demonstra Correia, “os guardas sempre foram consideradas centrais nos trabalhos de fiscalização porque realizam uma forma de intermediação nas relações entre os ambientalistas e os moradores do parque” (CORREIA, 2002, p.105).

Foi, foi assim, ai, as pessoas ia colocar fogo, ai eles pegaram as pessoas próprias do lugar mesmo pra fazer as coisas deles, proibir,... Para ser guarda-parque, para estar vigiando as pessoas para não deixar queimar e nem por roça, as próprias pessoas do lugar e eles pagando. Ai o que eles mandavam as pessoas fazer, as pessoas faziam, e ai foi chegando um ponto que a gente não podia, não podia trabalhar mais, não podia plantar roça, ai num podia ficar sem comer, ai fomos, foi o jeito sair¹¹⁴.

¹¹³ Acero é uma técnica tradicional utilizada pelos veredeiros para separar a área que deve da que não deve ser queimada. Em outras palavras, consiste na limpa do solo com a retirada da matéria orgânica no intuito de fogo não atinja outros espaços não desejados.

¹¹⁴ Depoimento do terceiro veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

Esta questão ultrapassa as relações de trabalho, e demonstra outra estratégia no intuito de legitimar o PARNA GSV. Pessoas do grupo - que conhecem as práticas territoriais - ao servir ao ambientalismo criam divisões internas. Durante as pesquisas de campo, ouvimos alguns comentários a este respeito, “*são igual a eles [os ambientalistas] sempre perseguindo a gente*”, “*tudo farinha do mesmo saco*”, “*eles não são confiáveis, traiu a gente*”. Isso porque, por meio do intenso trabalho realizado pelos ambientalistas, conforme Correia, “suas concepções de mundo começaram a ser alteradas” deixam de pertencer à ética camponesa veredeira para se integrar a outra, a da conservação da natureza (CORREIA, 2002, p.105).

Os guardas-parques ao se subordinarem aos ambientalistas por intermédio do trabalho assalariado tornam-se agentes do ambientalismo ongueiro e começam a exercer um papel dúbio em suas comunidades. Isto acaba por influenciar as relações pessoais e comunitárias de tais sujeitos com alguns dos veredeiros, “os mesmos que mantém com suas famílias relações de parentesco, compadrio e vizinhança” (CORREIA, 2002, p.106). Não podemos ignorar, como argumenta o autor, que embora exerçam outras funções, os “guardiões” da preservação compartilham da organização social, política, econômica e até mais recentemente produtivas de camponeses veredeiros.

Os agenciamentos exercidos pelos ambientalistas sobre eles têm resultados positivos, como demonstra o membro responsável da FUNUTURA em depoimento a Correia:

Muitos deles eram apanhadores de pássaros, tudo mais. Então tinha que mudar essa mentalidade. Acho também que não houve essa conscientização dos guardas-parques. Essa conscientização dos guardas-parques, ela só veio agora com esse trabalho que a gente passou a desenvolver com essa nova equipe. Com as reuniões e a forma da gente trabalhar com eles ai dentro [do parque]. E também buscamos para eles a capacitação com cursos. Foi que eles melhoraram a conscientização em relação à preservação ambiental. Porque até 1997, esses guardas eram criadores de gado, com certeza muitos eram colocadores de fogo. Porque eles tinham gado, o fogo sempre foi com objetivo de gado. Então, agora, já nenhum deles tem gado dentro do parque. Mas por quê? Porque eles chegaram a essa consciência de que o trabalho deles não permite que atividades dessa natureza sejam desenvolvidas dentro do parque. Muitos deles são posseiros e até teriam direito, como outros usam o parque, tem o direito de usar o parque, a criar gado e tudo mais¹¹⁵.

O fator que move tanto os veredeiros a atear fogo no intuito de contestar a UC como os guardas-parque servir ao ideal do conservacionismo são as condições econômicas precarizadas pelas perdas sucessivas da terra de trabalho e dos meios de reprodução. Contudo, eles exercem um papel contraditório neste processo, ao se aliar aos mecanismos que causam estas perdas, criam elementos fundamentais para que a retirada em definitivo de seus territórios se efetive.

¹¹⁵ Entrevista concedida a Cloude de Souza Correia durante a realização de sua pesquisa sobre a regularização fundiária no Grande Sertão: Veredas (CORREIA, 2002, p. 106. Grifos nossos).

Isso acontece devido às prisões sucessivas de gado, apreensões de apetrechos de caça, notificações e denúncias de queimadas etc. e “seguem o caminho tido como ideal pelos ambientalistas para a proteção da unidade, e que tem forte teor de representação sobre as atividades consideradas legalmente ilícitas”, mas fundamentais na vida veredeira (CORREIA, 2002, p. 106).

O *Plano de Manejo do PARNA GSV* destaca a forma de trabalho e a função dos guardas-parques.

- Cada guarda-parque trabalhará em sistema de rodízio, ou seja, trabalhará por um período de sete dias seguidos e folgará sete dias. Durante os dias de trabalho, os GPs [guarda-parques] trabalharão oito horas por dia.
- Todas as irregularidades detectadas durante a ronda deverão ser imediatamente comunicadas ao chefe da fiscalização, através de seus rádios portáteis;
- Os GPs deverão atuar, sempre, com os uniformes, com os equipamentos básicos de vigilância (transceptor portátil, lanterna, cantil, etc.) e devem portar carteira funcional.
- Ao final de cada dia, o GP é obrigado a preencher e assinar o Relatório Diário de rondas ao final de cada semana trabalhada, o chefe da fiscalização recolhe os relatórios, para serem compilados em um sistema informatizado e arquivados. Este relatório possui, além de espaços para as anotações das irregularidades detectadas, espaços para anotações sobre avistamentos e vestígios de fauna. Desta forma, estará sendo constituída uma série histórica sobre as ocorrências no Parque (FUNATURA, 2003, p. 272).

Andréa Borghi Moreira Jacinto durante a sua pesquisa de mestrado em 1997, se refere aos guardas-parques e os seus trabalhos de rondas. Conforme a autora a expressão ronda refere-se ao “itinerário formal, programado e cotidiano dos guardas-parques, responsáveis pela fiscalização de áreas específicas, determinado a princípio por orientações do IBAMA e da FUNATURA” (JACINTO, 1998, p. 76). Este sistema de ronda pré-determinado, segundo a autora, superpõem o conhecimento espacial destes sujeitos que readéquam seus conhecimentos às exigências dos órgãos que administram a UC. Naquele tempo, os conflitos entre os guardas-parques e outros membros da comunidade já eram eminentes. O que observamos é que estes sujeitos ao se integrar ao ideal da preservação se tornam “marginalizados” no próprio grupo social.

Não obstante, nem mesmo este trabalho conseguiu controlar o número e a extensão das queimadas. Neste caso, outros projetos de controle e fiscalização foram sendo engendrados, como, por exemplo, o “Programa de Prevenção de Incêndios no Parque Nacional Grande Sertão Veredas”. Este programa foi criado pela FUNATURA em parceria com a embaixada do Japão

no apoio financeiro e teve como principal característica a instalação do sistema de comunicação e as torres de observação de incêndios, “os mirantes”¹¹⁶.

Com a criação do programa de prevenção de incêndios, estamos diante de uma nova forma de organização espacial, de controle territorial. “Na torre, instalada em local estratégico, mantém-se um revezamento entre os guardas para não ficar em nenhum momento sem um observador de plantão” (CORREIA, 2002, p. 109). Temos aqui agentes e atores do poder do ambientalismo, juntos permitem o controle e a vigilância do Parque, ao mesmo tempo, o controle dos vereadores e de suas práticas territoriais.

Isso é fundamental para compreendermos as relações de poder que são efetivadas sobre o território vereador, entender aquilo que Rogério Haesbaert chama de “sociedade de controle”, “disciplinar” ou de “segurança” em referência a obra de Michel Foucault. O que vemos não é apenas um poder sobre o indivíduo, mas sobre as relações sociais, culturais e econômicas do grupo que torna, assim por dizer, “um poder sobre a reprodução humana”. Para isso, recorre-se a um “aparato técnico informacional muito mais sofisticado, pretensamente onipresente” (HAESBAERT, 2009, p. 109).

As linhas que podiam criar alguma limitação ao controle ambientalista sobre os vereadores se tornam virtuais. Com isso, cria-se a sensação de estar sendo vigiado a todo o momento. Isso exerce a função de “contenção”, como sugere Haesbaert, cujo “efeito barragem” que se “cria através das tentativas de contenção de fluxo” remete ao sentido de controle do tempo e espaço (HAESBAERT, 2009, p. 109). O que observamos na verdade, é que estes sistemas de controle tentam impor o comportamento desejado aos vereadores em relação à UC. A contenção se refere às práticas produtivas de cultivo das Veredas, a solta do gado nos Gerais, enfim, os modos de ser/fazer e pertencer às Veredas.

Temos, que “o poder é uma matriz geral de relações de forças, num tempo dado, numa sociedade dada” (RABINOW; DREYFUS, 1995, p. 204). Isso quer dizer que o poder é uma categoria mais ou menos aberta, mas que é construída de acordo com as condições técnicas, sociais, econômicas e culturais. Revela uma forma de relação singular entre os homens e as forças produtivas humanamente criadas. O sistema de vigilância forjado é considerado como uma manifestação do “panoptismo” que cria, ao mesmo tempo, “saber, poder, controle do corpo e controle do espaço (...). Sempre que há necessidade de situar indivíduos ou populações numa rede, onde podem se tornar produtivos e observáveis, a tecnologia do panoptismo pode ser usada” (RABINOW; DREYFUS, 1995, p. 208).

¹¹⁶ A embaixada do Japão repassou a FUNATURA um montante total de US\$ 50.050 que foram utilizados na construção das torres de controle em 1998.

O que de fato acontece é “controle sobre os corpos, em parte, através de uma organização eficiente do espaço” por meio da repressão social (RABINOW; DREYFUS, 1995, p. 208). Neste caso, a condição de cercamento e/ou enclausuramento da UC remete a isso. Temos, portanto, uma questão chave na desterritorialização veredeira, o vasto, a largueza dos Gerais se transforma na clausura do PARNA GSV. A organização eficiente, neste caso, é criar certa ordem a ser seguida, no caso, a da conservação por meio da contensão das expressões territoriais dos veredeiros, seja por meio de programas de educação ambiental e/ou pelas tecnologias do poder.

Mesmo com o aparato do controle a favor do ambientalismo, os efeitos não são os desejados. Os veredeiros continuam a expressar sua territorialidade em contestação a UC. Neste caso, outras medidas seriam necessárias, a retomada do projeto inicial foi o caminho escolhido, aquele da retirada de todos os veredeiros para outro local. Isso não poderia ocorrer sem certos agenciamentos, não só no sentido que a saída fosse aceita, mas que os próprios veredeiros manifestassem este desejo. As condições de vida já estavam precarizadas, o desejo de partir era iminente para muitos, o que dificultava era para onde ir.

O aumento do controle tem seus efeitos porque atingem diretamente a possibilidade de existência de uma prática territorial e aumentam o desejo do abandono do território-Veredas. “Os moradores, com suas atividades produtivas consideradas ilegais, sofrendo grande repressão e fiscalização, acabam por concordar, por falta de opção, com a regularização fundiária” (CORREIA, 2002, p. 106). Por isso, os seus efeitos são desterritorializante.

Neste caso, surge por intermédio da FUNATURA a proposta de “regularização fundiária”, que no sentido prático, pode ser compreendido como expropriação fundiária. O que os documentos oficiais e os relatórios da FUNATURA compreendem como regularização fundiária é a retirada em definitivo dos veredeiros de seus territórios e o reassentamento em outro lugar (FUNATURA, 2002). De acordo com Correia, esta regularização surgiu porque os programas de prevenção e de controle do Parque não tiveram a eficácia desejada. Neste caso, “foi preciso utilizar uma segunda frente de ação, a regularização fundiária, e que passou a ser melhor opção para preservar a unidade e garantir o cumprimento dos objetivos estabelecidos em lei” (CORREIA, 2002, p. 110).

A insistência das queimadas para a limpeza dos pastos, associada a forte fiscalização que, ao mesmo tempo impede que as técnicas tradicionais de aceiro sejam usadas e fazem que os protestos em relação à UC aumentem, ganham elevadas proporções. Isso leva a concluir que enquanto houver **“gente morando no Parque será muito difícil controlar as queimadas”**, mesmo com uso de tecnologias. Com isso, “não é possível, em especial por se encontrar em região de cerrado, a conciliação de conservação da biodiversidade do parque com a presença

humana, já que as práticas produtivas adotadas **são claramente danosas ao parque**” (SANTO, 1999, p. 3. Grifos nossos).

O fogo do protesto se transforma no fogo que levaria a retirada em definitivo dos atingidos pelo PARNA GSV. “*Todos os problemas do parque estavam relacionados principalmente com a questão fundiária (a)*” como sugere um membro da FUNATURA. Neste caso, “*discutindo surgiu a ideia de que a gente devia procurar alguma forma para que isso acontecesse, [a regularização] (b)*”¹¹⁷. Coube a ONG mediar este processo pelas facilidades políticas de acesso a outros órgãos governamentais, como com o INCRA, por exemplo, para a criação do assentamento para receber os moradores do Parque.

Nesse sentido, entre os anos de 1999 e 2001 as seguintes etapas foram desenvolvidas para que o remanejamento se efetivasse: a) escolha e vistoria das fazendas para a desapropriação; b) análise da documentação exigida pelo INCRA; c) o INCRA entra em contato com os vereadores para que se manifestem a respeito do interesse e concordância com a desapropriação; d) a declaração que as fazendas são de interesse social para fins de reforma agrária; e) cadastramento dos interessados e, f) emissão da posse das fazendas em favor do INCRA.

Desde o levantamento das fazendas a serem desapropriadas até a criação do PA São Francisco, contou com a presença marcante da FUNATURA. Foi ela que organizou as reuniões para que os moradores pudessem manifestar o seu “interesse” na desapropriação das terras para a criação do assentamento. O que podemos observar é que ocorre sempre uma troca de responsabilidades. O IBAMA, órgão responsável pela UC, transfere a responsabilidade da solução dos problemas dos moradores atingidos para a FUNATURA. Esta, a partir do momento em que os moradores são inseridos em um programa de Reforma Agrária, transfere as responsabilidades para o INCRA.

A rigor, quando surgiu a possibilidade da criação do projeto de assentamento, a FUNATURA conhecia toda a situação fundiária do território que o Parque estava abrangendo. Para isso, visitas aos cartórios das cidades regionais como São Francisco, Januária e Formoso foram realizadas, ou seja, todo o aparato já estava montado. O que faltava, porém, era tão somente o local para que os vereadores fossem remanejados. Como demonstra o “Inventário das Manifestações Culturais da Comunidade São Francisco e Gentio”, de julho a dezembro de 1998, quatro fazendas foram visitadas, no final deste levantamento, sete. Os técnicos da FUNATURA

¹¹⁷ Entrevista concedida a Cloude de Souza Correia durante a realização de sua pesquisa sobre a regularização fundiária no Grande Sertão: Veredas (CORREIA, 2002, p. 106).

buscavam terras com condições fitogeográficas semelhantes ao território veredeiro. Como demonstra o documento:

Assim, após diversas reuniões comunitárias, visitas domiciliares e aplicação de questionário do levantamento socioeconômico com todas as famílias que moravam nas fazendas Mato Grande e Rio Preto, chegou-se a conclusão de melhor forma de solução seria a re-alocação das famílias em área próxima ao parque. (...)

Outra questão que orientou a definição da área a busca de condições semelhantes às vividas em termos de solo, água e paisagem. Além disso, salientou sobre a importância de se manter, na nova área, a estrutura e organização da comunidade, ou seja, as situações encontradas no parque em termos de família, compadrio e vizinhança seriam respeitadas e, na medida do possível, reproduzidas no futuro assentamento (FUNATURA/IPHAN, 2005, p. 61).

Dois pontos devem ser ponderados nas informações contidas neste documento a respeito do processo de criação do PA São Francisco. Este, assim como outros elaborados pelas instituições responsáveis pela UC, insiste na participação dos atingidos nos processos decisórios. Isso deve ser relativizado, tendo em vista o papel de tutela que estas instituições exerceram sobre essas populações. Vejamos, por exemplo, a questão da educação ambiental e mesmo na criação do Projeto de Assentamento.

O segundo ponto a ser destacado refere-se à tentativa de reprodução do território veredeiro no projeto de assentamento. Isso não acontece de fato, geograficamente a área escolhida para o assentamento é diversa dos antigos territórios, como destaca o próprio PDASF. Além disso, o território veredeiro não pode ser simplesmente transplantado para outro lugar, há historicidade construída, relações enraizadas. O que poderia haver, neste caso, é apenas um simulacro dos antigos territórios, mas nem isso ocorreu.

Ainda com relação à escolha das fazendas para a desapropriação os moradores só tiveram a oportunidade de escolha depois das visitas de técnicos do IBAMA e da FUNATURA. Escolhidas as fazendas, como destaca muito bem “Inventário das Manifestações Culturais da comunidade São Francisco e Gentio”, “o passo seguinte **foi informar às famílias que seriam transferidas sobre o processo de realocação através do processo de reforma agrária**” (FUNATURA, 2005, p. 61. Grifos nossos). Isso demonstra o quão à participação veredeira foi relevante neste processo decisório.

Informado aos veredeiros sobre o deslocamento, realizada as vistorias das propriedades pelos técnicos do INCRA, “as fazendas foram desapropriadas objetivando, primordialmente, reassentar os posseiros moradores do Parque Nacional Grande Sertão Veredas” (FUNATURA/IPHAN, 2005, p. 63). Finalmente em 2002 estava criado o Projeto de Assentamento São Francisco e começa o remanejamento dos veredeiros.

Antes de concluir este item devemos deixar alguns pontos de reflexão:

- Os projetos de educação ambiental, arrocho da fiscalização, o uso de instrumentos técnicos e regularização fundiária tiveram um único objetivo. A desarticulação do veredeiro e a imposição de um território da conservação da natureza. Na verdade, expressam a busca pelo controle do território.
- O agenciamento de membros do grupo como guarda-parques é uma estratégia de legitimação do ambientalismo. E tem efeitos perversos sobre a organização social, política e econômica dos veredeiros.
- O envolvimento da comunidade na conservação não se faz pelo controle econômico, oferecendo facilidades como acesso aos bens que a comunidade não tem acesso, como procedeu a FUNATURA com programas de saúde, educação etc. Isso tipo de relação acontece, sobretudo, porque ao criar a UC não considerou a relação dos veredeiros com a natureza e como isso podia contribuir com a conservação. Ao contrário, como vimos, o que se buscou sempre foi à imposição de um ideal da conservação e não o envolvimento da comunidade.
- A transferência da responsabilidade da preservação ambiental do Estado para a sociedade civil, no caso representado pela FUNATURA, demonstra as novas nuances do ambientalismo brasileiro. Os desdobramentos disso ainda estão por vir.
- O deslocamento dos atingidos pela UC PARNA GSV para outro lugar deveria ser a um dos últimos recursos a ser utilizado devido à perversidade deste processo. As consequências disso sobre as populações atingidas levam a “tragédia dos comunitários”.

A criação de assentamentos não responde as necessidades camponesas historicamente territorializados. O que ocorre de fato é apenas uma minimização dos conflitos ambientais. Mas, para que esta minimização ocorra, é necessário ter ao menos terras agricultáveis, acesso à água e outros elementos necessários à territorialização camponesa e onde uma estrutura mínima de educação e saúde e transporte existam. É preciso que haja de fato o envolvimento da população neste processo.

Neste item, demonstramos os agenciamentos e embates ocorridos no enclausuramento territorial imposto pela conservação aos veredeiros. A partir dele é possível criar horizontes analíticos para entender a criação PA São Francisco. Fizemos à leitura de documentos oficiais a respeito deste processo, muitos deles elaborados pelos gestores do PARNA GSV. Cabe agora, trazer a interpretação veredeira e os desdobramentos disso, é o assunto do próximo item.

4.2 Projeto de Assentamento São Francisco, necessidade ou imposição?

A exemplo do discutido, anteriormente, sobre as estratégias políticas dos ambientalistas para controlar o território veredeiro, a criação do PA São Francisco e processos que se seguiram não foram diferentes. Aliás, o território que está se constituindo é marcado constantemente pelas disputas políticas internas e externas ao grupo. Antes, porém, de analisar estes pontos, façamos a análise de outros processos constituidores do projeto de assentamento.

O Projeto de Assentamento São Francisco foi estabelecido a partir da junção das Fazendas São Francisco/Gentio, situadas no município de Formoso, Estado de Minas Gerais,

que juntas abrangem uma área total de 5.616,7540 hectares. Temos assim, homens e mulheres acostumados a viver com a largueza dos Gerais, neste caso, as 90 famílias ocupavam uma área de 84 km², realocados no projeto de assentamento que representa apenas 6,61% desta área. No mínimo, o primeiro processo que os veredeiros enfrentaram foi à readequação de suas experiências históricas ao cercamento do PA.

Mesmo que a FUNATURA tenha tomado a frente nas decisões sobre a área de criação do PA, um grupo 25 de veredeiros visitou as fazendas antes do processo de desapropriação. Neste caso, tinham consciência das condições físicas e geográficas das fazendas. Não obstante, o interessante é que nas reuniões entre os ambientalistas e os veredeiros, a proposta de criação de um projeto de Reforma Agrária tal como foi concebido não foi mencionado. Como destacou um dos entrevistados:

A proposta que nos chegou por meio do IBAMA e FUNATURA é que seria uma troca de terras, seria uma troca de terras. A nossa por esta, além da indenização. Se não, não teríamos aceitado. Engambelaram a gente. A terra aqui é ruim, sabíamos, mas como estava lá com aquela perseguição, não dava, por isso aceitamos. É ruim, mas seria nossa. Seria! Porque ainda faltam uns anos para ser. Porque, lá, onde nós morávamos, na realidade, é o seguinte: - a gente trabalhava e sempre tinha fartura das coisas e tinha uma vida, outra vida. Aqui, quando vimos para cá, a coisa mudou muito. Por que mudou? Mudo porque você não tem mais o espaço de trabalhar igual tinha para trabalhar lá. Lá você tinha mais economia, você está me entendendo? Hoje aqui tem mais gasto, tem um espaço pequeno para você trabalhar e criar. Então - as coisas para nós mudaram - as coisas quando nós morávamos lá, prantávamos, e não dependia de adubo, tinha nosso fogão caipira de fazer a comida, não tinha esse negócio de fogão a gás. Tinha lenha, aqui nem isso tem. E para gente, as coisas ficaram ruins, eles colocaram a florestal para revirar as casas, procurar coisas para incriminar. Aquilo foi uma supressa porque a gente nunca roubou, não mexemos com drogas e, quando, infelizmente, chegávamos do trabalho ou de uma viagem, a casa onde vivíamos que estava somente com a mulher, a casa estava toda revirada de perna para cima. Então, isso para nós já foi uma suspeita muito grande. Mas, o que podemos fazer, nada, livrar disso, por isso veio para cá. Só que o IBAMA nunca cumpriu o prometido, ele não cumpriu o papel acordado com nós, o acordo, aquele da mudança, era troca de terras, teríamos o tratamento merecido, e não simplesmente jogado na terra seca como fizeram, mas quando chegou aqui [PA São Francisco] a coisa mudou, não era troca de terras, estávamos era assentados pela Reforma Agrária. E, eles falaram para nós que aqui íamos ter o direito igual lá, não pagar nada, porque estávamos trocando terras, quando nós chegamos aqui à coisa mudou, eles não assumiram o que eles falaram lá. Só depois, os técnicos do INCRA explicaram como funcionaria, que dizer, infelizmente, compramos a terra e perdemos a nossa por direito, compramos, a nossa, a de lá, virou parque.

Mas, a respeito das reuniões para decidir sobre o assentamento como se deu?

Foi o IBAMA, foram, melhor, os membros da FUNATURA, o (...), o (...), a (...) e a (...)¹¹⁸, que representavam o IBAMA. Foram esses que faziam as reuniões, por exemplo, eu andava trinta quilômetros a cavalo para chega na sede da FUNATURA, lá sentava o dia todo de reunião, acordando a nossa saída, fazendo esse acerto de virmos

¹¹⁸ Omitimos os nomes para assegurar, assim como no caso dos veredeiros, que as pessoas não sejam identificadas.

para cá, numa troca de terras. Fizemos isso várias vezes, mas nunca se falou coisas de reforma agrária, que seríamos assentados de reforma agrária do tipo que somos iguais aos demais.

Quando foi isso?

Essas reuniões ocorreram, assim, no período de 2000 porque nós mudamos no final de 2001. Foram 2000 e 2001, os anos das reuniões que tiveram lá.

(...)

E quando foi para nós vir para cá, que fomos acertar lá com o IBAMA, no escritório do IBAMA de Chapada Gaúcha, ficamos até 1 hora da manhã sem jantar, sem lugar de sentar, sem direito a qualquer coisa, somente a polícia do lado, o chefe do IBAMA do outro, quando falávamos assim: - não, como que vamos sair de qualquer jeito. Sabe? Estava chovendo, tínhamos que ter um prazo determinado para mudarmos, um prazo maior, eles, a polícia chegava, batia a mão no ombro da gente e falava assim: - vocês têm que mudar. Porque tínhamos que mudar? Porque vocês moram dentro do parque. Eu falei: - moço nós não invadimos o parque não, quando criou o parque já morávamos lá, somos nascidos e criados ai nessa região. Pois é, vocês têm que mudar, então pressionou muita gente, teve pessoas que... A polícia próxima, colocando essa pressão danada na gente, acabamos por assinar a nossa própria desgraça.

(...)

Não nos deixou nem ler os papéis, assinamos uma coisa ali sem saber o que ia acontecer igual aconteceu depois, quando lemos os papéis, estava contando nos papéis que era um acordo de marido e mulher... A benfeitoria e a terra, isso tudo estava no papel, os valores e as condições, mas não nos deixou ler os papéis. A (...) ficava sentada lá [apontando para a esquerda], um homem ou uma mulher ficava sentado à frente, outro em pé, eles colocaram um guarda na janela para não deixar a gente e os que estavam fora ouvir o que se passava lá dentro. Está entendendo? Então, isso tudo foi acontecido com nós lá.

E quando foi pra nós sairmos, eles falaram o seguinte: é para vocês mudar, a gente vai arrumar a condução porque tem que se uma mudança com a presença do guarda-parque, inclusive, foram até mesmo os guardas que trouxeram a mudança minha. É... Porque tinha que te a presença deles.

(...)

Os guardas-parques fizeram até as mudanças?

Sim, e ainda mais, eles botavam os guarda por ai, ameaçava a gente de multar, levantava muita calúnia, assim, às vezes não era acontecido, eles juntavam tudo falava que era. Tinha de vez de pegar fogo em tudo, os Gerais pegam fogo, ainda mais com o tanto betume que juntou, levantava muita calúnia. Mas, a culpa era de quem tinha gado. Eles inventavam isso para tirar a gente de lá. A gente foi muito prejudicado e a vida que nós tínhamos no parque até hoje eu tenho saudade de lá.

E como lá, nas estradas andava só aquelas Toyota porque não tinha estrada, só mesmo essas Toyota que é igual trator, ai eles buscavam a gente, inclusive quando mudei tive prejuízos, chovendo muito nas coisas que trouxemos, trazer como molhando? Perdi coisa por que não esperava de ser uma mudança assim tão rápida...

Mas, porque foi tão rápida?

Por que eles prometeram a nos que mudaríamos somente quando a casa estivesse pronta, prometeram ainda mais, prometeram uma placa solar porque nesse tempo não tinha energia. Com a casa pronta e roça produzindo, que íamos mudar com a família, somente quando chegamos ao escritório do IBAMA -como te contei- que falaram que tínhamos um prazo de no máximo, o máximo era de quinze a vinte dias para a mudança.

Porque no acerto com eles era assim: - vocês vão para lá, não são assentados pela reforma agrária, é uma troca de terra, o governo está pagando vocês pelas terras do parque, não vão pagar nada e vão ter a merma vida que tem. Fizeram o

remanejamento, nas condições que te contei, do parque para o assentamento às pressas. Assentamento, que não era assentamento, mas, terras que o IBAMA e o governo tinham comprado. Terra que seria nossa, íamos ter o título dela, nossa, cada um ia ter o seu, e nada disso foi o ocorrido.

A coisa continuava, assim, só que quando chegamos aqui não foi bem o comprometido lá, a combinação que nós fizemos lá. Até a gente ficou muito chateado porque esperava uma coisa, chegou aqui foi outra. E aqui continua a mesma coisa, do mesmo jeito, até já vieram um povo multando gente por ai, trabalhando já multando e isso tudo traz uma preocupação grande pra gente¹⁹.

O que vemos é uma oposição dos discursos. Enquanto nas entrevistas podemos verificar a insatisfação com as questões e formas como o assentamento foi forjado, nos documentos oficiais, sobretudo, nos relatórios técnicos e no PDASF o argumento é que o projeto de assentamento contribui para o fortalecimento das manifestações culturais, no fortalecimento dos sistemas produtivos. Estes desencontros têm a ver com os agenciamentos criados por cada grupo. De um lado, a retirada dos veredeiros de seus territórios representou “vitória” para os ambientalistas, sobretudo, porque isso aconteceu de certa forma, “pacificamente”. De outro, o deslocamento dos veredeiros para o Projeto de Assentamento significou prejuízos porque perderam a terra de trabalho e o território de vida.

No trecho de entrevista anteriormente em destaque está evidente o “jogo” político construído para criar o desejo e a aceitação da transferência para o assentamento. Não se tratava de assentamento de reforma agrária, mas “*troca de terras*”. Mesmo assim, como demonstra o PDASF, “muitos dos moradores, principalmente os mais antigos, resistiram o quanto puderam a esta mudança, pois se tratava de deixar para trás as evidências de toda uma trajetória como posseiros e recomeçar uma nova vida” (PDASF, 2002, p. 4).

Há um ponto que precisa ser considerado a respeito deste processo, sobretudo, no que se refere à questão das “trocas de terras”. O primeiro deles é que todo assentamento de Reforma Agrária segue os mesmos marcos legais, não existindo privilégios a qualquer grupo social. Todas as questões que se refere à criação do PA São Francisco tiveram como base a Medida Provisória N° 2.027-38, de 4 de Maio de 2000. Ela destaca que:

Art. 17. O assentamento de trabalhadores rurais deverá ser realizado em terras economicamente úteis, de preferência na região por eles habitada, observado o seguinte:

I - a obtenção de terras rurais destinadas à implantação de Projetos de Assentamento integrantes do programa de reforma agrária será precedida de estudo sobre a viabilidade econômica e a potencialidade de uso dos recursos naturais;

II - os beneficiários dos projetos de que trata o inciso anterior manifestarão sua concordância com as condições de obtenção das terras destinadas à implantação dos Projetos de Assentamento, inclusive quanto

¹⁹ Depoimento do quarto veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

ao preço a ser pago pelo órgão federal executor do programa de reforma agrária e com relação aos recursos naturais;

(...)

V - a consolidação dos Projetos de Assentamento integrantes dos programas de reforma agrária dar-se-á com a concessão de créditos de instalação e a conclusão dos investimentos, bem como com a outorga do instrumento definitivo de titulação.

Art. 18.

§ 2º Na implantação do Projeto de Assentamento, será celebrado com o beneficiário do programa de reforma agrária contrato de concessão de uso, de forma individual ou coletiva, que conterà cláusulas resolutivas, estipulando-se os direitos e as obrigações da entidade concedente e dos concessionários, assegurando-se a estes o direito de adquirir, em definitivo, o título de domínio, nas condições previstas no parágrafo anterior, computado o período da concessão para fins da inegociabilidade de que trata este artigo (BRASIL, 2002, s/p. Grifos nossos).

Quando observada a lei e os documentos referentes à criação do PA São Francisco, todos os parâmetros legais foram rigorosamente cumpridos. Houve o “interesse” das comunidades na desapropriação das terras, pois as terras desapropriadas, sobretudo, as da Fazenda São Francisco são economicamente produtivas segundo os técnicos do INCRA. O que deve ser questionado é, porém, como que se deram estes processos e o porquê os veredeiros só foram informados de que seriam assentados nas condições previstas em lei pelos técnicos do INCRA na elaboração do PDASF quando o Projeto de Assentamento já estava criado e habitado pelos veredeiros.

O que vemos são relações assimétricas, onde os representantes do ambientalismo assumiam o papel de resolver os conflitos ambientais, inclusive àqueles referentes à regularização fundiária. Os “acordos”, como destacou o entrevistado, não seriam cumpridos, mesmo porque não estavam garantidos em lei. Eles só existiram no plano das relações entre os ambientalistas e os veredeiros, mas para além, nos planos das instituições tutoras, somente houve a proposta de um assentamento de Reforma Agrária dentro dos termos legais. Isso serve para questionar um segundo ponto, a real participação dos veredeiros na criação do PA São Francisco.

Este processo perverso ocorreu por dois motivos principais. O primeiro é a “não organização” política dos veredeiros em associações, sindicatos e em movimentos sociais. Isso tem influência sobre as decisões que são tomadas sobre suas vidas. Somente quando se inicia à regularização fundiária, que questões de organização social entram em pauta, mas por meio dos técnicos da FUNATURA. A criação da associação era uma necessidade para que o Projeto de Assentamento se efetivasse. Isso acontece tão tardiamente, como destaca Correia, porque “antes, a possibilidade dos moradores serem organizados poderia ser prejudicial para as propostas de preservação da unidade. Os moradores poderiam passar a opor, com mais poder de negociação”

as estratégias e manobras políticas da imposição de território da conservação (CORREIA, 2002, p. 114).

A organização política ocorreu em passos lentos, somente nos fins de 1999 e início de 2000 que a questão volta à pauta, sobretudo, para negociar com o INCRA as condições do PA. A este respeito Correia argumenta que:

Enquanto não se organizavam, propôs-se a criação de uma ‘comissão provisória’ para visitar o INCRA em Brasília, objetivando obter informações sobre o processo de assentamento. Como já mencionado, somente com o processo de regularização fundiária a ONG começa a estimular a formação de uma associação de moradores, por ser imprescindível uma organização dos pequenos proprietários e posseiros para negociar com o INCRA (...). Não é mais apenas importante, é uma necessidade organizá-los (CORREIA, 2002, p. 117).

Há pelo menos duas questões intrigantes neste processo. A primeira delas, como estamos demonstrando, se refere a real participação dos atingidos pela Unidade de Conservação nos processos de decisão. A organização política é fundamental, tanto do ponto de vista para negociação com agentes externos e também na tomada de decisão internamente. Devemos, porém, ponderar a este respeito. Historicamente, as negociações dos vereadores ocorriam de forma personificada, intimista, a relação se dava entre pessoas da mesma família e/ou com o fazendeiro. Não havia a necessidade de instituição para regularizar estas relações. Além disso, a questão da tutela política exercida pelo coronelismo tem influência na formação de uma identidade política de contestação.

A tutela e por meio dela o controle continuam, mas travestida por novos discursos e por novos detentores do poder, o ambientalismo e seus representantes. É tanto que ação de organizar politicamente o grupo em torno de uma associação nasce a partir da articulação da FUNATURA. É claro, desde que seus interesses não estiverem em questão, ou mesmo, as intervenções aconteciam no sentido de atendê-los, como no caso para que os seus interesses da retirada em definitivo dos moradores da área de abrangência do PARNA GSV. E como argumenta, com razão, José de Souza Martins “a história política do campesinato brasileiro não pode ser reconstituída separadamente da história das lutas pela tutela política do campesinato” (MARTINS, 1983, p. 81).

Este fator é tão presente, que diversas reuniões foram realizadas, sobretudo, no ano de 2000, entre os técnicos da FUNATURA e os vereadores no intuito de criar mecanismos para tal organização. Nestas reuniões,

O principal assunto tratado foi à importância da organização da comunidade na forma de associação, tendo em vista o início do projeto de reassentamento dos posseiros. No momento em que o projeto começar será fundamental a

comunidade estar organizada para poder negociar com o INCRA (SANTO, 2000, p. 5).

Devemos concordar com autor, que é também técnico da ONG, que a organização política fortalece o grupo internamente. Mas, o que é questionável, porém, é, como em outros pontos relevantes, a ação de tutela que a FUNATURA exerce neste processo. É tanto que se realmente a preocupação central fosse o fortalecimento dos vereadores, a associação teria sido proposta antes, a tempo de negociar juntamente com os órgãos ambientais a própria configuração e as condições da Unidade de Conservação. E, por mais que se diga, como insistem os ambientalistas, que a organização política tem o intuito de fortalecer o projeto de assentamento, as entrevistas nos mostram o contrário, tudo acontece como se os vereadores “fossem ‘trabalhadores rurais do Parque Nacional Grande Sertão Veredas’ e, inclusive, os pleiteantes da desapropriação dos imóveis” e interessados na organização em forma de associação (CORREIA, 2002, p. 118).

No quadro 2 procuramos resumir, de forma linear, os desdobramentos da proposta de regularização fundiária e a criação do PA São Francisco.

Anos	Ações e acontecimentos
1998	<ul style="list-style-type: none"> • Realização do levantamento socioeconômico das comunidades atingidas pelo PARANA GSV. • Realização das primeiras reuniões. • Reuniões entre IBAMA, INCRA e FUNATURA para discutir a questão da criação de um Projeto de Assentamento. • Debates acerca da organização política dos vereadores atingidos pelo PARNA GSV. • A visita às fazendas com potenciais para receber um Projeto de Assentamento.
1999	<ul style="list-style-type: none"> • Visitas às Fazendas São Francisco e gentio. • Os proprietários das fazendas Gentio e São Francisco são contatados. • Envio da documentação ao INCRA. Neste mesmo ano ela foi analisada. • 3ª reunião entre FUNATURA e os vereadores para discutir questões referentes à regularização fundiária e a criação do Projeto de Assentamento. • Ficou definido o mês de novembro deste ano para a vistoria do INCRA as fazendas potenciais para o Projeto de Assentamento. • Reunião entre INCRA, IBAMA e a FUNATURA na qual destacou a necessidade iminente da desapropriação. • Avaliação do INCRA das Fazendas Gentio e São Francisco.
2000	<ul style="list-style-type: none"> • Os moradores se manifestam a respeito do interesse da desapropriação. • O INCRA emite parecer favorável à desapropriação. • Comissão provisória dos vereadores.
2001	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastramento e entrevistas das famílias a serem assentadas • Começa o deslocamento das primeiras famílias vereadeiras.
2002	<ul style="list-style-type: none"> • Março: é criada Associação Rural Sertão Veredas. • Junho a Dezembro: Elaboração do PDASF. • É criado o PA São Francisco. • Finaliza o remanejamento dos vereadores para o assentamento.
2003	<ul style="list-style-type: none"> • Assinatura dos contratos entre assentados e INCRA. • Disponibilização de créditos habitação, fomento e PRONAF.

Quadro 2: Processos e ações de regularização fundiária e criação do PA São Francisco.

Fonte: Pesquisa de campo e relatórios da FUNATURA (2003 e 2005).

Org.: MARTINS, G, I. 2010.

No quadro, são demonstrados os processos que juntos desencadearam a criação do Projeto de Assentamento São Francisco. Ora, quando se observa cada período o que vemos é mais uma vez a afirmação da FUNATURA da decisão de todos os processos. Mas, para o problema que nos ocupamos neste capítulo, esta onipresença da ONG na vida veredeira nos deixa indícios dos problemas que se engendram na reterritorialização.

Vichi, quando foi o assentamento aqui perto de Formoso, nossa foi..., aí o pessoal convidou a gente para vir, não nós não vamos porque a gente nem conhecia assentamento, a realidade de assentamento, ninguém queria, aí eles começaram a dizer que era melhor, por estaríamos livres. Aí, nós, quando saímos foi porque a gente estava lá arrojado demais, cercado, vigiado por todos os lados, de..., aí, foi o jeito de a gente vim para cá, hoje a gente conhece mais ou menos a realidade de assentamento¹²⁰.

A necessidade de um território, de um espaço abrigo, de uma casa de morada, de liberdade, de lugar de trabalho, a fuga do arrocho, estes são os sentimentos que estão envolvidos na aceitação dos veredeiros e vir a habitar o PA São Francisco. De um lado, eles têm o seu passado tomado de assalto pelo ambientalismo, suas práticas e experiências se tornam, portanto, incertas nos seus antigos territórios. “Nossa foi difícil, foi difícil, mais aí como lá nós não éramos donos, só tinha o direito de posse, aí tivemos que sair e vir para cá, mais que não foi vir para cá, e não foi fácil também para gente construir aqui, é para retornar à vida” (...) ¹²¹.

Mas, pensamos que esta polissemia de sentimentos negativos e positivos envolvidos no abandono de um território, as Veredas, e a criação e outro, o assentamento, tem haver com ligação primária com ele. “É necessário ver como cada um, em qualquer idade, nas memores coisas, como nas maiores provações, a procura um território para si” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 90). Michel Roux pode completar esta ideia quando diz que “em cada um de nós existe (em estado latente) uma criança e um primitivo, ligados a uma maneira de olhar o espaço [e o território]”. Esta maneira de olhar, de compreender e de representar é, porém, “diferente daquele à qual nos convencem as políticas e os especialistas do planejamento” (ROUX, 2004, p. 45).

Estes técnicos do planejamento, onde os ambientalistas estão incluídos quer que suas representações sobreponham as outras. Esquece-se dos homens que estão envolvidos nestes processos.

Mas, na realidade, o homem em sentido amplo, não deve estar junto ao território da natureza. E para que isso se efetive, valem utilizar das relações pessoais, os laços de solidariedade, mesmo que estas sejam, após os processos que as interessam, desconfigurados.

¹²⁰ Depoimento do primeiro veredeiro entrevistado, PA São Francisco, mar. 2010.

¹²¹ Depoimento do segundo veredeiro entrevistado, PA São Francisco, mar. 2010

Antes mesmo de ser criado, o PA São Francisco representou o poder que o ambientalismo tem sobre os vereadores e sobre outras instituições. Afinal a FUNATURA conseguiu que ele fosse aceito como válido entre os vereadores e nas instituições estatais responsáveis pelas políticas de reforma agrária.

A respeito do que foi destacado neste item, cabe colocar alguns pontos de reflexão:

- A primeira questão é uma fala de um dos entrevistados, uma indagação que ele nos faz: “*E foi isso mesmo (...) que na época eles vieram fazer uma reunião aqui, aí falamos no assunto, a gente sabe que tem que preservar a natureza, mas e o homem? O ser humano também tem que ter direito, ser preservado, é, em primeiro lugar, o ser humano*”¹²².
- A regularização fundiária, ou como preferimos a expropriação fundiária ou territorial, comandada pela FUNATURA, não se inscreveu como projeto de fortalecimento das instituições, sistemas produtivos e econômicos dos vereadores. Regularizar a posse da terra, antes de tudo, significou à mudança da relação com o território, a sua expropriação.
- O assentamento antes de uma solução para os conflitos ambientais entre os vereadores ONG e o Estado, é uma imposição. Ele não foi arquitetado pelos vereadores que, afinal, a única ação efetiva que tiveram foi assinar as cartas destinadas ao INCRA manifestando o interesse da desapropriação das fazendas.
- Neste caso, o não envolvimento vereador na construção do território PA São Francisco pode ter desdobramentos múltiplos, dentre eles, a não identificação com o tipo de organização social e política. Portanto, a reterritorialização fica comprometida.

O que os escritos anteriores nos mostram é a necessidade de um território. A saída das Veredas para o assentamento se faz por isso, o ideal de um território. Mas, o PA São Francisco oferece isso? O próximo item será desenvolvido no intuito de responder esta indagação.

4.3. No meio caminho, um Projeto de Assentamento: os processos da reterritorialização vereadeira

Os processos, as rupturas são às que levam o vereador a ser tonar aquilo que Deleuze e Guattari chamam de “o autóctone [que] se torna estrangeiros em si mesmo” e o que era “estrangeiro se torna autóctone” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 142- 133). Neste caso, podemos dizer a respeito dos vereadores que “o atual” não é que eles são, “mas antes”, o que estão se tornando”. Isto é o que podemos chamar de reterritorialização, ou seja, os agenciamentos envolvidos no tempo-espço na busca por um novo território.

As atividades de formar territórios, porém, podem ser conflituosas. No caso, do PA São Francisco isto fica bastante evidente. Embora, as terras pertencentes às Fazendas São Francisco e Gentio tenham sido desapropriadas pelo INCRA primordialmente para receber os vereadores. Quando a notícia de que havia terras desapropriadas, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Formoso mobilizou mais 250 famílias e ocupou a área.

¹²² Depoimento do primeiro vereador entrevistado, PA São Francisco, mar. 2010.

O que evidentemente inviabilizava o reassentamento dos veredeiros. Tendo em vista o número relevante de famílias ocupantes e área total a ser distribuída. Os relatórios da FUNATURA apontam que isso aconteceu devido à falta de organização política dos veredeiros. Por isso, “os veredeiros, moradores da unidade de conservação das Veredas do grande sertão, orientados pela FUNATURA, passou a agir de forma mais organizada e, também, montaram barracas e ocuparam algumas construções existentes nas fazendas” (FUNATURA, 2005, p. 64).

É evidente que há processos mais sutis por de trás da insistente argumentação de falta de organização política. A nossa linha de pensamento vem ao contrário do expresso pelos técnicos da FUNATURA, não é falta de organização política que impede realizações concretas entre os veredeiros, mas a tutela que a ONG mantém sobre eles. Mais do que uma decisão de acampar para o controle da terra que estava em disputa, assim como os trabalhadores rurais associados a o sindicato de Formoso, os veredeiros o fizeram por outra forma, atender os anseios da ONG.

Durante as entrevistas, foi-nos relatado como que se deu este incidente. É preciso observar que apenas algumas famílias aceitaram acampar nas fazendas desapropriadas para garantir o direito a terra. Isso aconteceu, sobretudo, porque “*se não ia continuar tudo mesmo jeito, nós no Parque, eles lá, para garantir que íamos ter a terra viemos, só por isso*”¹²³. E mais, “*disseram que se não víssemos, perderíamos a terra de novo*”¹²⁴. A rigor “foi necessária uma articulação junto ao INCRA em Brasília, para fazer, como prioridade, o direito dos posseiros moradores do parque” (FUNATURA, 2005, p. 64).

Temos, portanto, um jogo de poder estabelecido, de um lado, a FUNATURA no sentido de garantir a retirada dos veredeiros da área afetada pelo Parque, de outro o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Formoso, engajados politicamente na luta pela Reforma Agrária. Nesse sentido:

Frente à presença de pessoas **vinculadas aos interesses políticos da presidente** do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Formoso, após muitas reuniões e discussões decidiu-se que os membros da comunidade Mato Grande e Rio Preto teriam prioridade de assentamento e que a Fazenda São Francisco atenderiam somente às famílias moradoras do parque. Definiu-se também **que as famílias que eram obrigadas a saírem da área desta unidade de conservação** e que preferissem a Fazenda Gentio, também, teriam prioridade e que, somente após atender todas as famílias da comunidade Mato Grande e Rio Preto interessadas é que as famílias cadastradas no Sindicato (...) seriam assentadas. (...) **contra toda a pretensão da STR** de se assentar 250 famílias, definiu-se que o assentamento atenderia, no máximo, 90 famílias, ou seja, 80 oriundas da comunidade vivendo na área onde criou o parque (...) e 10

¹²³ Depoimento do sexto veredeiro entrevistado, PA São Francisco, 2010.

¹²⁴ Depoimento do décimo veredeiro entrevistado, PA São Francisco, 2010.

indicadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Formoso (FUNATURA, 2005, p. 64. Grifos nossos).

Com as considerações anteriores, é possível observar o jogo de poder pessoalizado colocado na criação do PA São Francisco. Mais do que atender à demanda pela terra de trabalho, o embate é entre a FUNATURA e o STRF para definir qual dos interesses políticos serão atendidos. Uma disputa política que se desdobra sobre os veredeiros que são levados em condições precárias para defender o direito de estar na terra. “*Montamos uma barraquinha, mosquito e calor, sem lugar de fazer comida, sem nada, esperando a providência divina*”¹²⁵.

Não, a terra era comunitária, sem medir, mas como veio todo mundo de lá, ai cada um teve que fazer sua barraquinha, para ficar, fizemos a nossa aqui, primeiro fizemos na ponte [Na entrada do PA próximo ao rio Tabocas], tudo reunido, tudo junto, depois separamos, o lote saiu depois onde estava a barraquinha.

Quando vieram para cá [INCRA para dividir a terra] a gente tinha sofrido um monte. Nossa! Eu que sei de tudo. As primeiras reuniões aconteceram em Formoso foi as que a [presidente do sindicato] fez, eu participei.

Participei. Era para nós virmos para cá, ela faz reunião para virmos, a fim de que a terra saísse, mais ai foi à época que a FUNATURA também estava junto e o IBAMA, e ai, não sei lá porque nas discussões deles, não sei por que, só sei que ficou entre ela, a FUNATURA e o IBAMA, ai ela pegou trouxe umas pessoas para poder ficar aqui também...¹²⁶.

A questão que se põe em debate não é a reforma agrária em si, mas os interesses políticos de cada grupo. Temos, portanto, a primeira questão para se pensar a reterritorialização veredeira, o poder de influência e/ou tutela que as instituições exercem sobre estes sujeitos. Isto porque temos duas frentes de interesse diversas, de um lado, os realocados do Parque, e de outro os ligados STR de Formoso no mesmo território.

Contornada esta primeira instabilidade política, é intensificada a remoção dos veredeiros que aceitaram o realocamento espontaneamente, a questão que se colocava era os veredeiros que resistiam à saída. Resistiam a sair porque não concordava com as condições que estavam se apresentando no PA, as condições das terras e a nova organização social. Devemos notar que isso aconteceu, sobretudo, entre os veredeiros que tinham a posse formal da terra. Entre os posseiros, o processo ocorreu de forma diferente e mais perversa. Isso porque a indenização foi paga ao fazendeiro detentor do título de propriedade, o posseiro perdeu o direito a terra de trabalho e direito de ser beneficiado pelo seu trabalho materializado ao longo do tempo.

Nesse sentido, se formos fazer uma periodização da saída do território-Veredas para o território-assentamento temos: no início da desapropriação, os posseiros foram os primeiros a serem reassentados por não terem o direito nem a terra e nem ao ressarcimento pelo trabalho.

¹²⁵ Depoimento do sexto veredeiro entrevistado, PA São Francisco, 2010.

¹²⁶ Depoimento do primeiro veredeiro entrevistado, PA São Francisco, 2010.

Em seguida, alguns vereadores proprietários. Nesse sentido, o processo de isolamento que muitos atribuem ao Sertão e aos Gerais realmente aconteceu. Os vereadores viram seus parentes e vizinhos partindo, são por um lado, cercado pela Unidade de Conservação e, de outro, pelo isolamento social e político que isso cria.

Mesmo assim, houve casos de alguns vereadores que resistiram até o último momento à expropriação de seus territórios¹²⁷, “*teve gente que ficou lá, para trás, que não queria sair das terras, das casas, ficou, nossa e foi sofrido demais, vieram para cá sem querer, quase a troco de polícia. Teve gente que teve que vir para cá a marra*”¹²⁸. Temos que esclarecer que saída do território Veredas nunca foi à alternativa, as circunstâncias políticas e econômicas foi quem levou isso acontecer. Mesmo após a tanta resistência acabaram também sendo realocados.

*E quando foi para fazer a derradeira mudança, que ai já foi para mudar mesmo, quando encerrou as escolas lá para os meninos, os meninos vieram para cá, o movimento de gente acabou, eu fiquei. E eu digo, agora, não dá, acabou, sozinha não dá. Para modo de ficar aqui sozinha. Só aquele deserto, tudo se acabando, ninguém aguenta, viemos para cá*¹²⁹.

Os vereadores que resistiram à saída do território-Veredas viveram relações peculiares em relação aos posseiros que foram assentados logo no início da criação do PA. Além do isolamento e das pressões pela quais passaram para deixar a terra de trabalho e o território de vida, ao chegar ao assentamento viveram outros problemas. O primeiro deles é que as terras em melhores condições produtivas já estavam ocupadas, ao contrário dos demais não tiveram a possibilidade de escolher os vizinhos e lugar onde ia estabelecer a sua residência.

Outro ponto peculiar é que eles não vivenciaram os primeiros embates políticos ocorridos com o STR de Formoso. Isso tem desdobramentos, como veremos no item seguinte ao retratarmos a questão da identidade, os vereadores que viveram o processo de acampamento já é possível observar alguns processos de identificação e de significação. Ao contrário, os que resistiram o realocamento têm o assentamento como o lugar estar, de espera. Esperam pelas indenizações para que possam deixar o lote e comprar um novo chão de morada. Tivemos em vários momentos depoimentos emocionados, deixar as Veredas foi para estes como “*perder a história da gente*”¹³⁰.

Neste caso, devido às condições em que estão, à resistência, agora, se dá em aceitar ao assentamento como território de vida. A terra não produz devido às condições físicas, as

¹²⁷ Ainda há o caso particular de senhor que ainda resiste a saída de suas terras, as condições em que ele se encontra demonstram como é perverso o enclausuramento que as UCs criam. Vivendo em total isolamento, sem vizinhos, parentes e compadres, os Gerais é a sua única companhia.

¹²⁸ Depoimento do primeiro vereador entrevistado, PA São Francisco, 2010.

¹²⁹ Depoimento do segundo vereador entrevistado PA São Francisco, 2010.

¹³⁰ Depoimento do segundo vereador entrevistado, PA São Francisco, 2010.

relações com parentes e vizinhos alteram, o que aumenta o desejo de partir para uma nova terra, imaginada como ideal. O interessante é que a terra ideal, na verdade, é a descrição dos territórios ancestrais de onde vieram. A terra que se quer é aquela que um dia deixou devido às implicações da conservação ambiental. E, em alguns casos, o argumento destes veredeiros é que o assentamento não diverge do Parque devido à presença constante da FUNATURA e IBAMA.

Podemos notar que fatores como a construção de um “barraco” ou barraquinha, como preferem os veredeiros, coberta com palha de buriti, como aconteceu no início da ocupação do PA para legitimar a posse da terra, tem desdobramentos. Embora, os entrevistados insistam em relatar as dificuldades deste “tempo”, “*vida difícil e precária*”, isto serviu como matéria-prima para criar algumas significações, o sentimento de pertencer aquele território devido o “*sofrimento*” da conquista. É claro que este processo ainda está se desenvolvendo, durante toda a pesquisa não conseguimos observar e nem ouvir nenhum relato a respeito de sentir-se em casa no assentamento. Este, afinal, é adverso, e às vezes, conota a “perda” do território-Veredas.

As casas construídas com a palha de buriti permaneceram como moradia principal até a chegada do INCRA e o fornecimento de crédito para a construção. Isto fez com que, de alguma forma, a vida pretérita convivesse com o presente do assentamento. É claro que não é apenas a casa o objeto de identificação, para os posseiros por mais adverso que seja o assentamento, onde as condições de produção são mínimas, ele é sempre uma conquista da terra de morada e de trabalho. Depois da expropriação pelo enclausuramento e pelo fazendeiro - dona de fato das terras onde se vivia - estar de novo em chão de morada é uma conquista. Isto tem implicações sobre a reterritorialização.

Para os camponeses que possuíam alguma propriedade e, como argumentamos, resistiram com mais força ao realocamento, o assentamento representa a troca de uma terra produtiva pela possibilidade da compra de outra, improdutiva. Isto porque para todos os assentados a terra, ao contrário dos acordos anteriores entre veredeiros e FUNATURA, é um objeto de compra. O ato de comprar tem implicações, sobretudo, no que se refere ao seu significado. De um lado, temos aí à primeira mudança significativa, a transformação da terra em mercadoria. Isto porque no território-Vereda, a terra é patrimônio o qual o trabalho legitimava a posse. No assentamento, o que vale é o contrato estabelecido com INCRA e a quitação da compra no prazo de vinte a trinta anos. E por mais que esteja calcada como elemento de reprodução da vida pela lógica camponesa, ela é também uma mercadoria, devido o processo de compra, este é o sentimento que se cria a partir do PA.

Aos poucos, porém, o que ainda resistia do território-Veredas cedeu espaço para o território-assentamento. No lugar da palha de buriti, o barro e madeira das Veredas surgem os tijolos e telhas industrializadas. As casas planejadas pelos arquitetos do INCRA, estranhas até

então, entram como representante do assentamento. Esta requer objetos urbanos que substitui o artesanato de buriti. Juntamente com a mudança das casas, vem à demarcação de propriedade ou dos lotes, surgem outros objetos estranhos à gramática veredeira, as cercas que demarcam e dividem os lotes e os assentados.

É interessante observar e, ao mesmo tempo, tecer uma crítica aos documentos oficiais elaborados pela FUNATURA em parceria com o IBAMA. Estes insistem que todo o remanejamento aconteceu levando em consideração a “conservação cultural” dos veredeiros. A primeira questão a ser refletida é com relação à conservação da cultura. A cultura é praticada, vivida e sentida. Não há a possibilidade de conservá-la a não ser que ela seja de fato experienciada. Vemos que os termos usados na preservação ambiental são transpostos para a cultura.

O mais interessante ainda é que a “conservação cultural”, porém, estava restrita ao padrão das casas. Como destaca Correia, “o reducionismo dessa concepção de características culturais, calcada na engenharia e na arquitetura das casas, acaba por ressaltar um aspecto limitado dessa intenção” (CORREIA, 2002, p. 121). É claro que o padrão das casas remete ao modo de vida, o veredeiro, mas elas sozinhas não explica e nem oferece identidade a este modo de vida. Na verdade, isso se faz por meio da organização social, do parentesco e modelo produtivo que em nenhum momento é ressaltado. Apesar de contraditório isto é “compreensível”, se as práticas territoriais veredeiras eram danosas à natureza, portanto, não deveriam ser “preservadas”. Do contrário não haveria justificativas suficientes para o realocamento. As casas, ao contrário, deveriam ser mantidas.

E para que os padrões das casas fossem assegurados e com elas a “conservação cultural”, o ideal é que o acesso ao crédito fosse restringido como sugere os técnicos da FUNATURA. Antes de ampliarmos esta questão, nas fotos 14, 15 e 16 apresentamos, por meio de categorias espaciais que ouvimos nas entrevistas, “o cá e o lá”, as transformações no padrão e estilo da casa veredeira para a casa do assentado.

O lá...



Foto 14: O lá... A casa veredeira- Fazenda Geral Rio Preto.
Fonte: Acervo pessoal dos entrevistados.

...O cá



Foto 15: O cá... O rancho veredeiro- PA São Francisco.
Autor: MARTINS, G. I. Abr./2010.

O cá...



Foto 16: O cá... A casa do assentado - PA São Francisco.
Autor: MARTINS, G. I. Abr./2010.

O que está representado nas fotos é os três períodos densos vividos por estes veredeiros. Na foto 14 representamos a casa de morada antes das rupturas tempo-espço, ela simboliza, portanto, o ponto de convergência da apropriação das Veredas e dos Gerais. Na foto 15, temos a mudança, noutra tempo e noutra espço, este é o “ranchinho” que muitos veredeiros se referem, construído antes da chegada dos créditos de construção fornecido pelos programas de fomento. Nele estão inscritos a luta de posseiros para garantir o direito ao pedaço de terra no PA. É interessante notar que embora as casas de alvenaria já existissem, na maioria dos casos, desde 2004, o rancho construído no acampamento ainda permanece. Ele é o marco da mudança de veredeiro a assentado. E por último, na foto 16, temos a casa padrão do INCRA que representa a natureza do Projeto de Assentamento e a nova face do território veredeiro.

Ainda com relação a casa como elemento de representação cultural e/ou da identidade cultural veredeira e a implantação do sistema produtivo no PA São Francisco, vale destacar uma passagem do “Inventário das Manifestações Culturais” elaborado em conjunto entre a FUNATURA e o IPHAN.

No caso dos posseiros, o que se discutiu com eles, foi que os financiamentos para a casa e a produção não seriam necessários. A ideia é que a casa seja construída obedecendo ao padrão da região (...) preservando as características culturais. No que se refere à produção, a maioria possui cabeças de gado que seriam levadas para a nova área. Quanto aos plantios, eles só abandonariam os das suas posses, no momento em que a nova área já tivesse em produção. O mesmo raciocínio vale seria valido para as casas (FUNATURA, IPHAN, 2005, p. 63).

Este “raciocínio” não foi seguido, tendo em vista os relatos dos entrevistados, tanto no que se refere à questão das moradias quanto ao sistema de produção. O que mais chama atenção

é a intervenção da ONG em todas as esferas de decisão dos vereadores. É claro que o crédito é uma questão preocupante e, como veremos, às dívidas que surgem a partir deles. Devemos ponderar, entretanto, que sem o crédito oferecido pelo INCRA não haveria a possibilidade de se estabelecer no PA. A sugestão do não abandono dos cultivos não se concretizaria devido às distâncias geográficas entre os antigos territórios e os novos que estavam em construção, sobretudo, pela precariedade dos meios de transporte. Além do mais, e nas entrevistas isto ficou claro, a partir do momento em que as terras foram desapropriadas, os ambientalistas atuaram de forma contrária a que esta expressa no discurso, pressionando os vereadores a realocação territorial. E, se perdem o território, os fatores ligados a ele como a casa e agricultura não seria diferente.

A preocupação com as transformações são relevantes. Mas, como afirma Correia, “os moradores do parque desde as iniciativas para reassentá-los, começam a passar por uma série de mudanças sociais”, mudanças, aliás, que são “visíveis na denominação ‘trabalhadores rurais’ ‘produtores rurais’(...)” cunhada pelos órgãos governamentais (CORREIA, 2002, p. 121). A melhor maneira de afirmar isto, na verdade, é dizer que as rupturas ocorrem desde a chegada dos gaúchos e é intensificada com a criação da UC. O acesso ao crédito, o endividamento, as mudanças na organização social e produtiva são complementares a estas rupturas impostas.

Em relação às dívidas, aliás, é uma questão chave para se pensar a reterritorialização no PA São Francisco. Devemos, porém, pensar está questão por dois ângulos. O primeiro deles é que o crédito, além de ser um direito, era também uma necessidade. Estes vereadores vinham passando por perdas seguidas, apreensão do gado, multas por crimes ambientais e a impossibilidade de abrir novas áreas de cultivo. Isso de certa forma debilita as condições econômicas e qualquer outra atividade que não seja o sustento da família se torna inviável.

A dívida foi contraída através desse projeto que nos tirou do parque para vir para cá, porque nós contávamos assim, que era uma troca de terras, nós não íamos ter que pegar dinheiro em banco.

Ah moço, essa dívida é o seguinte, na realidade quando nós morávamos lá, a dívida nossa era assim: você ia ao mercado, fazia uma comprinha e tal, passava 30 dias ia lá e pagava. Hoje, quando nós chegamos aqui, foi preciso ter muitas outras porque hoje 90% do quadro aqui do assentamento está com dívida. Por quê? Para você pegar esse PRONAF foi uma burocracia danada, eles não liberam o dinheiro a não ser através de nota. Ai você teve que compra o arame, você teve que comprar a semente, você teve que comprar o calcário para fazer o pasto, teve que pagar a gradiação, tudo saiu desse dinheiro. O que acontece, esse dinheiro tem que ter retorno dele para você poder paga, ai tem um período que você tem que pagar, igual no mês de julho agora mesmo, nós vamos ter que pagar. E ai o que acontece? As coisas, principalmente, no ano retrasado, teve uma seca grande aqui, a gente levou muito prejuízo do gado que a gente comprou ai morreu um bocado, e essa dívida tá lá para pagar, ou paga ou o nome vai pro SERASA, e antes nós num tinha essa preocupação, que dia pensamos numa dívida dessas no banco.

(...)

Além, tem lote pequeno porque tem um exagero grande de reserva aqui dentro, senão tinha como que crescer mais os lotes, mais aí por causa da reserva, que é um exagero, tem reserva aqui desse lado tem é num sei quantas hectares de terra, lá acho que lá [Fazenda São Francisco] é 1000 e tantas hectares de terra de reserva e aqui também¹³¹.

Neste caso, sem os créditos não havia a possibilidade de criar condições mínimas no PA. Esta dificuldade foi sanada, em geral, relacionando os conhecimentos do ambiente que se tinha com o apoio do crédito. Isso pode ser visualizado na configuração produtiva do PA, muito mais voltado para a criação de gado do que a agricultura. A ênfase ao gado demonstra as estratégias para se adequar a nova condição ambiental. Mas, como muitos já não possuíam mais o rebanho, o crédito foi utilizado na compra de novos animais e também na criação de condições mínimas para a sua alimentação.

É dívida é, hoje, a gente tem essas dívidas aí, e tem gente que não consegue pagar. E a maioria do pessoal está com o nome sujo por causa desses negócios de assentamento, que a gente não conhecia, e a gente entrou aqui, que o pessoal mandava a gente fazer a gente fazia, sem saber, e as dívidas foram acumulando, acumulando (...)¹³².

Sob outro ponto de vista, o endividamento foi à alternativa necessária para construir condições de sobrevivência no PA. Insistamos no problema ambiental, ele é, do nosso ponto de vista, o elemento que limitou e limita as práticas territoriais do assentamento. Efetivar a territorialização é um desafio ao conhecimento veredeiro, sobretudo, pelas suas adversidades. Desde o início de sua criação, o que os veredeiros buscam é construir uma gama de conhecimentos que sejam o suficiente para tornar a terra produtiva.

Isto tem duas implicações. A primeira delas é que o ideal do grande fazendeiro pecuarista passa a fazer parte do imaginário destes homens. Há de convir, com base nos escritos Baudelaire, que “o homem acaba por se assemelhar àquilo que gostaria de ser” (BAUDELAIRE, 1998, p. 161). Isso pode ser observado a partir dos relatos dos técnicos que elaboram o PDASF, segundo o qual o desafio foi lidar com imaginário destes “produtores rurais” que considera o grande “pecuarista como sinônimo de prosperidade e fartura” (PDASF, 2002, p. 96). Assemelhar-se a estes, é um desejo, mesmo que em plano de fundo figure a ética camponesa. É notadamente, um caso importante para a nossa análise, devemos considerar que os veredeiros, de alguma forma, sempre estiveram ligados à fazenda criadora de gado. E deixam grafadas as suas impressões nas práticas e imaginários dos veredeiros.

A segunda implicação, como vimos, é que a partir do final da década de 1960, entram no plano das relações imediatas outros fazendeiros que também são identificados com o sinônimo

¹³¹ Depoimento do terceiro veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

¹³² Depoimento do segundo veredeiro entrevistado PA São Francisco, Formoso, 2010.

de prosperidade. O mesmo ocorre no presente para manter este desejo aceso. O Projeto de Assentamento faz fronteiras com grandes pecuaristas, tornando-se, portanto, um elemento contrastante e, ao mesmo tempo modelo e elemento de comparação. Na análise das condições históricas, é compreensível o desejo dos veredeiros em se tornar donos de gados mesmo em situação adversa. Há uma estreita relação, donos de gado são na mesma medida, donos de terra, o desejo e o ideal veredeiro assentado.

Trazer esta experiência de eficácia e prosperidade é um desejo que incute em tempos recentes, mas que ganham contornos significantes. A utilização frequente de sementes industrializadas na formação pastagens e a construção das cercas é um indício. E como destaca os técnicos do INCRA, as fazendas tinham condições de serem aproveitadas economicamente com eficácia, desde que contassem com apoio técnico e financeiro e formas de gestão “adequadas”¹³³. Isto porque no caso dos lotes onde havia pastagens estas estavam degradadas. Na Fazenda Gentio poucas áreas são de terras produtivas e a “assistência técnica diferenciada” “dentro da perspectiva do envolvimento participativo” é o caminho para que estes camponeses possam contrair as dívidas e evidentemente fazer a sua quitação (PDASF, 2002, p. 96)¹³⁴.

Com relação à assistência técnica que deveria ser prestada pelo agrônomo responsável pelo PDASF, tão destacada neste documento, devemos fazer algumas ponderações. Nas entrevistas, foi nos relatado que “eles [técnicos] *ficam um ano sem vim*”, “*quando vem, vem na correria*”. “*Não houve assistência, eles aparecem por aí, andam pergunta como estão as coisas, só isso, depois somem*”¹³⁵. Isso juntamente com a constante precarização das condições de produção, a redução cada vez maior dos espaços apropriados para o cultivo e a criação de gado, inviabilizou o pagamento das dívidas. No quadro 3, representamos as dívidas contraídas entre os anos de 2003 e 2004, na formação do PA, e também o prazo para a quitação dos empréstimos, entre os anos de 2006 a 2023.

¹³³ O termo adequado se encontra entre aspas porque ele quer dizer com a racionalidade empresarial capitalista, onde o que se busca de fato é o lucro.

¹³⁴ O desejo da grande fazenda é iminente, o possuir o gado, porém, expressa outro sentido.

¹³⁵ Respectivamente o depoimento do segundo, terceiro e sétimo veredeiro entrevistado. “Aqui” como “lá”, para usar duas expressões comuns entre eles, o gado é reserva, reserva que agora significa a oportunidade de encontrar outras áreas onde se possa produzir.

Crédito	Finalidade	Valor (R\$)	Carência (anos)	Valor anual a pagar (R\$)	Tempo para a quitação da dívida (anos)
Habitação (a)	Contrato de habitação do lote	17.000,00	3 a 5	700,00	20
Fomento	Cesta básica	500,00	3 a 5		
Fomento	Ferramentas	1.000,00	3 a 5		
Fomento (b) ¹³⁶	Material de construção	3.000,00	3 a 5		
PRONAF	Compra de gado	6.000,00 a 7.000,00	3	700,00	10
PRONAF	Assistência técnica	1.500,00	3		
PRONAF	Cerca/pasto/beneficiamento do lote	6.500,00 a 7.500,00	3		
Total		35.500,00 a 36.500,00	3 a 5	1.400,00	10 a 20

Quadro 3: Dívidas contraídas pelos assentados do PA São Francisco.¹³⁷

Fonte: Pesquisa de campo - PA São Francisco: Formoso-MG, 2010.

Org. MARTINS, G. I, 2010.

Apesar de os créditos representarem a solução para alguns problemas imediatos, por exemplo, a baixa produtividade da terra e construção de novas moradias. A rigor, estamos diante de um processo complexo. Temos aí, o ponto central entre o camponês veredeiro e o assentado “produtor rural” do INCRA. As linhas de créditos têm como objetivo fomentar a atividade produtiva do assentamento, além é claro que de criar condições para que estes se tornem “trabalhadores rurais”. E como lembra Flávia Aparecida de Andrade Souza “os incentivos financeiros possuem uma carência para o pagamento dos benefícios, e o fato destas populações somente agricultarem para sobrevivência implica a questão séria de endividamento sem prévia solução” (SOUZA, 2006, p. 68).

Devemos ao mesmo tempo ampliar as análises da autora e tecer uma crítica à sua linha de pensamento. Ao contrário de sua proposta, o que leva o endividamento em si, não é o fato destes camponeses produzirem apenas para a sobrevivência, aliás, como observamos, os veredeiros são camponeses de produção de excedentes. Nas Veredas sempre se produziu o necessário á sobrevivência da família e também o suficiente para o mercado, na troca por outros produtos não cultivados na terra. A questão é que o interesse de consumo da família tinha prioridade no sistema produtivo.

¹³⁶ Segundo a Instrução Normativa/INCRA/Nº19, de 10 de setembro de 1997, (a) “O Crédito Habitação, quando sua aplicação for de forma coletiva, será concedido em uma única parcela e será implementado através de cooperativas, associações ou grupos organizados e majoritários de assentados, assessorados por técnicos do Órgão Estadual de Terras, da Assistência Técnica ou da entidade assemelhada”. (b) “Os valores do Crédito Fomento serão aplicados de forma coletiva com a participação dos mutuários, assessorados por técnicos do Órgão Estadual de Terras ou da Assistência Técnica, objetivando a capitalização dos assentados e a criação de infraestrutura produtiva nos projetos de assentamento”. (INCRA, 1998, s/p).

¹³⁷ Devemos esclarecer que nem todos os veredeiros contraíram o valor total do empréstimo. Isso aconteceu, sobretudo, entre os posseiros devido às necessidades imediatas de sobrevivência no PA São Francisco.

Com efeito, questões como os fomentos à produção, taxas de juros, prazos para quitação de dívidas e assistência técnica não faziam parte da gramática veredeira. Devemos concordar que “o fato de as comunidades não estarem habituadas a lidar com o dinheiro ou com empreendimento que visem o lucro é fato preocupante” (SOUZA, 2006, p. 68). Isto porque, mais uma vez, é imposto a estes camponeses racionalidades que não são suas, como a monetarização da produção. Neste ponto, fica evidente o que as políticas governamentais querem para um Projeto de Assentamento, e o assentamento realmente feito pelos camponeses. Aproximar estes pontos é fundamental para que a efetiva territorialização aconteça.

A tendência, porém, é que o endividamento ganhe contornos maiores. Com o vencimento dos prazos e as atividades produtivas insuficientes, as dívidas se acumulam. Temos o problema principal, o crédito como vimos é necessário, necessário também é a assistência técnica que realmente atenda os interesses dos camponeses no que se refere à produção e a utilização dos recursos empregados.

Estamos diante de um problema que nos indica o que de fato aconteceu com a mudança do território-Veredas para o território-assentamento. De um lado, temos que os assentados que contraíram as dívidas encontram sérias dificuldades para a sua quitação, ao mesmo tempo em que para que os assentados continue tendo condições mínimas de sobrevivência, o acesso ao crédito deve ser contínuo. É fato que o endividamento cria empecilhos para contrair novos empréstimos.

Ainda há a questão da ética camponesa em jogo, “*vou vender tudo, mas não quero o nome sujo na praça*”¹³⁸. Nesse sentido, para quitar os empréstimos recorrem à única fonte de renda, o gado. O gado continua tendo um papel essencial, a poupança das famílias. Se no passado ele era usado para questões eventuais como o casamento, falecimento e doença, agora ele é utilizado como moeda na quitação de dívidas. Temos assim, um ponto crítico, as dívidas que foram contraídas para adquirir o gado e/ou para criar condições para a sua produção, agora, porém, ele é vendido para quitar os débitos. “Prejuízo” é palavra chave que usam para caracterizar este processo. Isso sem considerar as perdas devido às secas e/a falta de manejo adequado dos animais e da pastagem. A rigor, a conjunção destes fatores inviabiliza a sobrevivência no PA, porque sem o gado restam poucas alternativas de produção.

Além das dívidas contraídas efetivamente para a produção, devemos atentar a outros pontos: os novos desejos de consumo. Neste movimento dialético das Veredas para o Projeto de Assentamento houve o distanciamento e a aproximação de determinados elementos e relações. Movimento dialético, aliás, que conduziu a novas necessidades de uso e consumo. Isso

¹³⁸ Depoimento do quarto veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

aconteceu devido a alguns elementos básicos: a) aproximação com a cidade; b) acesso aos itens básicos como a luz elétrica; b) mobilidade entre o campo e a cidade.

Não parece haver dúvidas entre os entrevistados que estes fatores são, talvez, os únicos positivos no PA São Francisco. Estar mais próximo à cidade, no caso Formoso que dependendo do local onde está assentado dista 32 a 40 km, é ter acesso a recursos e bens que no pretérito não havia. Com isso, a relação e o fluxo entre o campo e a cidade intensificam através da educação, da saúde e do consumo em geral. Com isso, a influência de bens e produtos urbanos ganha relevância na organização territorial do assentamento. O que acontece de fato é ampliação dos espaços de ação, produção e consumo.

O consumo é ampliado, desde os gêneros alimentícios até as utilidades domésticas. A cidade é cada vez mais o espaço essencial para o assentamento. Como não se produz, a maioria dos bens necessários à alimentação, é adquirida através das compras nos mercados que se estabelece uma dieta mínima (a este respeito no próximo item ampliaremos a discussão). O que vemos são mudanças nas relações, antes os Gerais tinham este papel complementar na vida veredeira, atualmente, até mesmo pela escassez dos Gerais a ser apropriado, a cidade tem o papel de suprir o assentamento de bens necessários à sobrevivência.

A questão do encontro e dos entrelaçamentos de experiências espaço-temporais se tornam mais evidentes. Somos seres de necessidades e as “necessidades (...) estimulam as atividades do homem” (LEFEBVRE, 1978, p. 182). Para atender tais necessidades, sobretudo as que são criadas na modernidade, reinventamos a realidade e passamos a compartilhar – de forma desigual – a “sociedade de consumo, compartilhar a dependência de consumidor”. A condição de consumidor, aliás, remete a liberdade “de ser diferente, de ‘ter identidade’ (...)” (BAUMAN, 2001, p.98). O que significa dizer que não existem identidades estanques, mas sempre identidades em contatos, em construção no intenso processo de “hibridação”.

Afinal de contas, os tempos são de crises. Crises ambientais, políticas e econômicas e, sobretudo, de identidades. Em resposta a isso, o consumo se expande como modo de vida, de expressão da individualidade. E como destaca Bauman, os sujeitos, “nesta modernidade líquida” se formam a partir das relações que estabelecem com os objetos que devem ser consumidos (BAUMAN, 2001). Noutra vertente de análise, David Harvey lembra-nos que o espaço-tempo é também frutos deste consumo (HARVEY, 1993)¹³⁹.

¹³⁹ É evidente que estes processos são bem menos atomizados do que nas grandes metrópoles e outros centros de consumo. Afinal de contas, estamos no rural do sertão mineiro que de qualquer forma, pelo processo histórico, está situado nas bordas desta sociedade de consumo. Talvez a intensidade seja outra, mas os processos são os mesmos. A efeito de exemplo, a terra de cada lote no PA São Francisco é uma mercadoria adquirida por meio da compra e também devido a valorização que ela está ganhando, a de propriedade privada.

Isso está intimamente relacionado com a desterritorialização. Ela, como argumenta Rogério Haesbaert, é a responsável pela quebra de territórios mais fechados. E no processo inverso, a reterritorialização, tem a função de “promover a formação de novos territórios, virtualmente mais ‘abertos’ e multiculturais”. Isso, porém, tem as suas contradições, do mesmo modo que territórios mais abertos são forjados, neles se “dilui as relações diretas e interpessoais” (HAESBAERT, 1997, p. 115). Há, é claro outros problemas, como destaca Henri Lefebvre, na “re-produção” das relações sociais, as contradições também se “produzem” e “re-produzem” (LEFEBVRE, 1978, p. 252).

E como estamos observando de veredeiro a assentado, velhas e novas contradições se encontram e conflitam. Com isso, o contorno que delimita o que é uma prática veredeira e o que é uma prática do assentado são tênues. O que tende a ampliar o bojo das contradições e dos conflitos. As novas relações de produção que se apresentam no PA São Francisco se alimentam de outras antecedentes. O que vale dizer que “os ‘valores’ novos não se impõem. Propõem-se” (LEFEBVRE, 1978, p. 252).

Quando se considera os usos e as significações que estão sendo elaboradas no PA São Francisco, as mudanças ganham expressividade. Não devemos, porém, construir um discurso que sustente que os camponeses para permanecerem como tais fiquem restritos às relações do/e no campo. Ao contrário disso, a criação de novas relações com outros espaços, (à cidade é o exemplo), demonstram estratégias no intuito de criar mecanismo para territorializar o espaço. As determinações, as ambientais, sobretudo, criam estas necessidades. À medida que consideramos o camponês como um sujeito relacional e multifacetário, estas relações com a cidade não significa a renúncia da ética-lógica camponesa, mas uma condição para a reterritorialização no PA São Francisco.

Isso, porém, pode criar um sistema de dependência que contribui para perda da autonomia camponesa. As relações com a cidade não acontecem por meio dos excedentes de produção, os padrões de trocas são outros e as necessidades também. A rigor, isto se manifesta e ganha materialidade em vários momentos da vida camponesa veredeira no assentamento. Um exemplo disso é representado pelas fotos de 16 e 17 que demonstram as transformações ocorridas.

Antes...¹⁴⁰



Foto 17: O antes... O santo. A foto de família. O filtro. O banco. A sala veredeira – Fazenda Geral Rio Preto, Chapada Gaúcha.

Fonte: Acervo Pessoal dos Entrevistados.

Depois...



Foto 18: O depois... A televisão. O sofá. A sala do assentado veredeiro - PA São Francisco, Formoso.

Autor: MARTINS, G. I. Mar./2010.

A televisão assume o lugar da imagem do Santo, no lugar do banco de madeira temos o sofá. De uma forma ou de outra, pelas ilustrações anteriores fica em evidencia as transformações ocorridas no tempo-espaço. A conquista de tais bens, porém, se faz pela junção do esforço no trabalho e pelo desejo de possuir. O possuir pode contribuir para o aumento do processo de endividamento e para que novas relações de trabalho sejam forjadas. Como no assentamento

¹⁴⁰ Esta é uma foto de foto, gentilmente cedida por um dos entrevistados para compreendermos a organização interna da casa veredeira.

não se consegue os recursos suficientes para a compra de tais bens, a procura por outras fontes de trabalho em fazendas vizinhas, nas cidades e, sobretudo, em trabalhos ligados a FUNATURA e PARNA GSV como “apagadores de fogo”, é constante. Neste caso, o assentamento é o espaço de estar, de onde se sai para a procura de outras fontes de renda, renda que converge para o assentamento na criação de condições de sobrevivência.

Vemos, portanto, que os espaços e as relações estabelecidas além do assentamento assumem uma função importante. Além disso, devemos considerar o número relevante de aposentados e crianças em idade escolar. A aposentadoria e os programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, são instrumentos para suprir a falta de produtividade do solo¹⁴¹.

Temos que as “dificuldades econômicas” e as estratégias criadas para saná-las fazem parte do mesmo processo. Isso pode contribuir para a afirmação do assentamento como um território camponês. Mas, a constante intervenção de instituições, o exemplo mais evidente é a FUNATURA pode criar um ciclo de dependência que mantém a expropriação e o conflito interno.

O que devemos esclarecer é que o veredeiro, a identidade veredeira se formou a partir da disputa de território com os latifúndios pecuaristas. O camponês e o veredeiros assentados no PA São Francisco viram seus territórios e sua identidade contestadas pela grande fazenda do agronegócio, pelo Estado na imposição da conservação ambiental e também pelas ONGs. A natureza do território que se forma, cuja natureza é a disputa entre o permanecer na terra e criar as condições para nela permanecer, é fonte representação e de territorialização.

Afinal de contas:

Já perdeu muita coisa que a gente no tempo passado mesmo, agora não vê mais não. Que fica só uma pessoa ou duas que sabe e já fica sozinho e vai deixando também. Vai mudando, o tempo vai passando e a gente nem vê. Quando dá fê você já tá em outro mundo, em outra sabedoria mais diferente, sem perceber¹⁴².

Além disso, devemos considerar que para a formação do território é preciso criar processos de identificação. Isso ocorre por meio das disputas, apropriação, ou seja, por meio da historicização do espaço e da espacialização dos processos históricos. Isso é o que estamos vendo no PA São Francisco. Devemos destacar, porém, que são relações e experiências novas, a

¹⁴¹ Segundo o Ministério Do Desenvolvimento Social “o Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Programa integra a Fome Zero que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome”. (MDS, 2011, s/p)

¹⁴² Depoimento de um veredeiro concedido à equipe do levantamento do patrimônio histórico cultural do PA São Francisco. (IPHAN, 2005, S/P)

natureza das ações e ações da natureza que o homem veredeiro e assentado está envolvido são outras.

Para finalizar este item, alguns pontos de reflexão são fundamentais:

- A cultura, identidade e o território são elementos vivos, e vivem à medida que os sujeitos que a criaram também vivem. Portanto, são historicamente e espacialmente determinadas. A transformação em um é em número em grau a transformação do outro. Portanto, a “preservação” e a “conservação” cultural, sobretudo, quando ligada apenas a um elemento, as casas veredeiras, por exemplo, é um discurso tautológico.
- Temos, num plano ideal, que o território-Veredas e o território-assentamento pela natureza de sua formação, são territórios contrastantes. Mas, como a prática humana se faz em territórios, a contradição é a sua expressão. Um e outro se conflitam, complementam e se afirmam a partir do veredeiro assentado.
- A adversidade ambiental, as dívidas, a improdutividade do solo são fatores que limitam a reterritorialização. E são, ao mesmo tempo, as expressões mais concretas de como ela se dá.
- No PA São Francisco as relações entre campo-cidade se tornam mais tênues. A dependência de um em relação ao outro aumentam. O que isso expressa de fato, somente com acontecer histórico vamos poder definir.

O que vimos neste item é capacidade criativa do ser humano em criar condições para territorialização em situações adversas. Mesmo o PA São Francisco tendo uma temporalidade diferenciada, uma proposta de outra territorialidade, os veredeiros buscam por meios diversos os caminhos para torna-lo um território. Ao fazer isso, as contradições aparecem e os conflitos mais sutis se tornam iminentes. Mas, são processos que servem para autoafirmação de uma identidade e /ou para demonstrar as mudanças que operam a partir dela. Este é o assunto do próximo item.

4.4 Temporalidades em tensão: identidade e reterritorialização camponesa

Se considerarmos que o PA São Francisco não tem uma experiência de tempo, de cotidiano e de vivências sociais arraigadas, é possível perceber o “desencaixe” espaço/tempo do território que está se criando. Ao contrário, os homens que o habita, os veredeiros possuem uma série de valores arraigados a terra, à família, o que compõem uma forma de organização social camponesa, ou seja, tem uma temporalidade determinada, além de uma experiência territorial e identitária. A pergunta que procuramos responder é: como que estas experiências de tempos e espaços, Veredas e assentamento, se conjugam na confirmação ou na formação de identidade nos processos de reterritorialização?

Cabe, porém, fazer outra indagação a partir de Bachelard quando afirma que “os caracóis constroem uma casinha que carregam consigo. Assim, o caracol está sempre em casa, qualquer que seja a terra onde viaje” (BACHELARD, 1998, p. 131). A questão que devemos refletir é se

há uma casa, metaforicamente falando, veredeira construída no tempo-espaço que pode ser remanejada, sem nenhuma ruptura, de um lugar para outro?

A ideia que vamos defender é que a principal mudança acontece na relação com a natureza, o que leva conseqüentemente a mudanças nas concepções de tempo-espaço. Logo, as identidades também sofrem as influências destas mudanças. Ao apropriar da natureza, apropriam e produzem um território, há a simetria com os ambientes, tempos e espaços. Isso nas condições em que são dadas no PA São Francisco tem interferências são diretas: a) no sistema produtivo; b) na dieta alimentar; c) nas representações de território e de natureza; d) na organização social. É a partir destas relações que temos o discurso legitimador do território, da identidade.

É plausível, portanto, pressupor que quando retirado de seus territórios ancestrais, no novo espaço os veredeiros buscariam elementos de identificação, neste caso as Veredas. Veredas, aliás, que expressam mais do que uma relação homem-natureza, expressam a identidade. É plausível também que categorias espaciais e temporais fossem criadas para demarcar estas mudanças de territórios. Neste caso, podemos observar nas entrevistas as denominações como “o lá”, para se referir ao território-Veredas, e “o cá”, para se referir ao território-assentamento. Além de categorias temporais como “o antes” e “o agora”.

O “lá” e o “antes” são usados para expressar um modo de vida que conjugava simbioticamente o homem e as Veredas. Diferentemente de “o cá” e “o agora” que são usados para expressar os “tempos breves” que se está vivendo. Tempos incertos em si mesmos. O que estas categorias expressam são as mudanças, as rupturas tempo-espaciais forjados sobre a vida e o território veredeiro.

Por certos momentos, tivemos a impressão de que há uma linha demarcatória destes tempos para os veredeiros. O “antes” e o “agora” parecem não se encontrar. O tempo, conforme Mônica Meyer, no sertão é forjado por meio de observações empíricas que “entrelaça fenômenos naturais, a vida dos seres vivos e as atividades humanas” (MEYER, 2008, p. 151). Acontece, entretanto, que os novos tempos de assentamento estão descontraídos destas características. E quando afirmamos que parece haver uma linha que divide as temporalidades, é senão o indício deste desencontro. Antes o pretérito determinava as ações do presente, o presente, aliás, estava intimamente ligado às condições naturais e aos meios de produção da vida. Na conjunção de um e outro é que se pensava o futuro.

Ao viver estas expressões de temporalidades, o “aqui”, o espaço próximo, no caso os Gerais, era vivido em todas as suas dimensões. Um dos efeitos da desterritorialização foi tornar os tempos descontraídos. Isso porque o presente não se ancora mais no passado e não se pensa o futuro por meio das experiências atuais e pretéritas. Por isso, ele é incerto.

No plano ideal, o território atual é a combinação de múltiplos tempos, as combinações sucessivas oferecerem nova ordem às ações atuais. E, são estas combinações que permite ao território ontológico-e-epistemologicamente seja uma realização histórica dos homens agindo sobre o espaço-tempo. Por isso, devemos considerar que o “tempo, espaço e mundo são realidades históricas” e que o “ponto de partida é a sociedade humana em processo” de realização. E a realização se dá pelo “espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; ações e suas diversas feições” (SANTOS, 2004, p.44).

Temos a consciência dos problemas intrínsecos em considerar o tempo em sua linearidade, presente-passado-futuro, ou em confronto, “antes” e “depois”, o tempo não é apenas sucessão, mas acumulação desigual. O território é formado por meio desta acumulação temporalmente determinada. Aqui entra um ponto importante de nossa análise. Um Projeto de Assentamento não faz parte da experiência histórica e, portanto, o seu o tempo não foi acumulado historicamente, senão aquelas das ações atuais.

O tempo é um elemento cultural antes de qualquer outra coisa. Digamos também, que o território também o é. O que podemos observar por meio das temporalidades descritas, “o antes” e “o agora”, é que o tempo veredeiro de alguma forma “encontra-se voltado para o passado” (TARKOVISKI, 1998, p. 65). E para torná-lo presente é preciso dialogar com a memória, a guardiã do tempo. “O passado é muito mais real, ou, de qualquer forma, mais estável, mais resistente que o presente, o qual desliza e se esvai como areia entre os dedos, adquirindo peso material somente através da recordação” (TARKOVISKI, 1998, p. 65).

A prática humana rompe com qualquer determinismo do tempo. Embora, em muitos casos, vivam com determinações, não só do tempo, mas do tempo-espaço. “Os grupos humanos são capazes de recolocar e de vivenciar os acontecimentos na dimensão do tempo (...)” quando socialmente os problemas são postos e exigem “sua organização e seus conhecimentos lhes permitem utilizar uma série evolutiva como quadro de referência e padrão de medida para outra” (ELIAS, 1998, p. 41). Em tempos de crise, por exemplo, lembra David Harvey, tem-se a impressão de viver um “tempo retardo sobre si mesmo”¹⁴³ (HARVEY, 1993). Isso quer dizer que os homens adequam às práticas temporais e as experiências espaciais. O contrário também pode ser afirmado.

Toda mudança no espaço é mudança no tempo. Toda mudança no tempo é mudança no espaço. Ambos mudam o território e as territorialidades. “Não devemos deixar-nos enganar pela ideia de que seria possível ficar em repouso ‘no espaço’ enquanto o ‘tempo’ escoasse, pois, nesse caso, nós mesmos seríamos a entidade que avança na idade” (ELIAS, 1998, p. 81). A rigor, é na

¹⁴³ David Harvey faz referência a Georges Gurvitch para falar das temporalidades humanas. Exploraremos mais adiante estas temporalidades e como elas têm implicações diretas nas nossas relações com o mundo.

ação humana que o tempo se materializa como prática, “se ‘amarra’ em algum lugar, substancia a espacialidade” e as identidades (SILVA, 2004, p. 16). E mais “a mudança pode operar-se em nós num ritmo lento, mas nem por isso é menos contínua” (...) (ELIAS, 1998, p. 81).

Quando, porém, observamos a forma e o modelo pela qual o PA São Francisco foi forjado, sem considerar as expressões da territorialidade e a identidade veredeira, a concepção de tempo em evidência é aquele que passa “irreversivelmente” de modo que “anularia, atrás de si, todo o passado” (LATOURET, 1991, p. 51). Não importa as experiências pretéritas, afinal os veredeiros são tomados como um “conjunto vazio” de saberes, vide, por exemplo, os projetos de educação e denúncias de crimes ambientais. Isso tem consequências profundas por colocar temporalidades em tensão. A rigor, “a história da mudança social é em parte apreendida pela história das concepções de espaço e de tempo, bem como aos usos ideológicos que podem ser dados a essas concepções” (HARVEY, 1993, p. 201). Isso porque o modo como representamos o “tempo” e o território prática-e-teoricamente “importa, visto afetar a maneira como nós e os outros interpretamos e depois agimos com relação ao mundo” (HARVEY, 1993, p. 190).

Bachelard nos deixa outra questão ímpar para se pensar o veredeiro, as identidades e as temporalidades. Para ele, “não mudamos de lugar, mudamos de natureza” (BACHELARD, 1998, p. 131). Podemos aqui, sem o risco de simplificação, substituir o termo “lugar” por território. Mas, para um e para outro, há ecos de incoerência. Isso acontece porque o território, o exemplo do território veredeiro é evidente, está na natureza e a natureza é território, natureza humanizada. Portanto, outra pergunta é necessária: em que medida a mudança de natureza-território tem implicações nas representações de mundo e nas práticas territoriais?

A este respeito cabe uma contribuição de Rogério Haesbaert. Para ele “toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta (...)” (HAESBAERT, 1999, p.172). Este autor tem a contribuição de retirar a identidade do plano eminentemente subjetivo e simbólico é oferecer uma carga objetiva e material a elas, ou seja, o território. De alguma maneira, isto até opõem a outros autores como Stuart Hall e Bauman, entre outros (HALL, 2004) (BAUMAN, 2001). Estes, em certos momentos, tratam às identidades interligadas a representação numa função iminente simbólica. Esquecem, porém, que toda representação se faz a partir de um objeto concreto. Temos, então, que a representação é a representação de algo. Logo, as identidades são representações de “algo” para “alguém”, ou seja, auto-identificação.

No caso, o que chama atenção na proposta de Rogério Haesbaert é ter o território como referente identitário. Vemos que o “identificar, o ambiente humano-social, é sempre *identificar-se*, um processo *reflexivo*, portanto, identificar-se é sempre um processo de *identificar-se com*”

(HAESBAERT, 1999, p.174. Grifos do autor). Este “com” é sempre um devir, um movimento sempre inacabado. Um dos fatores intrínsecos a identidade “é que ela recorre à uma dimensão histórica, do imaginário social, de modo que o espaço que serve de referência ‘condense’ a memória do grupo” (HAESBAERT, 1999, p.180).

Chegamos, portanto, a um ponto importante de nossa análise, aquele que interliga ao espaço de referência, ou no caso, o território de referência à conformação da identidade. Devemos concordar com Haesbaert, que “(re) construção imaginária da identidade envolve (...) escolhas”. Escolhas entre os eventos e os lugares do passado, “daqueles que são capazes de fazer sentido na atualidade” (HAESBAERT, 1999, p.180). Neste caso, o que temos é que o pretérito funciona como matéria-prima da identidade. É a partir dele que as mudanças e as permanências ganham relevância.

Para demonstrar a importância disso, devemos recordar os escritos precedentes referentes às temporalidades, novas e antigas, que são expressas entre os veredeiros no PA São Francisco. Isto porque a referência aos tempos históricos podem-nos ajudar a compreender o que de fato acontece na configuração da identidade e também na reterritorialização. Não obstante, identidade e as experiências espaço-temporais são intrincadas. No caso, o que aconteceu, foi à criação de novos arranjos espaços-temporais que não levou em consideração este movimento histórico. É crucial destacar que houve a separação homem-território, pretérito-presente. É, portanto, plausível, numa primeira aproximação, indagar se o que houve foi à readequação identitária a nova lógica territorial? Ou, ao contrário, a nova lógica territorial, o assentamento, foi readequado às identidades?

A resposta à estas questões foi dada de diversas formas, cabe agora deixá-las mais claras. E para isso, é necessário retomar à primeira ideia posta no começo deste item: a relação entre identidade e natureza. Existe, pois, como sugere Iná Elias de Castro, “uma relação” estabelecida entre “geograficidade da experiência humana” e uma elaboração discursiva que torna os objetos “significantes”. Eles se referem aos significados que cada grupo atribui ao seu mundo (CASTRO, 1997, p. 179).

A natureza entra no plano da geograficidade veredeira como discurso, “sou das Veredas”, “somos gentes das Veredas” e como prática “a gente vivia das Veredas”. E como representação “lá”, o “antes”. Acreditamos que há uma relação entre a natureza imaginária, e outra, uma natureza concreta, humanamente praticada. Na conjunção entre estas duas características que se manifesta a identidade; a natureza é significada e significante em/por um território.

Isso tem as suas implicações. A transferência destes sujeitos para o PA São Francisco, e por mais que insista que existiu a preocupação com a conservação das manifestações culturais, criou uma ruptura exatamente na relação com a natureza. E de uma forma ou de outra, as mudanças nas relações com a natureza acabam por mudar a relação entre os homens. A respeito

da passagem de Bachelard, é preciso dizer que os veredeiros não mudaram apenas de território, mudaram de natureza.

Esta mudança de natureza se deu da saída das Veredas para as chapadas. Na verdade, houve a inversão das relações. As Veredas se tornam espaços inacessíveis apropriação humana, os Gerais, que funcionavam como espaço complementar, se torna o único lugar onde à vida pode se desenvolver. Devemos observar ainda que mesmos as áreas de chapadas estavam extremamente degradadas, não havendo a possibilidade do extrativismo e outras práticas territoriais. Nesta perspectiva, o processo de reterritorialização envolve a releitura dos conhecimentos elaborados historicamente em relação aos ambientes.

Nas entrevistas, podemos observar que isto foi como a retirada do chão de referência, criando a insegurança e o desejo de volta a casa imaginada, as Veredas. Como isso não era uma possibilidade, a estratégia foi a de criar novas maneiras de ler, interpretar e relacionar com a natureza. E talvez por isso, que a presença de máquinas na preparação do solo, a constante substituição do restante de Cerrados pelas pastagens, o uso de adubos químicos entram como condição, como está expresso na foto 19. Uma condição porque é única forma de sociabilizar o ambiente, e dele retirar o “mínimo vital”.



Foto 19: O solo. As árvores. A espera pelas sementes: o tombamento da vida –
PA São Francisco, Formoso.
Autor: MARTINS, G.I. Mar/2010.

O problema disso é que as práticas territoriais que no pretérito tiveram o mérito de manter sociodiversidade, agora, se assemelham a outras que vão contra isso. Além disso, outras modificações na relação com a natureza são evidentes, sobretudo, aquelas que indicam como e o que se apropria dela. O extrativismo, a atividade essencial na vida veredeira, além de contribuir para a produção de excedentes, fornecia uma dieta alimentar variada. Mas, nas condições em

que estavam as fazendas quando desapropriadas e atomização da degradação devido os novos manejos engendrados, praticamente sucumbiu o extrativismo como recurso e meio de trabalho. Fizemos um balanço com alguns dos entrevistados sobre a dieta alimentar, o que se come e o que se comia. A partir deste balanço elaboramos o quadro 4, nele é possível observar o papel que o extrativismo assumiu e assume na vida veredeira.

O que se comia “o antes”	O que come “o hoje”
O que era recolhido na natureza	O que é recolhido na natureza
Pequi, panã, buriti, mangaba, baru, cagaita, murici, grão-de-galo, goiabinha, mama-cadela, marmelo, maracujá, arco, camargo, jatobá, guariroba, coco-catulé, buriti, araticum, mangaba, bacupari, macaúba, Indaiá, Coco-cabeçudo.	Em alguns lotes o pequi, indaiá, coco-cabeçudo e o buriti.
O que se cultivava	O que se cultiva
Arroz, feijão, banana, laranja, milho, mandioca, cana-de-açúcar e hortaliças e leguminosas.	De acordo com a disponibilidade de terra e água: Feijão, milho, mandioca e hortaliças e leguminosas. Onde falta a água no período chuvoso: Milho e feijão, banana e laranja.

Quadro 4: A dieta alimentar, o que se comia e o que se come, “o antes e o depois”.

Fonte: Pesquisas de campo- PA são Francisco: Formoso-MG, 2010.

Org. MARTINS, G. I. 2010.

O quadro 4 representa a intensidade das relações mais diretas com a natureza e permite retomar um ponto do item precedente, a dependência dos mercados urbanos. O fato de o extrativismo perder força na reprodução veredeira, remete a questões ligadas ao manejo concreto do ambiente e às próprias condições ambientais em que isso se dá. E também a reavaliação e a valorização dos espaços na reprodução da vida. No lugar dos elementos da natureza circundante, o que entra na dieta alimentar, cada vez mais, são os produtos industrializados vindos dos mercados urbanos.

Isto pode ser ampliado tendo em vista o próprio cultivo da terra. O que vemos é que a agricultura está em um segundo plano. Isto tem a ver com as condições de manejo, o investimento nas terras de chapadas para a produção alimentar é alto, além da necessidade constante de água e de produtos químicos. O que na verdade inviabiliza a produção, sobretudo, nas areias quartzosas da Fazenda Gentio. Isso remete a um novo padrão de uso para a terra, e explica a expansão da criação de gado. A agricultura fica reclusa as beiras de quintais e nas áreas úmidas, presentes em poucos lotes. E como argumenta João Batista de Almeida Costa “há que considerar, também, que, dado o estrangulamento da reprodução física das famílias devido à transformação no sistema produtivo a que estão submetidos”, a necessidade de novas estratégias de produção é constante (COSTA, 2005, p. 77).

Neste caso, as estratégias às quais o autor se refere é a “introdução de recursos de parentes que migraram para a cidade”. As relações se tornam outras, as cidades se tornam se o espaço complementar ao assentamento, a dependência também é atomizada. O autor conclui que “tem gente que está dependo dos parentes que moram nas cidades, porque não tem terra de agricultura e nem água para poder produzir” (COSTA, 2005, p. 77). Na verdade, no processo de reterritorialização, os veredeiros assentados passam de fornecedores de excedentes a dependentes em relação à cidade, num dos planos mais essenciais da vida camponesa, a alimentação da família.

A rigor, o que estamos observando é que os usos e manejos da natureza se tornam mais distantes do que foram. Os conhecimentos que outrora foram elaborados não ganham praticidade, o que contribui para uma reterritorialização precária, ou seja, estão em um território, mas não pertence a ele, cuja principal característica é fragilização territorial, a instabilidade e as dificuldades em se construir um território tornam-se constantes. As identidades perdem as referências e se abrem a outras.

Ampliemos estes argumentos. A desterritorialização, seguida de outras desterritorializações, cria constrangimentos à reterritorialização e a torna precária. Na nossa leitura, no PA São Francisco, isto está ocorrendo porque não se criou de fato as condições necessárias para a existência de um território, muito menos para o enraizamento do modo de vida camponês. Com isso, podemos dizer que em certos casos, nem toda desterritorialização é seguida de uma efetiva reterritorialização, há processos que mediam a realização destes dois processos. A “clausura” da Unidade de Conservação não foi interrompida pela criação do Projeto de Assentamento.

O que estamos vendo é que o realocamento tem implicações diretas na organização social e produtiva. Isso é tanto que um dos meios encontrados pelos técnicos do INCRA para solucionar o problema da infertilidade da terra se torna meio de diferenciação do grupo. Como destacamos no capítulo I, os lotes tem tamanhos diferenciados, na Fazenda São Francisco devido às condições físicas serem melhores, os lotes tem menor extensão, possuem 40 ha. Ao contrário, na Fazenda Gentio, devido as múltiplas impossibilidades de se efetivar na terra, os lotes atingem até 80 ha.

Os que possuem lotes com maior extensão “*tem terra, ruim, mas tem*”¹⁴⁴. Isso porque com lotes maiores, mesmo com os constrangimentos ambientais, os veredeiros não reconhecem como não ideal para agricultura, ela é praticada. O que se opõe diretamente os que possuem lotes com menores extensões, 40 ha, embora se tenha áreas onde a agricultura é possível, como

¹⁴⁴ Depoimento do terceiro veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

a beira de algumas Veredas, é área de preservação, o que dificulta mais ainda as práticas agrícolas. Neste caso, surgem duas novas categorias entre estes sujeitos: os “sem-terra” e os “fazendeiros” (COSTA, 2005).

Conforme o autor “inviabilizados em sua produção os moradores desses lotes [os de 40 hectares] passaram a ser chamados pelos possuidores de lotes 50 a 80 hectares por sem terras” (COSTA, 2005, p. 77). O termo “sem terra” não se refere à falta de terra em si, mas a falta de terra para desenvolver o labor da agricultura. Apesar de tê-la, estes não a têm, porque elas não oferecem as condições ideais para o cultivo. “Na visão dessas populações para denominar seus pares de sem terra se deve a que ‘a terra é tudo carrasco e não tem acesso ao rio’ (...) ‘lugar muito seco, sem árvore, sem nada, que não dá para viver (...)’” (COSTA, 2005, p. 77).

Agora, esse negócio das terras de cultivo é o seguinte: - se você tem o dinheiro, condições de pagar a gradiação, comprar o adubo, você planta, se não tiver, você não planta, porque não adianta nada gradear a terra se não tem o dinheiro para comprar o adubo, ou ter o dinheiro pra comprar o adubo e não ter o dinheiro pra gradear a terra. Então se tiver condição compra, paga a gradiação, compra o adubo, e planta, senão não planta¹⁴⁵.

Não parece haver dúvidas que as diferenças devam existir, sobretudo, porque no PA São Francisco os assentados veredeiros têm condições de acesso desiguais a um dos mais essenciais a sua reprodução: a natureza, em seu sentido amplo, que inclui terra, água, plantas e animais. Isto é determinante, sobretudo, porque a relação com a natureza foi sempre uma espécie de arquiteto que dava a consistência as identidades. E quando observamos a categoria sem terra, historicamente, é uma nova forma de interpretação do outro. Isso porque principalmente entre os posseiros não havia a terra como propriedade, mas havia acesso aos recursos devido às regras de uso em comum.

Não obstante, no PA São Francisco o uso em comum dos recursos foi abandonado. Na verdade, o que dá consistência às novas relações é o lote e sua marca principal, a cerca, que denota propriedade individual, da terra e da natureza. Os que não têm os recursos em seus lotes, não há outros meios de se conseguir. Neste caso, os sem-terra são aqueles que - devido às novas formas de apropriação da natureza, das novas relações entre os próprios homens - ficam fechados sobre a nova clausura, o “lote” e as “cercas”, e impossibilitados de buscar outras opções para além dos limites sociais e físicos que são impostos. Cada assentado se fecha em sua individualidade, embora o outro, o vizinho, viva em condições precárias. O que estamos vendo é que as cercas não criam apenas limites territoriais, mas também as solidariedades humanas, camponesas, historicamente estabelecidas.

¹⁴⁵ Depoimento do quarto veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

A este respeito uma das partes mais intrigantes que ouvimos em uma das entrevistas diz a respeito às distâncias entre cada morador do PA São Francisco. Embora, estejam geograficamente muito próximos, nas relações entre vizinhos se tornam cada vez mais distantes. *“Aqui é perto, mais é longe, longe porque não tem mais festa, não tem mais ninguém indo a casa de ninguém. Cada um faz o seu e o outro se vira. É triste. Mais aconteceu. Vou no máximo à casa da minha mãe ou irmão”*¹⁴⁶. Isto significa, por um lado, um processo de individualização e, de outro, a quebra nas relações entre comprades e vizinhos.

O que é contrastante, todavia, é que ao relatar as distâncias sociais que estão se criando se retoma sempre o território-Veredas como exemplo. A saudade daquele tempo das festas de janeiro e das folias é retomado como elementos de contraposição a nova realidade. Discursivamente, compreendem as diferenças e sabem onde elas ocorrem, na prática acabam por continuar a exercê-las e por atomizá-las. A linha demarcatória entre os “tempos bons”, onde os vizinhos estavam próximos e os “tempos de agora”, onde isso não acontece mais, são conhecidos, embora nada se faça para alterá-los. O que representam é, de forma abstrata, o ideal do que eram, veredeiros, e o que são ou que estão por si tornar, assentados.

Outro ponto que nos chamou bastante a atenção é a resistência à categoria “assentado”. O termo assentado tem conotação negativa. Isso tem a ver com os usos e significados diversos que são atribuídos ao termo, sobretudo, na mídia. O que fica claro é a sutil ligação que foi construída entre o termo assentado e a atuação de alguns movimentos sociais, que são vistos negativamente. Outro ponto importante para reafirmar a tese de não assentados se refere ao fato que alguns membros tinham terras, terra, aliás, que foi tomada e por a possuírem, não podem ser classificados como tal. O que demonstra uma não identificação com a condição que lhes é imposta, assentados de Reforma Agrária.

A junção destes dois fatores contribui para a resistência e a negação do termo assentado. No caso, para suprir esta questão o termo “comunidade” vem sendo usado, sobretudo por acadêmicos, para determinar o PA São Francisco¹⁴⁷. O que em si expressa uma primeira contradição, pelas características ambientais e da organização social se houvesse de fato comunidade seria comunidade(s). Isto porque a fazenda Gentil e a São Francisco se expressam territorialmente de maneira distintas.

¹⁴⁶ Depoimento do sétimo veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

¹⁴⁷ Há controvérsias teóricas e práticas com relação o termo comunidade e também a atualidade do seu uso, sobretudo, porque o termo é determinado temporalmente e não espacialmente. Mas, para nós a questão principal não é essa, compreendemos o conceito de comunidade como “o viver-se juntos, de um lado, e o de participar-se de uma vida em comum de outro” (WIRTH, 1973, p. 85). Com base em Jarbas Siqueira Ramos que destaca que (...) três aspectos são fundamentais para conceituarmos os espaços da comunidade: primeiro, a comunidade é um espaço da vida na cotidianidade; segundo, o que está dentro da comunidade são pessoas e suas relações; finalmente, o que caracteriza a comunidade é o fato de que a vida de alguém pode ser totalmente vivida dentro dela. (RAMOS, 2009, p. 8)

A justificativa para o uso do termo comunidade é devido à organização social do grupo. Na divisão dos lotes procuram manter os mesmos padrões de vizinhança. Com isso, o grupo de família que estava às margens do córrego Pau Preto, por exemplo, no assentamento os lotes estão próximos e fazem fronteiras. O que significa, de um lado, a busca pela permanência pelos laços de proximidade e, de outro, a proximidade consanguínea, tendo em vista que na maioria dos casos os vizinhos são parentes e compadres. O ser vizinho, porém, mudou porque o lote cria a sensação de individualidade. As cercas ressaltam este caráter.

A questão principal não está relacionada com a mudança de categoria em si, fazendeiro e/ou sem terra, assentado, comunidade e/ou veredeiros¹⁴⁸. O que vemos é uma constante indefinição na representação. O “eu”, que identifica, se torna indefinido, as categorias que vão se apresentado e que vão sendo negadas/ou não, mostram isso. Algumas podem resistir e se tornarem meios de identificação. Outras, ao contrário, podem desaparecer. A exemplo disso, durante a nossas entrevistas, o termos fazendeiros e sem terras não apareceram. Não obstante, estas categorias demonstram certo distanciamento entre os assentados são frequentes, como por exemplo, os “de lá”.

Isso, porém, é explicável, pois o fato de serem todos veredeiros não significa que se reconheçam como pertencentes ao mesmo grupo de parentesco e de vizinhança. Afinal de contas, estes homens e mulheres estavam espalhados por todo um território de mais de 84. 000 Km², e muitos nem se conheciam. De forma arbitrária, no Projeto de Assentamento são obrigados a compartilhar as experiências. É evidente que as diferenciações, os conflitos surjam. Mas, é isto o que vai dar consistência e criar uma vivência histórica na conformação da identidade.

Além disso, mesmo que não pertençam à “comunidade” em comum, a consanguínea e/ou de vizinhança, todos tem uma história “em comum”. Aquela das rupturas, dos desencaixes espaços temporais que foram engendrados pelas políticas públicas, e outra, aquela que se processa na reconstrução da territorialidade no PA São Francisco. Isso pode contribuir para que haja de fato um ponto de interesse para onde todas as ações tendem a convergir.

¹⁴⁸ João Batista de Almeida Costa chega a sugerir que a principal transformação que está ocorrendo é aquela que transforma os veredeiros e “chapadeiros forçados” (COSTA, 2005). Isso devido às características da produção que sai das Veredas para as chapadas. Não apropriamos desta categoria por dois motivos: a) durante todo o trabalho de campo observamos a agricultura em chapadas, mas os veredeiros assentados não usam o termo chapadeiro, o não reconhecimento desta categoria quer dizer ela não deve concretizar com fluir do tempo histórico; b) além disso, acreditamos que o modo de vida veredeiro ultrapassa a agricultura, esta no jeito de falar e vestir, na dieta alimentar, no modelo das casas, enfim, na representação de território e nos territórios de representação.

Assim como a natureza no pretérito ligou às identidades, a cultura é um determinante neste processo¹⁴⁹. A experiência humana é a matéria-prima fundamental na formação das identidades. Experiência no sentido de que estamos em contato com outros seres humanos e não humanos, o “eu” e “nós” se encontram tempo-espacialmente. E este contato é mediado por um elemento que nos diferencia da nossa própria natureza: a cultura. A rigor, acreditamos que a cultura seja um elemento sedimentar do ato/ação de habitar a natureza, os espaços e os lugares que no final engendra os territórios e as identidades que surgem dele.

Afinal, a forma como nos tornamos seres culturais, tem implicações diretas sobre como agimos na/e com a natureza e com outros homens. Tem implicações sobre as nossas relações com o mundo, criando modos de vida em tempos com espaços e lugares ímpares. Estes são preenchidos de uma natureza e uma cultura singular. Se história da natureza é tributária do pensamento humano, a cultura é a forma como pensamos e criamos esta história. Ela é quem permite olhar o mundo com estes ou aqueles significados. Portanto, cultura, natureza, identidades e território fazem parte do mesmo jogo dialético de compreensão e significação do/e no mundo.

Isso acontece porque, como afirma Clifford Geertz, “apenas o homem possui (...) não só inteligência, como também consciência; não só necessidades, como também valores; não só temores, mas também senso moral; não só um passado, mas também uma história. Somente o homem, em suma, tem cultura”, (GEERTZ, 1966, p.32). Afinal, os animais nascem sabendo ou aprendem naturalmente, nós criamos um mundo a nossa imagem e semelhança por meio das teias da cultura. E como conclui Carlos Rodrigues Brandão “a cultura existe nas diversas maneiras por meio das quais criamos e recriamos teias, as tessituras e os tecidos sociais de símbolos e de significação que atribuímos a nós próprios, as nossas vidas e nossos mundos” (BRANDÃO, 2008, p. 31).

Da citação anterior o que fica em evidência é o poder de criação e de recriação do ser humano. Entre os pontos em comum, as categorias cultura, território e a representação da natureza, este é o mais marcante, o poder de criar e de recriar os seus significados conforme as experiências espaços-temporais. Ora, isso é o que mais acontece entre os veredeiros assentados do PA São Francisco, a criação e a recriação de elementos estruturantes da vida.

No entanto, é neste momento que questões antes irrelevantes são atomizadas e entram na gramática social, outras mais valorizadas são adormecidas. E também há outras, que incluem velhas e novas práticas, saberes, desejos, vivências, enfim, experimentações pretéritas e atuais que se encontram e se entrecruzam, em outras palavras, se tornam “híbridas”.

¹⁴⁹ A cultura, aqui é entendida no sentido de Geertz: “como sistemas entrelaçados de signos interpenetráveis” (GEERTZ, 1989, p.10). Ora, ressalta o autor, “o homem é animal amarrado por teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sento essas teias”. (GEERTZ, 1989, p. 4).

É claro que o termo híbrido tem as suas controvérsias e por isso sofre severas críticas. A crítica situa no plano de que os conflitos sociais, políticos e econômicos são amenizados, o que provavelmente serve para diminuir o efeito das contestações sociais. Outros acreditam ser um conceito pós-moderno. Não pretendemos entrar no mérito da questão. A ressalva é no intuito de demonstrar que por mais que as culturas, as territorialidades, as identidades se tornam híbridas, as contradições não cessam em ampliar.

Milton Santos, talvez, tenha notado esta questão, de que ao inserimos em nossas práticas territoriais elementos que não nos pertencem, tornamos híbridos, quando afirma que o espaço geográfico é um “híbrido” (SANTOS, 2004). O é porque os homens que o faz também o é. Nesse sentido, passamos a inserir na educação, na economia e cultura conhecimentos de outros que vão se entrecruzando para dar consistência às identidades.

O veredeiro é homem híbrido, agora, no PA São Francisco, e no território-Veredas. Devemos anotar antes de qualquer análise mais aprofundada, os diversos encontros e desencontros que contribuíram para formar o território e o veredeiro como sujeito híbrido. É porque na junção entre índios, negros, brancos colonizadores e vaqueiros em um tempo-espaço determinado, os Gerais, que estas diferentes matizes de racionalidade se encontram e dão gênese a este homem hodierno que chamamos de veredeiro. Podemos encontrar as manifestações disso no conhecimento desenvolvido sobre a natureza, nos hábitos alimentares, e meios e modos de produção.

A fim de avançar nas análises, devemos dizer que a importação e a incorporação de outros conhecimentos aos do veredeiro sempre ocorreram, mas, o que é importante salientar são as condições atuais em que isso acontece. Quando veredeiro assentado se vale de técnicas de produção como o tombamento do Cerrado, por meio de tratores e/ou uso de produtos químicos, é porque os seus conhecimentos não são suficientes para tornar aquela terra produtiva.

Estamos diante de processos novos e de necessidades novas. A roça de toco, técnica veredeira, não é o suficiente para fazer a terra produzir. E mesmo que fosse, o não suficiente seria o espaço que cada assentado possui. Afinal de contas, a largueza dos Gerais foi reduzida a lotes de 40 a 80 hectares. Mas quando afastamos do plano produtivo, podemos observar outros pontos que revelam que as vivências veredeiras ainda persistem. O exemplo pode ser a manutenção do rancho feito com palha de buriti, ou os utensílios domésticos usados na cozinha. E mesmo a agricultura que sofreu as mais duras transformações, ainda conserva alguns ingredientes básicos. Apesar da mudança no modo de produzir, se produz o de antes, o necessário à família camponesa, o milho, o arroz e a mandioca etc.

Para compreender estes elementos que não podem ser caracterizados como “puros”, Néstor Canclini utiliza o termo “hibridação” e/ou “culturas híbridas”. Para ele, hibridação são os “processos socioculturais nos quais estruturas e práticas discretas, que existiam de forma

separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 2003, p. 19)¹⁵⁰.

A tese que está implicada na concepção de hibridação é aquela que pressupõe a convergência de temporalidades, passado e presente, ou como prefere Georg Gurvitch a “multiplicidade de tempos” (GURVITCH, 1968). Demonstramos isso quando estudamos o território veredeiro como acumulação desigual de tempos. Outro ponto pode ser esclarecido, as expressões de tempos que os vereadores usam para expressar a mudança de territórios, o “antes” e o “depois”. O passado, aliás, diz Jacques Le Goff, “pode também ser expresso pelo presente” (LE GOFF, 1984, p. 296). Milton Santos, noutra abordagem, afirma que as técnicas e ações têm tempos diferenciados, eis porque de híbrido (SANTOS, 2004).

Portanto, fica claro que somos, sempre, a mistura do que fomos, do que somos e o que seremos. No caso, homem que habita o PA São Francisco é, ao mesmo tempo, o veredeiro e o assentado. Não é possível fazer a distinção, o homem é o mesmo, o que mudas são as experiências espaços-temporais. E, se práticas pretéritas estão adormecidas, vale dizer que “o passado só é rejeitado quando a inovação é considerada inevitável e socialmente desejável” (LE GOFF, 1984, p. 300).

Quando os vereadores deixam a simbiose com a natureza para aderir a outras, degradantes em seus efeitos, podemos dizer que “o passado determina o comportamento actual” (LE GOFF, 1984, p. 305). Afinal de contas, a preservação desta mesma natureza foi uma das responsáveis pela perda do território. Ela sai do plano de provedora do sustento para se tornar um dos elementos que o impossibilita. E quando, no início da pesquisa, partimos do pressuposto de compreender o presente por intermédio do passado e o pretérito por meio do presente, foi no intuito de perceber estas criações, recriações, enfim, como que no decorrer dos processos geográficos o homem se redefine diante da natureza e dos próprios homens.

É certo que isso não ocorre sem as contradições. Cabe agora retornar as origens, ou seja, ao início do item, retornar as perguntas deixadas em aberto para fechar a questão das temporalidades e da identidade.

Ao dialogar com Gaston Bachelard uma questão ficou em aberto. Em outras palavras, indagamos se os vereadores assim como os caracóis ao mudar levam a casa de morada sem nenhuma ruptura. Sim e não. Não porque as mudanças são evidentes, o que acaba por criar um processo que media a desterritorialização e a reterritorialização. Processos que tornam as práticas territoriais mais frágeis e instáveis, contribuindo para precarização do próprio

¹⁵⁰ A este respeito outra abordagem interessante é a de Bruno Latour que se refere aos híbridos de cultura e natureza na obra “jamais fomos modernos” (LATOUR, 1994).

movimento territorial. E sim, para casa onírica. As Veredas de alguma forma habitam no homem veredeiro, como casa sonhada, imaginada que só a memória é capaz de conservar.

Este processo é tão evidente que entre os veredeiros, sobretudo, os velhos, em muitos aspectos se assemelham a um imigrante: o eterno desejo de voltar ao lugar de partida. A diferença é que este lugar, materialmente, não existe mais. As pessoas não habitam mais ali, está guardado apenas na memória. Portanto, os suportes da identidade estão na memória territorial. Cabe, ainda, dizer que:

Todas as identidades estão localizadas no tempo e nos espaços simbólicos. Elas têm aquilo que Edward Saïd chama de suas ‘geografias imaginárias’: suas ‘paisagens’ características, seu senso de ‘lugar’, de casa/lar, de heimat, bem como localizações no tempo – nas tradições inventadas (HALL, 2004, p. 71-72).

Pode parecer uma contradição, mas o espaço simbólico a que Hall se refere, para muitos veredeiros assentados, são as Veredas onde um dia se viveu. Característica que serve para questionar o próprio processo de reterritorialização como construção de um novo território de referência. As Veredas, a casa de morada, mesmo que o tempo encarregue de destruir materialmente, nas “geografias imaginárias” veredeiras, elas continuam sendo o território de referência.

Devemos dizer, porém, que somos seres datados, existimos em um tempo-espaço muito específico, o nosso fim é o fim destas imaginações geográficas. Os velhos veredeiros com o tempo não mais existiram, os seus saberes e práticas também não. Aos jovens cabe a escolha da (re)construção da identidade, o presente a eles está disponível, o passado é mais fugaz, lembranças de pais e avós não os pertencem. É preciso pensar em que medida as Veredas e o assentamento são significantes a eles. E desta escolha que as novas identidades, híbridas, surgem e se afirmam.

Além disso, é preciso considerar que as imposições ambientalistas já vinham criando empecilhos à atualização do conhecimento veredeiro secularmente construído sobre o manejo do ambiente e que a maioria dos jovens que atualmente habitam o PA São Francisco, conviveu mais com a criminalização das práticas territoriais do que com as relações mais diretas com o ambiente sociabilizado. Afinal de contas, eles estavam no centro dos programas de educação ambiental, viram seus pais perderem o gado e a terra de trabalho, estranhos adentrando em suas casas em busca de apetrechos de casa. Estes pontos estão impregnados na cosmovisão destes veredeiros.

No PA São Francisco, “o saber-fazer” e o “saber-viver” se faz com a incorporação do novo que chega por meio de “estranhos”, ambientalistas, ONGs, técnicos do INCRA, sindicatos e o IBAMA. O novo se apresenta por meio de políticas públicas, delimitações legais sobre o ambiente e também por meio do uso incorporado à vida através de modelos externos à vivência

local. Para isso, readéquam as representações e seus territórios a situações adversas como as novas práticas de produção que estão se interligando a “modernidade” tardia, à tecnologia e ao mercado que apropriam e expropriam, pressionam e ameaçam suas práticas cotidianas e introduzem novos hábitos e novas formas de uso da natureza.

Embora possa não parecer, as categorias que estão surgindo buscam a reconstrução territorial da identidade. Se o que vai efetivar é a comunidade ou assentamento São Francisco, veredeiro, chapadeiro, assentado e/ou produtor rural pouco importa. O que importa é o território que se constrói, afinal, ele “é um espaço geográfico onde uma comunidade humana põe um nome e faz uma história” (SAMPAIO, 2004, p.330). O território e as identidades se fazem no vir a ser.

Cabe, agora, no item final, depois das questões levantadas, pensar a reterritorialização e as condições em que ela acontece.

4.5 Da reterritorialização a uma territorialização precária: a natureza da reinvenção territorial

A partir do que observamos até aqui acreditamos que existe dois processos simultâneos e complementares no PA São Francisco. Primeiro, ocorre uma reterritorialização precária ou uma desterritorialização prolongada. Segundo, há uma reterritorialização multifacetária a partir da qual o elemento do território-Veredas se junta às práticas territoriais do assentamento. Isso ocorre devido ao fato de estarmos lidando com sujeitos multifacetários e relacionais, cada grupo experimenta os processos de forma desigual, portanto, é a forma como isso se manifesta.

A questão que queremos demonstrar neste item é como que ocorreu esta reterritorialização, o que a torna precária ou até mesmo permite que haja uma desterritorialização prolongada sobre si mesma, demonstrando o quão é frágil (des) enraizamento no PA São Francisco. Além é claro, de demonstrar a segunda forma de reterritorialização, aquela que conjuga as experiências pretéritas com as atuais para forjar um novo território. Em todo caso, para dar conta desta proposta, temos primeiramente que definir o conceito de reterritorialização com o qual estamos trabalhando. Depois, detalhar as suas manifestações entre os veredeiros assentados.

Ao contrário do conceito de desterritorialização, a reterritorialização é um conceito muito utilizado, mas sem nenhuma elaboração teórica consistente. Falam-se sempre em reterritorializações sem definir o que é. Ao considerar como um processo complementar a

desterritorialização, sem indicar em que medida isto ocorre. É um conceito ainda a ser construído¹⁵¹. Há, portanto, limites claros na nossa própria construção teórica.

Um dos primeiros pontos a destacar é:

(...) **Não se deve confundir a reterritorialização com o retorno a uma territorialidade primitiva ou mais antiga:** ela implica necessariamente um conjunto de artifícios pelos quais um elemento, ele mesmo desterritorializado, serve de territorialidade nova ao outro que também perdeu a sua (DELEUZE, GUATTARI, 1996, p.41. Grifos nossos).

Em uma segunda obra publicada mais tarde, os autores atomizam este ponto quando afirmam que “a reterritorialização como operação original não exprime um retorno ao território” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 198). Portanto, a ideia evidente nas duas passagens é que reterritorialização é um processo engajado na busca de um novo território, não é essencialmente igual o que se “abandonou”. Um ponto a mais deve ser questionado é justamente este, a recriação do novo como se os sujeitos envolvidos neste processo fossem “tábulas rasas”. As condições materiais em que a reterritorialização acontece podem ser outras, mas os elementos culturais, identitários e territoriais não são. O homem que perde o território é o mesmo que busca a reterritorialização, resta saber se continuará sendo.

Uma vez terminado o processo de desterritorialização pressupõe que um segundo processo seja engajado, aquele que vai reconstruir o território. Para ampliar a escala de análise, alguns pontos vão ficar em aberto e serão retomados no sentido de ver em que medida são coerentes. É possível a reconstrução do território, que perdeu a consistência material e simbólica e se desterritorializou, tendo o como um processo relacional envolvendo dialeticamente cultura, natureza, política, economia e identidades? Há de fato esta reconstrução e o que ela guarda em comum com os antigos territórios?

Numa outra obra, Guattari e Suely Rolnik afirmam que “a reterritorialização consistirá numa tentativa de recomposição de território engajado num processo desterritorializante” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 323). É certo que esta tentativa de reconstrução se dá na medida em que as condições necessárias são criadas para o grupo. Este processo de recomposição pode, todavia, ser prolongado devido aos constrangimentos criados, dificultando o acesso ao território no seu sentido simbólico e funcional com a precarização da reterritorialização. Neste caso, queremos dizer é que a reterritorialização não é simples causalidade da desterritorialização, ele tem os seus contornos, embates e implicações.

Um primeiro ponto deve ficar em evidência. Não trabalhamos a possibilidade de o homem ser a-territorial. Quando afirmamos que há constrangimentos ou elementos que

¹⁵¹ O nosso objetivo não é construir o conceito de reterritorialização senão demonstrar alguns elementos que podem a identifica-lo e demonstrar as suas limitações em termos teóricos.

dificultam a reterritorialização e/ou a torna precária, estamos questionando a reterritorialização apenas como consequência da desterritorialização. A rigor, para haver a reconquista do território é preciso que haja a perda, não significa, porém, que uma esteja fadada a outra. Há que se dizer que existem processos que complexificam estas ações, processos mediante podem tornar a reterritorialização em uma segunda desterritorialização.

Tendo como base estes elementos, cabe agora analisar alguns autores e seus conceitos de reterritorialização. E, ao mesmo, refletir em que medida tais conceitos ganham a validade empírica.

A reterritorialização, diz Néstor Canclini, trata-se de “certas **relocalizações** territoriais relativas, parciais, das velhas e novas produções simbólicas” (CANCLINI, 1998, p. 309. Grifos nossos). Relocalizações necessárias devido à perda da relação “natural” com o território. Evidentemente, o autor tem as suas razões para sugerir que há uma relação natural com o território e também que isto é rompido, e que um processo complementar busca refazer isso, mesmo que de forma parcial. A primeira questão a indagar é em que medida a relação com o território é natural, e depois, como a reterritorialização fornece esta relocalização.

É evidente na proposta conceitual de Canclini é o conceito restrito de território com o qual está envolvido. Tendo em vista que a reterritorialização é a relocalização, a desterritorialização é a deslocalização e, portanto, o território se resume a localização. Este conceito é insuficiente para se entender a complexidade das ações humanas na apropriação do espaço geográfico que ultrapassa qualquer relação “natural”. O território, como vimos, é um processo histórico envolvendo múltiplas escalas e sujeitos relacionais. A reterritorialização, a forma como ela acontece, deve partir desta matéria-prima histórica.

Roberto Lobato Corrêa amplia o conceito ao dizer que as “re-territorialidades (...) dizem respeito à criação de novos territórios, seja através de reconstrução espacial, *in situ*, de velhos territórios, seja por meio de recriação parcial, em outros lugares, de um território novo” (CORRÊA, 1996, p. 252). A recriação de novos territórios sobre os mesmos lugares são evidentes, a luta dos povos indígenas na reconquista da terra se faz nesse sentido. O que é mais importante na reflexão do autor é o fato que a reterritorialização é uma recriação parcial de velhos territórios, parcial porque envolve o tempo presente, as ações e possibilidades e as necessidades que ele tem de retomar o passado. O território que nasce deste processo é dialético porque contém “características do velho território” e o devir da nova territorialização.

Aceitamos a ideia que a reterritorialização é produtora de territórios híbridos porque se faz pela junção de territórios pretéritos e atuais. Mas, faz isso de forma dialética, com contradições criadas no processo de desterritorialização. De um lado, para que a reconstrução aconteça, mesmo parcialmente, alguns elementos dos antigos territórios devem permanecer. De

outro, todavia, na maioria dos casos, isso não acontece. Os desterritorializados se encontram em situações totalmente adversas, o exemplo pode ser um camponês que deixa a terra de trabalho e migra em definitivo para uma metrópole e se torna um trabalhador da construção civil. As relações são outras, os tempos e os espaços também.

A questão apresentada anteriormente sugere duas repostas. A primeira, como nos diz Guattari e Rolnik “a desterritorialização é traduzida como a sensação de estar se desagregando” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 285). Se o camponês migrante insistir em sua ética/lógica camponesa, a sensação que permanece é a de desagregado no tempo-espaço. A sensação de estar sempre fora de casa, com o eterno desejo de retorno. Isto serve para questionar os limites da reterritorialização como recriação de territórios ou como simples consequência da desterritorialização. A segunda resposta, mas se o camponês acolhe as experiências novas as ligam as pretéritas, o sentimento de território pode nascer, mesmo que seja o sentido primário, o de abrigo. Ambas as respostas têm suas controvérsias porque estamos trabalhando com conceitos que nunca abarcam toda a complexidade da ação humana.

Roni Blume propõe à dinâmica territorialização-desterritorialização- reterritorialização como conceitos processuais para estudar a complexificação das relações no espaço rural. Para ele, “reterritorialização na dinâmica territorial tem indicativo analítico a reconstrução de novos localismos” (BLUME, 2005, p. 10). Além disso, sugere o autor, a reterritorialização é um dos elementos fundamentais na resistência aos processos desterritorializantes.

Os localismos, para autor, seriam pontos de “inflexão” que servem para se opor à ótica homogeneizante das grandes corporações. Além de ser um contraponto, é aqui que surgem as propostas diferenciadas, “endógenas”, no intuito de defender os “interesses da população”. “São também sobre estes que se originam as práticas sociais transformadoras, no sentido de fomentar projetos na busca de reterritorialização”. O ponto de referência destas inflexões e localismos é a região de imigração italiana no Rio Grande do Sul, que “proporcionou a construção de novos localismos pela reapropriação simbólica do espaço, ao se trabalhar aspectos ligados à identidade da comunidade” (BLUME, 2005, p. 10).

Com estas observações, o autor conclui que:

- A reterritorialização ocorre pelo sentimento de pertencimento a um lugar, este confere ao espaço geográfico uma propriedade que o distingue de outros territórios, sendo a distinção proporcionada pelo entendimento das particularidades e pela valorização da diversidade territorial.
- Ao recuperar o agir local através do resgate de práticas antigas da comunidade, seja através da valorização do patrimônio cultural ou pela incorporação diferenciada de antigas técnicas agrícolas nas práticas produtivas, se proporciona a dinâmica territorial da reterritorialização (BLUME, 2005, p. 10-11).

É evidente em Blume, embora use o conceito de reterritorialização, o que está definido em sua elaboração é o conceito de localismo. Afinal de contas, este apego excessivo aos lugares é quem determina esta prática. Aliás, a reterritorialização pode ser tomada como a releitura deste “sentimento de pertencimento” e de “práticas antigas da comunidade” devido ao fato de estas estarem em contato mais direto com outras, tendo em vista que ela permite a recriação territorial. Devemos, porém, concordar com o autor no fato de que a desterritorialização pode gerar revalorização das práticas territoriais, sobretudo, devido o sentimento de perda, mas como estamos vendo, isso pode contribuir ou não para o processo de reterritorialização.

Outro ponto que deve ser questionado na perspectiva de Blume é a sugestão que a reterritorialização atua no sentido “resistência ao processo desterritorializante”. O autor esquece-se de um dos elementos básicos, de que todo território contém os elementos que o coloca no movimento de desterritorialização. A reterritorialização não é contraditória a outros processos, ela é um elemento cambiante a outros, e se justifica pela busca humana de condições ideais para reprodução simbólica e material do grupo colocado em situação de instabilidade territorial. O sujeito reterritorializado não está imune as novas des(re)territorializações.

Uma ideia essencial é aquela defendida por Marcelo Cervo Chelotti, de que “o processo de reterritorialização é realizado ao mesmo tempo com manutenções, e, também, adaptações ao novo meio” (CHELOTTI, 2009. p. 245). Este autor ao trabalhar a reterritorialização camponesa em assentamentos de Reforma Agrária na Campanha Gaúcha demonstra a dialética que se processa entre o território primeiro, aquele de origem, e um território segundo, o da reterritorialização, os assentamentos. O encontro com nova realidade social e econômico se faz com ajustamentos de identidades, territórios e representações.

Podemos perceber em Chelotti é que enquanto a desterritorialização nega o sentido de território, os laços culturais e as identidades, a reterritorialização acorda os sentimentos mais íntimos que envolvem o grupo, a família, a terra de trabalho como conquista. Vemos, portanto, que a reterritorialização é uma relação orgânica, as suas “expressões” estão na economia, na política e na cultura destes assentados. De outro modo, podemos dizer que a reterritorialização é ao mesmo tempo uma forma de luta pela conquista do território e de readequação de suas concepções de mundo a uma realidade territorial. “O ‘sucesso’, a permanência, a adaptação do camponês” nesta nova realidade territorial “(...) dependerá tanto de elementos objetivos, como apoio institucional, quanto de elementos subjetivos como a adaptação aos ‘costumes’ do novo meio” (CHELOTTI, 2009. p. 247).

A questão destes camponeses que rompem as fronteiras dos latifúndios na Campanha Gaúcha é exemplar, o processo de reterritorialização envolve sempre elementos que são constituidores da condição humana: as representações, culturas, naturezas, identidades e tempos-espacos. E como sugere Zilá Mesquita, “modos de ver e sentir a realidade nos impedem

ou nos facilitam formas de atuar sobre o território” (MESQUITA, 2005, p. 6), até porque cada sujeito desterritorializado procura o seu território de direito. Para isso, há a “manipulação múltipla e complexa da memória coletiva no processo de ajustamento ao novo local” (LITTLE, 1994, p. 11).

As anotações antecedentes nos mostram o quão os elementos subjetivos são importantes na reterritorialização, todavia, não podemos tomá-los como a transposição cultural, identitária e/ou territorial. Não é possível, simplesmente, levar determinados elementos de um território a outro. Eles são resignificados durante este processo, são mesmos e outros ao mesmo tempo. Dois tempos que se encontram: o antes e o agora, para formar o depois.

O desequilíbrio criado, social e territorial, pela desterritorialização, faz com que a coerência entre territórios e identidades se rompam, a reterritorialização vem para reorganizar este processo. Marcada pela influência pretérita, a ação humana sobre o espaço é uma tentativa de reconstrução. Mas, o território não é como a “casa de caracóis” do exemplo que tomamos de Bachelard, ele é datado e especializado, não pode simplesmente ser transposto de um lugar a outro.

A maioria dos autores citados até aqui tem em comum é a base teórica da qual partem, ou seja, as pesquisas de Rogério Haesbaert. Este, aliás, não define o conceito de reterritorialização em nenhum momento, apenas faz menções em toda sua obra. Mas, como o autor pressupõe que são processos complementares e destaca as perspectivas de desterritorialização, podemos considerar que há uma reterritorialização econômica, simbólica/cultural e política.

Numa primeira aproximação, Haesbaert destaca que a “(re)territorialização” ocorre no sentido de formar “novos territórios, através de uma reapropriação política e/ou simbólica do espaço” (HAESBAERT, 1997, p. 117). Esta reapropriação pode ter caráter diferente, com reterritorializações mais fechadas e/ou guetificadas e também outras mais abertas e multiculturais. Em outras palavras, “a reterritorialização pode ser libertária, surgindo opções e contrastes, permitindo a livre manifestação de identidades, e ao mesmo tempo opressora, quando se fecha, voltando-se apenas para os seus iguais e ignorando o diálogo e o confronto renovadores” (HAESBAERT, 1997, p. 271).

As reterritorializações fechadas sobre si mesmas acontecem porque há “a fragmentação pela supervalorização do território”. O efeito pode ser negativo, assim como aquelas que privilegiam “a fragmentação pela valorização das redes e da globalização”, que cria “rápidas mudanças de escalas (e, conseqüentemente, de parâmetros identitários)”. O efeito de uma e de outra podem, ser semelhantes porque geram o conflito, a instabilidade territorial e a “vivência concomitante de múltiplas identidades” (HAESBAERT, 1997, p. 271).

Os mesmos elementos que engendram a desterritorialização podem ser fundamentais para a reterritorialização; o contrário também pode se afirmado, a reterritorialização podem dar gênese a uma nova desterritorialização. O diferencial está em como cada elemento se processa. Tudo depende do sujeito do engajamento de cada sujeito neste processo, diz Haesbaert, “não existem processos exclusivamente desterritorializantes” e/ou exclusivamente reterritorializantes (HAESBAERT, 1997, p. 271).

Isso permite verificar a processualidade e quão tênues são estes processos. Neste caso, o que torna a reterritorialização singular são os agenciamentos elaborados a partir dela. A reterritorialização “qualifica, identifica e/ou distingue” os sujeitos que nela estão envolvidos. Além disso, tem caráter “simbólico e funcional” e “promove a estabilidade relativa” e o encontro entre o tradicional e “moderno”, o que tem por si, os indicadores de sua complexidade (HAESBAERT, 1997, p. 260).

Trata-se, mais, de entender, como sugere David Harvey, que as “práticas espaciais [territoriais] e temporais de toda a sociedade são abundantes de sutilezas e complexidades” (HARVEY, 1993, p. 201). Diante da ampliação dos processos de desterritorialização, das contradições que estão engajadas em seu bojo, formas outras de reterritorialização surgem, desde aquelas que estão ligadas ao sentido de território bastante restrito, até os mais complexos. Acontece, porém, que a intensidade das desterritorializações não pode ser contida por reterritorializações e/ou simplesmente tomá-la como “prêmio consolo”. O que está em jogo são histórias, vidas e geografias em comum que se perdem na anulação desterritorializadora.

Ao se referir à modernidade, Marshall Berman deixa alguns pontos intrigantes para se pensar os processos de reterritorialização:

A natureza do novo homem moderno, desnudo, talvez se mostre tão vaga e misteriosa quando a do velho homem, o homem vestido, talvez mais ainda vaga, pois não haverá ilusões quanto a uma verdadeira identidade sob as máscaras. Assim, juntamente com a comunidade e a sociedade, a própria individualidade pode estar desmancho no mundo moderno (BERMAN, 2007, p. 137).

O princípio contido nas anotações da citação do autor, embora metaforicamente, revela que a modernidade toma o antigo homem de assalto e o deixa desnudo. Este homem está “despido não só do poder político mas de qualquer vestígio de dignidade humana”. As convicções de mundo, as representações do homem, natureza e cultura se transformam em função de novo ainda por vir. “A verdade nua é aquilo que o homem é forçado a enfrentar quando perdeu tudo o que outros homem podiam tirar-lhe, exceto a vida” (BERMAN, 2007, p. 131).

As práticas sociais tornam-se incertas, o homem despido de si mesmo evoca mitos para criar novas representações espaciais e territoriais. Porém, o passado, futuro e o presente não se

encontram. Um não se serve da matéria-prima outro. Este é um dos sentidos mais contundentes da reterritorialização: ela é o “agora” desnudo de si mesma, mas sempre projetado para um “depois”, por vir.

Milton Santos, embora com algumas restrições a certos posicionamentos teóricos, mesmo sem usar o termo reterritorialização foi quem captou este sentido. Na obra a “Natureza do Espaço”, quando se dedica a refletir sobre o migrante e seu devir, destaca que o sujeito estava submetido à convivência repetida, com familiaridade dos processos territoriais. Com a circulação, a migração e a desterritorialização, os homens mudam de lugar. E ao mudar, se deparam “com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe estranha”. Neste caso, o seu passado é “outro país. Digamos que o passado é um outro lugar, ou, melhor ainda, num outro lugar. No novo lugar, o passado não está (SANTOS, 2004, p. 328).

Diante deste processo, este homem que está envolto pelo desconhecido, tem a necessidade de “encarar o futuro: perplexidade primeiro, mas, em seguida, necessidade de orientação”. É certo que as vivências precedentes estão ainda vivas, e buscam meios de se manifestar, mas as “lembranças e experiências criadas em função de outro, e que pouco lhe serve na vida cotidiana, precisam criar um terceira via”. Neste caso, o choque entre o que se viveu e o que vive é iminente, ou, como prefere o autor, “trata-se de um embate entre o tempo da ação e tempo da memória” (SANTOS, 2004, p. 328).

Quando analisamos estas ideias algumas questões do PA São Francisco vão se desvelando, até porque o novo “meio” no qual os veredeiros foram inseridos cria este embate entre o que se pensa e o que se deve fazer para sobreviver. Aliás, como sugere Milton Santos, depois do “atordoamento” que as rupturas operam, chega o momento de reformular o que se entende por futuro a partir das condições imediatas que são dadas. “O novo meio ambiente opera como espécie de detonador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente (...) e mudando o homem” (SANTOS, 2004, p. 329). Isso coopera para recuperações, ou, melhor, para o entendimento do seu “ser que parecia perdido” (SANTOS, 2004, p. 328).

É evidente que há o embate entre os tempos, enquanto “à memória olha para o passado” as ações e as necessidades atuais “olha[m] para o futuro”. Há um duplo processo de referência, mas enquanto o passado perde a sua concretude material, o presente se torna mais estável e se enraíza. Milton Santos, ao se referir a Sartre, nos indica um dos princípios fundamentais da reterritorialização: “se o Homem é Projeto (...) é o futuro que comanda as ações do presente” (SANTOS, 2004, p. 330).

A reterritorialização se faz como um território projeto, anseios e inseguranças do pretérito são colocados em um segundo plano, o futuro se constrói a partir das experiências atuais. O movimento cíclico é interrompido, ou seja, a continuidade entre o passado-presente-

futuro torna-se tão somente presente-futuro. Isto é evidente entre os veredeiros, a desterritorialização se torna passado, memória registrada, a reterritorialização é o presente, presente que está sendo construído na busca do futuro, o território PA São Francisco. É claro que isto são situações ideais, e muitos veredeiros continuam desterritorializados no presente tornando o futuro incerto em sua realização.

Mas, isso acontece devido à precarização do processo de reterritorialização que não permite a “experiência total do território”, ou seja, cultural/simbólica, política e econômico. Aliás, como destaca Haesbaert, inclusão precária se refere “à instabilidade e/ou a insegurança socioespacial”, além da fragilidade dos laços “entre os grupos sociais e destes com espaço (tanto em termos de relações funcionais quando simbólicas)” (HAESBAERT, 2004, p. 331). A rigor, a palavra chave que é destacada na “precarização” territorial é a identificação.

A identificação do grupo com o território é quem cria elementos necessários para fomentar processos simbólicos e funcionais. A identificação é tornar-se íntimo o que é estranho, é o elemento que está por trás de todo processo que leva a construção de identidades. A rigor, quando não há identificação, identidade e o território não são frutos do mesmo processo. A implicação disso é que a reterritorialização é comprometida, tornando-se precária e/ou, até mesmo prolongando a desterritorialização, o que deixa em evidência que as desterritorializações podem ser sucessivas e complementares entre si. E a reterritorialização é sempre o embate entre as experiências pretéritas e as novas que se projetam no presente e no futuro.

Para finalizar esta primeira parte deste item, algumas contribuições referentes a reterritorialização e os camponeses são necessárias para responder as questões que deixamos em aberto. Rosa Maria Vieira Medeiros tem demonstrado em seus trabalhos com Assentamentos dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terras- MST, a diversidade de estratégias que estão envolvidas na reterritorialização, sobretudo, em situações quase sempre adversas. O envolvimento com o movimento social permite a formação política, e outras leituras dos processos em que estão engajados (MEDEIROS, 2006).

O que torna a reterritorialização veredeira adversa é justamente a falta de envolvimento em uma luta em comum: a do direito à terra de trabalho. Enquanto que para os veredeiros, o assentamento significou uma perda no confronto com os ambientalistas, para os assentados do MST representa a vitória diante do latifúndio. É evidente que os processos de desterritorialização são diferentes conforme o envolvimento simbólico de cada grupo. O que há em comum entre eles é a adversidade encontrada na reterritorialização.

E como destaca Medeiros, “criar uma identidade num espaço desconhecido, onde cada dia é um novo conhecer, exige desses agricultores um esforço que perpassa a condição de camponês. Entre erros e acertos uma nova territorialidade vai sendo construída” (MEDEIROS, 2006, p. 43). Ao contrário do que parece, num primeiro momento estes camponês sofrem

desterritorialização ao serem assentados devido ao confronto com a nova realidade. Neste sentido, podemos registrar que:

O encontro com uma nova realidade certamente provocará uma desterritorialização dos processos simbólicos, quebrando muitas vezes as coleções organizadas pelos sistemas culturais com novas ressignificações e redimensionamento dos objetos, coisas e comportamentos e isso tudo, certamente, imbricado de conflitos. Ao partir, este agricultor sem terra saiu de um universo que recebeu como herança ao nascer e que agora vai se confrontar com o que lhe é dado neste momento (MEDEIROS, 2006, p. 44).

Isso vem de encontro com o nosso argumento inicial de que as desterritorializações podem ser sucessivas. Os trabalhadores sem terras, os do MST e também veredeiros, sofrem as rupturas que os obrigam a abandonar o território: primeira desterritorialização. Quando, finalmente vem à conquista ao direito à terra de trabalho, isso se dá de forma totalmente diferente com os padrões culturais e de sociabilidade destes sujeitos, ou seja, para garantir o direito ao pedaço terra se sujeitam a outras desterritorialização. E depois deste processo:

Uma nova necessidade se impõe, ou seja, que é preciso mudar o modo de ver o mundo interno e o mundo externo dando espaço para o surgimento de novos valores que lhe orientarão e lhe permitirão organizar-se no novo ambiente. Neste preciso momento é fundamental contar com a cooperação de amigos, parentes o que lhes dará uma segurança para viver como grupo em terra desconhecida. O viver em grupo lhes permitirá assim um enraizamento não tão doloroso quanto foi o desenraizamento e assim a construção da sua identidade com o novo (MEDEIROS, 2006, p. 44).

O desenrolar disso é que vai dar a consistência às reterritorializações. Neste caso, podemos agora responder o primeiro questionamento em aberto, aquele sobre se é possível à reconstrução do território material e simbólico. A resposta é afirmativa, os mesmos processos que serviram a sua destruição contribuem para a sua reconstrução. O que deve ser ressaltado, porém, é a reconstrução de um novo território. O que se conserva em comum entre ambos, além dos seus sujeitos, é o condicionamento das dinâmicas espaço-temporais.

Da mesma forma, a reterritorialização se faz com tempo de vivência e de identificação com espaço apropriado. É, portanto um percurso histórico na existência humana. O território se forja com o tempo, nas produções humanas espaço-temporalizadas, ou seja, é tempo vivido em todas as suas dimensões. Em outras, palavras, só há reterritorialização quando os sujeitos identificam o espaço apropriado como constituidores de sua própria história e quando os grupos se auto-afirmam a partir dele.

Depois do que apresentamos, alguns pontos são necessários:

- Embora, não possamos negar a influência de experiências territoriais pretéritas, sobretudo porque o homem não é a-histórico, quando as rupturas se engendram, este passado tende a se

tornar mais uma representação. Isso porque, às vezes, o pretérito perde a praticidade nas ações humanas devido às novas condições em que se processam as reterritorializações.

- Logo, a reterritorialização não é a reconstrução de territórios pretéritos, mas o ponto de partida para forjar territórios que mesclam conteúdos novos com memórias e tempos pretéritos.
- Reterritorialização é sempre uma possibilidade, não uma consequência. Ela propõe-se, mas não se impõe. Pode interligar sujeitos aparentemente desligados, sem os assujeitar. Ela quer-se total, e é sempre parcial. Portanto, sempre há reterritorializações incompletas e precárias. O homem que se reterritorializa é sempre híbrido. Ele é composto de múltiplas des(re)territorializações.
- Finalmente, a reterritorialização é, portanto, a historicização das ações humanas na reapropriação simbólica e funcional do espaço. Acontece quando os sujeitos conseguem ter a “a experiência total do território”. Ela requer tempo, tempo, aliás, é o que dá consistência aos seus contornos. Mas, para que ela aconteça é preciso o engajamento criativo da ação humana e, sobretudo, por meio das condições materiais e simbólico-culturais.
- A reterritorialização precária acontece quando um dos aspectos desta experiência total não é abrangido. Sem um elemento, os demais são comprometidos e criam constrangimentos sociais, políticos, culturais e econômicos. É o estar no território sem estar.

A partir dessas observações podemos encaminhar para a segunda parte do item, no qual retomaremos alguns pontos e apresentando outros para demonstrar as expressões da reterritorialização.

4.5.1 De veredeiro a assentado...

Me deu saudade de algum buritizal, na ida duma vereda em capim tem-te que verde, termo da chapada. Saudades, dessas que respondem ao vento; saudades dos Gerais.

Guimarães Rosa

Até aqui vimos a saída e a chegada dos veredeiros no novo território, os processos, embates e desdobramentos disso. Resta-nos ainda pensar como que estão concretizando os fatos que apontamos anteriormente. É fato que tudo está no vir a ser, mudanças e ressignificações, aliás, são as palavras que melhor caracterizam o PA São Francisco. A reterritorialização, como vimos, é uma possibilidade, mais ainda, quando surgem constrangimentos espaciais a sua efetiva realização. Trata-se de pontuar estes constrangimentos: a) a falta de estrutura física; b) as divisões internas ao grupo e, c) a constante presença de outras instituições exógenas ao grupo.

Podemos pensar um projeto de assentamento em três momentos: a) implantação; b) consolidação e, c) a conquista da autonomia. A complementaridade entre estes processos demonstram a efetiva territorialização. Acontece, na maioria dos casos, que as condições para isso não são concedidas, inviabilizando a “experiência total” do território. É isso que verificamos no PA São Francisco, que em boa medida nem o processo de implantação foi concluído.

No PDASF, teoricamente, o mínimo está garantido, mas, na prática, nada foi conquistado. De acordo com este documento, o PA São Francisco conta com uma escola que atende as necessidades educacionais dos assentados, além de uma unidade de saúde, áreas destinadas às reuniões entre outras coisas. Nenhuma destas infraestruturas na realidade existe.

É importante observar que a escola funcionou alguns anos nas construções das antigas sedes das fazendas. Na foto 20, uma das sedes onde a escola funcionava, nela está evidente as condições em que isso se dava:



Foto 20: A porteira. A cerca. A escola. O lugar em que fazia a educação- PA São Francisco
Autor: MARTINS, G. I. Mar./2010.

Sem condições estruturais mínimas de funcionamento a escola fechou e as crianças passaram a estudar em escolas da cidade de Formoso- MG. Um dos poucos meios de se chegar ao PA São Francisco é por meio do ônibus escolar. Quando fomos realizar a pesquisa de campo, vivenciamos esta experiência, naquele dia anotamos em nosso caderno de campo as condições em que isso se dá. Reproduzimos algumas passagens destas anotações:

(...) A nossa travessia de Formoso ao Assentamento São Francisco foi feita por meio do ônibus escolar. Deram as escolhas: há dois ônibus. Um que faz o caminho por uma fazenda e que demora mais para chegar, contudo, é mais vazio. E um outro. Aquele que vai direto para o Assentamento, mas que é cheio, “cheio demais”. Escolhemos o mais cheio e mais rápido, mais rápido, nem tanto, quase duas horas para rodar menos quarenta quilômetros.

Ao entrar no ônibus vimos algo de estranho. (...) Havia no ônibus meninos e meninas de varias idades, juntos na mesma travessia. Os menorzinhos tinham em média seis anos, os mais velhos uns dezoito. E todos dividiam o mesmo ônibus. Os menores riam e faziam pequenas brincadeiras, eles pareciam querer alegrar aquela viagem, longa, poeirenta e cansativa. E isso é preciso. Eles fazem isso todos os dias, toda a semana, o ano escolar inteiro.

De imediato algumas coisas chamaram nossa atenção. A primeira a grande quantidade de alunos em um ônibus de péssima qualidade. Há como, disseram, dois ônibus. Como é impossível saber o número exato de alunos, devido à lotação, fizemos uma pequena média, devem sair do Assentamento para Formoso cerca de 90 a 100 estudantes diariamente.

Outra questão bastante peculiar é a idade. Destes estudantes a maioria está cursando as séries iniciais do Ensino Fundamental, portanto, tem entre seis e dez anos. Um grande contingente de alunos com idade mínima desloca todos os dias para ir à escola.

Teve uma menina que chamou bastante a nossa atenção. Ela não tinha mais que sete anos. Logo, no início da viagem ela demonstrou como é fazer aquilo todos os dias. Demonstrou o que significa ir à escola naquelas condições. Mesmo o ônibus dando umas sacudidas, ela dormiu com a inocência que parecia que nada daquilo a afetava. Sentada, é preciso dizer, com mais três coleguinhas devido

à falta de lugares. Isso revela duas questões: a) o cansaço dessa travessia que somadas idas e vindas dá em média quatro horas e trinta minutos por dia, mais de vinte horas semanais, no ano escolar quase novecentas horas perdidas no caminho da escola. Isso é claro se não houver nenhum problema com ônibus, coisa que não é difícil devido às condições de conservação. Gasta-se mais tempo no caminho da escola do que em sala aula propriamente. A menina, por exemplo, sai de casa antes das dez horas da manhã e só retorna depois das dezenove horas.

Desterritorializar, desterritorializar de segunda a sexta-feira é o que esta menina faz. E faz isso devido à falta de uma escola, devido às péssimas condições que a educação a eles é oferecida. Processo contínuo, perverso.

A mobilidade assentamento-escola, escola na cidade, contudo, traz uma série de questões para se pensar: questões que vão desde o modelo de educação que estas crianças têm acesso e, portanto, diriam estar “inseridas”, até questões referentes à qualidade de vida que se tem. A desterritorialização se revela antes mesmo de chegar ao Assentamento. Esta viagem, cansativa e cruel é, sem sombra de dúvida, também desterritorializante. É uma desterritorialização que se revela mais cruel que podíamos imaginar. Nisso, temos a incessante desconstrução de territórios todos os dias. Desconstrói o território “lar” para fazê-lo na escola. Desconstrói o território escola para refazê-lo no lar. O pior de tudo isso, é que não há no horizonte uma esperança do fim destas travessias, incessantes. Tendo em vista que a mais de oito anos se espera que se construa de fato a nova escola para as crianças assentadas, mas nada de concreto foi conquistado¹⁵².

As crianças a caminho da escola já é um dos indicadores da precária reterritorialização que as gente das veredas vivem. Não é somente a viagem o problema, tudo é mais amplo, o tempo perdido na estrada é o mesmo que é retirado das crianças na convivência com os pais no aprender-a-fazer, o que dificulta as próprias relações do universo camponês, além de não permitir que toda uma significação vá se construindo. As escolas urbanas podem inculcar, de forma ascendente, outras representações sobre o ser camponês. A questão da infraestrutura se transforma em questão cultural, política, econômica e social.

Outros pontos relevantes com relação à questão infraestrutura têm a ver com os espaços de uso em comum para onde a comunidade poderia convergir. Não existem áreas de lazer, até mesmo a sede da ARSV somente em tempos recentes está sendo construída pelos próprios veredeiros assentados. Por isso, é que afirmamos que no PA São Francisco nem mesmo o processo de implantação se concretizou.

E, como destaca Medeiros, “o camponês quando perde a sua referência anterior (...) com a terra” como proprietário ou posseiro, no processo de reconstrução destes territórios “passará por um novo processo de organização” (MEDEIROS, 2006, p. 46). É, nesse sentido, que a ARSV deveria assumir um papel atomizado. No entanto, a sua própria representação entre os veredeiros assentados é dúbia, sobretudo, devido os fortes vínculos mantidos com a FUNATURA e o IBAMA.

Além do mais, a ligação da ARSV com a FUNATURA acaba por criar certas desconfianças no interior do grupo, isto sem contar que o seu primeiro presidente foi um

¹⁵² Este relato tem um tom intimista e pessoal. A sua essência está própria na construção, construído ainda em viagem a campo, não alteramos a linguagem no intuito de conservar ao leitor as emoções que arvoravam. Os cortes são questões que retratam outros pontos da pesquisa.

guarda-parque. Nesse sentido, mais do que representar os interesses dos vereadores assentados, para muitos, a associação é um “objeto” político para que um grupo determinado consiga manter o poder. Devemos, porém, ponderar, foi por meio da ARSV em parceria com outras instituições e tendo a FUNATURA como mediadora, que o projeto de água encanada que atende boa parte dos assentados foi conquistado. Outro ponto de atuação importante da ARSV e o tanque de resfriamento de leite, conquistado em parceria com a Prefeitura de Formoso.

A associação é um dos elementos mais significativos da mudança dos territórios-Veredas para o território-Assentamento. Ela representa a nova organização social, em tese, ela seria o espaço em comum para que possa dialogar em busca das soluções para os conflitos. Apesar de não haver um real envolvimento de todos, ela é um ponto em comum entre os assentados. Todas as demandas por créditos, os projetos de água encanada e o tanque de resfriamento passaram/e/devem passar por ela. Com isso, ela aumenta o campo de relações interna e externamente.

Às vezes vem um recurso que um não pode pegar, ou outro, aí tem que ser pela associação. É através da associação que você consegue recursos, a associação é vai correr atrás destas básicas, benefícios (...) são pessoas que vão falar em nome dos sócios em busca dos nossos interesses.

Ou:

Aí, aqui, temos que pagar a associação, isso é outra coisa que não tinha que acontecer porque de onde que tiramos renda? Diga-me de onde que tá vindo à renda pra nós. Além de tudo que pagamos, tem ainda a associação, que não atua muito. Serve mesmo é para fazer o que os de fora quer ¹⁵³.

As atas de reuniões demonstram o desencontro dos relatos anteriores. Ao analisá-las podemos verificar quais eram os assuntos que realmente estavam em discussão, além dos que se envolviam com a associação de fato. Entre os assuntos mais citados, a indenização e as benfeitorias e terras deixadas para o PARNA GSV é o principal. Além dos problemas de manutenção da água encanada e, esporadicamente, de algum benefício que pode ser conquistado¹⁵⁴.

De um lado, temos o pouco envolvimento dos assentados por não acreditarem na própria associação ou, por não querer envolver-se diretamente com as questões políticas do assentamento. De outro, a ARSV cria parcerias que tem efeitos diretos sobre o PA, sobretudo,

¹⁵³ Entrevista do sétimo Vereador entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

¹⁵⁴ A leitura das atas foi realizada de maneira informal. Considerando que boa parte dos conflitos entre os assentados estão ali relatados, a resistência foi grande. Devido os possíveis constrangimentos, apenas observamos alguns pontos, sem fazer qualquer anotação mais aprofunda como ponto de análise empírica.

com a FUNATURA. O não envolvimento é também, de uma forma ou de outra, a aceitação dos processos que se desenvolvem, o que serve para aumentar os conflitos internos ao grupo.

Além da ARSV, outras instituições têm um papel importante na organização política do assentamento. Na elaboração do PDASF, os técnicos do INCRA a partir das reuniões com os vereadores criam um quadro, o “Diagrama de Vem”, para representar as principais instituições atuantes no PA São Francisco. A partir destes dados e das observações em campo, o ampliamos para demonstrar em que medida as mesmas instituições ainda continuam a exercer influência no PA. A figura 3 resume estas questões.

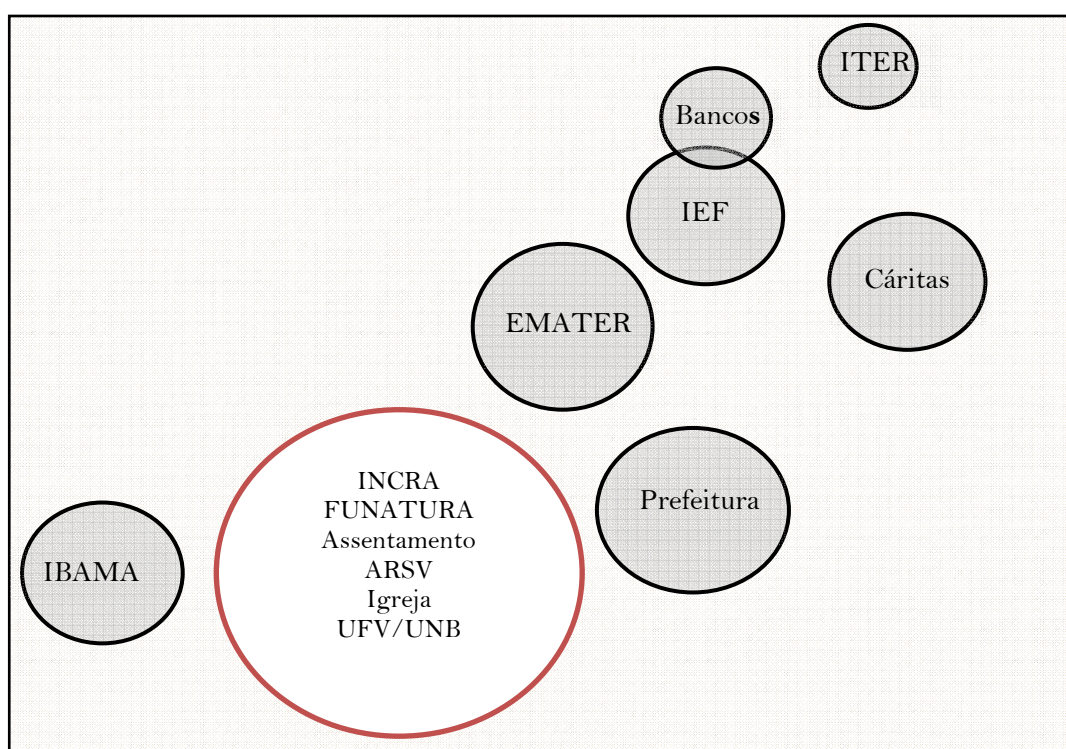


Figura 3: Instituições atuantes no PA São Francisco entre os anos de 2002 a 2010.
Fonte: Adaptado do PDASF-2002.

A figura 3 foi elaborada pelos técnicos do INCRA e visa representar o papel de cada instituição no PA São Francisco. A partir de um quadro desenhado no chão, discutia-se com os assentados a relevância em suas vidas de cada instituição. A relação de proximidade e distância e tamanhos das circunferências é o que retrata esta importância. A par disso, durante a nossa pesquisa de campo, procuramos analisar se isso ainda se efetivava.

O que percebemos é que algumas instituições não estão mais em evidência como é o caso Universidade Federal de Viçosa- UFV e Universidade de Brasília – UNB. Ao contrário do que está representado na figura em 2002, quando elas assumiam a mesma importância do PA São Francisco. O mesmo acontece com a Cáritas, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão rural – EMATER e o Instituto de Terras – ITER. Outros, porém, tem influência cada vez mais direta no PA, como é o caso da Prefeitura Municipal de Formoso, os bancos onde os

empréstimos são contraídos e o INCRA, que ainda exerce o papel de regulamentação do assentamento.

Estabelecer relações com estas instituições foi fundamental, sobretudo no início do processo de implantação do PA São Francisco. O que nos chama atenção, porém, é como que estas intuições estão representadas. É possível analisar que a FUNATURA e o IBAMA recebem a mesma representação do assentamento, ao lado, de instituições dos assentados como as igrejas e ARSV. Isso vem de encontro com as nossas análises anteriores, sobre o ambientalismo ongueiro e a tutela que é exercida por eles na criação e na estruturação do PA.

Os técnicos que elaboram o PDASF chamavam a atenção para importância das parcerias do PA São Francisco com estas intuições. Esclarece, porém, que isso não devia acontecer de forma paternalista como acontece. Neste caso julga que:

O Assentamento São Francisco apresenta condições favoráveis para iniciar o processo de desenvolvimento econômico, social e cultural, apesar dos problemas identificados, principalmente, na área de meio ambiente. Para superar os problemas, os assentados contam com o apoio, por meio de elaboração e execução de projetos específicos de diversos parceiros (...). **No entanto, o êxito das ações desses parceiros depende de sua forma de intervenção, que deve ser concientizadora e não tutorial, respeitando os valores culturais e a autonomia das famílias assentadas** (PDASF, 2002, p. 98. Grifo nosso.).

Ao contrário do que está expresso na citação anterior, sobretudo, no que se refere à atuação da FUNATURA, o que vemos é outro tipo de atuação. Na verdade, há o prolongamento de relações paternalistas e assistencialistas que foram engendradas com estes vereadores ainda no território-Veredas. Algumas interpretações são necessárias.

Desde cedo a FUNATURA, a W.W.F., o IBAMA e os novos apoiadores que depois se incorporaram ao projeto - como a The Nature Conservancy, a Fundação Boticário e a Pathfinder International - viram que a situação anômala dos moradores abria uma frente social a ser equacionada, além da missão especificamente conservacionista. Iniciou-se então, pela FUNATURA, o Programa GSV (Grande Sertão Veredas), **de atendimento à comunidade residente, com serviços de prevenção à saúde** - do que nunca se ouvira falar - e ações outras na área de educação e de manejo ambiental (FUNATURA, 2003, p. 50. Grifos nossos).

Assim, o que fica claro é a atuação da ONG no sentido de prover os vereadores de bens básicos que não tinham acesso. O que não fica em evidência, é o valor simbólico que isso tem. Vale-se de velhas relações para fins novos. O paternalismo que outrora tinha a figura do fazendeiro é transposto pelos benfeitores, pelos homens “bons” do ambientalismo. Isso criou um sistema de dependência dos vereadores em relação à ONG, além, é claro, tornou-se um elemento de controle.

Nazira Correia Camely, ao estudar a atuação de ONGs no Acre, chama estas relações, como as estabelecidas pela FUNATURA, de “onguismo” da conservação (CAMELY, 2008). Segundo a autora, estes novos sujeitos do “imperialismo” se valem das fragilidades de moradores, prometendo ajudar, ganham a confiança e estabelecem as suas redes de controle. O trabalho do onguismo não quer mudanças estruturais, senão ações temporais que não resolve os problemas, com a criação mecanismos de atenuação dos problemas, a rede de dependência e controle é efetivada, sobretudo, porque a ausência destas ONGs pode significar o fim dos postos de trabalho e outras “ajudas” prestadas.

Quando aproximamos o conceito de onguismo ao PA São Francisco e a relação dos assentados com a FUNATURA é evidentes as suas expressões. Ao contrário do que acontecia no território-Veredas, quando as ações eram assistencialistas, no PA as ações assumem outro caráter. Nas entrevistas, conseguimos captar este novo caráter:

Além dos projetos, de viveiro, estes que viu aí, de mudas, a FUNATURA mexe aí mais com os homens. É assim, se você for contra ela, ou, por dizer, pode ser um colocador de fogo no Parque, ela te contrata, põem você para trabalhar para ela como apagador de fogo. Aí, o sujeito fica quieto. Se for a mulher que num gosta deles, contrata o homem ou filho. E assim por diante... Eles conseguem o que quer e o povo por precisar faz o deles (A).

Em outras palavras, estas ações são compreendidas como subordinação como destacou um dos entrevistados:

*Porque os que apoiam a FUNATURA, eu falo a FUNATURA porque o IBAMA não, ninguém nunca veio aqui, o IBAMA não **subordina**, a FUNATURA que é cheia de azedo, ela é uma ONG, você sabe disso. Eles é que anda impondo a gente, mostraram as melhores qualidades para depois mostrar a outra. Disseram-me que sempre iria continuar trabalhando, se um dia parasse de trabalhar tinha uma vaga específica nessa ONG, junto com eles, igual à maioria aí trabalha, é a salariado. Tentando me comprar. Porque nós estamos aqui [refletindo sobre o tipo de lote]? Por quê? Porque que ficamos discriminados? **Porque nós não apoiamos, a gente não se subordina a eles. Nós não apoiamos, eu não acompanho o IBAMA, FUNATURA, não acompanho associação, associação pra nós é a de Jesus Cristo, e tudo aquilo que ele quiser considerar** [grifos nossos] (B).*

Ainda, a respeito da “subordinação”:

A FUNATURA não esteve junto ao IBAMA na realocação porque ainda aceitam a interferência dela na vida de vocês?

*Podem ter sofrido lá mais é o seguinte, sempre uma coisa leva a outra porque é... **O ganha pão deles e aquele emprego que ele tem ali é pela FUNATURA, eles num vai ser contra a FUNATURA, só vai falar bem, vai falar a favor, vai falar que lá é uma vida sofrida? Dos problemas e perder o emprego?** Aqui melhorou muito para eles. Agora quem tá aqui sem emprego, que saiu de lá, deixou sua região, tudo, curral e casa, mangueiro [espaço destinado à criação de porcos], manga, pasto e um pomar, várias frutas, e que tá aqui hoje passando por essa, a pessoa tem sentimento. Eu não sou pessoa para esconder o que foi passado lá, eu falo,*

lá eu tinha uma vida boa, chega aqui você me procura, eu falo: não, eu não queria mudar de lá, por isso te conto a realidade, ou que eu trabalho ou que eu não trabalho para a FUNATURA, se trabalho como muitos, é porque, preciso de emprego aqui num tem, mas nem isso faz com que esqueça o passado lá e como que foi a vinda nossa para cá [grifos nossos] (C).

E fazem o que para a FUNATURA?

Tem uns que apagam o fogo é, esses aí que contratam de seis em seis meses. Esse vai fazer o curso agora, aí eles são contratados por seis meses aí renovam mais três, eles ficam de junho a janeiro, por aí. Esses ficam somente por conta do fogo. Apagar fogo. Agora os guardas, esses já é contratado direto [grifos nossos] (D).

Outros querem que:

*A FUNATURA e o IBAMA deixem-nos sossegados, só quero é isso. Porque pelo jeito que estou vendo nesses dias, está do jeito que nós estávamos dentro do parque. E nós não queremos essa vida de lá, de dentro do parque, aqui, estão aí medindo o lote de novo, muita a gente, só que precisamos comer, de alimentar, não queremos que eles fiquem aqui no lugar. **Porque eles queriam a terra. Nós demos as terras para eles lá, deixou para eles lá no Parque, agora eles vêm atrás de nós, aí deixa lá e vem pra cá, eles tem que ficar é lá e nós aqui, não os prejudicamos, nem eles prejudica a nós. Nós ficamos, aqui, ficamos sossegados [grifos nossos] (E)**¹⁵⁵.*

Os pontos se encontram, mas divergem com relação a sua interpretação. Enquanto para uns, os postos de trabalho criados pela FUNATURA como os de guarda-parques e apagadores de fogo são formas de “subordinação”. Outros, porém, tendo em vista as condições econômicas dos assentados e os meios de reprodução da vida, interpretam tal fato como o “mal necessário”. Sujeitar-se a regra do trabalho assalariado, e trabalhar para os ambientalistas, que retiram a terra de trabalho e o território é um dos poucos caminhos encontrados para garantir a sobrevivência.

O que vemos em ambos os casos é um mecanismo de controle: se antes o controle era efetivado pela fiscalização, no PA São Francisco isso não é possível. Mas, os Veredeiros-assentados ainda representam “ameaças” à legitimidade da Unidade de Conservação. Isso porque os veredeiros que tinham alguma posse de terra não foram indenizados, nem mesmo as benfeitorias que construíram, o que cria um intenso clima de insatisfação, insatisfação que serve para questionar a presença da FUNATURA no PA e também para questionar os “acordos” forjados antes do processo de realocação.

A rigor, de um lado, estão os homens e as mulheres em condições de vida precarizadas. De outro, está à instituição que consideram como umas das responsáveis por esta precarização. Entretanto, a sobrevivência destes homens depende dos postos de trabalhos criados, o que

¹⁵⁵ A, B, C, D, E é respectivamente, depoimentos do primeiro, quarto, terceiro, quinto e décimo veredeiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

significa que não se pode “contestar” e/ou “falar mal” pelo simples fatos de ficar desempregado. O mais importante neste processo são as mudanças que estão ocorrendo. Assim, como os vereadores que deixaram o cultivo da terra para trabalhar na fiscalização da UC, e a agora, os contratados para controlar os incêndios, os apagadores de fogo, processos de diferenciação surgem e o papel destes sujeitos no assentamento passa a ser questionado.

Os guardas-parques e os apagadores de fogo continuam vivendo no Assentamento como qualquer outro assentado. O importante é que na construção dos discursos, assim como na representação construídas, eles não os reconhecem mais como pertencentes às mesmas solidariedades. Este fator é tão evidente que ainda há vereadores que acreditam que os guardas-parques não deveriam ter sido reassentados, porque não são agricultores, mas “empregados” da FUNATURA.

Em vários momentos tivemos a oportunidade de observar esta diferenciação e a distância que separa os diferentes grupos que estão se concretizando. O que vem de encontro com outras diferenciações como as de sem terras e fazendeiros. O que vemos é que a atuação do ONGUISMO, além de criar diferenciações internas, contribui também no processo de identificação dos sujeitos. Neste caso, são processos que ultrapassam a questão do vereador a assentado e entra nas relações de trabalho. Os postos de trabalho tornam-se, pelas nossas análises, elemento de troca: a “aceitação” da FUNATURA e da UC pelo salário mínimo.

Mesmo que o grupo e o modo de vida seja a do vereador, matizes outras surgem entre a desterritorialização e a reterritorialização. O vereador assentado, os apagadores de fogo, sobretudo, mais do que um agricultor ou criador de gado, tem outras expressões que mesclam as relações trabalho tipicamente capitalistas, o assalariamento, com o trabalho familiar no cultivo e na criação de animais. A mudança que ocorre é no peso que estas atividades têm sobre a reprodução familiar. Se antes, a agricultura e o gado eram os meios principais de sobrevivência, no PA São Francisco, estas relações se tornam mais complexas e multifacetárias.

A rigor, temos que os guardas-parques, tendo em vista o tempo de envolvimento, partilham dos valores impostos pelo ambientalismo. No caso dos apagadores de fogo, este é um processo tênue, haja vista que se contrata um vereador assentado para diminuir os efeitos de sua contestação com relação à UC e a FUNATURA. Quando o contrato termina, o vereador volta as suas condições antecedentes, os labores com a terra, mas continua na expectativa de novo contrato no próximo período de queimadas. Há casos raros, que o apagador de fogo pode se tornar um guarda-parque. Isto tem haver com aquilo que Camely, ao citar Andrés Piqueras, demonstra sobre a atuação do ONGUISMO conservacionista. Para a autora, além de criar divergências internas no grupo, estes agenciamentos acabam que por assegurar “clientelas dependentes ao contribuir com a incapacitação, submissão ou dissolução dos movimentos populares ou formas de intervenção autóctones” (CAMELY, 2009, 41).

Nas entrevistas, por vários momentos, observamos a desconfiança que se tem com relação aos “*peões*” da FUNATURA. Se a conversa era sobre algum assunto em particular, ou se referia aos processos vividos, à presença de um guarda-parque e de alguns apagadores de fogo significava a interrupção do diálogo. Outro processo significativo foi sempre a sutil intenção de impedir que falássemos com estes sujeitos, mesmo porque “*eles falam o que os da FUNATURA falam*”¹⁵⁶.

Neste caso, temos um processo ambíguo, embora, pertençam ao mesmo grupo de solidariedade construída historicamente, a condição de guarda-parque ou apagador de fogo, os coloca para além das solidariedades grupal. Quer dizer, mesmo que estejam interligados historicamente ao com-viver cotidiano, este com-viver se faz por outros meios, dificultando a integração do grupo. É fato as implicações negativas disso no processo de reterritorialização e conformação das identidades.

Vimos neste capítulo processos elaborados no intuito de reconstruir o território. As veredas para a reconstrução deste território, porém, são atenuantes para a expressão de novas territorialidades e ao lado delas, novas formas de representar e de se identificar e de identificar o outro são elaboradas. Além disso, há constrangimentos que dificultam estes processos: os ambientais, os políticos, os elementos simbólicos e os econômicos, contribuem para o prolongamento da desterritorialização e/ou para uma reterritorialização precária. Aliás, os veredeiros viveram muito mais desterritorializações cumulativas e prolongadas do que reterritorializações em si.

A respeito da última afirmação, é preciso ampliar o bojo da análise para demonstrar a sua efetividade. Vimos que a desterritorialização veredeira começou com a privatização dos Gerais e com o avanço da agricultura mecanizada. Temos aí a primeira expressão da desterritorialização. Depois, a partir de 1989, os ambientalistas criaram diversos constrangimentos à territorialidade veredeira, o que significa que mesmo ainda ligado a um território material, na imobilidade, as representações simbólicas perdiam seus contornos. Entretanto, a desterritorialização pela privatização dos Gerais não cessou, é sucedida e complementada pela a criação do PARNA GSV.

A mudança dos veredeiros para o PA São Francisco também é uma desterritorialização. O reassentamento em uma natureza diversa, com relações sociais e produtivas diferentes, a inadequação territorial criou mais uma desterritorialização ou prolongou as demais. Neste caso, temos sucessivas desterritorializações, mas poucas são as possibilidades de reterritorialização. O PA São Francisco transforma-se em um espaço privilegiado para a construção de novos

¹⁵⁶ Depoimento do terceiro entrevistado, PA São Francisco, Formoso, 2010.

territórios. Os constrangimentos sociais, econômicos e políticos que surgem relativizam isso. E como diz Olgária Matos, “o deslocamento no espaço produz a ilusão da mudança, mas é no tempo que tudo muda” (MATOS, 2009, p.174). A busca por um território familiar fez com que os vereadores deixassem as Veredas em busca de possibilidades de reterritorialização. No meio deste processo, porém, as mudanças se engendram, os vereadores perdem parte de suas representações. O tempo neste caso é encarregado de corroer as suas próprias construções: as identidades vereadeiras.

É importante frisar que não há o contínuo que repetidamente visualizamos: des-reterritorialização. As mediações são evidentes, elas são quem modificam as relações com a natureza, com homens e prolongam a desterritorialização ou torna precária a reterritorialização.

São estas mediações os pontos mais importantes para perceber em que medida acontece de fato as reterritorializações. Como destaca Chelotti, há múltiplas “expressões” da reterritorialização na esfera política, econômica e cultural (CHELOTTI, 2009). Do mesmo modo, que podemos dizer que há expressões de uma desterritorialização prolongada ou de um reterritorialização precária:

- a) Na esfera econômica: desterritorialização prolongada ou a reterritorialização precária se dá na medida em que os vereadores são instalados no PA São Francisco, e quando deparam com as terras com condições ambientais não propícias à agricultura. Neste caso, todo o conhecimento vereador do manejo do ambiente adormece, novos usos e categorias surgem e a simbiose homem natureza/complexo Gerais se rompe. O efeito disso é que a agricultura perde espaço na economia vereadeira, a criação de gado, atividade secundária, torna-se a principal, os produtos urbanos passam a ser fundamental para a sobrevivência, o assalariamento torna-se o elemento peculiar desta fase. É evidente que nem todos estão incluídos nestes processos, mas tão somente aqueles que insistem em suas antigas práticas territoriais de manejo do ambiente e/ou aqueles que pelas condições físicas do lote recebido não consegue manter-se somente com a agricultura.
- b) Na esfera simbólica e cultural: desterritorialização prolongada ou a reterritorialização precária se dá na medida em que os vereadores não se identificam com o novo território. Espaço adverso, no PA São Francisco também, adversas são as relações. Neste caso, a não identificação com território é o que faz com que o assentamento se torne um espaço de espera: das indenizações, de um novo espaço de vida, de onde se quer partir. Além do mais, as relações interpessoais e grupais mostram a inadequação ao novo território. Categorias novas de identificação surgem, mas são negadas por não representarem a identidade vereadeira.
- c) Na esfera política: a divisão interna do grupo, a constante interferência de outras instituições no PA São Francisco, os processos de tutela e de controle são expressões da desterritorialização prolongada e/ou uma reterritorialização precária. Neste caso, isso acontece pela divisão do grupo imposta por interesses exógenos, ou pelo fato de não identificação com a organização social. Os problemas econômicos e culturais têm os efeitos na esfera política, assim como, a esfera política tem efeito nos demais.

Não podemos deixar de reforçar é que a mudança de natureza, Veredas para as Chapadas, tem interferência em todas as dimensões da vida vereadeira. As *gentes das Veredas* têm

seu espaço simbólico, político e econômico modificado, ou seja, a retirada das Veredas para outro espaço é um elementos mais importantes para constranger a reterritorialização.

De outro modo, ao lado da desterritorialização prolongada e/ou de uma reterritorialização precária, podemos dizer que há expressões de uma reterritorialização que acontece de fato, sobretudo, entre os mais jovens. Neste caso, as suas expressões são também cultural/simbólica, política e econômica.

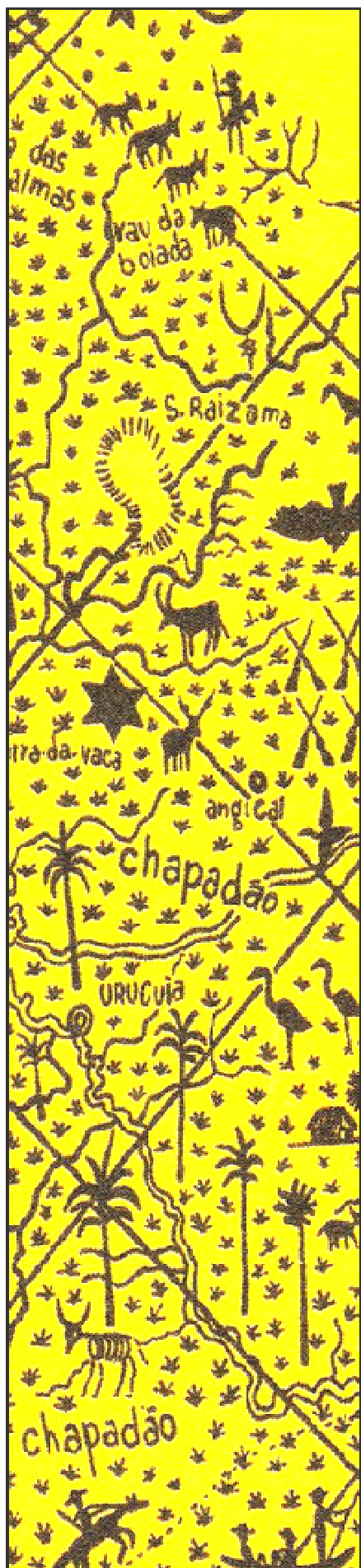
- a) Expressões da reterritorialização na esfera simbólica/cultural: elementos de outros espaços, sobretudo, das cidades passam a integrar a vida dos veredeiros assentados. Neste caso, outras representações de mundo combinam com as antigas representações veredeiras. Juntas, um novo processo identitário está se forjando.
- b) Expressões da reterritorialização na esfera econômica: são exemplos disso, a junção de atividades para além do PA São Francisco. A procura por meio de sobrevivência em fazendas vizinhas e/ou emprego conseguido junto a FUNATURA, mesmo com as contradições que mostramos, é exemplar desta estratégia. Além disso, a adequação das práticas territoriais, as imposições do ambiente também são os representantes desta reterritorialização. Isso se manifesta no uso de equipamentos, sementes, “corretivos para o solo” e defensivos químicos. Aliás, isso também contribui para modificar a própria identidade do veredeiro assentado.
- c) Expressões da reterritorialização na esfera política: a criação da ASRV, a eleição de presidentes, as reivindicações junto ao IBAMA e INCRA são fatos que expressam a reterritorialização veredeira no PA São Francisco. Mas, devemos observar os limites deste processo, até porque é um pequeno grupo que está envolvido de fato na luta política interna e externamente. Luta, aliás, no sentido de afirmar o território do assentamento, em um território de trabalho camponês.

Estamos diante de processos recentes, os veredeiros que se encontram em desterritorializações prolongadas e/ou em reterritorializações precárias podem engajar-se em reterritorializações múltiplas e os que estão reterritorializando podem entrar em novas desterritorializações, sobretudo, porque os conflitos, as imposições e os sistemas de controle são evidentes. Se de fato a autonomia política, social, cultural e econômica não for conquistada, estes processos podem atomizar.

O que é mais preocupante, é que as desterritorializações pela imposição de um ideal de conservação não cessou. Com a ampliação do PARNA GSV em 2004, mais 50 famílias camponesas foram afetadas e estão enclausuradas. Aguardam o destino, esperamos que não seja o mesmo dos Veredeiros do PA São Francisco.

A propósito, a nossa pesquisa trabalhou somente com os Veredeiros que foram reassentados no PA São Francisco. Mas, nem todos os veredeiros foram assentados, alguns, não foram para o assentamento, os territórios escolhidos por eles foi à cidade. Uns porque não aceitaram os fatos ocorridos, outros porque o campo, o ser camponês se revelava cada vez mais difícil. O fator que interliga o assentado e os veredeiros que moram na cidade é que ambos de uma forma ou de outra, ainda, estão vivendo suas desterritorializações. O que os diferencia, é que para o assentado ainda há a possibilidade de uma reterritorialização camponesa, para o novo

habitante da cidade, as periferias da cidade de Chapada Gaúcha, na maioria dos casos, não é mais possível realizar o ideal camponês.



CONSIDERAÇÕES

FINAIS

A questão que nos guiou durante toda a pesquisa foi em entender como ocorre a reterritorialização do camponês veredeiro no assentamento de Reforma Agrária, PA São Francisco, no município de Formoso-MG. Projeto de assentamento criado essencialmente para a realocação dos atingidos pela Unidade de Conservação Grande Sertão: Veredas. Chegamos, portanto, ao final e devemos retomar alguns pontos e repensar o que acontece entre a saída do território-Veredas a o território-Assentamento. Não pretendemos dar as respostas, apenas demonstrar os indícios das questões que nos levaram a fazer estas perguntas. Além de demonstrar, outras questões para poder se pensar o próprio processo de reterritorialização.

O veredeiro configura a sua identidade na relação de interdependência com a natureza. Na apropriação das Veredas e do complexo Gerais, homens e mulheres se territorializam. O veredeiro não contrapõe mundo da natureza ao mundo dos homens, ao contrário, é parte de uma simbiose historicamente elaborada. Com isso, nas Veredas construíram um modo de vida peculiar, representações de território e expressões do ser e agir camponês. Sempre no bojo da grande fazenda, a sujeição do trabalho em troca da terra de morada sempre foi um elemento constante, o que por si, foi responsável pela criação de contradições embates. Os Veredeiros se territorializaram sem conquistar o território propriedade no sentido capitalista do termo, o que sempre legitimou o território foi o trabalho.

Com avanço das relações capitalistas, tendo como personagem principal os migrantes gaúchos, traz em seu bojo à expansão a criação de novas contradições e ampliação das antigas. Racionalidades são postas lado a lado, tempos-espacos são confrontados. A marca principal deste processo é a privatização dos Gerais:- terras de uso comum se tornam propriedades individuais. Com isso, os veredeiros perdem parte do seu território, a agricultura mecanizada avança, também avança as contradições e os fatores responsáveis pela desterritorialização.

A permanência do confronto entre o território veredeiro com o território gaúcho, de matizes de racionalidade e, sobretudo, a forma díspar como estes grupos apropriam da natureza é o elemento principal da desterritorialização do veredeira. A agricultura mecanizada, responsável pela diminuição dos “vazios demográficos”, é também a responsável pela produção de novas “raridades”. Isso porque devido ao intenso desmatamento as fontes de agua diminuem, os espacos de extrativismo são reduzidos. O que era sinônimo da fartura se torna raro.

Isso tem um agravante porque todo este processo foi financiado pelo Estado por intermédio da criação do PADSA, criando uma nova configuração territorial, colocando sobre o mesmo território sujeitos com matizes de racionalidades distintas. Com isso, o veredeiro é colocado em disputa por territórios em situação desigual. O mito da modernidade capitalista trazida pelos gaúchos se expande e transforma também em necessidades veredeiras. A fascinação pelo novo - mesmo que este seja contraditório a lógica-ética do camponês - ganha contornos atomizados, e acaba por influenciar na experiência territorial.

A geografia imaginária veredeira quando confrontada a geografia imaginária gaúcha torna-se tênue. Se antes, a interligação entre homem e natureza é quem dava contorno a esta geografia, os novos objetos vindos com esta modernidade passam a integrar aos dos veredeiros. A abertura para o novo, neste caso, é também um dos elementos para se questionar as próprias experiências territoriais. O novo quer sempre conquistar territórios e homens, e faz isso por meio de desterritorializações.

Assim, sem negar o caráter positivo de certas mudanças, as desterritorializações insistem em permanecer no tempo-espaço veredeiro, não há possibilidade inversa, as reterritorializações devido a natureza das imposições políticas e econômicas. O território veredeiro diminui em escala: porque se reduz somente as Veredas já que os Gerais pertencem aos de fora. As atividades produtivas se tornam intensivas, como não há mais espaços para a técnica da rotação. Assim, considerando, que o uso das chapadas e brejos são fundamentais para o funcionamento do modo de produção veredeiro, podemos dizer que há a desterritorialização na imobilidade, e que não há, neste primeiro momento, reterritorializações.

Este processo resulta no esfacelamento das práticas tradicionais de manejo concreto dos ambientes, parte pelo avanço da racionalidade capitalista da agricultura na modernização dos Cerrados. Isto tem influências sobre as representações territoriais, sobre a criação de raridade: os espaços comuns de uso, a diminuição dos recursos naturais e tolhimento das solidariedades.

Isso se agrava com a chegada dos ambientalistas e com a criação do PARNA GSV. As imposições dos órgãos ambientais sobre o manejo do ambiente aumentam as instabilidades veredeiras, introduzindo mudanças políticas, econômicas e sociais. No bojo da expansão da racionalidade ambientalista e do onguismo, os veredeiros são tomados como “criminosos ambientais”. Suas práticas agrícolas tornam-se nocivas ao ambiente, constrangimentos são criados as expressões da territorialidade. O ambientalismo quer o controle do território porque somente com isso que homens e mulheres também seriam controlados.

Este controle se faz pela criminalização das práticas e pelo agenciamento dos próprios veredeiros como os guardas-parques, tornados instrumentos da conservação da natureza estão à margem do seu grupo social. Isto tem as suas implicações. Ao atender os interesses do ambientalismo estes veredeiros transvertidos de guardas-parques começam a negar a sua própria territorialidade, além dos compromissos de compadrio e parentesco. Ao dividir os camponeses em grupos distintos e confrontantes, o “onguismo” ambientalista se fortalece na busca do controle do território.

Estas considerações mostram o quão às desterritorializações são sucessivas, e as possibilidades de reterritorialização nem tanto. A desterritorialização se faz em todos os sentidos:

- a) Econômico: à medida que o avança o sistema legal da conservação da natureza, os constrangimentos as práticas produtivas veredeiras, a agricultura e criação de gado, sofrem rupturas sucessivas, dificultando a premência da família na terra e dificulta o mínimo vital de reprodução. Resta ao camponês, neste caso, diminuir o rebanho ou substituir as áreas agricultáveis por pastagens. Ou, em casos mais extremos, se assalariar na agricultura, ou migrar para as periferias das cidades regionais. Isto é feito porque a casa de morada ainda existe, ainda há um território simbólico e material, mesmo que cercado pelo regime de propriedade da Unidade de Conservação. Os ajustamentos são feitos para diminuir as dificuldades, para continuarem a serem camponês. O território como abrigo, como referência identitária ainda existe, mesmo desconfigurado.
- b) Simbólico/cultural: a natureza, o elemento de representação da identidade veredeira, torna-se, porém, com o avanço do ambientalismo “ongueiro”, sinônimo de sua expropriação. O que por si já é uma desterritorialização, mas é atomizado por não permitir aos veredeiros atualizem os seus sistemas culturais de conhecimento da sociodiversidade que os cercam. A desterritorialização camponesa acontece na medida em que se estabelece a fronteira das áreas a serem preservadas com a desapropriação dos territórios de vida e trabalho. Esquece-se, porém, que se existe biodiversidade a ser preservada é porque existe uma ética camponesa fazendo a confluência entre homens e feições eco-geográficas.
- c) Política: o controle que a FUNATURA exerce ao se valer de antigas relações sobre os veredeiros, os guardas-parques, geram divisões internas ao grupo e também rupturas nas práticas territoriais veredeiras, são às expressões da desterritorialização política. Na verdade, é este controle transvestido de “ajuda”, o elemento mais usado para legitimar a presença dos ambientalistas e da Unidade de Conservação. Ao “ajudar” sistemas de dominação eram forjados, os veredeiros, controlados. Neste caso, quando da regularização fundiária, melhor, a expropriação fundiária com a criação do PA São Francisco, desterritorializações sucessivas haviam se dado. Do veredeiro, sujeito determinado em um tempo-espço, muito não se havia mais quando estes processos findam. Havia isto sim, a necessidade de um novo território a ser construído.

Podemos concluir que as desterritorializações se sucederam no tempo-espacialmente. Neste sentido, quando realocados no PA São Francisco, os sistemas culturais, produtivo e econômico já estavam em desestruturação. Isto contribui para engendrar as mudanças tão significativas nas relações com a natureza e nas relações entre os homens. Mas, mesmo assim, as Veredas são territórios de referência de onde toda a matéria-prima é retirada para as representações territoriais.

Os apontamentos até aqui feitos servem para refletir sobre a questão do contínuo processo des-re-territorialização. Boa parte do tempo, os veredeiros viveram mais em situação de desterritorializações do que em reterritorializações propriamente ditas. Com isso, não estamos dizendo que vivam sem territórios, ao contrário, as desterritorializações atuam de diversas formas, a precarização, os constrangimentos e, por último, a retirada em definitivo do território, são exemplos concretos.

Esta questão carece de um maior aprofundamento teórico e empírico, estamos mais para demonstrar as expressões de como isso acontece de que o fato em concreto. Necessário, porém, sobretudo quando os conceitos des(re)territorialização são utilizados para se pensar os rearranjos territoriais, é trazer para o bojo da análise os processos mediadores. A

reterritorialização não é consequência automática da desterritorialização. Elementos outros surgem neste processo, e podem fazer com que isso ocorra de fato e/ou pode criar constrangimentos a sua realização.

No caso, dos veredeiros que estavam vivendo desterritorializações seguidas, a reterritorialização não ocorria porque não havia a possibilidade de outros territórios. Neste caso, o caminho aceito por mais de 26 anos (1976-2002) da chegada dos gaúchos a último reassentamento foi à precarização territorial, o território clausura. Este processo é desterritorializante porque não permitia a experiência total do território: simbólico/cultural, econômico/político. Durante todo este período de enclausuramento, todas estas expressões sofreram rupturas, mas o território político, aquele que envolve o controle, e o econômico, aquele tomado como território primeiro de onde se retira a sobrevivência, foram os mais atingidos.

Como vimos, o PA São Francisco entra em cena como uma possibilidade de reterritorialização, como a possibilidade de conquistar a liberdade. Liberdade de se cultivar a terra, de criar os animais, enfim, de refazer a vida camponesa em todas as suas dimensões. Para os posseiros, era a possibilidade da conquista da terra, tendo em vista que estes estavam sujeito ao fazendeiro. Para aquele camponês que tinham algum chão demarcado, a resistência ganhou expressões, mas no fim, devido ao próprio enclausuramento da UC, o território-Veredas transformou-se em Parque, o veredeiro em assentado.

Devemos sublinhar que o termo assentado rural e/ou produtor rural é comumente utilizado pelos órgãos governamentais responsáveis que atuaram no processo de remanejamento dos veredeiros, o IBAMA, INCRA e FUNATURA, em contraposição ao termo veredeiro. Nisso está incutido um jogo político no intuito de esvaziamento da consciência identitária e territorial.

Por isso, devemos relativizá-las e sempre pensar quais são os objetivos por detrás destas expressões. E mais, estamos diante da criatividade humana, os veredeiros, por mais que estejam em um assentamento, são sujeitos históricos e tem uma representação territorial e expressão de territorialidade concreta, a veredeira. Isso equivale a dizer que ajustamentos vão acontecer, mas na medida em que isso for significativo. O uso do termo assentado é contraditório. Isso porque os veredeiros não se reconhecem assim e até mesmo rejeitam esta identificação.

O PA São Francisco é um novo espaço, com a apropriação humanamente construída transformar-se-á em território. Todavia, quem vai ditar os seus contornos e expressões é a criatividade humana no processo de significação. Como vimos, ele sempre foi à possibilidade de uma reterritorialização, o que não quer dizer que ela aconteça em todas as suas dimensões, como de fato não aconteceu. Na verdade, o processo de reassentamento foi mais uma desterritorialização.

A reterritorialização é sempre uma possibilidade desde que as condições sociais, econômicas, políticas e culturais sejam forjadas. E, como vimos, o território-Veredas é contrastante ao território-Assentamento. Tanto no que se refere às condições ambientais, tanto nas condições de produção e de organização social. Neste caso, PA São Francisco como possibilidade é adverso, isto em um primeiro momento criou constrangimentos a reterritorialização. Isto está evidente: há a mudanças das Veredas para as chapadas, das larguezas para o loteamento, do sistema de compadrio e parentesco para o sistema para a lógica individualista imposta pelas próprias divisões do território, os lotes e as cercas.

Isto se configura naquilo que denominamos de desterritorialização prolongada e/ou reterritorialização precária. Isto acontece porque não há, para muitos, a possibilidade da experiência total do espaço. A relação com a natureza é um dos principais elementos desencadeadores deste processo. Além de ser uma área de Chapadas, a degradação dos Cerrados e, sobretudo, a degradação das Veredas diminuíram efetivamente as condições de produção no novo espaço a ser apropriado..

Devemos considerar a agricultura como um dos elementos mais importantes nos processos de criação de territórios entre camponeses. A partir dela, tudo que é social, político, simbólico e econômico se encontram, inaugura e estabelece a vivência e cria os “afetos” e/ou significações. Ela é por si, uma resposta às necessidades humanas na construção da territorialidade. Tendo em vista que o labor com a terra é dificultado entre os veredeiros no PA São Francisco, sobretudo, na Fazenda Gentil, a criação de significação se tornam tênues. Vê-se, então, o significado daquela terra, o do trabalho na terra, não se torna o espaço de reprodução da família, mas apenas um lugar de sustentação aos momentos de espera, resta saber a que esperam... Neste caso, se está na terra fisicamente, mas não se pertence a ela.

As implicações disso perpassam a organização política, econômica e, sobretudo, as expressões simbólicas culturais. Para os veredeiros que se encontra em desterritorialização prolongada ou reterritorialização precária, o PA São Francisco, é um espaço outro, ao qual não se referenciam como seus. Neste caso, há o desencontro entre as identidades sustentadas e o território de sustentação, as próprias condições de vida, a reterritorialização se tornam um devir.

As intervenções de instituições exógenas, sobretudo, a FUNATURA atomizam este processo, sobretudo, pelo sistema de controle e dependência reforçados. Quando os veredeiros aceitaram a retirada dos seus territórios pelo sonho da conquista da liberdade, a liberdade significava sair dos sistemas de coerção impostos pelo IBAMA e FUNATURA. Mas, como estas instituições continuam presentes em suas vidas, a insegurança continua, como por exemplo, o PA ainda não conquistou a licença ambiental, por isso, muitas sucessivas são aplicadas no sentido de controlar o desmatamento e o uso dos lotes.

A sensação de insegurança tem o porquê de ser. Com a expansão do PARNA GSV em 2004, parte do PA São Francisco foi atingido novamente. A questão em aberto é se novos processos de desapropriação não vão acontecer. E se, a presença das instituições ligadas ao ambientalismo não representam está nova fase da expropriação. É claro, no processo de mudança do território-Veredas ao território-Assentamento, a consciência de luta foi formada, sobretudo, entre os jovens. Com isso, as resistências vão ser cada vez contundentes.

Aliado às resistências, porém, está o sistema de controle que a FUNATURA exerce, sobretudo, por intermédio de postos de trabalho. A possibilidade do desemprego, sobretudo, com as condições precárias de sobrevivência faz com que muitos vereadores se sujeitem aos interesses desta instituição. A conquista da liberdade e da autonomia é dificultada com isso. A sensação de insegurança (no caso territorial) permanece. Neste caso, a desterritorialização se prolonga e, se, há indícios de uma reterritorialização, esta se faz precariamente.

Como estamos diante de um grupo diverso, outras formas de reterritorialização também acontecem. Neste caso, podemos dizer que há “expressões” e não reterritorialização *lato sensu*. Isto reflete a capacidade de criação de novas redes simbólicas e funcionais na apropriação do espaço. Em outras palavras, mesmo com as adversidades do PA São Francisco na reapropriação espaço, os vereadores, sobretudo, os mais jovens têm buscado outras estratégias pra reconstrução da vida. Estas estratégias consistem no próprio assalariamento e até mesmo na migração para centros urbanos.

Os efeitos disso, é que os conhecimentos vereadores, de certa forma, estão sendo colocados em um segundo plano, sobretudo, porque não conseguem responder os desafios postos no PA São Francisco. Estamos, portanto, diante de uma realidade nova, cuja ligação com as cidades, à utilização maquinários e produtos químicos na agricultura são os elementos representativos.

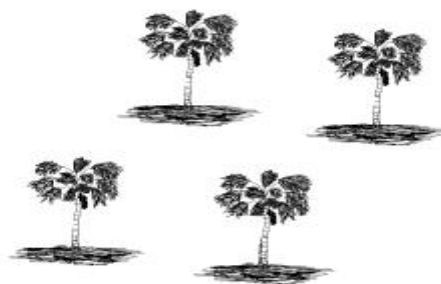
Tudo isso acontece pelas próprias condições do PA, as dívidas, a falta de condições de produção, por si exigem mudanças significativas nas formas de representação territorial e manejo concreto do ambiente. Mas, se aliarmos a falta infraestrutura física, a não acompanhamento técnico, é evidente que as mudanças estavam postas entre o ser vereador e o Assentado. Isso não quer dizer, porém, que aquele camponês seja um assentado nos termos do INCRA, apenas, um assentado legalmente, mas antes de qualquer coisa, é um camponês criando novas estratégias para a reprodução. A respeito dos processos de reterritorialização, é certo, o desenho dado não é o ideal, mas é o possível nas condições dadas.

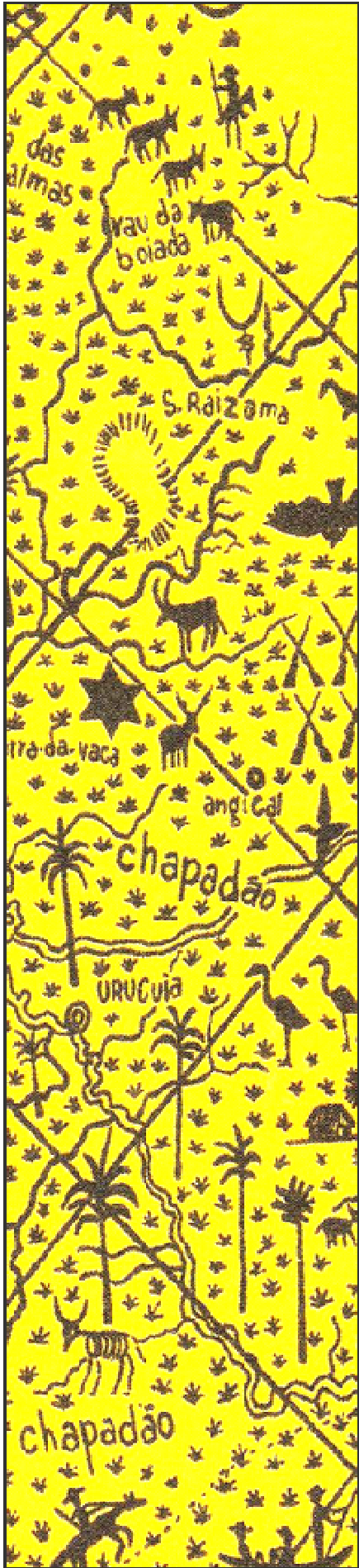
Por fim, nesta pesquisa trabalhamos com um grupo específico, os vereadores atingidos pelo PADSA e pelo PARNA GSV. É preciso dizer que novos grupos estão sendo atingidos, novas sujeições e sistemas de controle estão sendo criados. Isso porque o ambientalismo está se expandido no Norte de Minas, e aliado a ele, o onguismo. As expressões disso está na ampliação do PARNA GSV e também na criação do Mosaico Grande Sertão Veredas-Peruaçu em 2009,

como uma área total de 1.783.799 hectares. O Mosaico quer interligar todas as unidades de conservação do Norte de Minas, resta saber se quer também expandir os sistemas de controle e sujeição das populações camponesas atingidas.

Os limites e as possibilidades da reterritorialização Veredeira no PA São Francisco estão postos. Os limites da atuação do conservacionismo e de instituições ligadas a ele, sobretudo, o ONGuismo também. Resta saber, até quando estes processos de expropriação permaneceram e quando, de fato, o homem camponês, Norte Mineiro, será compreendido como um sujeito detentor de um saber único sobre a sociodiversidade. Neste dia, a conservação partirá do homem para próprio Homem, a natureza será entendida como multifacetária e relacional, assim como, os homens que dela apropriam.

Esperamos que este tempo chegue logo, tempos de territorializações por inteiro, e nele o conservacionismo consiga perceber o homem humano por detrás daqueles que acusam de “criminosos ambientais”. Afinal de contas, “o amanhã vive é do que se tece hoje”, por isso, além da reinvenção de territórios, é preciso reinventar a forma de ver as populações camponesas e suas relações históricas com a natureza. Aí, não produziremos mais os “refugiados” da conservação.





Referências

ABRANCHES, Sérgio. **A chapada da soja**. Disponível em: < http://www.oeco.com.br/sergio-abranches/16523-oeco_16859>. Acesso em: Jun. de 2009.

AGUIAR, Ronaldo Conde. **Abrindo o pacote tecnológico**: Estado e pesquisa na agropecuária no Brasil. São Paulo: CNPq, 1986.

AMADO, Janaina. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8 n. 15, 1995. p. 145-151.

ARAÚJO, Elisa Cotta de. **Nas margens do rio São Francisco**: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos vazanteiros do Pau de Léguas. 244 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, UNIMONTES, Montes Claros, 2009.

ARENDT, Hannah. **Da violência**. Tradução de Maria Claudia Drummond Trindade. Brasília: UNB, 1985.

BAUDELAIRE, Charles. O pinto da vida moderna. In: BAUDELAIRE, Charles. **A modernidade de Baudelaire**. Tradução de Suely Cassal. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988. p. 159-212.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. Martins Fontes: São Paulo, 1988.

BAITZ, Ricardo. A implicação: um novo sedimento a se explorar na geografia? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 25 – 50, Jul., 2006.

BALBIM, Renato Nunes. Região, território, espaço: funcionalizações e interfaces. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Ensaio de geografia contemporânea Milton Santos**: Obra Revisitada. São Paulo: HUCITEC, 1996.p. 160-169.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien J. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001.

BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moises; Ana Maria L. Hardmam. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

BERTRAN, Paulo. **Breve história do Noroeste Mineiro e do Parque nacional Grande Sertão**: Veredas. FUNATURA/IBAMA: Brasília, 1999.

BLUME, Roni. O uso da dinâmica territorial: territorialização. Desterritorialização e reterritorialização- TDR para se pensar o rural e a ruralidade. In: Congresso SOBER, XLIII, 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005. 1 CD-ROM p. 1-13.

BORNHEIM, Gerd. **Cultura Brasileira: Tradição e contradição.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Funarte, 1987.

BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adulito (Org.) **Tempo e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.19-32

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória:** ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Do sertão a cidade: quantos territórios! In: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Territórios do cotidiano:** uma introdução a novos olhares e expressões. Porto Alegre: UFRGS, 1995. p.160-183

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Viver um tempo, habitar um espaço** – a visita de um antropólogo a geografia. In: Tempos e espaços nas comunidades rurais do Alto Médio São Francisco, Minas Gerais: uma pesquisa interdisciplinar sobre permanências e mudanças de modos de vida em comunidades rurais e ribeirinhas. Relatório de pesquisa. MCT/CNPq61: 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pergunta a várias mãos:** a experiência da pesquisa no trabalho do educador. Saber com o Outro. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Viver de criar cultura, cultura popular, arte e educação. In: SILVA, René Marc da Costa (org.). **Cultura popular e educação:** salto para o futuro. Brasília: Secretaria de Educação a Distância, 2008. p. 25-38.

CAMELY, Nazira Correia. **A geopolítica do ambientalismo ongueiro na Amazônia brasileira**: um estudo sobre o estado do Acre. 2009. 285 f. Tese (Doutorado em geografia) – Programa de Pós- Graduação em Geografia/UFF/ Niterói- RJ, 2002.

CAMELY, Nazira Correia. Os agentes do imperialismo na Amazônia ocidental: um estudo sobre os agentes do imperialismo Estado do Acre. **GEOgraphia**. Rio de Janeiro, V. 10, n. 19, p. 1-24, 2008.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. São Paulo: Editora 34, 2003.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas**: estratégias para sair e entrar na modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa; Heloisa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1998.

CANCLINI, Néstor García. Introdução. In: CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 2003.

CASTRO, Iná Elias de Castro. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO, Iná Elias de Castro; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato (org.). **Explorações geográficas**: percursos do fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 155-245.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. ed. São Paulo: Paz e Terra , 2002. Vol. II. 3.

CASSETI, Valter. A natureza e o espaço geográfico. In: MEDONÇA, Francisco; KOZEL, Salete (org.). **Elementos da epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002. p.145-163.

CHAGAS, Ivo das. Eu sou o cerrado. In: RODRIGUES, Luciene; MAIA, Cláudia (org.). **Cerrado em perspectiva (s)**. Montes Claros: UNIMONTES, 2003. p.19-26.

CHAPADA GAÚCHA. **Construindo nossa história, três décadas de pioneirismo gaúcho no município de Chapada Gaúcha – MG**. Secretaria de Cultura Municipal De Educação E Cultural: Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural**: O direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHELOTTI, MARCELO CERVO. **A estância metamorfoseou-se:** (re) configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na campanha Gaúcha (1990-2007). 2009. 275 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

CLEPS JUNIOR, João. Questão agrária, Estado e território em disputa: os enfoques sobre o agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro. In: SAQUET, marcos Aurélio; SANTOS, Roselí Alves (org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 35-54.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura Sertaneja: a conjunção de lógicas diferenciadas. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. **Trabalho, cultura e sociedade do norte/nordeste de Minas:** considerações a partir das ciências sociais. Montes Claros: Best Comunicações e Marketing, 1997. p.77-98.

COSTA, João Batista de Almeida. Fronteira regional no Brasil: o entre-lugar da identidade e do território baianos em Minas Gerais. **Sociedade e cultura**, Goiânia, vol. 5, nº1, p. 53-64, jan.-jun.,2002.

COSTA, João Batista de Almeida. CANEDO, Karina Soares; GUIMARÃES, Lana; PÁDUA, Alexandre Jorge; OLIVEIRA, Helena. **Os guardiões das Veredas Grande Sertão:** a população tradicional veredeira do Assentamento São Francisco e Gentio, Parque nacional Grande Sertão Veredas e o inventário das referências culturais. Brasília: Fundação Pró-Natureza, set. 2005.

COSTA, João Batista de Almeida. Populações tradicionais do sertão norte mineiro e as interfaces socioambientais vividas. **Revista Cerrados**. Montes Claros, v. 4, n.1, p. 81-108, jan./dez. 2006.

COSTA, João Batista de Almeida _ LUZ, Aline; FERREIRA, Antônio Carlos; DAYRELL, Carlos Alberto. Grande Sertão: Veredas e seus ecossistemas. **Revista de Desenvolvimento Social**, Montes Claros, vol. 1, nº. 1, p. 63-77, Jan./Jun., 2008.

COSTA, Lara Moutinho da. Sociodiversidade e os biomas brasileiros: sociodiversidade brasileira. **Ministério da Educação**. Brasília, ano XX, n. 6, p. 19-31, jun. 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um reflexo. SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; Silveira, Maria Laura.(Org.). **Território:** Globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1996.p.251-257.

CORREIA, Cloude de Souza. **Do carrancismo ao Parque Grande Sertão Veredas:** (des) organização fundiária e territorialidades. 2002. 143 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Departamento de Antropologia, UNB, Brasília, 2002.

CORREIA, Antônio Inácio. Depoimento. In: MAGALHÃES, Eduardo ribeiro (Org.). **História dos gerais**. UFMG: Belo Horizonte, 2010. p.43-73.

CUNHA, Maria das Graças Campolina. Territorialidades sertanejas: permanências e transformações no espaço rural nortemineiro. . In: Cerrado, gerais, sertão, Comunidades tradicionais dos sertões roseanos: coletânea de pesquisas documentais e de campo realizadas pela equipe do OPARÁ: tradições, identidades, territorialidades e mudanças entre populações rurais e ribeirinhas no sertão roseano. **Relatório de Pesquisa**. UNIMONTES: Montes Claros, 2010.p.314-332,

DA MATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Petrópolis: Vozes, 1981.

DAYRELL, Carlos Alberto. **GT Agroextrativismo**. Plano de Desenvolvimento sustentável do entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. FUNATURA: Brasília 2002. (mimeo).

DELUEZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é filosofia?** Tradução de Bento prado Jr e Alberto Alonso Muños. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELUEZE, Gilles; GUATTARI, Félix.. **Mil platôs** – capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Aurélio Guerra Neto. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

DELUEZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs** – capitalismo e esquizofrenia. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 1997. v. 5.

DELUEZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo**: Capitalismo e esquizofrenia 1. Tradução de Joana Moraes Varela e Manuel Maria Carrilho. Lisboa: ASSÍRIO & ALVIM, 2004.

DE PAULA, Andreia Maria Narciso Rocha; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Travessia no sertão dos gerais: tradição e modernidade nas margens do rio São Francisco. In: Feitosa, Antônio Maurilio Alencar; ZUBA, Janete Aparecida Gomes; CLEPS JUNIOR, João (org.). **Debaixo da lona**: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil. Goiânia-Go: Ed. Da UCG, 2006. p. 107-130.

DE PAULA, Andreia Maria Narciso Rocha. **TRAVESSIAS...** Movimentos migratórios em comunidades rurais no Sertão do Norte de Minas Gerais. 2009. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Instituto de Geografia, Universidade Federal Uberlândia, Uberlândia, 2009.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB, 1994.

ELIAS, NOBERT. **Sobre o tempo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO Renato (org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. p.25-82.

FERNANDES, João Luís. A desterritorialização como factor de insegurança e crise social no mundo contemporâneo. In: JORNADAS INTERNACIONAIS DE ESTUDOS SOBRE QUESTÕES SOCIAIS, I, 2008, Póvoa de Varzim. **Anais...** I Jornadas Internacionais de Estudos Sobre Questões Sociais, 2008. p.1-26.

FREITAS, Sônica Maria de. **História oral**: possibilidades e procedimentos. Associação Editorial Humanitas: São Paulo, 2006.

FUNATURA. **Boletim FUNATURA**. Brasília, n°. 3, jun. 1999.

FUNATURA. Programa Grande Sertão Veredas: levantamento sócio-econômico das comunidades localizadas no PARNA GSV. **FUNATURA**, Brasília, jun., 1998.

FUNATURA. **O Parque Nacional Grande Sertão Veredas**. Brasília: FUNATURA, 2005.

FUNATURA. **Plano de manejo**: Parque Nacional Grande Sertão Veredas. MMA/IBAMA/FUNATURA, Brasília, 2003.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **As formas do falso**: um estudo sobre a ambiguidade no Grande Sertão: Veredas. São Paulo: Perspectiva, 1986.

GERVAISE, Yves. **A transformação agrária do nordeste meridional** (Norte de Minas). Publicação especial 1. Belo Horizonte: Departamento de Geografia/UFMG, 1975.

GEERTZ, Clifford. A Transição para a Humanidade. In: Sol Tax (org.). **Panorama da Antropologia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1966.

GEERTZ, Clifford. **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

GÓMEZ- POMPA, Arturo, KAUS, Andrea. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Étnoconservação: novos rumos para a questão da proteção da natureza**. São Paulo: AnnaBlume/HUCITEC, 2000. p. 125-148.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 Ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José. Estrutura fundiária e relações de produção no campo brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABCP, II, 1980, Águas de São Pedro-SP. **Anais...** II Encontro Nacional da ABCP, 1980.p. 332-366.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: BRASILIENSE, 1985.

GUATARRI Félix; ROLINK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

GURVITCH, Georges. **Determinismos sociais e liberdade humana**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. . In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, ROBERTO, Lobato. **Geografia: conceito e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. P. 165-206.

HAESBAERT, Rogério. **Des-Territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zenny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. p. 169 -190.

HAESBAERT, Rogério. BÁRBARA, Marcelo de Jesus Santa. Identidades e migração em áreas transfronteiriças. **GEOgraphia**, Niterói, n.5, p. 43-60, 2001.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização a multiterritorialidade. Encontros de Geógrafos da América Latina. X, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo, X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, p. 6774 -6792.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha (Org.). **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. Niterói: UFF, 2006b. p. 43-70.

HAESBAERT, Rogério. Dilemas de conceito: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPÓSITO, Eliseu Silvério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 95-120.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. Tradução de Armando Correa da Silva. São Paulo, HUCITEC, 1980.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993.

HARVEY, David. David. **Espaços de Esperança**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Conflitos territoriais e estratégias de preservação da natureza. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPÓSITO, Elizeu (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos em conflito**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.271-291.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

INCRA. Instrução Normativa. **Boletim de Serviço**. Brasília, nº 25, de 22 de jun./1998.

IPAHN- Instituto de Patrimônio Histórico nacional. **A luz que ilumina: imagens e dizeres da comunidade São Francisco oriunda do Parque Nacional Grande Sertão Veredas**. Brasília: IPHAN, 2005.

JACINTO, Andréa Borghi Moreira. **Afluentes da memória**: itinerários, taperas e histórias no Parque Nacional Grande Sertão Veredas. 1998. 181f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Departamento de Antropologia e Ciências Humanas, Campinas/UNICAMP, 1998.

LACOSTE, Y. A Pesquisa e o trabalho de Campo: um Problema Político Para os Pesquisadores, estudantes e Cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, nº 84, p. 52-77, jul., 2006.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia sintética. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEFEBVRE, Henri. **Introdução à modernidade**. Tradução de Jehovanira Chrysótomo de Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Tradução de Javiek González-Pueyo. Barcelona: Ediciones Península, 1971.

LEFEBVRE, Henri. **O marxismo**. Tradução de William Lagos. Lisboa: Bertrand, 1974.

LEFEBVRE, Henri. Estrutura social: a reprodução das relações de sociais. In: FORACCHI, Marialice Mercarini; MARTINS, José de Souza (org.) **Sociologia e sociedade** (leituras de introdução à sociologia). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978. p. 219- 254.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e lógica dialética**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEFEBVRE, Henri. Perspectivas da sociologia rural. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1988. p. 163-177.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora da UFMG: 1999.

LE GOFF, Jacques. Passado/presente. In: **Enciclopédia Einaudi**. Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. p. 293-310.

LEITE, Francisco Barboza. Veredas do Sertão Nordestino. In: Revista Brasileira de Geografia. **Tipos e aspectos do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. p. 505.

LINS, Wilson. **O médio São Francisco**: uma sociedade de pastores e guerreiros. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LITTLE, Paul E. Espaço, memória e migração. Por uma teoria da reterritorialização. **Textos de História**. Brasília, v.2, n.4, p. 9-18, 1994.

LOPES, Camilo Antônio Silva. O sertão e os sertões nortemineiro. In: Cerrado, gerais, sertão, Comunidades tradicionais dos sertões roseanos: coletânea de pesquisas documentais e de campo realizadas pela equipe do OPARÁ: tradições, identidades, territorialidades e mudanças entre populações rurais e ribeirinhas no sertão roseano. **Relatório de Pesquisa**. Montes Claros: UNIMONTES, 2010. p. 4-24.

KRENAK, Ailton. Entrevista a Pedro Camargo e Alexandre Mansur. **Revista Ano Zero**. Rio de Janeiro, p. 1-4, fev. 1992.

MALINOWSKI, Broslaw. Objetivo, método e alcance desta pesquisa. In: Guimarães, Alba Zaluar. (Org.) **Desvendando as máscaras sociais**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1980. p. 39- 62.

MALINOWSKI, Broslaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. Tradução de Anton P. Carr; Ligai Aparecida Cardieri Mendonça. São Paulo: Abril cultural, 1984.

MATOS, Olgária. A Melancolia de Ulisses: a dialética do Iluminismo e o canto das Sereias. In: CARDOSO, Sérgio (et. ali). **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Cia das Letras, 1987. p. 190-210.

MATA-MACHADO, Roberto. **História do Noroeste de Minas Gerais (1690-1930)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da história dialética de Lefebvre. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 13-24.

MARX, Karl. Processo de trabalho e processo de produzir mais-valia. In: MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro primeiro o processo de produção do capital. 26 ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 211-232.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Re-territorialização e identidade. O significado dos assentamentos para a economia dos municípios: os casos de Hulha Negra, Aceguá e Candiota na Campanha Gaúcha (RS). COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA: LOS PROBLEMAS DEL MUNDO ACTUAL. SOLUCIONES Y ALTERNATIVAS DESDE LA GEOGRAFIA Y LAS CIENCIAS SOCIALES, X, 2007, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. p. 1-11.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Camponeses, culturas e inovações. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**. Uberlândia, v.1, n.1, p. 41-59, 2006.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Tradução de Maria José da Silveira Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MEYER, Mônica. **Ser-tão natureza**: a natureza em Guimarães Rosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Bolsa Família. Disponível em: << <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. >>. Acesso em: jan.. 2011.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Notas sobre formação territorial e políticas ambientais no Brasil. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano IV, nº. 7, p. 43-50, jul. Dez, 1999.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e a história no Brasil**. São Paulo: AnnaBlume, 2005.

MOREIRA, Ruy. **A geografia serve para desvendar máscaras sociais**. Petrópolis: Vozes, 1982.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2010.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MOURA, M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

MULLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

MUNIZ-SODRÉ. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Salvador: Secretaria Da Cultura e Turismo/IMAGO, 2002.

NASSER, Ana Cristina Arantes; FUMAGALLI, Marlene. A opressão da equivalência, as diferenças. . In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno a dialética**. São Paulo: HUCITEC, 1996. p.25-37

NICOLAS, Daniel Hiernaux. Tempo, espaço e apropriação social do território: rumo à fragmentação na mundialização? In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território: globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998. p. 85-101.

NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. **Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais**.2009. 233 f. Tese (doutorado em antropologia)- ICS/DAN, UNB/ Brasília, 2009.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. Uma interpretação fenomenológica na Geografia. In: Silva, Aldo; Galeno, Alex. (Org.). **Geografia: Ciência do Complexus**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 209-236.

OLIVEIRA, Ariovaldo. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **MANA**. Rio de Janeiro, vol.4, n.1, p. 47-77, 1998.

ORTIZ, Renato. **A mundialização da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ORTIZ, Renato. **Globalização, modernidade e cultura**. **Revista SEMEAR**. Disponível em: <http://www.letras.puc-rio.br/catedra/revista/6Sem_09.html>. Acesso em: 22 de jan. 2010.

OLIVEIRA, Joycelaine Aparecida de. **Ciclos de águas e vidas: O caminho do rio nas vozes dos antigos vapozeiros e remeiros do São Francisco**. 2009. 144 f. Dissertação (Mestrado em geografia)- Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

PÁDUA, José Augusto. **Ecologia e política no Brasil**.: Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

UNB/UFV. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento São Francisco**: Formoso-MG. Brasília: UNB/UFV, 2002.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. Gerais. In: Revista Brasileira de Geografia. **Tipos e aspectos do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. p. 179-185.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. Buritizal. In: Revista Brasileira de Geografia. **Tipos e aspectos do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. p. 463-465.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. Campo Cerrado. In: Revista Brasileira de Geografia. **Tipos e aspectos do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. p. 469-471.

PIERSON, Donald. **Homem no vale do São Francisco**. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972a. Tomo I.

PIERSON, Donald. **Homem no vale do São Francisco**. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972b. Tomo II.

PIERSON, Donald. **Homem no vale do São Francisco**. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972c. Tomo III.

PORTO GONÇALVES, Carlos. Walter. As minas e os Gerais: Breve ensaio sobre o desenvolvimento e sustentabilidade a geografia de Norte de Minas. In: LUZ, Claudia; DAYRELL, Carlos (Org.). **Cerrados e Desenvolvimento**: tradição e atualidade. Montes Claros: CAA, 2000. p. 19-46.

PORTO GONÇALVES, Carlos. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2008.

PORTO GONÇALVES, Carlos, Walter. As minas e os Gerais: breve ensaio sobre o desenvolvimento e sustentabilidade a geografia de Norte de Minas. In: LUZ, Claudia; DAYRELL, Carlos (org.). **Cerrados e desenvolvimento**: tradição e atualidade. Montes Claros: UNIMONTES, 2000. p. 19-45.

PORTO GONÇALVES, Carlos. Da Geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades”. In: SADER, E. e CECENÑA, Ana Esther (org.). **La guerra Infinita**: hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: Clacso, 2002. p. 217-256.

PORTO GONÇALVES, Carlos. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente. In: Oliveira, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez Medeiros (org.). **O campo no século XXI**:

territórios de vida, de luta e de construção de justiça social. São Paulo: Casa Amarela, 2004. p. 207-254.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RABINOW, Paul; DREYFUS Hubert. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

RAMOS, Jarbas Siqueira. Os Catopés de Bocaiúva: um debate sobre comunidade. In: Encontro Regional dos Povos do Cerrado, V, 2009, Pirapora. **Anais...** Pirapora: UNIMONTES/Departamento de geografia, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RÊGO, Luís flores de Moraes. **O vale do são Francisco**: ensaio de monografia geográfica. São Paulo: Renascença, 1954.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas anãs do sertão**: o cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. Vol. I.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **História dos Gerais**. Belo Horizonte; UFMG, 2010.

RODRIGUES, Luciene. A formação econômica do norte de Minas e o período recente. In: RODRIGUES, Luciene; OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de (org.). **Formação econômica e social do norte de Minas**. Montes Claros: UNIMONTES, 2000. p. 105-170.

RONCAYOLO, Marcel. Território. In: **Enciclopédia Einaudi**. Portugal: Imprensa, 1986. v. 8. p.263-289.

ROSA, João Guimarães. **No Urubuquaquá do pinhém** (corpo de baile) 9 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1965.

ROSA, João Guimarães. João Guimarães Rosa. In: LORENZ, Günter W. **Diálogo com a América Latina**: panorama de uma leitura do futuro. Tradução de Rosemary Costhek e Fredy de Souza Rodrigues. São Paulo: E.P.U, 1973. p. 357-381.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão**: Veredas. São Paulo: Editora Nova Aguilar, 1994.

ROSA, João Guimarães. **Manuelzão e Miguilim** (Corpo de Baile). Rio de Janeiro, Nova Fronteira: 2001.

ROSA, João Guimarães. **Correspondência com seu tradutor italiano Edoardo Bizzarri**. 3ª Ed. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

ROUX, Michel. O re-encatamento do território (o território nos rastros da complexidade). In silva, Aldo Aloísio Dantas da; Galeano, Alex (org.). **Geografia: ciência do complexus: ensaios transdisciplinares**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 42-66.

RURALMINAS. **Terras devolutas**. Belo Horizonte: RURALMINAS, 1980.

RURALMINAS. **Relatório de situação: Programa de Assentamento Dirigido a Serra das Araras**. Belo Horizonte: RURALMINAS, 1998.

SACK, Robert. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SALIM, Celso Amorim. As políticas econômicas e tecnologia para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrados do Brasil: avaliação e perspectivas. **Cad. Dif. Tecnol.** Brasília, 3(2), p. 297-342, maio/ago., 1986.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. A reforma agrária que nós esperamos do governo Lula. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez Medeiros (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela, 2004. p.329-334.

SANTO, Cesar Victor Espírito. Projeto Grande Sertão Veredas- Conversão da dívida externa brasileira para fins ambientais. **FUNATURA**. Brasília, 1999.

SANTO, Cesar Victor Espírito. Projeto Grande Sertão Veredas- Conversão da dívida externa brasileira para fins ambientais. **FUNATURA**. Brasília, jan./jul., 2000.

SANTOS, Milton. Papel ativo da geografia: um manifesto. In: Encontro Nacional de Geógrafos, XII, 2000, Sa. **Anais...** Florianópolis: UFSC/Instituto de Geografia, 2000. 1 CD-ROM. p. 1-7

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção.** 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha. **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial.** Niterói: UFF, 2006. p.13-22.

SANTOS, Milton. A questão: o uso do território. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** São Paulo: Record, 2008. p.19-23.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: **Territórios e movimentos sociais.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 255-265.

SANTOS, Rodrigo Herles. **Aqui estou, aqui faço o meu lugar: Um estudo sobre percepções e manejo do ambiente entre camponeses, na comunidade de Barra do Pacuí, município de Ibiá-MG.** 2008. 167 f. Dissertação (Mestrado em geografia)- Instituto De Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

SANTOS, José Rosselvelt. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. **Sociedade & Natureza.** Uberlândia, 11 (21 e 22), p.111-125, jan./dez. 1999.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da colônia Silveira Martins (RS).** Porto Alegre: EST, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. Reterritorialização e identidade. In: FALCADE, Ivanira; MEDEIROS, Rosa Maria Viera (org.) **Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades no espaço agrário brasileiro.** Porto Alegre: UFRGS, 2009. p.211-224.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia.** São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Armando Corrêa da. A geografia humana e a abordagem naturalista. In: SOUZA, Maria Adélia. **Natureza e sociedade de Hoje: uma leitura geográfica.** 2 ed. São Paulo: HUCITEC - ANPUR, 1994. p. 42-45.

SILVA, Lenyra Rique. Espaço/tempo: categorias universais na realidade processual de temas geográficos. In: SILVA, Lenyra Rique. **Do senso comum a geografia científica.** São Paulo: Contexto, 2004. p. 15-21.

SILVA, Angela Maria; PINHEIRO, Maria Salette de Freitas; FRANÇA, Mairi Nani. **Guia para normatização de trabalhos técnicos-científicos:** projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertação e teses. Uberlândia: EDUFU, 2008.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzeto. **O cerrado em disputa:** apropriação global e resistências locais. Brasília: Confea, 2009.

SIMON, Pedro. **A diáspora gaúcha e a conquista de novas fronteiras.** Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/Plenario/sessao/disc/getTexto.asp?s=142.2.53.O&disc=45/2/S>>. Acesso em: Nov. de 2009.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual:** natureza, capital e a produção do espaço. Tradução de Eduardo de Almeida Navarro. São Paulo: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Candice Vidal. **A pátria geográfica:** sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia: UFG, 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREIA, Roberto Lobato (org.) **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SOUZA, Flávia Aparecida Andrade. **A cultura tradicional do sertanejo e o seu deslocamento para a implantação do Parque Grande Sertão Veredas.** 2006. 114 f. Tese (Doutorado em Ciências Florestais)- PPCF, UFV/Viçosa, 2006.

TARKOVSKI, Andrei. **Esculpir o tempo.** Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol. II.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado.** Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. O debate sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 65 - 92.

VASCONCELOS, Pedro Almeida. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. **Geotextos**. Bahia, vol. 5, n. 2, p. 147-157, dez./ 2009.

ZATZ, Inêz. Veredeiros e o Parque Nacional Grande Sertão Veredas FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA- FUNATURA. In: IPHAN/FUNATURA (Org.) **O A luz que nos ilumina: imagens e dizeres da comunidade São Francisco oriunda do Parque Nacional Grande sertão: Veredas**. Brasília: FUNATURA, 2005. p. 14-20.

WEIL, Simone. Enraizamento. In: BOSI, Ecléa (org.). **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. P.347-348.

WEIL, Simone. Desenraizamento operário. In: BOSI, Ecléa (org.). **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.p. 349-372.

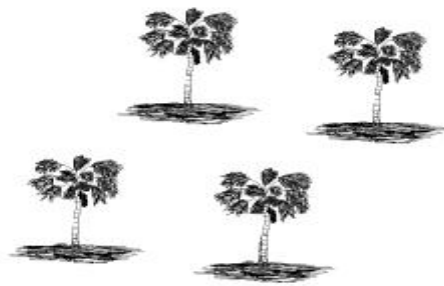
WHITAKER, Dulce C. A. **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. São Paulo: Letras a Margem, 2002.

WIRTH, Louis. Delineamento e problemas da comunidade. In: FERNANDES, Florestan (org.). **Comunidade e sociedade: Leituras sobre Problemas Conceituais, Metodológicos e de Aplicação**. São Paulo: Nacional e Edusp, 1973.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 7-72.

WOORTMANN, Ellen. O sítio camponês. **Anuário Antropológico**. Brasília, nº. 81, p. 164-203, 1983.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora UNB, 1997.



Uberlândia, Fevereiro, 2011.